

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Thaís dos Santos Choucair

**RECIPROCIDADE E POLARIZAÇÃO ONLINE:
as discussões em páginas públicas do Facebook sobre o aborto de 2012 a 2019 no Brasil**

Belo Horizonte
2022

Thaís dos Santos Choucair

**Reciprocidade e Polarização:
as discussões em páginas públicas do Facebook sobre o aborto de 2012 a 2019**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCom UFMG) como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Comunicação Social.

Linha de Pesquisa: Processos Comunicativos e Práticas Sociais.

Orientadora: Prof. Dr^a. Rousiley Celi Moreira Maia.

Belo Horizonte
2022

301.16	Choucair, Thaís dos Santos.
C552r	Reciprocidade e polarização online [manuscrito] : as
2022	discussões em páginas públicas do Facebook sobre o
	aborto de 2012 a 2019 no Brasil / Thaís dos Santos
	Choucair. - 2022.
	232 f.
	Orientadora: Rousiley Celi Moreira Maia.
	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas
	Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia.
	1. Comunicação. 2. Facebook (Recurso eletrônico) –
	Tese. I. Maia, Rousiley, 1965-. II. Universidade Federal de
	Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

"Reciprocidade e Polarização Online: as discussões em páginas públicas do Facebook sobre o aborto de 2012 a 2019 no Brasil"

THAÍS DOS SANTOS CHOUCAIR

Tese de Doutorado defendida e aprovada, no dia **20 de maio de 2022**, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores e professoras:

Prof. Dr. Rafael Cardoso Sampaio
UFPR

Prof. Dr. Augusto Veloso Leão
PUC-MG

Prof. Dr. Marcelo Alves dos Santos Junior
PUC-RJ

Profa. Dra. Regiane Lucas de Oliveira Garcêz
DCS/FAFICH/UFMG

Profa. Dra. Rousiley Celi Moreira Maia
orientadora - DCS/FAFICH/UFMG

Belo Horizonte, 20 de maio de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Regiane Lucas de Oliveira Garcêz, Professora do Magistério Superior**, em 20/05/2022, às 20:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Augusto Veloso Leão, Usuário Externo**, em 24/05/2022, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rousiley Celi Moreira Maia, Professora do Magistério Superior**, em 25/05/2022, às 00:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Cardoso Sampaio, Usuário Externo**, em 25/05/2022, às 13:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Alves dos Santos Junior, Usuário Externo**, em 25/05/2022, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1472217** e o código CRC **629FCAA0**.

Agradecimentos

Gostaria que os agradecimentos dessa tese se relacionassem exclusivamente ao processo acadêmico e científico. No entanto, isso não é possível: a realização dessa tese se mistura com meu processo de transição de gênero e esse texto é, possivelmente, o último (ao menos acadêmico) que assino como *Thaís*. Por isso, agradeço em primeiro lugar a esse meu passado, que me trouxe até aqui. Sempre digo que o que nos separa de nós mesmos no passado e no futuro é apenas uma variável - o tempo, e que estamos muito mais próximos deles do que imaginamos, já que o presente nunca é apreendido. Ele foge de todas as nossas metodologias. Sinto que o nome *Thaís* me entrega agora uma tocha para dar lugar a um outro nome como se eu habitasse um revezamento.

Agradeço à minha orientadora Prof. Rousiley Maia, que é a raiz de boa parte dos pensamentos e preocupações que deram origem a essa tese. Rousiley, agradeço também por todo o acolhimento e apoio desde que entrei no Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública ainda como estudante de graduação, 8 anos atrás. No EME passei tanto dias, fiz tantas reuniões, tive tantas ideias, conversei sobre tantos autores, li tantas pesquisas, planejei tantas cervejas, ouvi tantos colegas e tive contato com tantas pessoas que admiro enormemente. Essa tese é fruto dessa intensa colaboração e por isso agradeço muito e de coração: Gabi, Patrícia, Regiane, Vanessa, Carol, Bruna, Maiara, Júlia, Léo, Pedro, Fernanda, Érica, Janine, Rafael e tantas outras pessoas que por ali passaram. Agradeço também à Paula Pacheco, uma das codificadoras que me auxiliaram no estudo empírico.

Agradeço à minha irmã Bárbara, com a qual tive longas conversas sobre essa tese e que me apoiou de maneira que nem consigo explicar nos períodos difíceis que enfrentei. Agradeço ao meu pai Osvaldo e minha mãe Alice por serem minhas bases e alicerces, além de meus exemplos e minhas referências de vida. Agradeço também a todos os meus amigos e amigas com quem pude esquecer um pouco dessa tese numa sexta ou sábado a noite, e com quem pude me reencontrar.

Agradeço ao grupo de pesquisadores em Canberra onde passei período sanduíche, com os quais tive importantes conversas e pude reformular parte importante da tese. Agradeço portanto à CAPES pelo financiamento não só do período de 4 anos da tese, mas pela possibilidade de intercâmbio que melhorou, complexificou e internacionalizou este trabalho.

Agradeço por fim ao Prof. Marcelo Alves e a Profa. Regiane Garcêz pelas importantes contribuições no exame de qualificação, tornando possível a finalização da tese.

Resumo

A reciprocidade é um dos principais conceitos da perspectiva deliberativa da política. Em uma discussão recíproca, os participantes estão direcionados uns aos outros ao se responderem - eles se respondem buscando se entender. Nessa tese eu argumento, baseado nas pesquisas existentes, que a análise empírica da reciprocidade em discussões políticas pode ser feita em três níveis: na estrutura das conversações, nas atitudes dos participantes e nos discursos mobilizados por eles. Eu investigo como isso ocorre especificamente em discussões polarizadas, em que a reciprocidade é tanto especialmente importante como também mais conturbada. A polarização política é um fenômeno em destaque na contemporaneidade, mas assume significados diferentes para autores distintos. A diferenciação da reciprocidade nos níveis da estrutura, atitudes e discursos permite que diferentes nuances da polarização sejam exploradas. Demonstro o quadro analítico aqui proposto em um estudo das discussões sobre o aborto entre 2012 e 2019 no Facebook (N = 578,123 comentários). Realizo dois estudos empíricos específicos: um demonstrando como esse método pode ser utilizado para acessar transformações na reciprocidade e polarização de um debate a longo prazo (n = 1,600); e outro demonstrando como esse método pode ser utilizado para observar em detalhes a relação entre os níveis de reciprocidade e a polarização (n = 2,510). A aplicação do método nos dois casos trás resultados que contribuem para a compreensão das discussões online contemporâneas e a forma como a reciprocidade pode, ao mesmo tempo e a depender da sua configuração, diminuir a polarização ou produzi-la.

Palavras-chave: reciprocidade; polarização; discussões online; métodos mistos; esfera pública

Abstract

Reciprocity is a main concept of the deliberative perspective of politics. In a reciprocal discussion, participants address each other - they respond to each other seeking understanding. In this thesis I argue, based on existing research, that the empirical analysis of reciprocity in political discussions can be carried out at three levels: in the structure of the conversations, in the attitudes of the participants, and in the discourses mobilized by them. I investigate how this occurs specifically in polarized discussions, where reciprocity is both especially important and more troubled. Political polarization is a prominent phenomenon in contemporary times, but it takes on different meanings for different authors. Differentiating reciprocity at the levels of structure, attitudes and discourses allows different nuances of polarization to be explored. I demonstrate the analytical framework proposed here in a study of discussions on abortion between 2012 and 2019 on Facebook (N = 578,123 comments). I carry out two specific empirical studies: one demonstrating how this method can be used to access transformations in the reciprocity and polarization of a long-term debate (n = 1,600); and another demonstrating how this method can be used to observe in detail the relationship between levels of reciprocity and polarization (n = 2,510). The application of the method in both cases brings results that contribute to the understanding of contemporary online discussions and the way in which reciprocity can, at the same time and depending on its configuration, reduce polarization or produce it.

Keywords: reciprocity; polarization; online discussions; mixed methods; public sphere

Lista de Figuras

Figuras 01a e 01b: Exemplo hipotético de Bimodalidade (a) e Dispersão (b) na distribuição de ideologias	58
Figura 02: Visualização da Tipologia de Redes feita por Siegel (2009)	84
Figura 03: Mapa das relações participantes-participantes construído e analisado por Graham & Witschge (2003)	86
Figura 04: Mapa da discussão construído e analisado por Graham & Witschge (2003)	87
Figura 05: Comparação de duas threads em Aragón, Gómez & Kaltenbrunner (2017)	89
Figura 06: Mensuração da reciprocidade no nível das estruturas das interações	93
Figura 07: Etapas de Codificação utilizados por Graham & Witschge (2003) para medir a reciprocidade, a reflexividade e a empatia	98
Figura 08: Códigos utilizados por Esau, Friess & Eilders (2017) para medir a deliberação	100
Figura 09: LQI - Listening Quality Index, reprodução de Scudder (2021)	102
Figura 10: A escala de reciprocidade no nível de atitudes	103
Figura 11: As definições de problema sobre o aborto	114
Figura 12: As posições e as intensidades (extremismo)	117
Figura 13: Período observado por artigos sobre polarização e discussões online, tabela feita por Iandoli, Pimario & Zollo (2021, p. 7)	121
Figura 14: Resumo da variável intensidade das posições apresentada no Capítulo 3	123
Figura 15: Intensidade das posições nos comentários mais relevantes de cada ano (2012 a 2019)	123
Figura 16: Resumo da variável reciprocidade na atitude apresentada no Capítulo 3	124
Figura 17: Reciprocidade (atitude) nos comentários mais relevantes de cada ano (2012 a 2019)	125
Figura 18: Definições de problema (ator) nos comentários a favor da legalização mais relevantes em cada ano (2012 a 2019)	126
Figura 19: Definições de problema (ator) nos comentários contra a legalização mais relevantes em cada ano (2012 a 2019)	128
Figura 20: Definições de problema (tópico) nos comentários a favor da legalização mais relevantes em cada ano (2012 a 2019)	130
Figura 21: Definições de problema (tópico) nos comentários contra a legalização mais relevantes em cada ano (2012 a 2019)	132
Figura 22: Resumo comparativo das definições de problema nos dois lados (2012 a 2019)	134

Figura 23: Distribuição dos posts de 01 de Janeiro de 2012 a 31 de Dezembro de 2019	135
Figura 24: Imagem compartilhada pela página Papa Francisco - Amigos e Amigas em 2013	138
Figura 25: Post compartilhado pela página Quebrando o Tabu	146
Figura 26: Post compartilhado pela página Papa Francisco - Amigos e Amigas	146
Figura 27: Post compartilhado pela página Quebrando o Tabu	147
Figura 28: Post compartilhado pela página G1	148
Figura 29: Post compartilhado pela página G1	149
Figura 30: Post compartilhado pela página TODAS Fridas	151
Figura 31: Post compartilhado pela página Papa Francisco - Amigos e Amigas	152
Figura 32: Post compartilhado pela página Nossa Senhora cuida de mim	153
Figura 33: Post compartilhado pela página Quebrando o Tabu	156
Figura 34: Post compartilhado pela página Quebrando o Tabu	157
Figura 35: Exemplo de cadeia de interação	165
Figura 36: Número de relações recíprocas em cada cadeia	168
Figura 37: Exemplo de cadeia com atitudes 100% de recusa da reciprocidade	173
Figura 38: Exemplo de cadeia com atitudes 100% de monólogo	174
Figura 39: Exemplo de cadeia com atitudes 100% de respostas simples	174
Figura 40: Exemplo de cadeia com atitudes 100% de respostas significativas	175
Figura 41: Distribuição de atitudes em cada cadeia	176
Figura 42: Exemplo de cadeia com reciprocidade discursiva nula	177
Figura 43: Exemplo de cadeia com reciprocidade discursiva nula	177
Figura 44: Exemplo de cadeia com reciprocidade discursiva nula	177
Figura 45: Distribuição do índice de reciprocidade discursiva das cadeias excluindo as cadeias com índice nulo (semelhanças possíveis zeradas)	179
Figura 46: Exemplo de cadeia com reciprocidade discursiva baixa	179
Figura 47: Exemplo de cadeia com reciprocidade discursiva média	180
Figura 48: Transformação das atitudes na medida em que os usuários continuam respondendo	183
Figura 49: Transformação na intensidade da posição na medida em que usuários continuam respondendo na cadeia	190

Figura 50: Intensidade da posição associada a cada atitude	191
Figura 51: Intensidade das posições associadas à reciprocidade discursiva da cadeia	192

Lista de Tabelas

Tabela 01: As duas páginas mais relevantes de mídia, ativismo pró e ativismo contra a legalização do aborto no Facebook brasileiro	26
Tabela 02: Ano x Definições de Problema (ator) utilizadas (%) - lado a favor da legalização; maiores valores de cada ator destacados	127
Tabela 03: Ano x Definições de Problema (ator) utilizadas (%) - lado contra a legalização; maiores valores de cada ator destacados	129
Tabela 04: Ano x Definições de Problema (tópico) utilizadas (%) - lado a favor da legalização; maiores valores de cada tópico destacados	131
Tabela 05: Participação em cadeias de discussão (responde e/ou é respondido em uma cadeia)	133
Tabela 06: Amostra de cadeias para análise da reciprocidade	166
Tabela 07: Reciprocidade estrutural dos usuários participantes de cadeias de discussão	167
Tabela 08: Reciprocidade estrutural das cadeias de discussão	167
Tabela 09: Número de casos de cadeias com relações estruturalmente recíprocas	168
Tabela 10: Reciprocidade (nível atitude) nos comentários da amostra	173
Tabela 11: Localização do comentário na cadeia de reciprocidade estrutural X atitude recíproca	182
Tabela 12: Presença de recusa x Reciprocidade Estrutural nas cadeias (a)	184
Tabela 13: Presença de monólogo x Reciprocidade Estrutural nas cadeias (a)	184
Tabela 14: Presença de respostas simples x Reciprocidade Estrutural nas cadeias (a)	185
Tabela 15: Presença de respostas significativas x Reciprocidade Estrutural nas cadeias (a)	185
Tabela 16: Presença de recusa x Reciprocidade discursiva nas cadeias (a)	186
Tabela 17: Presença de monólogo x Reciprocidade discursiva nas cadeias (a)	186
Tabela 18: Presença de resposta simples x Reciprocidade discursiva nas cadeias (a)	187
Tabela 19: Presença de resposta significativa x Reciprocidade discursiva nas cadeias (a)	187
Tabela 20: Reciprocidade Estrutural x Reciprocidade discursiva nas cadeias (a)	189
Tabela 21: Reciprocidade Estrutural x Heterogeneidade das cadeias	193
Tabela 22: Presença de recusa x Heterogeneidade das cadeias	194
Tabela 23: Presença de monólogo x Heterogeneidade das cadeias	194
Tabela 24: Presença de resposta simples x Heterogeneidade das cadeias	194

Tabela 25: Presença de resposta significativa x Heterogeneidade das cadeias	195
Tabela 26: Reciprocidade dos discursos x Heterogeneidade das cadeias	195

Sumário

Introdução	14
Reciprocidade entre grupos divididos, polarizados e desacordos profundos	15
O caso empírico: a discussão do aborto no Brasil	18
O caso empírico: corpus para análise	24
Seleção das páginas em que as discussões ocorrem	25
Coleta das discussões	26
Amostras	27
Capítulo 1: O conceito de reciprocidade	28
1.1. A ideia de reciprocidade para os teóricos deliberacionistas	29
1.2. Reciprocidade deliberativa rawlsiana	31
1.3. Reciprocidade deliberativa habermasiana	34
1.4. Pragmática formal habermasiana	39
1.5. Ideal role-taking e a reciprocidade	45
1.6. Diferentes apreensões da reciprocidade em estudos empíricos	48
Capítulo 2: O conceito de polarização	54
2.1. A polarização como a divergência nos posicionamentos ideológicos	56
2.2. Grupos cada vez mais alinhados? Consistência e polarização partidária	60
2.3. Abordagem relacional da polarização: identidades, sentimentos e interações	63
2.4. Polarização nas plataformas de redes sociais online	68
Capítulo 3: Quadro analítico - Reciprocidade e Polarização	76
3.1. Apreensão da reciprocidade no nível da estrutura	76
3.1.1. Proporção de respostas	76
3.1.2. O quanto participantes respondem e são respondidos	80
3.1.3. Análise da Rede de Interações	82
3.1.4. A medida utilizada nessa tese	92
3.2. Apreensão da reciprocidade no nível das atitudes	93
3.2.1. A medida utilizada nessa tese	103
3.2. Apreensão da reciprocidade no nível dos discursos	107
3.2.1. O que são enquadramentos e como identificá-los	110
3.2.2. A medida utilizada nessa tese	114
3.4. Apreensão da polarização das discussões online	115
3.4.1. A medida utilizada nessa tese	116
3.5. Procedimento	117
Capítulo 4: Polarização e reciprocidade no debate do aborto de 2012 a 2019	119
4.1. Resultados	122
4.1.1. Intensidade das posições	122

4.1.3. Reciprocidade (atitude)	124
4.1.4. Reciprocidade (discursos)	125
4.2. Os eventos de 2012 a 2019	135
4.2.1. Abril e Maio de 2012	136
4.2.2. Julho e Agosto de 2013	137
4.2.3. Setembro, Outubro e Novembro de 2014	144
4.2.4. Setembro e Outubro de 2015	147
4.2.5. Janeiro, Fevereiro e Março de 2016	151
4.2.6. Novembro e Dezembro de 2016	152
4.2.7. Novembro e Dezembro de 2017	155
4.2.8. Junho, Julho e Agosto de 2018	157
4.2.8. Maio, Junho e Julho de 2019	159
4.3. Aborto e polarização brasileira	160
Capítulo 5: Polarização e reciprocidade nas cadeias de interação	164
5.1. Reciprocidade no nível da estrutura	166
5.1.1. Usuários	166
5.1.2. Cadeias	167
5.2. Reciprocidade no nível das atitudes	172
5.3. Reciprocidade no nível dos discursos	177
5.4. Entre reciprocidades	181
5.4.1. Estrutura e Atitudes nos comentários e respostas das cadeias	181
5.4.2. Cadeias: Atitude x Estrutura	183
5.4.3. Cadeias: Atitude x Discurso	186
5.4.4. Cadeias: Estrutura x Discurso	188
5.5. Reciprocidade x Polarização	189
5.5.1. Reciprocidade (estrutura) e Posições Extremas	189
5.5.2. Reciprocidade (atitudes) e Posições Extremas	190
5.5.3. Reciprocidade (discursos) e Posições Extremas	192
5.5.4. Reciprocidades entre posições distintas	193
5.5. Resumo dos resultados das cadeias de interação	196
5.6. Discussão	199
Considerações finais	205
Referências	208

Introdução

Apresento nessa tese um quadro analítico capaz de descortinar como e o quanto discussões online são ou não recíprocas quando o assunto em questão é altamente polarizado. Argumento que a reciprocidade pode ser medida em três dimensões: nas *estruturas das interações*, nas *atitudes dos participantes* nessas interações e nos *discursos mobilizados* por eles. Essa classificação é um avanço nas tipificações previamente feitas pela literatura (Kies, 2010; Mendonça, Freitas e Oliveira, 2014; Esau & Friess, 2022) Para relacionar essas dimensões de reciprocidade com a polarização, observo também o quanto as posições expressas nas discussões são extremas, através de uma abordagem relacional da polarização. Utilizo um caso empírico específico para apresentação desse quadro analítico: as discussões sobre o aborto no *Facebook* de 2012 a 2019. O aborto foi escolhido por ser um tema tipicamente controverso, amplamente utilizado em pesquisas sobre desacordos profundos e polarização. O *Facebook* foi escolhido por ser a plataforma de rede social online mais utilizada no Brasil na última década. E o período de 2012 a 2019 foi escolhido porque a literatura nacional tem apontado um aumento da polarização a partir de 2013, culminando nos resultados das eleições de 2018. O período de 2012 a 2019 abarca um ano antes e um depois desse recorte.

Percurso os seguintes passos ao longo da tese para a demonstração do quadro analítico: primeiro, apresento o conceito de reciprocidade e o conceito de polarização (Capítulos 1 e 2); depois, apresento as diferentes formas de observação da reciprocidade, as diferentes formas de observação da polarização, e como eu apreendo esses dois conceitos empiricamente nessa tese (Capítulo 3); por fim, eu realizo dois estudos empíricos específicos do caso estudado, um voltado para os comentários mais relevantes em cada ano (Capítulo 4) e outro voltado para uma amostra de cadeias de respostas (Capítulo 5). O objetivo é mostrar como o quadro analítico aqui proposto é capaz tanto de mostrar transformações nas dinâmicas de reciprocidade a longo prazo, quanto permitir a observação em detalhes das interações diretas entre usuários. Através desses passos, é possível compreender como a reciprocidade em suas diferentes dimensões ocorre em discussões públicas online sobre assuntos controversos.

Reciprocidade entre grupos divididos, polarizados e desacordos profundos

A noção de reciprocidade foi a base da virada comunicacional da política e da racionalidade. Através dos caminhos dos hegelianos, dos pragmatistas e dos deliberacionistas, entendeu-se que as escolhas e as vontades racionalmente fundadas não podem ser certificadas e asseguradas no âmbito individual - a racionalidade está “inextricavelmente ligada a processos de comunicação nos quais uma vontade comum é tanto descoberta como formada” (McCarthy, 1981, p. 327). A Democracia só pode existir se nos comunicamos minimamente, e só nos comunicamos se estamos minimamente voltados ao entendimento com os outros (Habermas, 1996). Uso o termo “minimamente” porque essa comunicação é rara, embora emergja das nossas “rotinas diárias invisíveis” de interação (Habermas, 2008, p. 11).

Para a perspectiva deliberacionista da política, as diferenças, os desacordos e os conflitos devem ser resolvidos através das trocas comunicacionais recíprocas, respeitadas, razoáveis e justificadas (Habermas, 1984; 1987; 1992; 1996; Rawls, 1993; 1997; Gutmann e Thompson, 1996, 2004; Cohen, 1997). Tais trocas se tornam mais difíceis quando falamos de grupos altamente divididos, como é o caso das divisões por motivos religiosos, étnicos, linguísticos, ou mesmo desacordos ideológicos profundos. Apesar de mais raros e conturbados, os processos comunicativos e deliberativos entre grupos divididos são possíveis, conforme uma série de estudos empíricos deliberacionistas têm mostrado (Caluwaerts, 2012; Orozco & Ugarriza, 2014; Grönlund, Herne & Setälä, 2015; Maia et al, 2017; Steiner et al, 2017; O’Flynn & Caluwaerts, 2018). Experimentos deliberativos entre grupos divididos linguisticamente na Bélgica, por exemplo, apresentaram uma boa qualidade de deliberação a depender da configuração dos grupos (Caluwaerts, 2012). O mesmo aconteceu em experimentos deliberativos entre grupos divididos na Colômbia, em que a natureza de divisão tem um importante histórico de violência e conflitos armados (Orozco & Ugarriza, 2014). No Brasil, grupos de discussão entre moradores de favelas e policiais militares conseguiram atravessar a autoridade a priori em poder dos policiais, e alcançaram momentos de discussão significativa (Maia et al, 2017).

Embora a comunicação entre grupos divididos seja possível, as evidências sobre as consequências dessa comunicação são ambíguas (Wojcieszak, 2011, 2012; O’Flynn & Caluwaerts, 2018). Ainda é um tema de estudo as condições em que processos deliberativos causam mais respeito entre grupos divididos, mais moderação, menos extremismo, mais abertura a outras perspectivas, e quando agem como catalisadores para divisões ainda mais profundas (O’Flynn & Caluwaerts, 2018, p. 748). Na direção inversa do que argumentam os

deliberacionistas estão os estudos de *Group Polarization (GP)*, o processo em que “uma tendência inicial dos membros individuais do grupo em direção a uma determinada direção é aumentada após a discussão do grupo” (Isenberg, 1986, p. 1141). Nas palavras de Iandoli, Primario & Zollo (2021), “*Group Polarization (GP)* ocorre quando os membros do grupo acabam sendo mais extremos em sua posição sobre um determinado assunto após participarem ou serem expostos a uma discussão” (p. 1).

Deliberacionistas argumentam que as possibilidades de despolarização a partir de processos deliberativos dependem de algumas características das discussões. Por exemplo, Grönlund, Herne & Setälä (2015) mostram como discussões entre grupos heterogêneos despolarizam mais do que discussões homogêneas - nesse sentido, a composição dos grupos é importante para a despolarização (Caluwaerts, 2012; Grönlund, Herne & Setälä, 2015; Setälä & Smith, 2018). Em outro exemplo, Caluwaerts (2012) e Caluwaerts & Deschouwer (2014) mostram como a regra de decisão do debate importa: regras voltadas para atingir consensos (supermaioria ou unanimidade) melhoram a qualidade da discussão entre grupos divididos. Um outro ponto é levantado por Ugarriza & Nussio (2016): eles defendem que a possibilidade de despolarização a partir da deliberação depende de um processo anterior de desenvolvimento de confiança entre grupos divididos. Por fim, o tratamento igualitário entre os grupos divididos é necessário - e isso envolve, as vezes, desbalancear as condições para favorecer o grupo socialmente mais desfavorecido, como o caso de Caluwaerts (2012) que desbalanceou a composição do grupo. “Tratar todos os grupos igualmente em termos de status é uma condição necessária para gerar efeitos deliberativos positivos” (O’Flynn & Caluwaerts, 2018, p. 749).

As condições, no entanto, parecem fazer mais sentido se apenas os mini-públicos e ambientes controlados são considerados. De fato, as evidências de despolarização a partir de processos comunicacionais deliberativos vêm majoritariamente de estudos voltados para esse tipo de ambiente. Na conversação política, entendida como “a troca informal, casual e espontânea de pontos de vista e opiniões sem as restrições de regras processuais formais ou uma agenda fixa” (Maia, 2012, p. 214-215), não é possível pré-determinar a composição dos grupos, regras de decisão e desenvolvimento de confiança entre grupos. O que acontece com a relação entre reciprocidade e polarização em discussões espontâneas, como aquelas que ocorrem em plataformas de redes sociais online? Boa parte dos estudos têm mostrado um processo importante de polarização nas conversações políticas online, em que os grupos com posições distintas não se abrem ao debate e conversação política (Sunstein, 2001; 2007; 2017; Prior, 2007; Stroud, 2010; Pariser, 2011; Colleoni et al., 2014; Settle, 2018), além de presença de incivilidade, desrespeito e intolerância nesse tipo de conversação (Rowe, 2015; Brown,

2018). No entanto, a caracterização de fragmentação dos públicos não é absoluta na literatura (Barberá, 2015; Karlsen et al, 2017; Bruns, 2019; Bodrunova et al, 2019). Além disso, as conversações espontâneas podem existir nos ambientes online, estimular a troca de ideias, o aprendizado de pontos de vista distintos e a construção de pontos de vista mais democráticos, mesmo que fora das ‘condições perfeitas’ (Maia, 2012; Maia & Rezende, 2016; Rossini & Maia, 2021; Rossini, 2022). Pesquisas anteriores mostram, por exemplo, que a incivilidade não necessariamente deturpa os diálogos em ambientes online (Maia & Rezende, 2016; Rossini, 2022). Outras mostram que encontrar baixa justificação e argumentação também não é necessariamente um problema, já que outras formas de comunicação como as histórias de vida tem valor importante (Garcêz & Maia, 2009). Mas quais são os critérios de avaliação da reciprocidade? A ausência de reciprocidade possibilita, ainda assim, alguma possibilidade de comunicação democrática? O estudo da reciprocidade nesse tipo de conversação, eu argumento, é altamente relevante, por revelar seu caráter dialógico. Uma demonstração dessa centralidade é que a reciprocidade é um dos princípios normativos deliberativos mais medidos em estudos empíricos sobre deliberação e discussões online (Sampaio, Barros & Morais, 2012). A reciprocidade pode ocorrer em discussões online mesmo que essas não caibam perfeitamente em um ideal deliberativo (Maia & Rezende, 2016, p. 133).

A reciprocidade pode ser entendida em seu significado literal como “ir e vir”, e no seu significado nas conversações como “dizer, ouvir e responder”, ou, ainda, num sentido deliberativo, responder de uma forma que esteja voltada para o outro (na perspectiva habermasiana) ou que o outro possa aceitar (na perspectiva rawlsiana). Isso não significa demandar que os sujeitos se anulem diante dos outros (Mendonça e Santos, 2009, p. 511), mas que construam suas opiniões de forma dialógica, colocando o que pensam de forma voltada para o entendimento. A reciprocidade garante que haja de fato um diálogo, o que é a base da apreensão comunicacional do fazer político; não é suficiente que cidadãos coloquem o que pensam de forma respeitosa, polida, justificada, e não-coercitiva, se ainda assim eles não estão voltados para os outros. É necessário que nas trocas comunicacionais haja reciprocidade.

Embora a reciprocidade seja formada pelo “dizer, ouvir e responder”, foi especialmente a parte do *dizer*, do *falar*, que ganhou a maior parte da atenção dos estudos empíricos (Morrell, 2018, Scudder, 2019; Ercan, Hendriks & Dryzek, 2019; Esau & Friess, 2022). “Grande parte da literatura foca na justificativa e na mudança de opinião, enquanto pouco se concentra em quão bem os cidadãos ouvem uns aos outros” (Morrell, 2018, p. 244). Enquanto houve um grande movimento científico para pensar como os concernidos podem falar, não se desenvolveu mecanismos teóricos e metodológicos o suficiente para o estudo da escuta (Morrell, 2018;

Scudder, 2019; Ercan, Hendriks & Dryzek, 2019). Esse é um problema no campo das teorias deliberacionistas, já que “dar a todos a chance de falar não é o mesmo que garantir que todos ouçam os outros” (Morrell, 2018, p. 47). Nesse debate, eu sigo os autores que apontam que o estudo empírico da reciprocidade, que já vem sendo feito há vários anos, é uma das formas possíveis de estudar a escuta (Morrell, 2018; Scudder, 2019; Esau & Friess, 2022). Os objetivos dessa tese são: (a) contribuir para o estudo empírico da reciprocidade ao mostrar como ela ocorre em diferentes níveis em discussões polarizadas onlinee (b) apresentar um modelo metodológico capaz de apreender a reciprocidade nesses diferentes níveis. A discussão do aborto foi escolhida para a demonstração do método. A seguir, recupero as principais questões envolvendo o debate do aborto. Em seguida, apresento de forma geral a coleta dos dados utilizados nessa tese.

O caso empírico: a discussão do aborto no Brasil

Abortar no Brasil é crime previsto no Código Penal, sendo apenas inimputável em três casos específicos: quando a gravidez é fruto de um estupro sofrido pela mulher, quando o feto é anencéfalo, e quando há risco de vida para a mulher grávida. Como abortar é um crime, tornou-se recorrente a busca por abortos clandestinos, causando a mortes de mulheres no país devido à precariedade dos métodos e procedimentos feitos fora de um ambiente especializado. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), uma mulher morre a cada dois dias devido à um aborto clandestino no Brasil. Mesmo sendo um crime e causando a morte de tantas mulheres, fato é que o aborto não deixa de ser feito. Cerca de 850 mil mulheres realizam aborto no Brasil por ano - se considerarmos o período de 2004 a 2013, o número pode variar entre 7,5 milhões e 9,3 milhões de mulheres¹.

A descriminalização do aborto é uma das mais antigas pautas dos movimentos feministas. O direito ao aborto nessa perspectiva é visto como um direito à autonomia das mulheres: o aborto deve ser legal e o procedimento deve estar disponível para as mulheres pois trata-se de uma decisão das mesmas sobre seus próprios corpos e que, por isso, é essencial para a construção da sua autonomia. É nesse sentido que esse lado do debate ficou conhecido como *pró-escolha*. “A recusa à autonomia das mulheres como valor corresponde à recusa a tomá-las como fonte legítima para a produção das interpretações sobre seus próprios interesses e sobre o sentido da vida” (Biroli, 2014, p. 41). A atenção dada ao aborto no meio feminista tem relação

¹ Estudo “Magnitude do Abortamento Induzido por Faixa Etária e Grandes Regiões”, de Mário Giani Monteiro, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e Leila Adesse, da ONG Ações Afirmativas em Direitos e Saúde

com uma interpretação histórica da situação das mulheres no mundo. A Igreja, os homens, os reis e o Estado sempre criaram uma série de punições e condenações para o aborto, fazendo com que “a escolha da mulher na realidade” não fosse “de modo algum livre” (Galeotti, 2007, p. 31). A proibição do aborto nesse sentido é vista como uma forma de dominação das mulheres, enquanto “o direito ao aborto confronta a idealização da maternidade, que é um modo de representação de um papel compulsório como se fosse tendência natural e desejo comum de todas as mulheres” (Biroli, 2014, p. 123). Galeotti (2007) chama os direitos relacionados à autonomia reprodutiva de reivindicações imprescindíveis do feminismo: o controle do próprio corpo foi posto como luta primária e primordial. “Slogans como ‘donas da nossa barriga’ ou ‘o útero é meu’ manifestam a vontade feminina de deixar de ser alvo de escolhas e condicionamentos externos” (Idem, p. 131).

Do lado oposto se situam os grupos anti-aborto no movimento que se autoproclama *pró-vida*. A vida nesse tipo de posição pode ser defendida de maneira mais secular ou mais ortodoxa. Há períodos em certos contextos da Humanidade em que o aborto era colocado como algo negativo porque retirava a vida de um futuro cidadão, e portanto era algo ruim para o fortalecimento daquela sociedade ou nação (Galeotti, 2007). Na modernidade, por exemplo, o fortalecimento do Estado tem grande destaque, e o nascimento de mais indivíduos é incentivado para que haja um fortalecimento econômico e militar. A maternidade, que sempre foi colocada como uma obrigação, um destino inevitável ou uma predestinação para as mulheres, ganha ali uma nova qualificação: é, também, “um ato de patriotismo”, sendo a “única possível e autêntica missão feminina” (Galeotti, 2007, p. 94). Com a expansão do judaísmo e do cristianismo, a defesa dessa vida ganhou um cunho transcendental, em que o aborto seria um pecado por interromper algo sagrado, a obra de Deus, a vida (Galeotti, 2007, p. 22). “A inovação é radical: a proibição de abortar é ordenada por Deus ao homem no contexto de um claro dever de transmitir a vida para preservar o povo do Senhor. Ordem celeste, não meramente passível de ser reduzida a um interesse humano” (Galeotti, 2007, p. 46). Uma famosa frase de Simone de Beauvoir (1949 [2009]) resume o impacto do cristianismo na história do aborto: “Foi o cristianismo que revolucionou as ideias morais, dotando o embrião de uma alma; então o aborto tornou-se um crime contra o próprio feto.” (p. 180). A vida do feto pode também ser defendida num sentido jurídico. Com o teor universal dos direitos humanos difundidos no último Século, o aborto também passou a ser colocado como um crime que tira uma vida, contrariando o direito humano universal à vida. Dessa forma, a defesa da vida pode se dar em termos práticos/pragmáticos para o desenvolvimento das sociedades, em termos religiosos, em termos de valores aos quais devemos nos apegar ou em termos de direitos naturais.

É importante ressaltar que não se tratam apenas de dois grupos com opiniões homogêneas entre si e completamente distintas um do outro. Existem várias divergências, por exemplo, dentro dos movimentos feministas sobre a forma como o aborto deveria ser tratada (Biroli, 2014): enquanto alguns podem prezar por uma liberdade negativa diante do Estado, outros podem defender uma autonomia positiva em que é preciso a criação de condições para a prática do direito ao próprio corpo. Outro tipo de divergência, por exemplo, acontece entre os grupos religiosos: alguns têm apresentado posicionamentos a favor da descriminalização do aborto, como as Católicas pelo Direito de Decidir. Há uma longa discussão sobre o aborto também sobre o que é ou não considerado uma vida e a partir de que momento essa vida começa. Com a revolução tecnológica dos últimos dois Séculos tornou-se possível visualizar o feto ainda em gestação - se até então o interior da barriga da mulher era um mistério, a partir dele, “pela primeira vez, mostra-se o feto” (Galeotti, 2007, p. 78). Nas últimas décadas, o debate em termos científicos ganha mais destaque a partir da discussão se o feto é ou não (e quando passaria a ser) uma vida. Ambos os lados da discussão reivindicam argumentos diante da credibilidade científica. Por um lado, tentam provar que, sim, o feto é uma vida e, logo, abortar é assassinato. Por outro, tentam argumentar que não, o feto só seria vida a partir de certo momento da gestação (geralmente determinado em três meses ou noventa dias de gestação), e, nesse caso, o aborto não seria um problema caso fosse realizado antes do período determinado.

Por fim, as desigualdades para além da questão de gênero (como a de classe econômica e a de raça) também são um aspecto essencial no debate sobre o aborto. Com a complexificação da categoria mulher no entendimento do gênero nas últimas décadas, cresceram as pesquisas, estudos e discussões sobre como a proibição do aborto ocorre de forma muito distinta para diferentes mulheres. “As desigualdades dos efeitos danosos da clandestinidade e da criminalização do aborto atingem principalmente a parte mais vulnerável da população, de mulheres pobres e negras, com baixa escolaridade; as mais jovens e aquelas com menor acesso à informação” (Anjos et al, 2013, p. 505). A desigualdade na forma como as mulheres enfrentam a criminalização do aborto se reflete também nas diferenças regionais no Brasil, onde, no Norte, “o risco de mortalidade materna em consequência de gravidez que termina em aborto é 1,6 vezes maior do que na região Sudeste” (Anjos et al, 2013, p. 511). O risco da ilegalidade acaba, dessa forma, ficando nas costas das mulheres mais oprimidas - as negras e as pobres (Diniz, 2007; Diniz e Corrêa, 2008). Há também desigualdade mesmo em locais onde o aborto é legalizado, como o caso dos Estados Unidos: embora o aborto não seja crime, ele está disponível apenas na rede de saúde privada e, especialmente em alguns estados, com uma série de obstáculos como a ausência de clínicas em vastas regiões (Sonfield et al, 2005).

A questão do aborto no mundo inteiro é, como uma expressão famosa nos Estados Unidos diz, *the war that never ends* [a guerra que nunca acaba]. A criminalização do aborto tem uma história sinuosa e que variou muito a depender de diversos fatores - como as transformações científicas, as mudanças no Estado, a moral religiosa, entre tantos outros. Em 2022, o aborto está longe de ser um assunto pacífico em qualquer lugar do mundo e é alvo de intensas disputas em todos os países do planeta - seja para criminalizá-lo nos países em que é livre, seja para descriminalizá-lo nos países em que é proibido, ou para transformar em diversos pontos e nuances as leis vigentes (como o acesso ao aborto na rede pública ou privada de saúde, a permissão em casos específicos como no caso de violência sexual, risco de vida para a mãe, entre tantos outros).

O Brasil se constituiu como uma nação predominantemente católica, evidentemente devido à colonização portuguesa que tentou ao longo da colonização reprimir outras religiões. Esse é um aspecto importante para compreender a questão do aborto no país, devido ao já mencionado peso histórico do cristianismo no que se refere ao abortamento. Até se tornar República, o Brasil consequentemente condenava a prática abortiva, mas assim como em muitos lugares do mundo, não havia ainda legislação sistematizada. Importante notar que nesse período o Brasil estava submetido à legislação penal de Portugal, expressa nas chamadas Ordenações Filipinas. O aborto e o infanticídio no período colonial eram vistos de forma negativa: como indicativo de relações sexuais fora do casamento, como a condenação de uma alma inocente ao sofrimento eterno pela falta do sacramento do batismo, como ameaçadora do povoamento do Brasil. Do ponto de vista legal, porém, estas práticas não constavam como delito nas Ordenações Filipinas (Hentz, 2013, p. 59).

Ainda no período imperial, o aborto aparece no Código Criminal do Império do Brasil, de 1830, “a primeira legislação penal do Brasil independente” (Hentz, 2013, p. 60), mas não como punição para a mulher que aborta e apenas para quem induz o aborto. A partir da Proclamação da República, o cenário se modifica. “O Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, aprovado em 1890, é o primeiro código brasileiro a penalizar a mulher que aborta” (Idem, p. 72). Importante ressaltar que a única exceção para o crime naquele momento era uma das três presentes na legislação atual: “Há apenas um caso previsto neste Código em que o aborto é permitido, chamado aborto legal, ou aborto necessário, para salvar a gestante de morte inevitável” (Idem, p. 72-73).

O Código Penal que substituiu o de 1890 foi criado em 1940 e tem vigência até hoje, em 2022. Nele, o aborto é colocado na tipificação de “crimes contra a vida”. Acrescenta-se uma

segunda exceção para o crime: caso a gravidez seja em decorrência de estupro. Os artigos que vigoram hoje no Brasil são:

Art. 124 – Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque: Pena – detenção, de um a três anos.

Art. 125 – Provocar aborto, sem o consentimento da gestante: Pena – reclusão, de três a dez anos.

Art. 126 – Provocar aborto com o consentimento da gestante: Pena – reclusão, de um a quatro anos. Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou débil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência.

Art. 127 – As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte.

Art. 128 – Não se pune o aborto praticado por médico: I – se não há outro meio de salvar a vida da gestante; II – se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal. (BRASIL, 1940)

Diversas tentativas de mudança na legislação ocorreram desde então. Apenas uma de fato ocorreu, mas não através do poder legislativo, e sim do Supremo Tribunal Federal. Trata-se da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 54 (ADPF 54), que prevê a exceção da punição no crime de aborto no caso de fetos anencéfalos (sem formação cerebral), aprovada pelo STF em 2012. Dessa forma, constituiu-se as três possibilidades de aborto inimputável no país. Essas três possibilidades, no entanto, têm estado em alto grau de risco.

Nas últimas décadas, as principais mudanças discutidas no que se refere às políticas e às leis do aborto são no sentido de agravar a criminalização, e não de legalizar a prática. O estudo de Rocha (2005) mostra que no período entre os anos de 1999 a 2004, por exemplo, foram propostos 11 Projetos de Lei com o intuito de deixar a criminalização mais rígida. Birolí e Miguel (2016, p. 11) atribuem esse movimento a dois fatores: por um lado, os movimentos feministas no Brasil passaram a não priorizar o assunto. Os autores citam “episódios como a

retirada do tema do aborto no documento apresentado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher à Assembleia Nacional Constituinte em 1988” e o recuo nas eleições presidenciais de 2010, quando os principais movimentos do país continuaram a apoiar a então candidata à presidência Dilma Rousseff mesmo esta tendo se pronunciado diretamente à comunidade evangélica prometendo não se mover em favor do aborto. Do outro lado, um segundo fator é que “entre o início dos anos 1990 e os dias atuais, o aborto ganhou prioridade crescente entre os grupos religiosos. Passou a ser uma das temáticas centrais na sua atuação no Congresso Nacional, na pressão nas disputas eleitorais e nas barganhas dentro do Legislativo” (Biroli e Miguel, 2016, p. 11).

Os grupos religiosos destacados por Biroli e Miguel (2016) com influência na disputa do aborto não são só católicos. As últimas décadas no Brasil são marcadas “pela crescente participação dos segmentos evangélicos pentecostais na política partidária e nas disputas eleitorais” (Machado, 2012, p. 26). Isso não significa que os grupos católicos deixaram de figurar entre os atores protagonistas no que se refere à disputa política do aborto - coexistem com os Evangélicos diversos grupos católicos com importante atuação no tema como, por exemplo, a Opus Dei, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a Renovação Carismática. De fato, a questão religiosa tem grande peso na disputa política do aborto no Brasil. No estudo de Fontes (2012) sobre os enquadramentos midiáticos do aborto no período eleitoral de 2010, a grande parte das vozes utilizadas como fontes nas notícias e reportagens era de atores religiosos, em oposição a uma minoria de feministas e profissionais de saúde. “Isso demonstra a força da religião enquanto fonte primária, enquanto as mulheres que fizeram aborto e suas histórias de vida estiveram ausentes do enquadramento jornalístico” (Lemos, 2014, p. 76). O mesmo ocorre no estudo de Diniz (2008) sobre a discussão no Supremo Tribunal Federal (STF) em 2004 sobre o aborto no caso de fetos anencéfalos: os argumentos utilizados contra a descriminalização tinham uma base relacionada à moral cristã (Diniz, 2008).

O recorte temporal 2012-2019 no Brasil no que refere ao aborto começa com a ampliação do direito através de uma decisão do STF, ao mesmo tempo em que crescia na sociedade civil a influência de líderes religiosos pentecostais na política. Interessante observar que o STF hoje é um dos grandes (se não o principal) alvo de críticas e conflitos dos grupos conservadores. Já na ocasião da ADPF 54 de 2012 havia um enfrentamento desses grupos ao STF, mas ainda de forma modesta. Além disso, 2012 trazia ainda as marcas das eleições de 2010 em que o aborto foi tema central e gerou tensões entre movimentos feministas e o PT. Além do explícito compromisso de Dilma Rousseff de não avançar na legalização do aborto, havia nos dois mandatos de Dilma (2010-2016) um alinhamento entre o Governo Federal e

parlamentares conservadores na Câmara dos Deputados e no Senado justificado pelo PT como uma necessidade para a governabilidade. A tensão entre movimentos feministas e o governo petista é expressiva até 2016, e fica evidente por exemplo nas manifestações de 2013 e nas manifestações contra o Projeto de Lei 5069/2013 em 2015.

O PL 5069/2013 é de autoria do ex-deputado Eduardo Cunha e outros doze parlamentares, e “tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto”, ou seja, o projeto torna “crime contra a vida” qualquer propaganda ou distribuição de meios abortivos e a indução ou auxílio à gestante na prática do aborto. Outro aspecto importante e polêmico é que o PL também prevê a exigência de um boletim de ocorrência no caso de aborto em decorrência de gravidez fruto de um estupro. O PL ganhou grande repercussão na esfera pública especialmente quando foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados em outubro de 2015. Na ocasião, movimentos sociais e ativistas feministas se mobilizaram argumentando contra o projeto e promovendo diversas manifestações pelo país no que se reivindicava uma Primavera Feminista. Houve então uma interrupção da tramitação desse PL, mas outros Projetos surgiram nos anos seguintes também no sentido de tornar a criminalização mais rígida. Esse é o caso da PEC 181, de 2015, que propõe a alteração da Constituição para tornar o direito à vida abrangente a ideia de vida “desde a concepção” - a PEC também encontrou resistência na Sociedade Civil e não progrediu.

A eleição de Jair Bolsonaro marca o novo avanço da direita conservadora no Brasil. No que se refere ao aborto, a tratativa deste ato como um assassinato é marcante e explícita tanto para Bolsonaro como para seus apoiadores. Isso fica claro na escolha para presidir a pasta do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (antigo Ministério dos Direitos Humanos): a advogada e pastora evangélica Damares Alves. Em 2020, Damares protagonizou o episódio em que uma série de pessoas, incluindo membros do governo e a própria Damares, tentaram impedir o procedimento abortivo de uma criança de 10 anos vítima de estupro.

O caso empírico: corpus para análise

A plataforma escolhida para a análise das discussões sobre o aborto de 2012 a 2019 foi o *Facebook*, mais especificamente os comentários em páginas públicas de mídia e páginas ativistas pró e contra a legalização do aborto. Em assuntos de causas políticas, como é o caso do aborto, existem dois principais tipos de páginas no Facebook que abrigam discussões: as páginas de mídia e as páginas ativistas. O conceito de imparcialidade não cabe em totalidade para os veículos de mídia, mas ainda assim esses veículos não reivindicam uma posição

específica na maioria dos temas políticos, fornecendo notícias que podem pender para um lado ou para outro. Dessa forma, o público das páginas de grandes veículos midiáticos é heterogêneo, fazendo com que os posts a priori alcancem também um público heterogêneo. Nas páginas de mídia tradicional existem conteúdos que a priori são direcionados a todos os cidadãos com diferentes posições, enquanto nas páginas ativistas o conteúdo assume uma posição e tenta defendê-la.

O *corpus* foi construído em múltiplas etapas para tornar possível o equilíbrio entre a amplitude dos dados e o tempo exequível de pesquisa. De maneira resumida, as etapas foram as seguintes:

Seleção das páginas em que as discussões ocorrem

Foram identificadas as páginas mais relevantes de mídia, de ativismo pró e de ativismo contra a legalização do aborto. Para o mapeamento das páginas foram utilizados três métodos: primeiro, a busca por palavras-chave sobre os assuntos relacionados na busca do Facebook; depois, a revisão bibliográfica de estudos brasileiros sobre debates políticos no Facebook (Alves, 2019; 2021; Holanda, 2020, Prudêncio, Siqueira e Kuviatkoski, 2019; Ramos, 2017); e por fim, a listagem das páginas compartilhadas e páginas curtidas pelas páginas já mapeadas. Todas as páginas que compartilham algum conteúdo sobre o aborto foram listadas em quatro grupos (mídia, ativismo contra a legalização, ativismo a favor da legalização, e outros). As páginas de mídia são aquelas formadas por empresas de mídia e/ou jornalismo, que não advogam explicitamente nem a favor e nem contra a legalização do aborto. As páginas ativistas são aquelas de movimentos sociais, ONGs, ativistas, coletivos, grupos civis religiosos, agentes de *advocacy*, criadores de conteúdo ativistas - ou seja, qualquer página que seja conduzida pela Sociedade Civil, não-jornalística, e que advoga a favor ou contra a legalização do aborto. Demais páginas são consideradas do tipo *outros* e não foram selecionadas para análise. É o caso de veículos jornalísticos que advogam em favor de um lado, as páginas de representantes políticos do sistema partidário; as páginas de partidos políticos; as páginas de celebridades, como por exemplos humoristas, cantores, atores e atrizes; as páginas de órgãos oficiais do Estado e conselhos de profissões; e as páginas religiosas ligadas institucionalmente à Igreja.

Após a identificação e listagem de todas as páginas, foram selecionadas as duas páginas mais relevantes de cada grupo (mídia, ativismo pró e ativismo contra) para composição do *corpus*. O critério de relevância utilizado foi o número de seguidores da página. Na tabela a seguir mostro as duas páginas selecionadas (mais seguidas) de cada grupo.

Tabela 01: As duas páginas mais relevantes de mídia, ativismo pró e ativismo contra a legalização do aborto no Facebook brasileiro²

Tipo	Nome da Página no <i>Facebook</i>	Número de seguidores arredondado
Mídia	Portal R7	13,3 milhões
Mídia	G1 - O Portal de Notícias da Globo	11,6 milhões
Ativismo pró	Quebrando o Tabu	12 milhões
Ativismo pró	TODAS Fridas	1,4 milhões
Ativismo contra	Nossa Senhora cuida de mim	5,4 milhões
Ativismo contra	Papa Francisco - Amigos e Amigas	4,3 milhões

As duas páginas de mídia mais relevantes são o *Portal R7* e o *G1 - O Portal de Notícias da Globo*. Trata-se de dois portais de notícia vinculados a duas empresas midiáticas distintas, sendo elas duas das principais do país (Grupo Globo e Grupo Record). As páginas *Nossa Senhora cuida de mim* e *Papa Francisco - Amigos e Amigas*, com temática religiosa, atuam fortemente em determinadas pautas políticas conservadoras. Ambas as páginas não estão ligadas oficialmente a instituições religiosas - elas pertencem a grupos de cidadãos comuns, que são religiosos. Ambas as páginas se opõe firmemente e frequentemente à legalização do aborto. As páginas *Quebrando o Tabu* e *TODAS Fridas* atuam fortemente na defesa de diferentes pautas progressistas, como programas de combate à desigualdade econômica, direitos para as pessoas negras, LGBTs, etc, além de defenderem frequentemente a legalização do aborto.

Coleta das discussões

Realizei uma pesquisa em cada uma das páginas para coletar todos os *posts* sobre o aborto entre Janeiro de 2012 e Dezembro de 2019. O método de pesquisa dos posts utilizado foi o próprio mecanismo de busca vinculado às páginas públicas do Facebook, através das seguintes palavras chave: aborto, feto, interrupção da gravidez. Foram ignorados os *posts* que continham palavras chave mas não se relacionavam ao tema (por exemplo, uma notícia sobre

² Número de seguidores aferidos em Agosto de 2021.

um aborto espontâneo sofrido por uma celebridade). Todos os posts dentro do tema foram coletados, como também todos os comentários de todos esses posts. Para a coleta, utilizei um script feito por mim na linguagem de programação Python, utilizando a biblioteca Selenium. No total, 994 posts foram selecionados, e os 571,123 comentários feitos nesses posts foram coletados.

$$N = 578,123$$

Amostras

Dois estudos empíricos foram realizados, e para cada um deles uma amostra específica foi utilizada. No estudo dos comentários mais relevantes (Capítulo 4), selecionei os 200 comentários mais curtidos em cada um dos oito anos da coleta ($n_1 = 1,600$). No estudo das cadeias de interação (Capítulo 5), utilizei uma amostra probabilística de blocos de respostas de comentários ($n_2 = 2,510$), ao contrário da maior parte das pesquisas que olha de maneira unitária para cada comentário. Os detalhes das amostras e análises estão especificados em cada capítulo.

Capítulo 1: O conceito de *reciprocidade*

A reciprocidade, de acordo com o dicionário Merriam-Webster, é "a qualidade ou estado de ser recíproco: dependência, ação ou influência mútuas"³. A epistemologia dessa palavra está enraizada no latino *reciprocus*, que significa “retroceder e avançar”⁴, “ir e vir, de e para”⁵, “retornar da mesma maneira” ou “alternar”⁶. O adjetivo recíproco caracteriza algo como “compartilhado, sentido ou mostrado pelos dois lados”⁷. A reciprocidade é destacada em uma ampla gama de campos de estudos, na Filosofia, Ciência Política, Sociologia, Antropologia e Comunicação. Destaco que a reciprocidade está na base das formulações da política deliberativa, tanto na obra de Habermas (1984; 1987; 1992; 1996) quanto na de Rawls (1993; 1997), embora de maneiras distintas, como também em outros deliberacionistas influenciados por eles, como Gutmann e Thompson (1996; 2004) e Cohen (1997).

Desde seus primeiros anos a Filosofia e (muito tempo depois) as Ciências Sociais e suas aplicações tentam compreender como indivíduos e grupos com grandes diferenças de etnias, identidades, valores, culturas e/ou opiniões entre si podem conviver e coexistir - ou, ainda, num sentido político, como podem cooperar em leis e regras que os governem mutuamente. Com diferenças tão profundas, como chegar à melhor solução? Que tipo de decisão é legítima em um mundo tão plural? Ou, ainda, quais são as verdades que basearão essa coexistência política? Do ponto de vista dos defensores da Democracia Deliberativa, formulada especialmente a partir das obras de Jürgen Habermas e John Rawls, é o processo de justificação pública que é capaz de legitimar ideias, argumentos e políticas, ao colocar indivíduos e grupos com vários tipos de diferença entre si em diálogos argumentativos. Como bem resume Maia (2012, p. 14), embora sejam variadas as perspectivas deliberacionistas, há uma ideia central consensual de que a “troca pública de razões e a formação discursiva da opinião e da vontade política podem fornecer meios mais democráticos e justos para lidar com o pluralismo”. De acordo com Chambers (2018, p. 63), “Rawls e Habermas inauguraram uma nova era na teoria liberal centrada na justificação pública, que envolve buscar, construir e oferecer razões para a coerção do estado que sejam aceitáveis para todos os cidadãos”.

³ Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/reciprocal#etymology>, tradução minha.

⁴ Disponível em: <https://latin-dictionary.net/definition/32997/reciprocus-reciproca-reciprocum>, tradução minha.

⁵ Disponível em: <https://en.wiktionary.org/wiki/reciprocus>, tradução minha.

⁶ Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/reciprocal#etymology>, tradução minha.

⁷ Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/reciprocal>, tradução minha.

A *reciprocidade* é uma característica fundamental nesse processo de discussão pública: em uma discussão recíproca, os interlocutores buscam se ouvir e se responder; mais do que isso, se a discussão é recíproca, as respostas estão direcionadas para o entendimento mútuo (perspectiva de Habermas) ou são baseadas naquilo que pode ser aceito pelo outro (perspectiva de Rawls, Cohen e Gutmann & Thompson). Ambas as perspectivas dão centralidade à *reciprocidade*, mesmo através de caminhos diferentes. A reciprocidade é a característica que confere ao processo de formação da opinião e avaliação de razões o status de verdadeiramente dialógico. Se estamos falando de discussões em que há alta divergência e desacordo, então a característica recíproca é tanto mais conturbada quanto ainda mais importante, porque ela é a expressão da busca por um terreno comum. Para entender as bases teóricas específicas que definem a *reciprocidade deliberativa*, resgato a seguir de forma breve algumas ideias importantes formuladas antes e durante a virada comunicacional do pensamento democrático.

1.1. A ideia de reciprocidade para os teóricos deliberacionistas

O Iluminismo forneceu parte da base filosófica da democracia deliberativa. Destaca-se a influência de Rousseau e Kant, embora em ambos os casos é possível dizer que tratam-se de influências ambíguas (Chambers, 2018). Defensor da igualdade de participação de todos os homens, Rousseau apresenta a ideia de vontade geral como aquela formada por todos através do que consideram ser o melhor para o bem comum. Nessa concepção cada homem formula individualmente em sua mente o que considera melhor para todos e então o expressa. Na visão rousseauiana, “visto que os cidadãos (se bem educados como descrito por Rousseau em *Emile*) são considerados bons, eles sempre se empenharão pelo bem comum se simplesmente forem deixados sozinhos para se decidirem” (Steiner et al, 2004, p. 29). Por um lado, deliberacionistas usualmente são contrários a essa formulação primeiro porque a vontade geral não estaria atrelada ao diálogo (embora Rousseau use a palavra *deliberação*, não seria no sentido de comunicação) e segundo porque o processo de formação da vontade geral não respeitaria as diferenças (Habermas, 1989; 1992; 1996; Steiner et al, 2004). Por outro lado, Rousseau influencia a obra de outros deliberacionistas, como Joshua Cohen e John Rawls, que vêem a deliberação como o processo de formação da vontade geral em que indivíduos devem utilizar razões que visem o bem comum (Chambers, 2018). “O conceito de *razões do bem comum* vincula firmemente o conteúdo cognitivo das razões a um compromisso ético de buscar soluções e resultados de políticas que sejam do interesse geral de todos” (Chambers, 2018, p. 57). Essa abordagem é criticada por postular que as diferenças devem ser deixadas de lado para

dar lugar à busca pelo bem comum. Em alguns casos essa crítica se estende também à obra de Kant e a algumas apropriações dela no campo da deliberação. Para Kant, os interesses privados também devem ser deixados de lado, mas, ao contrário de Rousseau, não para dar lugar à vontade geral, mas sim à razão universal (Chambers, 2018).

Kant diferencia o *uso privado* do *uso público da razão*: no uso privado, um indivíduo usa razões de acordo com o próprio cargo e interesses específicos, ao contrário do uso público, em que indivíduos usam a razão com um endereçamento universal e não particular. Em 1783, Kant escreve: “Entendo sob o nome de uso público de sua própria razão aquele que qualquer homem, enquanto sábio, faz dela diante do grande público do mundo letrado. Denomino uso privado aquele que o sábio pode fazer de sua razão em um certo cargo público ou função a ele confiado” (Kant, [1783] 1985, p. 104). O’Neill (1990) faz uma leitura e uma elaboração interessantes de Kant. Em suas palavras, Kant não está preocupado com os meios para tornar públicas as razões de alguém, o caráter público das razões estão em seu próprio conteúdo - mais especificamente, no quanto elas podem ser aceitas de maneira universal.

Quaisquer que sejam os meios de comunicação disponíveis, as comunicações podem falhar em serem públicas se não atenderem aos padrões de interpretação dos outros. Nenhuma quantidade de publicidade pode transformar uma mensagem que não pode ser interpretada por ninguém ou apenas por alguns em um uso totalmente público da razão. Publicidade eficaz é politicamente importante; mas pressupõe que o que deve ser comunicado é possível de se tornar público (O’Neill, 1990, p. 33).

Como O’Neill (1990, p. 34) pontua, a caracterização de razões como privadas não significa que sejam pessoais, mas sim que endereçam audiências específicas atreladas a determinadas autoridades, de modo que “em algum momento dos debates sobre tais comunicações, a argumentação pode parar e a autoridade ser invocada” (p. 34). As razões públicas, por outro lado, tem como escopo o “mundo em geral”, e portanto não estão atreladas a autoridades específicas. “O que é falado ou escrito não pode ser considerado um uso público da razão apenas porque é proferido, exibido ou transmitido para o mundo em geral. A comunicação também deve atender a padrões de racionalidade suficientes para ser interpretada por públicos que não compartilham autoridades racionalmente infundadas” (*ibidem*, p. 35). As razões públicas não podem ser submetidas a determinadas autoridades porque sua autoridade vem da própria racionalidade. “Visto que ‘o mundo em geral’ não aceita nenhuma autoridade externa comum, a única autoridade que a comunicação pode assumir deve ser interna à comunicação. (...) A única autoridade interna à comunicação é, na visão de Kant, a razão” (*ibidem*, p. 40). Habermas é fortemente influenciado por essa ideia, especialmente na sua

formulação da *força não-coercitiva do melhor argumento*, ou seja, na ideia de que a única força que pode existir para se chegar a um acordo em uma deliberação é a força do melhor argumento, e não uma força coercitiva.

Apesar das influências, há uma diferença fundamental entre os deliberacionistas e Rousseau e Kant. Para Rousseau, as normas morais só são válidas se visarem o bem comum. Para Kant, as normas morais só são válidas se forem baseadas na razão universal. Já para os deliberacionistas, a universalização das normas morais se dá através de um processo comunicacional, e não a partir de um critério à priori de avaliação de tais normas. O Princípio da Universalidade (U) de Habermas diz que: “Toda norma válida tem que preencher a condição de que as conseqüências e efeitos colaterais que previsivelmente resultem de sua observância universal, para a satisfação dos interesses de todo indivíduo, possam ser aceitas sem coação por todos os concernidos” (Habermas, 1989, p.147). Numa direção parecida, Rawls afirma que:

A questão principal do ideal de razão pública é que os cidadãos devem conduzir suas discussões fundamentais dentro dos quadros que cada um considera como uma concepção política de justiça baseada em valores que os outros podem razoavelmente apoiar e cada um é, de boa fé, preparado para defender aquela concepção assim entendida. Isso significa que cada um de nós deve ter, e estar pronto para explicar, um critério de quais princípios e diretrizes achamos que outros cidadãos (que também são livres e iguais) devem endossar conosco (Rawls, 1993, p. 226).

Tanto para Habermas quanto para Rawls, a validade de uma norma está na aceitabilidade de todos através de um processo comunicativo. Nesse processo comunicativo, as pessoas devem justificar suas ideias de modo que seja defensável diante dos outros. Esse direcionamento ao outro é a reciprocidade deliberativa, e é ela um dos principais elementos que distingue os deliberacionistas de outras correntes de modelos democráticos. Detalho melhor essa posição para ambos os autores a seguir.

1.2. Reciprocidade deliberativa rawlsiana

Um dos principais pensadores do Liberalismo, Rawls (1971) está preocupado em formular uma concepção de justiça que guie as instituições e a sociedade. Sua justiça como equidade (ou imparcialidade) é baseada na liberdade e na igualdade, sendo que a primeira tem primazia sobre a segunda. É caro a ele a liberdade dos indivíduos para determinarem seus próprios modos de vida e suas concepções de bem viver, tal como a equidade de oportunidades e acesso a bens primários. Para chegar a essa formulação, Rawls (1971) aposta na ideia de *Posição Original* que seja baseada no *Véu da Ignorância*: se os indivíduos se colocam em uma

posição (exercício mental, hipotético) na qual se afastam de interesses particulares e dos seus lugares sociais (classe social, sexo, etc) e possíveis benefícios ou malefícios desses lugares, então eles necessariamente escolhem uma ideia de justiça baseada na liberdade e igualdade tal como descritas acima. Nessa primeira fase de sua obra, a relação de Rawls com as diferenças entre as pessoas se dá: por um lado, reconhecendo tais diferenças e inclusive se preocupando com a liberdade para que essas diferenças de modos de vida e concepções de bem viver possam existir; e por outro lado, supondo “que tais diferenças podem ser suspensas no momento da discussão na posição original acerca de uma concepção de justiça” (Avritzer, 2000, p. 32).

Em sua segunda fase (1993; 1997) é que a deliberação ocupa um lugar central, já que ele passa a ver as diferenças com um peso diferente. “Nossos pontos de vista individuais e associativos, afinidades intelectuais, e apegos afetivos, são muito diversos, especialmente em uma sociedade livre, para permitir que essas doutrinas sirvam como base para um duradouro e razoável acordo político” (Rawls, 1993, p. 58). Nessa segunda fase, Rawls já supõe “que os indivíduos não tenham uma concepção de preferência pré-estabelecida” (Avritzer, 2000, p. 35). A justiça então passa a ser elaborada sob um viés político, deliberativo, em que Rawls elabora a ideia de consensos sobrepostos formados a partir da razão pública (que é diferenciada da razão privada). A razão privada é atrelada a “doutrinas religiosas, filosóficas e morais” específicas. A razão pública tem como objeto “o bem público”, ou seja, “aquilo que uma concepção política de justiça requer das estruturas básicas das instituições, dos fins e das causas que devem servir” (Rawls, 1993, p. 213). Quando tais doutrinas privadas concordam com uma “concepção política de justiça que regula as instituições básicas da sociedade”, que é o objeto da razão pública, constitui-se a situação de consenso sobreposto. A perspectiva de Rawls, e que é compartilhada por outros deliberacionistas (especialmente por Joshua Cohen), é de que as pessoas e grupos têm valores e visões altamente distintas, formando doutrinas distintas, e essas diferenças devem ser respeitadas e serem passíveis de coexistência. No tipo de política proposta por esses autores, não se trata da formação de consensos sobre qual a melhor forma de vida, quais os melhores valores, etc., mas sim de uma coexistência dos diferentes através da justificação pública que tem como objeto as normas regulatórias básicas que governam a todos.

Como eu disse, para Kant, as razões públicas são aquelas que são endereçadas ao mundo em geral, e então baseadas na razão universal. Para Rawls, as razões públicas são aquelas que são dirigidas aos outros no sentido de encontrar acordos sobre as normas gerais. Ou seja, “cada um de nós deve ter, e estar pronto para explicar, um critério de quais princípios e diretrizes achamos que outros cidadãos (que também são livres e iguais) devem endossar conosco” (Rawls, 1993, p. 226). Cohen segue essa mesma linha. Ele defende que o fato dos cidadãos se

verem como livres e iguais é primordial no processo de justificação pública, porque se alguém assume que os outros são razoáveis, livres e iguais, esse alguém apresentará razões que possam ser aceitas por esses outros. O pano de fundo para a justificação pública deve ser o reconhecimento do pluralismo razoável (Cohen, 1997). Na descrição de Cohen (1997) sobre o procedimento deliberativo de justificação pública, “os participantes se consideram iguais; têm como objetivo defender e criticar instituições e programas em termos de considerações que outros têm razão para aceitar, dado o fato do pluralismo razoável e a suposição de que esses outros são razoáveis” (p. 413). Essa ideia de *apresentar algo que possa ser aceito pelos outros* é exatamente a noção de reciprocidade que posteriormente Gutmann e Thompson dão centralidade. Cohen argumenta que num “cenário deliberativo idealizado”, não basta que as razões levantadas sejam verdadeiras e convincentes para quem as profere, elas devem também ser baseadas nas visões dos outros:

(...) deve-se encontrar razões que sejam convincentes para os outros, reconhecendo os outros como iguais, ciente de que eles têm compromissos razoáveis alternativos e sabendo algo sobre os tipos de compromissos que provavelmente terão - por exemplo, que eles podem ter compromissos morais ou religiosos que impõem o que eles consideram ser obrigações primordiais. Se uma consideração não atender a esses testes, isso bastará para rejeitá-la como um motivo. Em caso afirmativo, é uma razão política aceitável.

As pessoas buscam apresentar razões que possam ser aceitas pelos outros porque estão inseridas no pano de fundo do pluralismo razoável. Seguindo essa mesma lógica, razões que, por exemplo, colocam que alguns indivíduos valem menos que outros ou que os interesses de alguns contam mais que outros não são aceitáveis (Cohen, 1997, p. 415). É por isso que o processo deliberativo para Cohen não é só procedimental - ele tem uma dimensão substantiva, porque esse processo também diz respeito aos conteúdos das razões que são aceitáveis. Cohen trata dessa questão através da categoria da *inclusão*: o princípio deliberativo da inclusão, para ele, descreve o fato de que “a concepção deliberativa requer mais do que os interesses dos outros receberem igual consideração; exige, também, que encontremos razões politicamente aceitáveis - razões que são aceitáveis para os outros, dado um pano de fundo de diferenças de convicções e consciências” (Cohen, 1997, p. 417).

Uma outra ideia de reciprocidade conciliável com essa é a de Gutmann e Thompson, importantes deliberacionistas. Em *Democracy and Disagreement* (1996), eles afirmam que o senso de reciprocidade é a base da política democrática, contrastando-o com dois outros princípios: prudência e imparcialidade. No caso da prudência, trata-se de uma visão das sociedades em que o interesse próprio é a motivação dos indivíduos, que só podem obter uma

boa convivência por meio de barganhas, capazes de regular interesses próprios diferentes. No segundo caso, na imparcialidade, a motivação é o altruísmo, e o entendimento é alcançado através da demonstração universal, em que as vontades, desejos e moralidades são deixadas de lado. Na reciprocidade, ao contrário da prudência ou da imparcialidade, a motivação é a compreensão mútua. Os atores sociais buscam justificar suas ideias e pontos de vista por meio de argumentos que podem ser aceitos por outros, especialmente aqueles que pensam de maneira diferente. “A disposição de buscar razões mutuamente justificáveis expressa o núcleo do processo de deliberação” (Gutmann e Thompson, 1996, p. 52). No centro dessa abordagem da reciprocidade está o problema da discordância moral. A discordância moral só pode ser resolvida satisfatoriamente através da troca de razões recíprocas, ou seja, da troca de razões em que há uma busca pela aceitação mútua das declarações pelos outros participantes da discussão. Assim, embora essencial, o conceito de troca mútua (no sentido formal do ato de ouvir e responder) não é suficiente para a reciprocidade deliberativa. Isso porque a troca mútua pode ser mal entendida como um ato de interesse próprio ou altruísmo, enquanto na deliberação essa troca mútua é preenchida com conteúdo moral (Gutmann e Thompson, 1996, p. 55).

1.3. Reciprocidade deliberativa habermasiana

Um dos aspectos da teoria kantiana que é caro tanto a Rawls quanto a Habermas é a ideia de argumentação como a expressão do respeito pelo outro - eu entendo o outro como uma pessoa digna, como um fim em si mesmo, então argumento me dirigindo a ele. Para Kant e para os deliberacionistas influenciados por ele, “a troca de razões é uma forma de tratar o interlocutor como livre, igual e merecedor de respeito” (Chambers, 2018, p. 58). Mas embora a Democracia Deliberativa de Habermas mantenha essa e outras similaridades com Kant, ele toma direções distintas tanto de Kant, quanto dos neo-kantianos como Rawls e Cohen. Numa veia pragmatista da deliberação, do qual Habermas é um grande expoente, as razões não são públicas pelo seu conteúdo pensado hipoteticamente pelos indivíduos, ou seja, não são públicas à priori, mas se tornam públicas ao passarem pelos procedimentos de discussão pública e forem aceitas pelos concernidos. O pensamento pós-metafísico de Habermas e seu foco nos processos de interação social fazem parte dessa reconstrução da razão kantiana e são especialmente importantes no entendimento da reciprocidade deliberativa, porque Habermas entende a validade das razões públicas não por uma característica delas próprias, mas pelos processos dialógicos em que elas são levantadas e avaliadas. No Imperativo Categórico de Kant (“Age de tal modo que a máxima da tua vontade possa valer sempre ao mesmo tempo como princípio de uma

legislação universal”) a universalidade é pressuposta a priori pelas pessoas individualmente. Embora como mencionado anteriormente para Kant as razões públicas sejam aquelas que possam ser aceitas pelo “mundo em geral”, elas são construídas num “domínio monológico” (Habermas, 1974, p. 150). Para Kant, “as leis morais são abstratamente universais no sentido de que, como elas são válidas como universais para mim, então também devem ser consideradas válidas para todos os seres racionais. Portanto, de acordo com tais leis, a interação é dissolvida nas ações de sujeitos solitários e autossuficientes, cada um dos quais deve agir como se fosse a única consciência existente” (Habermas, 1974, p. 150).

Uma filosofia distinta desenvolvida também no Idealismo Alemão é a de Hegel. Para ele, a própria formação da consciência é pensada a partir das experiências dos indivíduos e suas interpretações. “Hegel não concebeu a constituição do *Self* como um ato solitário de autorreflexão, mas sim em termos de um processo formativo que transparece em um complexo de interações” (McCarthy, 1981, p. 35). Habermas segue Hegel quando defende que a moralidade é “essencialmente comunicacional” (McCarthy, 1981, p. 35). Para Habermas, ao contrário da visão kantiana, “o sujeito da experiência não é um ego transcendental equipado desde o início com formas a priori de intuição e categorias de compreensão. É um sujeito empírico que se desenvolve somente agindo sobre o mundo e interagindo com outros sujeitos” (McCarthy, 1981, p. 295). Mas é através da lente pragmatista (especialmente de Peirce e Mead) e da filosofia analítica que Habermas formula mais contundentemente sua ideia de formação da consciência e racionalidade. Habermas começou a ler os pragmatistas no começo dos anos 60 (Habermas, 2002), e depois de *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, publicado em alemão em 1962, ele se entranhou mais contundentemente (especialmente ao longo dos anos 70) no estudo da linguagem, o que se reflete no *Teoria do Agir Comunicativo*, publicado em alemão em 1981. “Costuma-se dizer que Habermas passou por uma espécie de ‘virada linguística’ nesse período” (Bohman & Rehg, 2017).

Os autores do pragmatismo, mesmo com enormes diferenças entre si (Lovejoy, 1908; Talisse, 2007), trouxeram para o antigo problema do pluralismo novas abordagens que posteriormente influenciaram teóricos de diversos campos, dentre eles, teóricos da deliberação (como Habermas e Bohman). No pragmatismo se inserem autores importantes na crítica da filosofia da consciência e na recondução de problemas filosóficos como problemas de linguagem (virada linguística da filosofia). Destaco brevemente Charles Sanders Peirce e George Herbert Mead. Uma das principais influências dos primeiros pragmatistas nas teorias

deliberacionistas é a formulação de Peirce da verdade como uma crença que resiste à inquirição⁸ (Misak, 2000; 2008; 2018; 2020) - inquirição sendo o processo de debate, criticismo e argumentação feito de forma contínua, profunda e aberta. Essa concepção marca o pragmatismo e influencia outros pensadores alinhados a essa corrente filosófica. “Todos os pragmatistas querem extrair o conceito de verdade das nossas práticas de inquirição, fornecimento de razões e deliberação” (Misak, 2018, p. 283). Essa abordagem dá centralidade à busca constante das melhores afirmações, conceitos e ideias. Nas belas palavras de Misak (2020, p. 1064) refletindo a visão pragmatista:

Não devemos perseguir o objetivo impossível da certeza - não há Deus, nem lógica, nem fundamento primitivo de experiência que possa garantir a verdade de nossas crenças. Isso não significa que nossas crenças sejam falsas ou sem autoridade. O que almejamos não é a certeza, mas crenças que são confiáveis, que dão conta da experiência, que resistem à razão e ao argumento.

Peirce estava especificamente preocupado em pensar sobre o conhecimento científico, ou as verdades construídas a partir da comunidade científica, mas influenciou através dessa formulação o pensamento político e democrático, já que a comunidade de inquiridores é ela mesma a essência democrática. “Nas mãos de teóricos interessados em política”, a ideia de Peirce sobre a verdade a partir da inquirição “se transforma em uma justificativa da democracia, pois de todos os regimes à nossa disposição, a democracia é aquela que pode chegar mais perto de instanciar a condição de inquirição e, portanto, pode produzir as melhores (mais verdadeiras) políticas” (Chambers, 2018, p. 61). Habermas é fortemente ancorado pela perspectiva peirciana. Ele vincula as trocas argumentativas às ideias mais justas e acuradas, ou seja, para ele, “uma crença é válida ou verdadeira se for aceitável para todos em uma discussão irrestrita” (Misak, 2020, p. 1065). A ideia de “aceitável para todos” e “discussão irrestrita” são essenciais nessa frase. Habermas não tomou o caminho pragmatista relativista ou contextualista como por exemplo o de Richard Rorty. Para Habermas existem normas ou condições para que a deliberação de fato cheguem a resultados melhores, válidos ou verdadeiros⁹. Habermas

⁸ Utilizo a palavra inquirição como tradução de *inquiry* seguindo Cassiano Terra Rodrigues, tradutor de *Sobre pragmatismo* de Cornelis de Waal (2007). Em suas palavras: “Traduzimos *inquiry* sempre por ‘inquirição’, para preservar a diferença com *investigation*, que traduzimos sempre por ‘investigação’. Essa diferença, na tradição pragmática, já é marcada por Peirce; com efeito, enquanto a investigação pressupõe uma busca determinada por algum vestígio, a inquirição é uma atividade aberta, que não pressupõe uma busca por algo definido; é um perguntar a fundo, idéia que está presente na própria etimologia da palavra” (Nota do tradutor Cassiano Terra Rodrigues em de Waal, 2007, p. 22).

⁹ Há um argumento (que pode ser visto por exemplo na obra de Cheryl Misak) de que Habermas erroneamente (ao menos erroneamente aos olhos pragmatistas) considera essas condições e normas como indispensáveis, desenvolvendo então uma justificativa transcendental a tais normas e condições. Misak argumenta que, tal como Peirce argumentou, não há como extrair normas para além daquelas que surgem da própria inquirição humana. No

descreve características indispensáveis para as discussões, como o respeito entre os falantes, a igualdade de possibilidade de participação e a ausência de coerção.

A equiparação entre “válida” e “verdadeira”, no entanto, sofreu uma revisão do próprio Habermas (mais precisamente a partir de *Verdade e Justificação*, publicado em alemão em 1999). Embora anteriormente ele tenha, tal como Peirce, entendido a verdade através de uma concepção discursivo-consensual, nessa revisão ele considera essa antiga abordagem como incompleta, já que a aceitabilidade idealmente justificada não garante a verdade. Ou seja, a partir dessa revisão, é possível apenas dizer que a validade, e não a verdade, está na aceitabilidade geral em discussões irrestritas. Mas Habermas chama a atenção para algo diferente da verdade em si: o que *tomamos como verdade*, que é, nesse caso sim, aquilo que foi aceito por todos em uma discussão idealizada. O que tomamos como verdade passa a valer como verdade na ação dos indivíduos no mundo - até que surja uma inadequação dessa certeza com o mundo, e a condição de verdade daquela antes certeza passa a ser novamente avaliada, discutida e posta à prova através das justificações. A discussão profunda sobre a ideia de verdade não é o foco aqui - o ponto é que Habermas (mesmo nessa revisão) acredita na força das trocas de razões e argumentos para o aprendizado social e vê esse processo sob uma ótica pragmatista formal. Nessa ótica, não são as verdades positivistas, ancoradas em fatos externos à mente, que estão em jogo, mas sim as condições que levam uma afirmação a ser aceita como válida pelos seus destinatários (Bohman & Rehg, 2017). Essa abordagem é parecida com a de Peirce porque para Peirce interessa a forma ou procedimento para a construção do conhecimento, e não seu conteúdo. “(...) o pragmatismo peirciano sublinha a estrutura de todo raciocínio que se pretende científico - o seu significado formal (ou procedimental), em oposição às abordagens metodológicas de tipo semântico, focalizadas na dimensão substancial do significado de uma proposição científica qualquer” (Herdy, 2009, p. 48). Para Habermas interessa a forma ou procedimento da racionalidade, que é comunicativa, e não o conteúdo das razões. É também nesse sentido que não existe conteúdo de um enunciado que seja mais recíproco que outro, dado que a reciprocidade é parte do procedimento defendido pelos deliberacionistas. Mesmo olhando para o conteúdo, ao procurar a reciprocidade, estamos procurando um procedimento da discussão.

entanto, esse debate não entra nos objetivos dessa tese. Como a própria Misak coloca, essa é “uma briga familiar” (2020, p. 1067), e o que há de consenso nesse debate é o que mais me interessa aqui: as discussões irrestritas (ou inquirições) fornecem os melhores resultados, e existem normas e condições para que esse processo seja feito de forma democrática, da melhor forma possível. A reciprocidade é uma dessas condições.

Um segundo pragmatista importante para as teorias deliberacionistas é Mead. Um dos pais da Sociologia, sua obra é central para a ideia de reciprocidade (como ressaltam, para citar alguns, Adloff, 2016; Mendonça & Santos, 2009; Mendonça, 2013; Mendonça, Freitas e Oliveira, 2014). Para Mead, precursor do interacionismo simbólico, as identidades dos indivíduos não estão pré-estabelecidas e conseqüentemente as diferenças entre eles também não. Para Mead, a própria formação do *Self* a partir da *mente* e do *eu* é um processo intersubjetivo - “virtualmente nada, nem mesmo a *mente* ou o *eu*, precede a interação social. A interação social na verdade constitui ou constrói essas categorias fundamentais” (Kemper, 2000, p. 781). Mead é influenciado pelo pensamento de Hegel, sendo sua obra caracterizada como uma espécie de versão naturalizada ou (desessencializada) da dialética Hegeliana (Carreira da Silva, 2011; Aboulafia, 2016). A racionalidade pensada no nível individual (como por exemplo a apresentada por Rousseau e Kant) faz pouco sentido na perspectiva de Mead. O ponto de partida de sua obra não é o “*Self* individual, racional e dirigido por algum impulso fundamental”, mas sim a “experiência social através da qual *selves* individuais eventualmente emergem” (Carreira da Silva, 2011, p. 28).

Habermas utiliza muito a obra de Mead - é possível compreender essa influência especialmente em dois capítulos de dois livros seus (*Individuation through Socialization: On George Herbert Mead's Theory of Subjectivity*, em *Postmetaphysical thinking*, 1992, e *The Paradigm Shift in Mead and Durkheim: From Purposive Activity to Communicative Action*, em *The Theory Of Communicative Action*, 1987). Um dos usos que Habermas faz de Mead é: como Peirce, Mead também é altamente importante na superação da filosofia da consciência, e por isso é também a partir dele que Habermas pensa a racionalidade num sentido comunicativo, diferente da racionalidade kantiana. Usando Mead para reconstruir a racionalidade kantiana, Habermas o cita:

Somos o que somos por meio de nosso relacionamento com os outros. Inevitavelmente, então, nosso fim deve ser um fim social, tanto do ponto de vista de seu conteúdo ... quanto do ponto de vista da forma. A socialidade dá a universalidade dos julgamentos éticos e está por trás da declaração popular de que a voz de todos é a voz universal; ou seja, todos que podem avaliar racionalmente a situação concordam. (Mead, 1962, p. 379 *apud* Habermas, 1987, p. 93)

Essa noção baseia fortemente a ideia de Habermas quando ele argumenta que é a aceitabilidade racional de todos que garante a universalização da norma, não a universalização hipotética monológica. Mead dá uma reviravolta no argumento kantiano “ao responder em termos teóricos-sociais à questão de por que as normas morais podem reivindicar validade

social com base em sua universalidade” (Habermas, 1987, p. 93). Nas palavras de Haddad (2003, p. 112):

Não há como (...) decidir privadamente sobre o pretense interesse geral que uma determinada norma possa representar. Isso só é possível no âmbito da interação social em que cada indivíduo se posiciona criticamente em relação à tradição na qual se encontra desde sempre, renovando, dessa forma, aquele pano de fundo ético que torna a vida humana em sociedade possível. O princípio monológico da ética kantiana tem que dar lugar ao procedimento dialógico que a ética de Mead contempla.

Um segundo uso que Habermas faz de Mead é em referência à ideia de assumir ou se colocar na perspectiva do outro. Habermas transforma essa ideia “em um recurso para uma comunidade de comunicação idealizada, na qual todos tomam a perspectiva de todos os outros” (Aboulafia, 2002, p. 10). Explico melhor essa noção a partir de agora. Apresento a teoria habermasiana primeiramente, para depois voltar especificamente à ideia de tomar a perspectiva dos outros (*role-taking*).

1.4. Pragmática formal habermasiana

Habermas se inscreve no pensamento pós-metafísico, o que significa que ele assume “que não existe tal posição de observador disponível para o filósofo porque estamos todos profundamente condicionados por nossos contextos históricos” (Yates, 2014, p. 37). Nos termos de Habermas, em qualquer situação “somos todos participantes”, mesmo os filósofos, “embutidos em um mundo que serve como pano de fundo pressuposto para todos os nossos julgamentos” (Yates, 2014, p. 37) - esse pano de fundo pressuposto é especialmente significativo. Através dos processos de inquirição (ou discussões irrestritas), nos quais os filósofos também estão embutidos, são formulados os conhecimentos do mundo e as normas sociais. Mas embora Habermas se reconheça como um também participante desse processo, ele ao mesmo tempo busca entender como essas práticas comunicacionais são possíveis (práticas que ele mesmo então participa), e reivindica a busca por entendê-las de maneira universal. Esse é o programa de pesquisa que Habermas primeiramente inicia com Karl Otto-Apel pelo nome de *pragmática universal*, e depois continua em seu próprio caminho com sua versão da *pragmática formal*.

A pragmática formal como campo teórico pode ser resumida como a tentativa de reconstruir ou modelar “estruturas de comunicação invariantes” (Bohman & Rehg, 2017), ou seja, estruturas de comunicação que são universais em processos comunicacionais e não variam

contextualmente. Através dessa formalização, “a pragmática formal pretende explicar a força socialmente ‘vinculante e vinculativa’” da linguagem, bem como sua “função de coordenação da ação”, já que ela é “o meio paradigmático para a interação social humana” (Fultner, 2019, p. 136). Em sua pragmática formal, a preocupação de Habermas não é exatamente “como a linguagem representa o mundo” mas sim “como a linguagem é usada pelos interlocutores para alcançar o entendimento mútuo” (Fultner, 2019, p. 136). Nas palavras de Habermas, a pragmática (à época chamada por ele de universal) busca “identificar e reconstruir as condições universais de possibilidade do entendimento mútuo” (Habermas, 1979, p. 1).

Habermas faz uma distinção entre dois tipos de ação: a ação comunicativa e a ação estratégica. A comunicativa seria aquela em que os indivíduos se voltam para o entendimento com o outro, em oposição à ação estratégica, que é direcionada para manipular ou alcançar determinados resultados (Habermas, 1998, p. 220-222). A ação comunicativa, ou seja, a busca pelo entendimento mútuo, é o “modo original de uso da linguagem” (Fultner, 2019, p. 127) já que alcançar tal entendimento é “o telos inerente da fala humana” (Habermas, 1984, p. 287). No agir comunicativo, quem fala tem a expectativa que sua fala seja aceita - daí a ideia de *pretensão de validade*. “(...) qualquer sujeito ao atuar comunicativamente deve, ao performar qualquer ato de fala, mobilizar pretensões universais de validade e assumir que elas serão acolhidas” (Habermas, 1979, p. 2). O sucesso da ação voltada para o entendimento “depende da resposta do ouvinte à pretensão de validade levantada pelo falante” (Cooke, 1998, p. 2). Essa validade não está ligada exclusivamente a uma verdade empírica, ou seja, o falante não apenas levanta a pretensão do que o que está dizendo seja uma verdade empírica, mas há na verdade um “espectro” de validades (Habermas, 1984, p. 10).

Habermas descreve quatro pretensões de validade em que um sujeito, na medida em que esteja voltado para a obtenção de entendimento, não pode deixar de levantar: inteligibilidade (ou compreensibilidade), verdade, sinceridade e retidão normativa. No primeiro tipo, a inteligibilidade, o que está em jogo é que “o falante deve escolher uma expressão compreensível para que o falante e o ouvinte possam se entender” (Habermas, 1979, p. 2). O segundo tipo, a *reivindicação de verdade*, pode ser explicado como a intenção comunicativa do falante de fazer “uma afirmação verdadeira (ou pressupostos existenciais corretos), para que o ouvinte aceite e compartilhe o conhecimento do falante” (Habermas, 1984, p. 307) - ou seja, refere-se ao mundo objetivo. O terceiro tipo, a *reivindicação de sinceridade*, pode ser explicado como a intenção comunicativa do falante “que ele expresse sinceramente suas crenças, intenções, sentimentos, desejos e afins, para que o ouvinte dê credibilidade ao que é dito” (Habermas, 1984, p. 307) - ou seja, refere-se ao mundo subjetivo. E o quarto tipo, a reivindicação de *retidão normativa*,

pode ser explicado como a intenção comunicativa do falante “que ele realize um ato de fala que seja correto em relação ao contexto normativo dado, de modo que entre ele e o ouvinte ocorra uma relação intersubjetiva que seja reconhecida como legítima” (Habermas, 1984, p. 307) - ou seja, refere-se ao “mundo social compartilhado de normas e valores” (Fultner, 2019, p. 137).

Para Habermas, a ação comunicativa é tríade no sentido de que envolve uma relação de três lugares: “um *falante* atinge um entendimento mútuo com um *ouvinte* sobre algo no *mundo*” (Fultner, 2019, p. 136). A partir dessa estrutura tríade, Habermas formula que a pretensão de validade na ação comunicativa que ele denomina *forte* ocorre simultaneamente em três níveis: *reivindicações de verdade, sinceridade e retidão normativa*. No caso da ação comunicativa típica ou ordinária, apenas um nível está em jogo e os outros permanecem pressuposições implícitas - fato que permite à linguagem a função de coordenação da ação.

Toda *pretensão de validade*, independente do seu nível, é aceita ou rejeitada. Essa aceitação ou rejeição do que foi dito é uma avaliação feita pelo participante da interação. Para Habermas essa avaliação é sempre binária - a pretensão de validade é aceita ou não, é sempre “sim” ou “não”. Fultner (2019, p. 138) ilustra esse processo a partir de um enunciado hipotético dito pelo falante identificado como S (*speaker*): “Por que você não vem jantar na minha casa na quinta-feira?”. Como se sabe, nas teorias do ato de fala, cada enunciado tem uma determinada força ilocucionária, no sentido de que cada enunciado busca realizar uma ação. No caso desse enunciado, a intenção ilocucionária é traduzida por Fultner como: “Convido você para jantar em minha casa na quinta-feira”. Há implicitamente pretensões de validade em todos os três níveis. O falante S “implicitamente afirma que mora em uma casa (verdade), que é apropriado convidar o ouvinte para lá (*retidão normativa*), e que ele deseja que o ouvinte jante lá (*sinceridade*)”. A partir desse enunciado e dessa intenção ilocucionária, o ouvinte pode rejeitar cada um dos níveis de pretensão de validade. Por exemplo, ele pode rejeitar a pretensão de *retidão normativa* ao dizer “Não, não nos conhecemos bem o suficiente para você me convidar para sua casa” ou rejeitar a pretensão de sinceridade ao dizer “Não, você não gosta de estar comigo e só está me convidando porque seu irmão pediu” (Fultner, 2019, p. 138).

Quando ocorrem recusas das pretensões de validade, os falantes são compelidos a fornecerem razões, justificarem o que disseram. Mas essas razões e justificativas não são importantes somente no momento da rejeição da pretensão de validade. Para Habermas, na ação comunicativa, já a partir do ponto em que um falante levanta uma pretensão de validade, a possibilidade de crítica já é intuitivamente aceita por ele - portanto, levantamos pretensões de validade que são defensáveis. O ouvinte, ao aceitar as pretensões de validade, compreende e compartilha implicitamente as razões necessárias para aquele enunciado ser verdadeiro, correto

e sincero. Ao aceitar as pretensões de validade, “o ouvinte presume que as afirmações no ato da fala podem ser apoiadas por boas razões (mesmo que ele não as tenha pedido)” (Bohman & Rehg, 2017). Ou seja, a aceitabilidade da validade das afirmações pressupõe “que boas razões poderiam ser dadas para justificá-las em face da crítica” (Bohman & Rehg, 2017). Essa é a fala ordinária, comum, cotidiana, em que a aceitabilidade acontece em fluxo devido ao que é compartilhado entre os interlocutores. “Este reconhecimento mútuo tácito de reivindicações de validade significa que há um consenso de fundo em curso” (Fultner, 2019, p. 138). É através desse fluxo que aceitabilidade que a ordem social é possível. “A teoria da ação comunicativa de Habermas se apóia na ideia de que a ordem social depende, em última instância, da capacidade dos atores de reconhecer a validade intersubjetiva das diferentes reivindicações das quais depende a cooperação social” (Bohman & Rehg, 2017).

Para Habermas é cara a ideia de uma competência comunicativa: “um *know-how* implícito e pré-reflexivo, concebido como um sistema de regras que os sujeitos capazes de falar e agir devem conhecer para produzir e compreender enunciados” (Fultner, 2019, p. 136). É nesse sentido que a racionalidade para Habermas está relacionada a “como os sujeitos falantes e atuantes adquirem e usam o conhecimento” e não à obtenção de um conhecimento específico (Habermas, 1984, p. 8) - o que a torna uma noção pragmática de racionalidade (Bohman & Rehg, 2017). A aquisição e uso do conhecimento se dá através das práticas comunicativas que são possibilitadas pelo compartilhamento de pressupostos comunicativos.

De muitas maneiras, o enraizamento humano em culturas linguísticas de fundo específicas é o ponto de partida para o projeto filosófico de Habermas. Quando avançamos as reivindicações de conhecimento, como quando dizemos que ‘os germes não se geram espontaneamente’, podemos fazê-lo apenas a partir de estruturas comunicativas altamente regulamentadas, partindo do pressuposto de que essas afirmações podem ser avaliadas por outros em nossas comunidades linguísticas. (Yates, 2014, p. 38).

Quando o fluxo de aceitabilidade é interrompido diante da recusa de validade e o falante levanta razões para justificar o que disse, essas razões ainda assim estão amparadas no pano de fundo compartilhado, chamado também de consenso de fundo, pois é a partir dele que elas podem ser apresentadas para sustentar determinada validade pretendida. A pressuposição de compartilhamento desse pano de fundo é, então, fundamentalmente necessária tanto para as comunicações que acordam entre si, quanto para os momentos de desacordo, pois é a partir desse consenso de fundo que o desacordo pode se desenrolar. Mesmo que os falantes tenham que discutir sobre o significado de determinada sentença porque houve uma quebra na comunicação, ainda assim “eles terão que assumir alguns dos pressupostos pragmáticos acima

e pressupor um acordo sobre alguns significados. É nesse sentido que são pressupostos pragmáticos: são necessários para que a prática da comunicação aconteça” (Fultner, 2019, p. 139).

Esse pano de fundo compartilhado está relacionado ao que Habermas chama de *mundo da vida*, que se refere aos “recursos de fundo, contextos e dimensões da ação social que permitem aos atores cooperar com base no entendimento mútuo: sistemas culturais compartilhados de significado, ordens institucionais que estabilizam padrões de ação e estruturas de personalidade adquiridas na família, igreja, bairro e escola” (Bohman & Rehg, 2017). É o mundo da vida que fornece o pano de fundo compartilhado presente na ação comunicativa, e portanto “serve como fonte das razões pelas quais os interlocutores podem reivindicar a validade de suas falas” (Fultner, 2019, p. 138).

No aceite da reivindicação de validade, as razões são presumidas, implicitamente compartilhadas. Mas como já mencionei, no caso da recusa, o falante é compelido a fornecer razões. “A ação comunicativa pode continuar imperturbada apenas enquanto os participantes suporem que as reivindicações de validade que levantam reciprocamente são justificadas” (Habermas, 1979, p. 3). A partir do momento da recusa, se for o caso de “pequenos problemas”, estes podem ser “corrigidos na comunicação contínua” (Fultner, 2019, p. 139). Por exemplo, na ilustração de Fultner citada anteriormente, se o ouvinte, em resposta ao convite do falante, aponta “que eles têm outro compromisso”, então o falante “pode simplesmente reconhecer esse fato e seguir em diante” (2019, p. 139). Mas se a recusa de validade for mais séria, os interlocutores podem sair do “modo” da fala ordinária e passarem para o “modo” do *discurso*: “processos de argumentação e diálogo nos quais as afirmações implícitas no ato da fala são testadas quanto à sua justificabilidade racional como verdadeiras, corretas ou autênticas” (Bohman & Rehg, 2017), que pode ser também chamado de *deliberação*, se considerarmos contextos reais democráticos em que cidadãos com perspectivas distintas discutem sobre alguma questão de interesse público. O discurso, para Habermas, é a *forma reflexiva da ação comunicativa*, é o nível da comunicação em que há argumentação e justificação racional. A deliberação acontece no nível do discurso.

Para cada tipo de pretensão de validade, há um tipo de discurso que é mobilizado para defendê-la nos casos de recusa. Nos três tipos de validade que Habermas chama a atenção na fundamentação da ação comunicativa (verdade, sinceridade e retidão normativa), os tipos de discurso mobilizados são:

Os desafios às *reivindicações de verdade* exigem um discurso teórico sobre as evidências factuais e o estado das coisas no mundo. As *reivindicações de retidão normativa* são justificadas no discurso prático sobre a validade das normas (morais) em questão. No discurso, os participantes não apelam simplesmente para fatos ou normas; eles discutem sobre quais são os fatos ou normas. As *reivindicações de sinceridade* estão sujeitas ao discurso estético-existencial sobre a autenticidade, embora sejam justificadas, de acordo com Habermas, em primeira instância, não ao fornecer razões, mas por ações subsequentes (Fultner, 2019, p. 139).

Como as pretensões de validade não estão restritas apenas a esses três domínios, outros tipos de discurso também podem emergir. Por exemplo, pode haver um problema na inteligibilidade mútua: interlocutores “podem nem mesmo significar as mesmas coisas com suas palavras, talvez a tal ponto que suas declarações não sejam mutuamente inteligíveis para eles”. Nesses casos, o discurso hermenêutico pode ser convocado (Fultner, 2019, p. 139). Há também as *reivindicações de autenticidade* que estão relacionadas ao discurso ético, que foca nas “questões do bem viver, seja para um determinado indivíduo (discurso “ético-existencial”) ou para um determinado grupo ou regime (discurso “ético-político)” (Bohman & Rehg, 2017). Habermas então está preocupado com as “diferenças nas demandas argumentativas que vêm com diferentes tipos de afirmações defensáveis. (...) O tipo específico de reivindicação de validade que se pretende justificar determina as práticas argumentativas específicas apropriadas para tal justificação” (Bohman & Rehg, 2017).

Quando os interlocutores engajam num processo deliberativo, eles se comprometem com alguns pressupostos. Como mencionei, Habermas investiga os pressupostos e pano de fundo compartilhados que tornam possível a comunicação. Na ação comunicativa que ocorre ordinariamente nas práticas cotidianas, “os interlocutores pressupõem mutuamente que o que dizem é verdade, que as normas às quais apelam são corretas e que eles não estão enganando uns aos outros” (Fultner, 2019, p. 138). Além disso, eles pressupõem que podem ser compreendidos pelo outro, que “associam os mesmos significados a seus enunciados, que suas respectivas interpretações da situação de fala e de seus ambientes coincidam amplamente; que se referem ao mesmo mundo objetivo; que suas perspectivas do mundo da vida convergem” (Fultner, 2019, p. 138-139). Quando o nível da ação comunicativa é a deliberação, Habermas destaca outros componentes que permitem aos interlocutores de fato chegarem no melhor e mais legítimo resultado.

A ideia central na deliberação é a de que a única força para uma discussão chegar a um acordo deve ser a força do melhor argumento. No que Habermas primeiramente formula como a *situação ideal de fala* e posteriormente como *pressupostos pragmáticos*, “a situação do discurso deve ser tal que exclua restrições estruturais à argumentação - sejam essas restrições

abertas ou latentes, conscientes ou inconscientes” (McCarthy, 1981, p. 308). Se houverem restrições, então “o acordo resultante estará aberto à acusação de ser menos racional, de ser o resultado não da força do melhor argumento, mas, por exemplo, de relações de dominação abertas ou latentes, de motivações estratégicas conscientes ou inconscientes” (McCarthy, 1981, p. 308). A ideia de pressupostos pragmáticos é de que “podemos considerar os produtos de nossas práticas de construção de argumentos como logicamente fortes apenas se presumirmos, no nível dialético, que submetemos argumentos e contra-argumentos a procedimentos suficientemente severos de discussão crítica” (Bohman & Rehg, 2017). Dessa forma, existem pressupostos que regulam a deliberação possibilitando que assumamos que o resultado da discussão seja atrelado unicamente à força do melhor argumento. Habermas apresenta quatro principais pressupostos, já calcados em sua própria teoria, que Bohman & Rehg (2017) sistematizam com as seguintes palavras:

- (i) ninguém capaz de fazer uma contribuição relevante foi excluído,
- (ii) os participantes têm voz igual,
- (iii) eles são internamente livres para expressar sua opinião honesta sem engano ou autoengano, e
- (iv) não há fontes de coerção embutidas no processo e procedimentos do discurso.

Esses pressupostos são contrafactuais e idealizadores ao mesmo tempo em que operam na realidade do desenrolar das discussões. Ou seja, eles são contrafactuais no sentido de que as deliberações “reais raramente podem realizar - e nunca podem empiricamente certificar - a inclusão plena, a não coerção e a igualdade” (Bohman & Rehg, 2017), mas operam como padrões de avaliação da discussão e, portanto, de autocorreção e aprendizado. “Essas pressuposições idealizadoras têm um efeito operativo no discurso real: podemos considerar os resultados (consensuais e não consensuais) como razoáveis apenas se o nosso escrutínio do processo não descobrir exclusões óbvias, supressão de argumentos, manipulação, auto-engano e semelhantes” (Bohman & Rehg, 2017).

1.5. Ideal role-taking e a reciprocidade

A racionalidade comunicativa, que é ancorada na força do melhor argumento, é o que em primeiro lugar distingue Habermas de Kant - e é nela que está a ideia de reciprocidade. Embora para Kant há a ideia de que devemos pensar razões que possam ser aceitas

universalmente, esse é um processo monológico, feito a partir primordialmente da suposição de universalidade, ao contrário de uma construção dialógica do que pode ser aceito por todos. Nas palavras de McCarthy (1981) sobre essa diferença:

(...) em vez de atribuir como válida a todos os outros qualquer máxima de que eu possa desejar ser uma lei universal, devo submeter minha máxima a todos os outros com o propósito de testar discursivamente essa pretensão de universalidade. A ênfase muda do que cada um pode querer sem contradição para ser uma lei geral, para o que todos podem desejar em acordo como uma norma universal. Uma vontade racional não é algo que possa ser certificado e garantido privadamente; está inextricavelmente ligado a processos de comunicação nos quais uma vontade comum é tanto "descoberta" como "formada". (McCarthy, 1981, p. 326-327)

Habermas, influenciado por Kant, também coloca no horizonte normativo a busca da aceitabilidade universal em que a força da razão impere, mas a partir da lógica comunicativa, dialógica, e não monológica (giro inicialmente dado por Peirce e Mead, daí a importância de Peirce e Mead para Habermas). A razão transcendental de Kant é substituída pela razão prática, ou pragmática. Em *Verdade e Justificação* (2005, publicado em alemão em 1999), Habermas nomeia sua própria posição como *pragmatismo kantiano*. “Se interpretarmos a reivindicação universalista do princípio moral intersubjetivamente, devemos realocar o *ideal role-taking*, que, de acordo com Kant, cada indivíduo assume privadamente, para uma prática pública implementada por todas as pessoas em comum” (Habermas, 1996, p. 109-110). A reciprocidade no pragmatismo kantiano é o caminho pelo qual as vontades são descobertas e formadas, assim como o caminho pelo qual as normas universais são alcançadas caso sejam aceitas em discursos justificados por todos os concernidos. É na atitude recíproca nas trocas comunicacionais que as razões são intercambiadas (as que já existiam a partir de processos intersubjetivos anteriores), criadas, transformadas e filtradas. Isso resolve a dicotomia entre individualidade e coletividade, e é aqui que retorno a Mead. Nas palavras de Rehg (1994, p. 39), Habermas “pega a noção de Mead do *ideal perspective-taking* e demanda que os participantes se interessem pelos interesses uns dos outros”.

Mead trata da relação individual-universal sem separá-la, ou seja, elas são parte de um mesmo processo que é social e individual ao mesmo tempo. Na direção da universalização, Aboulafia (2002) descreve a ideia de *tomar a perspectiva do outro* de Mead como um reflexo da inclinação pragmatista de acomodação da diferença (p. 10). Em suas palavras, essa ideia está ligada a um universalismo que diz: “somos melhores quando compartilhamos tantas perspectivas quanto possível, pois tal compartilhamento não só é possível por meio de relações

solidárias, mas também nutre a solidariedade - isto é, o tipo de solidariedade que associamos à tolerância para com os outros e seus caminhos que não estamos acostumados” (Aboulafia, 2002, p. 10). Na direção da individuação, Mead entende o desenvolvimento do *Self* a partir dos processos de socialização. Ambas a individuação e a universalização são parte do mesmo processo. A Ética do Discurso habermasiana vai também nesses mesmos dois sentidos:

Se examinarmos [o princípio] (U), vemos que ele exige que os participantes atendam aos valores e interesses de cada pessoa como um indivíduo único; inversamente, cada indivíduo condiciona seu julgamento sobre a importância moral de seus valores e interesses naquilo que todos os participantes podem aceitar livremente. Consequentemente, o discurso moral é estruturado de uma maneira que vincula a validade moral com a preocupação solidária tanto pelo indivíduo concreto quanto pelas comunidades moralmente formativas das quais sua identidade depende.

Como mencionado anteriormente, existem críticas àqueles deliberacionistas que seguem uma linha rousseauiana (Rawls e Cohen) em que “a deliberação deve ser isolada do partidatismo e de certos tipos de desacordos, isto é, aqueles em que os cidadãos raciocinam a partir de interesses próprios e de grupo, e não do bem comum” (Chambers, 2018, p. 57). A oposição entre interesses próprios e interesses gerais ou universais, embora reformulada, permanece em Kant - “para Kant a autonomia da vontade exige a exclusão de todo interesse particular ou inclinação. Toda máxima que vier determinada por fatores contingentes é inadequada em termos de universalidade. (...) configura-se, nitidamente, um dualismo entre ‘vontade racional’ e ‘desejos, inclinações’” (Perius, 2012, p. 196). Em Habermas essa separação assume uma configuração diferente.

Para Habermas, as normas devem ser construídas a partir de acordos, então as particularidades entram em diálogo afim de encontrar consensos. “Nessa construção, vontades, necessidades, desejos e interesses individuais não precisam - na verdade, não podem - ser excluídos, pois é precisamente a respeito deles que se busca o acordo” (McCarthy, 1981, 327). Mas é claro que isso não significa um procedimento em que cada um simplesmente defende seus próprios interesses. Como também já mostrei, Habermas também coloca no horizonte a construção de consensos, e portanto normais universais - é precisamente esses consensos que são buscados nas discussões idealizadas. Mas nesse caso os interesses particulares não são à priori separados de razões universais, mas serão descartados se não se mostrarem generalizáveis em um processo de discussão. A questão não é mais a supressão dos interesses, mas sim a racionalização dos interesses (McCarthy, 1981, p. 327-328). É importante notar que Habermas segue a ideia de que os interesses em si, assim como a própria consciência, são formados a

partir de processos intersubjetivos - então eles são também formados ou atualizados nas próprias discussões. “(...) os interesses não são simplesmente encontrados empiricamente nem apenas postulados - eles são moldados e descobertos nos processos de comunicação” (McCarthy, 1981, p. 328). Em síntese, para Habermas não se trata da supressão de inclinações, interesses e particularidades, mas sim da “inserção deles na, ou formação deles através da, comunicação não distorcida” (McCarthy, 1981, p. 328). A distinção entre ação comunicativa e ação estratégica então não está no fato de suprimir ou não interesses particulares, mas de submetê-los ou não à compreensão do outro afim de alcançar acordos. Submetê-los à compreensão do outro afim de alcançar acordos é o cerne da própria ideia de reciprocidade: quando sou recíproco em uma discussão, eu escuto, respondo e coloco minhas respostas em direção ao outro, ou seja, coloco minhas respostas com a expectativa de que o outro valide as minhas pretensões levantadas. Ou nas palavras de Amy Gutmann e Dennis Thompson, herdeiros do deliberacionismo rawlsiano, quando sou recíproco em uma discussão, respondo de forma que possa ser aceita pelo outro.

Para uma abordagem deliberativa, a reciprocidade é mais bem entendida não como desistir de uma opinião em nome do entendimento com o outro, mas como estar direcionado para o outro. Nas palavras de Mendonça e Santos (2009), “o cerne da noção de reciprocidade (...) está na consideração do outro quando responder a esse outro” (p. 509). A busca por entendimento mútuo nesse sentido é tentar fazer-se entender pelo outro, procurar validar uma afirmação (Habermas, 1984; 1996; 1998), argumentar no sentido do que pode ser aceito pelo outro (Gutmann e Thompson, 1996). “Tudo o que é necessário é que os atores participantes se reconheçam reciprocamente como interlocutores, encampando as posições defendidas pelo outro no próprio discurso” (Mendonça e Santos, 2009, p. 510). A ação comunicativa não busca interesse próprio ou apenas segue as regras, mas busca compreensão e convencimento. A reciprocidade é central para a política, porque é o que permite adquirir conhecimento mútuo na troca pública de razões (Habermas, 1984). Com a reciprocidade deliberativa teoricamente definida, temos a segunda pergunta a ser respondida aqui: como apreender a reciprocidade deliberativa empiricamente? A análise empírica impõe uma conceituação ainda mais bem definida e específica da reciprocidade.

1.6. Diferentes apreensões da reciprocidade em estudos empíricos

Nessa tese, eu defendo que a reciprocidade pode ser apreendida no nível das *estruturas das discussões*, no nível das *atitudes dos participantes* nessas discussões e no nível dos *discursos mobilizados* por esses participantes. No sentido da estrutura, a reciprocidade pode ser compreendida como algo “visualmente comparável a uma rede, em que todos os participantes estão conectados uns aos outros por meio de suas interações, de suas mensagens” (Graham & Witschge, 2003, p. 194). Por outro lado, no sentido das atitudes, ela pode ser compreendida como um diálogo em que as pessoas realmente se engajam com as opiniões e argumentos expressos pelos outros anteriormente (Kies, 2010; Jensen, 2003; Esau & Friess, 2022). Por fim, no sentido do discurso, ela pode ser compreendida como a adaptação ou transformação ou constituição dos próprios discursos afim de que estes respondam a outros discursos (Mendonça, Freitas e Oliveira, 2014; Weale, Bocquelet e Bara, 2012). De uma maneira simplista, é possível dizer que uma discussão tem todas as características da reciprocidade se as pessoas respondem umas às outras, se essas respostas de fato são respostas e se respondem de maneira direcionada para o outro. Essas características, é claro, assumem formas complexas na prática.

Na virada empírica dos estudos deliberacionistas nos anos 90 e 2000 foram desenvolvidas formas de identificar as características das discussões empíricas. Num primeiro momento, a preocupação estava voltada para análises de processos comunicacionais específicos, como minipúblicos face-a-face ou fóruns online. São nesses estudos que é possível encontrar o que Mendonça, Freitas e Oliveira (2014) chamam de forma *direta* da reciprocidade: uma ideia da reciprocidade como as interações explícitas entre os participantes de uma discussão. Graham e Witschge (2003), por exemplo, seguem a ideia da deliberação como um processo de compreensão do outro que ocorre em três níveis progressivos: reciprocidade, reflexividade e empatia (p. 176-177). O primeiro nível, reciprocidade, seria “a aceitação (ouvir, ler) da afirmação ou razão de outra pessoa e dar uma resposta a essa afirmação” (p. 176). O segundo nível, reflexividade, seria “o processo interno de refletir sobre a reivindicação ou razão de outra pessoa contra a própria reivindicação ou razão” (p. 176-177). O terceiro nível, empatia, seria “colocar-se no lugar do outro” (p. 177). De acordo com essa visão, a reciprocidade não exige muito. É um processo que não se relaciona com o conteúdo do que está sendo dito, mas com o cumprimento dos requisitos formais de escuta e resposta. A reciprocidade seria “apenas o primeiro passo” (p. 178) para uma compreensão profunda do outro, que também precisa de reflexão e empatia. “Simplesmente reconhecer, ouvir e ler as perspectivas de outros participantes não são suficientes para alcançar um entendimento mútuo. Os participantes devem

superar o nível superficial de reciprocidade e alcançar o nível mais profundo de reflexividade” (p. 178).

Nessa tese parto da ideia de que a reciprocidade não tem apenas essa dimensão. Na própria reciprocidade já está imbuída a ideia de se colocar no lugar do outro, no sentido da construção intersubjetiva das práticas comunicacionais (das quais Mead foi um pioneiro a tratar). Na ação voltada para o entendimento, ao levantar uma pretensão de validade o indivíduo já toma para si a perspectiva do outro, porque tem a expectativa de que a validade do enunciado seja compartilhada por ambos. A dimensão da resposta explícita é importante, mas a reciprocidade não se limita a ela (Janssen & Kies, 2005; Kies, 2010; Mendonça, Freitas e Oliveira, 2014; Esau & Friess, 2022). Se entendemos que a reciprocidade pode ser medida apenas através da presença de respostas explícitas, então não levaremos em conta que a reciprocidade também se expressa no conteúdo do que está sendo discutido. É nesse sentido que faço a distinção entre a reciprocidade no nível da estrutura e no nível das atitudes (Kies, 2010; Collins & Nerlich, 2015; Esau & Friess, 2022), e em seguida a distinção com a reciprocidade no nível do discurso (Mendonça, Freitas e Oliveira, 2014). Alguns estudos já trataram dessas distinções de maneira parcial.

Pioneiro, o estudo de Schneider (1997) é marcante por analisar a reciprocidade de discussões online através da estruturas dessas interações. Ele foi, no entanto, criticado por adotar um método puramente estrutural (Janssen & Kies, 2005; Kies, 2010), já que não olhou para o conteúdo das discussões, apenas para quem respondia a quem. “(...) uma análise puramente estrutural não pode resultar em descobertas significativas sobre a qualidade deliberativa e precisa ser complementada por uma análise qualitativa” (Janssen & Kies, 2005, p. 331). Mas o teor qualitativo que Janssen & Kies (2005) propõem naquele momento era ainda muito incipiente. Para a reciprocidade, eles mencionam como exemplos mais qualitativos: a diferenciação de Jensen (2003) entre proferimentos que iniciam um debate, proferimentos que respondem alguém, e proferimentos que são monólogos; e a diferenciação de Graham (2002) entre proferimentos iniciais, respostas e irrelevantes. Posteriormente, o próprio Kies (2010) considera essas medidas como ainda estruturais. Isso porque ele defende que faz parte da medida de reciprocidade identificar “até que ponto quais postagens levam em consideração argumentos e opiniões de uma postagem precedente” (p. 56). Ele fala de postagens por estar preocupado com discussões online, mas o mesmo pode ser aplicado a qualquer tipo de discussão. Ele propõe então que a reciprocidade também deve ser observada em um nível um pouco mais qualitativo, que aqui entendo como a reciprocidade no nível das atitudes. No nível das atitudes, a reciprocidade é pensada como o quanto os participantes estão levando em

consideração a posição dos outros ao responderem a eles - ao contrário do nível da estrutura, em que a reciprocidade é observada pela rede de quem responde a quem, com qual frequência, e demais medidas quantitativas que não observam o conteúdo das respostas.

Ao comentar o artigo de Janssen & Kies (2005), Habermas (2005, p. 384) nota que as categorias de análise propostas por eles podem ser divididas entre aquelas que observam características estruturais da deliberação e aquelas que observam a disposição exigida dos participantes (ou seja, as atitudes). As primeiras, estruturais, segundo ele, englobam “a reciprocidade de levantar e responder a reivindicações de validade; a conexão dessa troca com as razões justificativas; a inclusão direta ou indireta de todos os afetados; e a ausência de pressões interferentes, com exceção da força não coercitiva do melhor argumento”. As segundas, das atitudes, são critérios para aferir se há nos participantes “uma atitude reflexiva em relação às próprias reivindicações e suposições de fundo; desempenho ideal de papéis ou disposição para levar a sério as demandas e contra-argumentos dos outros; e sinceridade ou ausência de manipulação e auto-engano” (*ibidem*, p. 384). A *disposição para levar a sério as demandas e contra-argumentos dos outros*, que é o *ideal role-taking* de Habermas, pode também ser entendida como reciprocidade. Por isso, já ali o próprio Habermas identifica no estudo empírico de Janssen & Kies (2005) duas ideias de reciprocidade: por um lado, eles buscam identificar um aspecto estrutural - o quanto os interlocutores levantam e respondem a reivindicações de validade; por outro, um aspecto da atitude dos participantes, que se expressa no conteúdo do que eles dizem - o quanto eles estão dispostos a levar a sério as demandas e contra-argumentos dos outros. No primeiro caso, trata-se de aferir se as pessoas se respondem, e no segundo caso aferir que tipo de respostas são essas.

A diferenciação entre o nível da estrutura e o nível das atitudes também é citada em Collins & Nerlich (2015, p. 194) quando os autores, ao explicar como medem a reciprocidade em seu estudo empírico, mencionam que ela pode ser entendida “em termos de estrutura” e/ou em “termos de conteúdo”. Aqui eles nomeiam esse segundo tipo como *conteudístico* por entenderem precisamente que ele é apreendido através do conteúdo das respostas e eu corroboro essa visão - não à toa as medidas de reciprocidade no nível das atitudes são encontradas em análises de conteúdo (Jensen, 2003; Dahlberg, 2004; Steiner et al, 2004; Stromer-Galley, 2007; Kies, 2010; Steenbergen et al, 2003; Steiner, 2012; Esau & Friess, 2022). Collins & Nerlich (2015), no entanto, não desenvolvem conceitualmente essa diferenciação, apenas a citam rapidamente, e acabam utilizando em sua própria pesquisa uma medida muito mais voltada apenas para a estrutura. Essa mesma diferenciação (estrutura e atitudes) aparece também em um esforço recente de tipificação da reciprocidade feito por Esau & Friess (2022). Os autores

argumentam que há uma diferença entre *simplesmente responder* e o conceito mais exigente da *reciprocidade deliberativa* - que, segundo eles, envolve coerência, respeito e justificação.

Já Mendonça, Freitas e Oliveira (2014) fazem uma outra diferenciação, que aqui tratarei através de um terceiro tipo de reciprocidade. Eles diferenciam o que chamam de reciprocidade *direta* e *discursiva*: a direta seria “uma troca mais explícita e imediata entre os participantes de um processo dialógico”, enquanto a indireta seria “choques mais amplos de discursos” (p. 248). Eles não consideram, no entanto, que as pesquisas sobre reciprocidade *direta* (como eles chamam) olham frequentemente também para o conteúdo do que está sendo dito, e não somente para a presença das respostas. Ou seja, esses estudos frequentemente também analisam o procedimento e utilizam por exemplo a categoria *ideal role-taking* (Dahlberg, 2004), o que vai além da simples aferição da presença de respostas. Mendonça, Freitas e Oliveira (2014) também não deixam claro quando há ou não reciprocidade discursiva, questão que discuto melhor mais adiante. De qualquer forma, tanto a diferenciação de Collins & Nerlich (2015), a de Kies (2010), a de Esau & Friess (2022) e a de Mendonça, Freitas e Oliveira (2014) são muito importantes porque evidenciam dimensões distintas na análise empírica da reciprocidade. Organizo essas dimensões em três categorias: (i) a reciprocidade no nível da estrutura, (ii) a reciprocidade no nível das atitudes e (iii) a reciprocidade no nível dos discursos. No Capítulo 3, eu recupero, explico, discuto e critico estudos empíricos anteriores que buscam analisar a reciprocidade, mostrando como cada um desses estudos contribui (ou não) para a compreensão e mensuração de cada uma das três dimensões.

O tema dessa tese é a dinâmica de reciprocidade em discussões sobre assuntos polarizados. Por isso, antes de destrinchar os quadros analíticos das três dimensões de reciprocidade, a seguir eu discuto a ideia de *polarização*. Como eu mostrei ao longo deste capítulo, a reciprocidade deliberativa não requer uma anulação das diferenças (Habermas, 1996; Dryzek, 2004; Dahlberg, 2005; Dryzek & Niemeyer, 2006; Mendonça & Santos, 2009). “A possibilidade de deliberação é mantida na extensão em que o intercâmbio refletido for possível através das fronteiras de diferentes discursos” (Dryzek, 2004, p. 51). Argumentar algo que o outro possa aceitar não significa colocar as diferenças de lado em prol de um bem comum ou de valores universais (Dryzek & Niemeyer, 2006). O que se espera em uma discussão recíproca não é que as pessoas deixem suas posições e opiniões de lado, mas que as coloquem e as transformem de acordo com as interações, ou seja, de formas que possam ser compreendidas e aceitas pelo outro (Gutmann & Thompson, 1996). Esse é um processo particularmente difícil em discussões polarizadas, mas é precisamente nelas que ele é um processo ainda mais

importante, já que a ruptura da reciprocidade entre posições distintas pode trazer consequências graves para a Democracia.

Capítulo 2: O conceito de *polarização*

A polarização é um conceito altamente relevante no estudo da política contemporânea. Mas ela pode assumir significados variados, ou descrever fenômenos distintos (DiMaggio, Evans & Bryson, 1996; Mason, 2015; Lelkes, 2016; McCarty, 2019). Isso trás implicações importantes. Por exemplo, enquanto alguns autores identificam que a população norte-americana passou a ser mais polarizada nas últimas quatro décadas (Jacobson, 2003, 2005, 2007; Abramowitz & Saunders, 2005, 2008; Brewer, 2005; Abramowitz & Stone, 2006; Layman, Carsey & Horowitz, 2006; Levendusky, 2009a; Abramowitz, 2010), outros argumentam que não houve necessariamente um aumento da polarização, mas sim outros tipos de transformações na opinião pública (Fiorina, Abrams & Pope, 2005, 2008; Fiorina & Levendusky, 2006; McCarty, Poole & Rosenthal, 2006, 2016; Fiorina & Abrams, 2008; Hetherington, 2009; Fiorina, 2017). Esse é um cenário científico que pode ser caracterizado, nas palavras de Strickler (2018), como um quebra-cabeças (p. 4). “Infelizmente, os termos *polarizado* e *polarização* assumiram uma variedade de significados tão ampla entre jornalistas, políticos e acadêmicos que muitas vezes eles confundem, em vez de esclarecer, os problemas que nosso sistema político enfrenta” (McCarty, 2019, p. 8).

O quadro se complexifica ainda mais com as numerosas, multifacetadas e pouco conclusivas evidências sobre a polarização nos ambientes digitais. Enquanto em alguns momentos o foco estava nas ideologias, depois nas identidades, no cenário contemporâneo é no nível das interações online que a polarização tem sido especialmente pensada e estudada. As plataformas de redes sociais online se tornaram protagonistas no campo da comunicação e política nas últimas décadas, por serem o principal espaço onde assuntos de interesse público repercutem. As interações políticas são mediadas hoje pelas plataformas digitais: cidadãos, movimentos sociais, representantes políticos, grupos religiosos, especialistas e diversos outros atores sociais discutem, constroem e disputam opiniões online, pautando e sendo pautados por materiais dos *media*. Por isso, na investigação das causas e mecanismos da polarização política, as características das redes sociais online e as transformações no ambiente de mídia passaram a ser tema primordial. Nesse contexto, alguns objetos se tornaram de primeira importância no estudo da opinião pública, como as *affordances* das plataformas digitais, os padrões de visibilidade, o tipo de comunicação produzido pelas pessoas nessas plataformas e quais as características das informações e discussões políticas nesses ambientes. Alguns problemas político-comunicacionais bastante discutidos nesse cenário são, por exemplo, as *câmaras de*

eco e os *filtros bolhas*. Mas o grau em que esses problemas efetivamente ocorrem, ou mesmo se eles realmente existem, está longe de um consenso (Barberá, 2015; Karlsen et al, 2017; Bruns, 2019; Bodrunova et al, 2019). As perguntas permanecem: quais são de fato os problemas relacionados à polarização existentes nas comunicações online? Como conceituar e mensurar a polarização no contexto das discussões online?

Neste capítulo traço o histórico do conceito de polarização política. Começo pelos estudos mais tradicionais, que medem a polarização através da divergência entre posicionamentos ideológicos (2.1.). Depois, passo para aqueles que entendem a polarização como a cristalização de posições e ideologias em grupos opostos (2.2.). Em seguida, mostro que a polarização pode ser entendida em sua dimensão relacional, ou seja, a polarização não diz apenas das posições ideológicas de cada indivíduo ou grupo, mas da forma como esses indivíduos e grupos com divergências fortes se relacionam (2.3.). Por fim, apresento as principais ideias, perguntas e evidências que o campo de estudos da polarização e comunicação online tem discutido nos últimos anos (2.4.). Não pretendo argumentar aqui qual a melhor, ou mais acurada, ou mais correta forma de medir a polarização. Na perspectiva dessa tese há diferentes elementos que caracterizam a polarização e eles se inter complementam. O objetivo desse capítulo é apresentar e organizar os estudos preocupados com a polarização, e como as interações nas plataformas digitais são estudadas nessa perspectiva.

A ideia de polarização nasce a partir de tradições de estudo distintas, e na medida que essas tradições vão sendo relacionadas em estudos ao longo dos anos, cresce o nível de complexidade no entendimento desse conceito. Por um lado, boa parte dos estudos estão situados na ciência política, geralmente mais quantitativos e preocupados com o aumento ou diminuição do nível de polarização em algum contexto. Estes estão ancorados fortemente na tradição de estudo das ideologias e posicionamentos de partidos, representantes políticos e cidadãos. Por outro lado, outra parte de estudos estão mais ligados à tradição sociológica, que analisa a relação entre grupos sociais com valores, moralidades e identidades distintas. É claro que essa separação não é clara e não existe um lado especialmente correto. Como Mason (2015) coloca, “quando a polarização social é separada da polarização de posicionamento, ambos os lados do debate podem estar simultaneamente corretos” (p. 128). Especialmente nos últimos anos, a polarização tem sido tratada com várias nuances, ancorada em tradições de estudos distintas, para tornar possível compreender os conflitos políticos atuais.

2.1. A polarização como a divergência nos posicionamentos ideológicos

Uma das ideias mais tradicionais de polarização nasce do estudo da divergência ideológica entre partidos e representantes políticos especialmente nos Estados Unidos (Downs, 1957; Sartori, 1976; Sigelman and Yough, 1978; Gross and Sigelman, 1984; Poole & Rosenthal, 1984; 1997; Budge, Robertson, & Hearl, 1987; Dalton, 2008). Nesses estudos a preocupação é com o afastamento entre as posições ideológicas de partidos e representantes políticos, ou seja, o quanto as posições dos partidos e representantes divergem entre si em uma escala. Inicialmente pensada em termos de Direita-Esquerda (Downs, 1957; Sartori, 1976; Dalton, 2008) essa escala passou a ser colocada primordialmente nos termos Liberal-Conservador a partir do alinhamento dos partidos também nas pautas culturais e morais, para além das questões econômicas (ver Poole & Rosenthal, 1997; Layman, 2001; Stonecash, Brewer & Mariani, 2003; Layman, Carsey & Horowitz, 2006; Abramowitz, 2010). Independentemente de qual é a escala, o que se mantém na concepção desses diferentes autores é a análise de como estão distribuídas as posições dos partidos ou parlamentares ao longo de um espectro político, e quanto mais dispersa é a distribuição, quanto mais distante um grupo de posições está de outro, maior o nível de polarização (Dalton, 2008).

Na busca por localizar cada partido ou representante no espectro político Direita-Esquerda ou Liberal-Conservador para aferir a distribuição ideológica, o método para identificar onde cada caso está situado pode variar. Alguns estudos usam uma lista de classificações fixa de posicionamentos em que cada partido ou representante é posicionado arbitrariamente com base em dados contextuais (Sartori, 1976; Sigelman and Yough, 1978; Gross and Sigelman, 1984), como, por exemplo, direita, esquerda, centro, comunista, socialista, centrista e fascista. Uma tradição importante são os estudos que analisam os votos legislativos (Poole & Rosenthal, 1984; 1997; McCarty, Poole & Rosenthal, 2006). O índice *DW-Nominate*¹⁰ calcula a localização de cada membro do Parlamento de acordo com seus votos em uma escala que vai de -1, muito liberal, a 1, muito conservador (Poole & Rosenthal, 1997; McCarty, Poole & Rosenthal, 2006). Há ainda outros estudos que usam os posicionamentos expressos nos manifestos dos partidos (Budge, Robertson, & Hearl, 1987; Comparative Manifesto Project, 2017).

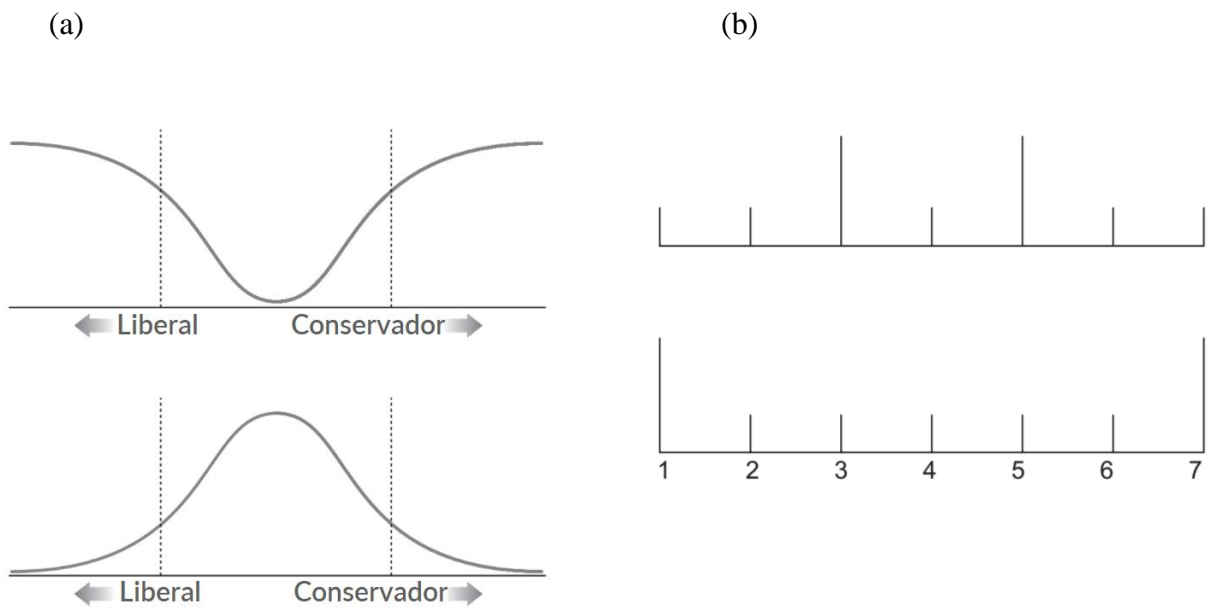
Preocupados com a relação entre a população e os partidos, alguns estudos analisam a polarização da elite política a partir da percepção popular (Hetherington, 2001; Dalton, 2008;). Por exemplo, Dalton (2008) utilizou uma pesquisa em que os respondentes deveriam situar cada

¹⁰ A primeira versão é o índice D-Nominate de Poole & Rosenthal (1984).

partido em uma escala de 0 a 10, “onde 0 significa Esquerda e 10 significa Direita” (p. 904). Hetherington (2001), outro exemplo, analisa a percepção das pessoas sobre as diferenças ideológicas entre os partidos e como elas localizam cada um deles no espectro ideológico Direita-Esquerda. Mesmo nesses casos, o que está sendo estudado ainda é a polarização dos partidos e representantes, e não exatamente a polarização das pessoas. A preocupação com a divergência ideológica, no entanto, não ficou só no nível da elite. A polarização da população (ou *mass polarization*), embora tenha demorado mais a se popularizar do que os estudos da elite política, passa a ser amplamente analisada e discutida especialmente a partir da década de 90 com diferentes abordagens.

Para analisar a polarização de massa, muitos estudos seguem essa tradição da ciência política de observar a distribuição ideológica, ou seja, entendem a polarização como o que Lelkes (2016) chamou de polarização como divergência ideológica, ou “o grau em que a distribuição das ideologias se separa” (p. 3). Nas palavras de Fiorina (2017, p. 21), polarização é quando “o meio perde para os extremos”. Nessa abordagem, o que está em jogo são os princípios de dispersão e bimodalidade (DiMaggio, Evans & Bryson, 1996; Fiorina, Abrams & Pope, 2005; Fiorina & Abrams, 2008). O *princípio da dispersão* é o quanto a distribuição de ideologias está dispersa, ou seja, o quanto as posições estão afastadas do centro; e o *princípio da bimodalidade* é o quanto a distribuição de ideologias forma dois grupos distintos, ou seja, “a extensão em que as opiniões se movem em direção a modos separados” (DiMaggio, Evans & Bryson, 1996, p. 694). Esses dois princípios podem ser observados nas figuras hipotéticas de Fiorina & Abrams (2008, p. 566). Na Figura 01a o primeiro gráfico é mais polarizado que o segundo (princípio da bimodalidade), formando dois pólos onde há mais proeminência na distribuição dos posicionamentos ideológicos. Na Figura 01b, embora ambos os gráficos atendam ao princípio da bimodalidade, o segundo gráfico é mais polarizado (princípio da dispersão), porque os dois pólos estão mais distantes um do outro (e do centro).

Figuras 01a e 01b: Exemplo hipotético de Bimodalidade (a) e Dispersão (b) na distribuição de ideologias



Fonte: Fiorina & Abrams (2008, p. 566, tradução minha)

Para analisar a distribuição ideológica da população, o método principal para identificar as posições de cada caso costuma ser perguntar às pessoas seus próprios posicionamentos. As perguntas dessas pesquisas podem variar: ou são perguntas sobre posicionamentos em assuntos diversos; ou são perguntas sobre um posicionamento único em uma escala política (Bischof & Wagner, 2019); ou uma combinação das duas coisas (Fiorina, Abrams & Pope, 2005; Fiorina & Abrams, 2008; Levendusky, 2009). No caso das perguntas sobre posicionamentos em assuntos específicos, às vezes a análise é da polarização ideológica em cada assunto (Fiorina, Abrams & Pope, 2005; Fiorina & Abrams, 2008), e às vezes há um cálculo utilizando os posicionamentos em assuntos diversos para inferir a posição de cada caso em uma única escala ideológica, como é feito por Levendusky (2009):

Cada indivíduo tem uma localização verdadeira desconhecida em uma dimensão subjacente. Embora eu não possa observar essa localização diretamente (a escala é latente), observo vários indicadores da localização de cada indivíduo naquela escala subjacente. Os entrevistados colocam-se em uma variedade de escalas de políticas, incluindo a escala de auto-identificação liberal-conservadora, a escala de serviços e gastos do governo e assim por diante (...). Esses itens - em vários graus - refletem a localização dos entrevistados ao longo desse continuum ideológico. Combinando as informações nesses itens, posso estimar onde se encontram os eleitores individuais ao longo desse continuum latente. (Levendusky, 2009a, p. 165).

Já no caso dos estudos que utilizam perguntas sobre o posicionamento político único, podemos citar, por exemplo, Bischof & Wagner (2019): eles precisavam aferir o nível de polarização do eleitorado holandês e, para isso, eles utilizam pesquisas em que os respondentes se identificam em um ponto numa escala de 1 (extrema-esquerda) a 11 (extrema-direita). Nessa perspectiva, quanto mais distantes do meio (ou do centro, entendendo o centro como a média das respostas) os respondentes se colocam, maior o nível de polarização daquela população. Os autores defendem os surveys com perguntas gerais de ideologias políticas ao invés de perguntas por posicionamentos em assuntos específicos porque, em primeiro lugar, “perguntas gerais sobre o posicionamento esquerda-direita permitem que os respondentes decidam por si mesmos o que entendem como esquerda ou direita” e, em segundo lugar, “em contraste com questões específicas, a colocação esquerda-direita dos entrevistados está disponível em vários países e períodos de tempo” (Bischof & Wagner, 2019, p. 5). No contexto dos Estados Unidos, diferentes estudos utilizam os surveys da NES (*National Election Studies*) e da GSS (*General Social Surveys*) onde há uma pergunta sobre a ideologia política com uma escala de 7 pontos indo de extremamente liberal até extremamente conservador.

Estudos que abordam a polarização através da divergência ideológica sofreram importantes críticas. Um autor em específico foi especialmente alvo de discordâncias: Morris Fiorina, que utilizou as medidas de bimodalidade e dispersão nos posicionamentos ideológicos para argumentar que não houve aumento na polarização de massa nos Estados Unidos nas últimas décadas (Fiorina, Abrams & Pope, 2005; 2008; Fiorina & Abrams, 2008; Fiorina, 2017). Uma das críticas endereçadas a ele e a essa abordagem é que, nas respostas dos surveys, as pessoas tendem a responder que estão localizadas em uma posição mais moderada ou centralizada, fazendo então com que a análise chegue à conclusão de que não há polarização - mas, outras medidas seriam capazes de apreendê-la (Hetherington, 2009, p. 433). Uma segunda crítica é que a distância entre dois pólos ideológicos pode continuar a mesma em dois cenários (separados por tempo, espaço ou contexto), mas um deles ser muito mais polarizado do que outro se, por exemplo, um assunto específico polarizado tiver mais saliência para a opinião pública naquele momento, o que é especialmente crítico se a medida utilizada equivale o peso das opiniões em diferentes assuntos (Hetherington, 2009, p. 434-435). Uma terceira crítica é que as medidas de ideologia não capturam as diferenças e disputas em outras dimensões, como é o caso dos valores e visões de mundo (Evans & Nunn, 2005) - abordo essa questão nas seções seguintes. Apesar de haver críticas a trabalhos específicos, é um consenso que os princípios da dispersão e bimodalidade são essenciais para se pensar a polarização. Eles são a maneira mais clara e evidente de apreender esse fenômeno em suas diferentes formas: na massa e na elite

política, em escalas políticas gerais ou em assuntos específicos. Mas outros conceitos também são importantes se considerarmos não só a divergência entre os posicionamentos ideológicos, mas também a identificação partidária ou política dos indivíduos. Buscando entender a polarização entre grupos partidários (na elite ou na população), há também a abordagem que Lelkes (2016) chama de *polarização como consistência ideológica*. Alguns chamam essa polarização de *polarização partidária*, enquanto outros preferem não chamá-la de polarização. Mesmo com tais ressalvas, os princípios que a regulam me parecem também importantes para a medida da polarização.

2.2. Grupos cada vez mais alinhados? Consistência e polarização partidária

Buscando outros entendimentos e análises, ainda no campo da ideologia, outros estudos, ao invés da divergência (ou somados à ela), entendem a polarização como o alinhamento ideológico dos partidários ou partidos ou representantes políticos cada vez mais totalizante em lados específicos (Putz, 2002; Layman & Carsey, 2002; Brewer, 2005; Abramowitz & Saunders, 2005; 2008; Layman, Carsey & Horowitz, 2006; Baldassarri & Gelman, 2008; Abramowitz, 2010; Pew Research Center, 2014). A preocupação de estudos que entendem a polarização dessa forma é com a “cristalização de interesses em facções opostas” (Baldassarri and Gelman, 2008, p. 2). Ou seja, as opiniões de cada indivíduo (ou partido, representante, etc) sobre assuntos diversos tendendo cada vez mais a uma consistência com uma mesma posição ideológica. Embora ambos estejam na dimensão ideológica, existem diferenças importantes entre a concepção de polarização por *divergência* (bimodalidade e dispersão) e aquela por *consistência* (Lelkes, 2016). Autores que utilizam a polarização como *consistência* geralmente não estão preocupados, por exemplo, com o quão radical é uma opinião em determinado tema, mas sim com a formação de grupos com opiniões mutuamente exclusivas (McCoy, Rahman & Somer, 2018).

É possível relacionar as preocupações dessa abordagem com estudos antigos na Ciência Política. Por exemplo, em 1964, o importante artigo de Converse (*The nature of belief systems in mass publics*) definiu a ideia de *constrangimento* como a medida que afere o quanto uma ideia está relacionada com a outra nos sistemas de crenças da população e da elite política. Através da noção de constrangimento podemos supor, por exemplo, que “se uma pessoa se opõe à expansão da Previdência Social, provavelmente é um conservador e provavelmente se opõe também a qualquer nacionalização de indústrias privadas, ajuda federal à educação, tributação de renda acentuadamente progressiva e assim por diante” (Converse, 1964 [2006], p. 3). Mais

tarde, DiMaggio, Evans & Bryson (1996), seguindo Converse (1964), utilizam a ideia de *constrangimento* como um dos princípios para medir a polarização. A preocupação está em aferir em que medida “as opiniões sobre qualquer item em um domínio de opinião (um conjunto de questões relacionadas ao tema) estão associadas a opiniões sobre qualquer outro” (DiMaggio, Evans & Bryson, 1996, p. 696).

Na polarização por convergência, assim como na polarização por divergência, os métodos e níveis (elite, massa) podem variar. Para aferir a polarização por consistência na população, geralmente, as opiniões das pessoas em variados assuntos são identificadas a partir de surveys e, em seguida, é construído ou um índice de *consistência* ou de *correlação*. Por exemplo, Abramowitz & Saunders (2005; 2008) constróem um índice que vai de 0 a 7, em que 7 é o caso de indivíduos que mantêm todas as suas opiniões em variados temas alinhadas a uma posição ou liberal ou conservadora, e 0 o caso do indivíduo que mantêm suas posições totalmente balanceadas. A ideia da polarização associada à consistência é importante também em estudos sobre a elite política. Schlesinger (1985), por exemplo, analisa a polarização dos partidos e representantes políticos através do nível de alinhamento (ou unidade ideológica) identificados nos votos no Parlamento e posicionamentos defendidos por esses atores.

Pensando especificamente na população, a consistência de ideologias parecidas dentro das identificações partidárias pode acontecer por motivos distintos. Por um lado, as pessoas podem mudar suas opiniões sobre diferentes assuntos porque os demais partidários de sua identificação partidária pensam de determinada forma, causando tal fenômeno em que cada grupo pensa mais parecido entre si e mais divergente dos grupos opostos. Por outro lado, pode ser que as pessoas troquem sua identificação partidária ao perceberem que determinado partido se assemelha mais às suas ideologias (Fiorina & Levendusky, 2006; Levendusky, 2009; Hetherington, 2009). “À medida que os partidos da elite se tornam mais divididos, eles enviam aos eleitores pistas mais homoganeamente liberais ou conservadoras, tornando mais fácil para os eleitores comuns adotarem a posição de seu partido nessas questões” (Levendusky, 2009, p. 163). Nesse segundo caso, não são as ideologias que estão mudando, mas sim a identificação partidária em resposta à polarização da elite política. McCarty (2019, p. 14-15) cita o exemplo da questão dos imigrantes nos Estados Unidos: em um estudo de 2017¹¹, enquanto 84% dos Democratas se mostram pró-imigrantes, entre os Republicanos são 42%. Essa é uma diferença de 42%. Em 1994, essa diferença era de 2%. Há então muito mais concordância interna entre os partidários e muito menos terreno comum entre os dois grupos em 2017 em relação a 1994.

¹¹ Pew Research Center (2017).

No entanto, McCarty chama a atenção para um segundo dado: na análise das opiniões das pessoas sobre os imigrantes num geral, sem classificá-las em grupos partidários, enquanto 30% era pró-imigrantes em 1994, em 2017 são 65%. Então não necessariamente há mais polarização sobre essa questão em específico - na verdade, ela parece ter se dirigido apenas em uma direção (pró-imigrantes), mas os defensores e os não defensores estão mais coerentemente posicionados nos partidos que, agora, estão mais divergentes entre si do que antes. A polarização seria, nessa hipótese, apenas dos representantes políticos e partidos, enquanto a população teria apenas se alinhado melhor a eles.

Por isso, alguns autores argumentam que a consistência ideológica não pode ser chamada simplesmente de polarização (Fiorina, Abrams & Pope, 2005, 2008; Fiorina & Levendusky, 2006; Fiorina & Abrams, 2008; Hetherington, 2009; Levendusky, 2009). Alternativamente, eles argumentam que tal fenômeno ou deve ser diferenciado como polarização *partidária* (ao invés de ideológica) ou compreendido através do conceito de *sorting* (realinhamento ideológico) (Fiorina, Abrams & Pope, 2005, 2008; Fiorina & Levendusky, 2006; Fiorina & Abrams, 2008; Hetherington, 2009; Levendusky, 2009; Fiorina, 2017). *Sorting* é o processo em que os cidadãos se posicionam de forma mais consistente (ou seja, se posicionam de maneira similar em vários assuntos) com seu partido ou grupo partidário, e os partidos ou grupos partidários se posicionam de forma mais consistente em variados assuntos, como aborto, casamento homossexual, etc. (Fiorina, Abrams & Pope, 2005, 2008; Fiorina & Levendusky, 2006; Fiorina & Abrams, 2008; Hetherington, 2009; Levendusky, 2009). Ao argumentar porque *sorting* não é sinônimo de polarização, Levendusky (2009), por exemplo, defende que ao observarmos o fenômeno de *sorting* numa população podemos ver a ideologia e o partidarismo mais correlacionados (p. 4), enquanto na polarização podemos ver as pessoas adotando posições mais ideologicamente opostas (p. 5), o que caracteriza então dois fenômenos distintos. Ou seja, para esses autores, a polarização é entendida através da divergência, enquanto a consistência descreve um outro conceito¹².

Embora diverjam, ambas as dimensões - a da *divergência* e a da *consistência* (ou *sorting*) - permanecem no nível ideológico. Vários autores têm argumentado que apenas a ideologia não é suficiente para explicar a polarização - é preciso considerar diferentes

¹² Essa discussão é explícita nos estudos sobre a polarização nos Estados Unidos. Fiorina & Abrams (2008), por exemplo, declaram que “as tentativas de impor uniformidade terminológica invariavelmente falham, então continuaremos a usar nosso termo, *sorting*, para discutir pesquisas que outros colocam sob o título de polarização partidária e reconhecer que diferentes estudiosos farão escolhas diferentes” (p. 577). Morris Fiorina frequentemente advoga pela não utilização do termo “polarização” para se referir ao que entende como “*sorting*” especialmente porque ele está preocupado com a parte moderada (centro) da população, e, segundo ele, ao usarmos “polarização” tornamos invisível o fato de que essa parcela não está mais polarizada (Fiorina, 2017, p. 48-49).

fenômenos sociais, culturais e relacionais para compreender esse fenômeno (Evans & Nunn, 2005; Iyengar, Sood e Lelkes, 2012; McCoy, Rahman & Somer, 2018; Somer & McCoy, 2019; Lauka, McCoy & Firat, 2018). Esse não é um movimento consensual: há quem conteste que olhar para outros aspectos além da ideologia realmente faz sentido para se medir a polarização política. Fiorina & Abrams (2008), por exemplo, argumentam que “a maneira mais direta de medir a polarização das posições políticas é medir as posições políticas”, porque medir aspectos correlatos levanta dúvidas se é mesmo possível associar a variável medida à posição política (p. 569). Especialmente nos últimos anos, no entanto, parece evidente que a polarização precisa ser explicada a partir também de outras bases. Embora diferentes autores contestem de maneira similar a ideologia como único parâmetro para a polarização, eles percorrem caminhos distintos e se ancoram em conceitos também distintos para buscar definições mais completas para o fenômeno.

2.3. Abordagem relacional da polarização: identidades, sentimentos e interações

Como mostrei nas últimas duas seções, no início dos anos 90 a polarização de massa (da sociedade civil) começou a ser amplamente discutida especialmente no contexto norte-americano (DiMaggio, Evans & Bryson, 1996; Fiorina & Abrams, 2008). Em 1996, DiMaggio, Evans & Bryson começam o artigo “*Have Americans' Social Attitudes Become More Polarized?*” mostrando como a polarização era, nesse período, um tema recorrente no diagnóstico da política norte-americana. Eles começam identificando que a “polarização, a fragmentação e divisão tornaram-se temas familiares no discurso político americano” (p. 690), mostrando a proeminência desse assunto na mídia, em artigos científicos e mesmo na opinião pública. Em uma pesquisa de 1995, 86% da população estadunidense concordou que “houve um tempo em que as pessoas neste país sentiam que tinham mais em comum e compartilhavam mais valores do que os americanos hoje” (Princeton Survey Research Associates *apud* DiMaggio, Evans & Bryson, 1996, p. 692).

Parece claro, portanto, que a polarização não é uma preocupação nova. No entanto, como McCoy, Rahman & Somer (2018) argumentam, boa parte dos estudos de polarização até pouco tempo atrás estavam focados em contextos específicos (a grande maioria sobre os Estados Unidos), e/ou aspectos específicos da polarização (como o aumento da consistência ideológica dos partidários). Mas o cenário político contemporâneo em diferentes países trouxe à tona uma discussão mais ampliada, que leva em consideração, inclusive, diferentes aspectos

das abordagens da polarização: a ideologia, os valores, os sentimentos dentro e fora do grupo e as identidades sociais. Nessa seção mostro que a polarização pode ser entendida através de uma *abordagem relacional* (Somer & McCoy, 2019). Ao meu ver, uma ideia relacional da polarização já estava presente em diferentes estudos ainda nos anos 90 que buscavam entender as divisões culturais e de valores em sociedades democráticas (Wuthnow, 1988; 1989; Hunter, 1991). A ideia da “guerra cultural” trazida por esse tipo de estudo foi criticada por exagerar a caracterização de polarização de determinadas sociedades, especialmente no caso dos Estados Unidos (Fiorina et al. 2005). De qualquer forma, esses estudos já mostravam que a polarização pode se dar em diferentes dimensões além da esquerda/direita, e envolver muito mais que diferenças ideológicas.

Autores que trabalham com a polarização através da *consistência* ou *constrangimento ideológico* (ou mesmo aqueles que trabalham com a ideia de *sorting*) (Seção 2.1.2.) estão preocupados com o quanto os indivíduos vão se assemelhando ideologicamente mais e mais aos seus próprios grupos enquanto divergem mais e mais de grupos opostos. Há uma alta polarização quando há muito pouco (ou quase nada) de comum nas ideologias de grupos distintos. Em uma das medidas de Abramowitz & Saunders (2008), por exemplo, que classifica cada pessoa em uma escala de 0 (todas as opiniões em diferentes assuntos totalmente conservadoras) a 11 (todas as opiniões em diferentes assuntos totalmente liberais), uma pessoa com índice 0 e outra com índice 11 têm ideologias totalmente excludentes em todos os assuntos medidos naquela pesquisa. Nessa abordagem, pressupõe-se que o que importa é a ausência de concordâncias ideológicas em qualquer tópico. Existe outra importante tradição de trabalhos voltados para a ausência de terreno comum, mas em um nível mais abstrato, menos direto e menos quantitativo que a ideologia: é a polarização no sentido das diferenças de valores, culturas e concepções de mundo (Wuthnow, 1988; 1989; Hunter, 1991; Inglehart, 1997; Himmelfarb, 2001; Baker, 2005).

No artigo de 2005 chamado *The Deeper ‘Culture Wars’ Questions*, Evans & Nunn explicam a diferença entre duas literaturas sobre polarização: a primeira, que esmiucei nas últimas seções, ligada mais intimamente à ciência política, mensura as ideologias dos indivíduos e toma tais medidas como um fenômeno em si, observado a partir das preocupações com o sistema político; na segunda literatura, ancorada nas tradições sociológicas, as ideologias fazem parte de uma “história maior” (p. 5), em que a polarização é vista a partir das diferenças de culturas, valores e visões de mundo, como por exemplo no estudo do que alguns chamam de “guerra cultural” (Hunter, 1991), em que o sistema político e as eleições não são tão centrais.

Enquanto estudos de polarização ideológica estão preocupados com a dimensão direita-esquerda (ou liberal-conservador), autores reivindicam que outras diferenciações podem ser base para um contexto polarizado, como “globalista/cosmopolita versus nacionalista; religioso versus secular; urbano versus rural; valores culturais tradicionais versus modernos; e modelos democráticos participativos versus representativos” (McCoy, Rahman & Somer, 2018). Estudos sobre a política norte-americana, por exemplo, apontam para uma divisão da população entre dois campos com valores distintos, nomeados diferentemente a depender do autor. Wuthnow (1988; 1989) os separa a partir da religião, em que, segundo ele, não há uma disputa entre religiões mas sim entre liberais e conservadores dentro de cada religião. Hunter (1991) os separa entre progressistas e ortodoxos. As diferenças entre os dois campos estão ancoradas fortemente na diferença de “visões de mundo” (Hunter, 1991). De acordo com Hunter (1991), enquanto um grupo é constituído por “aqueles que acreditam que a autoridade vem da sociedade ou de outros humanos”, o outro grupo acredita na “autoridade transcendente” (Evans & Nunn, 2005, p. 4). Baker (2005) os separa entre absolutistas e relativistas - o que os divide é a visão sobre autoridade - enquanto um grupo vê a autoridade de forma absolutista, ou seja, “que a autoridade moral é transcendental”, outro vê de forma relativista, ou seja, “que a autoridade moral reside no indivíduo ou no contexto local” (Evans & Nunn, 2005, p. 8).

A discussão sobre esse tipo de polarização vai muito além do cenário estadunidense. Há uma tradição de estudos sobre os valores importantes para as sociedades que olha para dados de diferentes países ao redor do mundo (Inglehart, 1997; Inglehart & Baker, 2000). Em uma pesquisa que utiliza os dados do *World Values Surveys* que incluiu dezenas de países, Inglehart (1997) e Inglehart & Baker (2000) concluem que existem duas dimensões de agrupamento de valores que atravessam as diferentes culturas: a primeira é a divisão entre uma orientação *tradicional* e outra *secular-racional* em relação à autoridade; e a segunda é a divisão entre os valores *sobreviventes* versus valores de *autoexpressão*. Diferentes estudos contemporâneos mostram processos de polarização envolvendo essas chaves de valores (Wilkins-Laflamme, 2014).

Mas o quanto a separação em grupos com visões de mundo distintas significa uma sociedade polarizada não é um consenso. Fiorina & Abrams (2008) argumentam que os trabalhos sobre esse tipo de polarização não apresentam dados convincentes para demonstrar que visões de mundo distintas estão associadas à polarização política. Nesse mesmo sentido, Baker (2005), analisando o cenário dos Estados Unidos, argumenta que não é possível caracterizar as diferenças entre as visões morais absolutistas e relativistas como campos opostos, porque as pessoas com ambas as visões “ainda tem muito em comum” (p. 103). Por

outro lado, muitos autores argumentam que tais divisões de valores, culturas e moralidades parecem ser relevantes para o entendimento da polarização. “Focar em simples divisões ideológicas esquerda-direita pode não apenas ignorar outras dimensões sobre as quais a população pode polarizar, mas também falha em representar a natureza multidimensional da polarização política” (Lauka, McCoy & Firat, 2018, p. 4).

Além dos estudos sobre os valores e as visões de mundo, houve uma virada nos estudos da polarização especialmente na última década buscando ir além da ideologia e dos valores e olhando para as identidades, para os sentimentos e para as interações. A polarização não é só sobre a caracterização de como os grupos pensam, mas também sobre como eles se relacionam uns com os outros. Existe um aspecto da polarização que diz das atitudes das pessoas e dos grupos, das suas ações e de como se dão essas interações. Nas palavras de Hetherington (2009, p. 429), “a polarização sugere uma intensidade que se baseia em atitudes que as pessoas carregam de maneira profunda”. Uma marca da polarização nessa visão é a de que ao lidar com quem está localizado no lado oposto, no outro polo, as pessoas podem agir de forma hostil, não as entendendo ou mesmo não as respeitando.

Iyengar, Sood e Lelkes (2012) reivindicam que um bom indicador da polarização é “a extensão em que os partidários vêem uns aos outros como grupos externos detestados” (p. 2), como uma alternativa aos estudos que eles, segundo eles, “focam exclusivamente em preferências políticas” (p. 1). Eles se baseiam nas noções de identidade social e dinâmicas de grupo desenvolvidas na psicologia social - especificamente Tajfel (1970), Tajfel & Turner (1979), Tajfel et al. (1971) e Billig & Tajfel (1973) - em que o que importa não são apenas os “sentimentos positivos para o próprio grupo, mas também sentimentos negativos em relação àqueles que se identificam com grupos opostos” (Iyengar, Sood e Lelkes, 2012, p. 2). Daí surge o termo *polarização afetiva*. Eles mostram que o aumento na polarização nos Estados Unidos nas últimas décadas se deu no nível afetivo, com aumento de ódio entre grupos opostos, atribuição de traços negativos aos grupos opostos e até mesmo influência em julgamentos negativos nas relações interpessoais.

É preciso observar que, nessa perspectiva, embora haja os dois níveis na polarização, o afetivo e o ideológico, há forte influência de um em outro. Um exemplo é que as pessoas “podem atribuir as posições políticas mais extremas das elites e ativistas partidárias” aos indivíduos identificados com aquele grupo, “produzindo antipatia por ‘princípios’” (Iyengar, Sood e Lelkes, 2012, p. 2). No entanto, de maneira geral, Iyengar, Sood e Lelkes (2012) concluem que a polarização por “princípios” ou ideológica tem pouco impacto, e é o nível afetivo que se sobressai nos processos de polarização política - ao menos no contexto em que

desenvolvem sua pesquisa (Estados Unidos, de 1960 a 2010). No diagnóstico de Lelkes (2016, p. 11) “a polarização afetiva, que está claramente em ascensão, parece ser uma forma única de preconceito. As normas sociais parecem pressionar os indivíduos a exagerar seus sentimentos de antipatia”. É no nível da polarização afetiva que podemos compreender o aumento da hostilidade entre grupos partidários (Lelkes, 2016). Em uma pesquisa sobre a polarização brasileira, Fuks & Marques (2020) chegam a uma conclusão silimar: é no nível afetivo, “especialmente em relação às lideranças políticas”, que a polarização brasileira tem se constituído, e não nas diferenças ideológicas e partidárias.

Reunindo elementos da polarização afetiva e da polarização como alinhamento ideológico, McCoy, Rahman & Somer (2018) oferecem o conceito de *polarização severa*: o processo em que “a multiplicidade normal de diferenças em uma sociedade se alinha cada vez mais a uma única dimensão, e as pessoas cada vez mais percebem e descrevem a política e a sociedade em termos de ‘nós’ versus ‘eles’” (p. 16). Somer & McCoy (2019) falam da *polarização perniciosa*, “quando e como uma sociedade se divide em blocos ‘nós contra eles’ mutuamente desconfiados, o que põe em risco a democracia” (p. 8). Carothers e O’Donohue no livro *Democracies Divided: The Global Challenge of Political Polarization* (2019) afirmam que a “polarização política - manifestada em divisões cada vez mais severas entre campos políticos opostos e na diminuição do terreno político compartilhado” é um dos principais aspectos da “crise global da democracia”. Já José Luiz Braga (2020) fornece uma *visão comunicacional* da polarização, afirmando que em um cenário polarizado definido nessa perspectiva “o Outro, definido no polo oposto, é visto exclusivamente pela característica que o faz se classificar como diferente” (p. 19). Num cenário de polarização desse tipo, a identificação ideológica se torna uma identidade social (Iyengar, Sood e Lelkes, 2012; Somer & McCoy, 2019), e “membros de cada campo sentem lealdade e simpatia para com seu próprio grupo político e desconfiança e antipatia para com o outro. No extremo, cada campo passa a ver o outro como uma ameaça existencial à nação ou ao seu modo de vida” (Somer & McCoy, 2019, p. 9).

Nessa tese, reforço o entendimento da polarização como um fenômeno relacional, ou seja, como um fenômeno que ocorre na relação comunicacional entre grupos e indivíduos (Evans & Nunn, 2005; Iyengar, Sood e Lelkes, 2012; McCoy, Rahman & Somer, 2018; Somer & McCoy, 2019; Carothers & O’Donohue, 2019; Braga, 2020). Quando há polarização desse tipo, “os cidadãos realmente acham difícil ver por que seus oponentes políticos são iguais a eles”, eles consideram “aqueles com quem discordam sobre política não apenas incorretos, mas depravados, perigosos e ameaçadores à própria democracia” (Aikin & Talisse, 2019, p. 9). Ao

investigarmos a polarização devemos olhar para a “condição de nossa esfera pública e, mais especificamente, [para] os mecanismos pelos quais os cidadãos se comunicam entre si para formar um consenso social”, e não apenas para as distribuições ideológicas (Evans & Nunn, 2005, p. 6).

Não é a própria diferença crescente que produz polarização severa. É como essa diferença é interpretada e usada por alguns atores e grupos para criar uma percepção antagonista “nós” versus “eles” de outros grupos. Além disso, é como esses outros grupos reagem a essa diferenciação e como respondem e se situam em relação ao(s) primeiro(s) grupo(s). Daí a natureza inerentemente relacional da polarização. (Somers & McCoy, 2019, p. 13).

Como Braga (2020) argumenta, a polarização diz de uma ruptura que cessa o processo de comunicação (p. 26). Para bem apreender a polarização é necessário compreender como se dão as interações entre grupos e indivíduos com posições opostas. Tais interações ocorrem hoje em grande medida através dos ambientes online - as plataformas digitais mediam em larga escala tanto as discussões de cidadãos comuns, como a comunicação de partidos e representantes políticos, a atuação de ativistas, o parecer de especialistas e o próprio jornalismo. Isso exige que novas formas de medir e compreender a polarização emergjam. Nas palavras de Yarchi, Baden & Kligler-Vilenchik (2020), “devido à dificuldade de transferir medidas tradicionais baseadas em *surveys* para o domínio das mídias digitais”, pesquisadores têm apresentado diferentes métodos para medir a polarização política online (p. 3). Na próxima seção, eu exploro os principais temas que envolvem a relação entre polarização e discussões online. Eu mostro que tais temas são mais antigos que a internet, mas que hoje assumem configurações específicas - configurações que diversos pesquisadores têm tentado apreender.

2.4. Polarização nas plataformas de redes sociais online

As plataformas de redes sociais online mediam em escala cada vez maior as discussões dos cidadãos comuns, bem como as comunicações de partidos políticos, representantes, ativistas, especialistas, jornalistas e outros atores (Maia, 2017; 2018). À medida que essa mediação altera a estrutura da comunicação política, novas formas de apreender a polarização política foram necessárias (Yarchi, Baden & Kligler-Vilenchik, 2020). Vemos então um grande corpo de pesquisas investigando, por exemplo, redes de interação online, buscando entender se grupos opostos são fragmentados, sem contato uns com os outros (Barberá, 2015), hostilidade,

intolerância e desrespeito nas interações entre indivíduos com posições opostas (Brown, 2018), e se as posições se tornam menos ou mais extremas à medida que os cidadãos interagem online com opiniões homogêneas ou heterogêneas (Karlsen et al, 2017). É possível abordar a polarização online por meio de diferentes dimensões, como a formação das redes, os sentimentos, e os discursos.

Há algum tempo pesquisadores se preocupam com a *homofilia* nas interações sociais, ou seja, com o quanto as pessoas buscam interagir apenas com quem se parecem (veja McPherson, Smith-Lovin & Cook, 2001; Mutz, 2006). “O princípio da homofilia diz que as pessoas se associam a outros grupos de pessoas que são majoritariamente como elas mesmas” (Yardi & Boyd, 2010, p. 316). Nas palavras de McPherson, Smith-Lovin & Cook (2001, p. 316), “a semelhança gera conexão”. Embora a existência de algum nível e/ou alguma forma homofilia no processo de formação de laços sociais dos indivíduos seja bem documentada, esse é um fenômeno complexo, já que: (a) em primeiro lugar, as pessoas podem se associar por semelhanças de distintas naturezas (como gênero, raça, ideologia, etc.). Portanto, elas podem manter um alto nível de dessemelhança em alguns aspectos com quem convivem, enquanto são similares em outros; e (b) em segundo lugar, existem diferentes níveis de laços sociais, e embora seja mais comum que os laços mais próximos (mais fortes) sejam baseadas em um alto nível de semelhança, é também comum que hajam outros níveis de laços (mais fracos) que trazem diversidade para o círculo social do indivíduo (Barberá, 2015).

No que se refere à polarização, a homofilia preocupante é aquela que ocorre em larga escala e em alta intensidade, e resulta em enclaves onde há pouco ou nenhum contato com opiniões, ideologias e visões de mundo distintas. Isso significa que não é qualquer existência de homofilia que podemos tomar como sinônimo de polarização. Por exemplo, em um amplo estudo comparando três países, Barberá (2015) confirma que as redes pessoais dos indivíduos têm algum nível de homogeneidade ideológica. Mas, ao mesmo tempo, ele mostra que os indivíduos estão expostos a um alto nível de heterogeneidade ideológica em suas redes em plataformas digitais, já que essas são formadas em grande parte pelos laços fracos, e tal exposição consequentemente reduz a polarização política (Barberá, 2015).

A homofilia, é claro, pode se dar tanto nas redes de interação face-a-face como nas online. No caso das interações face-a-face, a busca por conviver apenas com semelhantes pode chegar ao nível tal que as pessoas mudam de bairro, de cidade ou de estado em busca de estarem envolvidas daqueles que pensam de forma similar - essa é a preocupação dos estudos sobre polarização *espacial* ou *geográfica* (Bishop, 2008; McGhee & Krimm, 2009; Strickler, 2015). Até algumas décadas atrás, o ato de manter os diferentes longe do convívio estava atrelado

apenas à geolocalização, mas isso muda com a internet e o convívio online. Um campo enorme de pesquisas tem pensado se e como as pessoas acabam interagindo online apenas com aqueles com quem compartilham posições, ideologias, valores e visões de mundo.

Além de investigar com quem interagimos, para responder se entramos em contato com os diferentes há também a preocupação com o tipo de conteúdo midiático ao qual estamos expostos. Essa preocupação existe há algum tempo e começou com estudos de consumo de jornais impressos, rádios e canais televisivos. Quando existem mídias partidárias disponíveis, as pessoas podem preferir ter acesso apenas aos conteúdos, canais e fontes que concordam, e evitar ou ignorar aquelas que não concordam, num processo chamado de *exposição seletiva* (Lazarsfeld, Berelson, & Gaudet, 1944; Sears & Freedman, 1967; Frey, 1986; Mutz & Martin, 2001; Mutz, 2006; Pfau, Houston, & Semmler, 2007; Slater, 2007; Stroud, 2008, 2010; Knobloch-Westerwick & Kleinman, 2012; Donsbach & Mothes, 2013). A principal explicação para o fenômeno da exposição seletiva é que as pessoas procuram não serem contrariadas por considerarem a dissonância desagradável, ao mesmo tempo em que consideram agradável confirmarem que sua opinião está correta (Festinger, 1957). Estudos empíricos apresentam evidências desse processo: Iyengar and Hahn (2009), por exemplo, mostram que os Republicanos nos Estados Unidos preferem e escolhem assistir às notícias e reportagens da Fox News independentemente do assunto de que se trata.

No cenário de mídia contemporâneo, há uma nunca antes vista multiplicidade de fontes de notícias e produtores de conteúdo. No que se refere às empresas e conglomerados de comunicação, como o público busca conteúdos que concorda, os provedores de notícia tendem a produzir mais esse tipo de conteúdo, enviesado, explicitamente com lado (Mullainathan & Shleifer, 2005; Gentzkow & Shapiro, 2006). Já no que se refere às plataformas digitais, muitos argumentam que elas facilitariam a busca dos indivíduos por conteúdos midiáticos que eles já concordam e o distanciamento daqueles que discordam (Sunstein, 2001; 2007; 2017; Prior, 2007; Stroud 2008, 2010; Colleoni et al., 2014; Settle, 2018), como discuto a seguir. De forma geral, o ambiente midiático hoje se contrasta com contextos em que a maioria das pessoas assistia, escutava ou lia os principais jornais com posições supostamente balanceadas, como na época da radiodifusão ou nas primeiras décadas da televisão (Karlsen et al, 2017, p. 259).

Os estudos sobre homofilia e os estudos sobre a exposição seletiva a canais televisivos, rádios e jornais impressos nos mostram que a preocupação com as interações voltadas para os semelhantes (*like-minded*) é mais antiga que a internet. Mas hoje as comunicações de forma geral são primordialmente mediadas pelas plataformas digitais (Van Dijk, 2013; Gillespie, 2010; 2018; d'Andréa, 2020). Os enclausuramentos e as desconexões não se limitam a

ambientes online, mas as plataformas digitais “os tornaram mais visíveis, mais mensuráveis e potencialmente mais poderosos” (Bruns, 2019). O quanto as características (e quais características) das plataformas digitais possibilitam e/ou agravam a homofilia, a exposição seletiva e as câmaras de eco?

Há pelo menos duas décadas busca-se responder essa pergunta (alguns dos primeiros trabalhos que tratam dessas preocupações são Negroponte, 1995; White, 1997; Davis and Owens, 1998; Streck, 1998; Noveck, 2000; Wilhelm, 2000; Sunstein, 2001; DiMaggio et al, 2001; Stromer-Galley, 2003). Em 2003, Stromer-Galley percebia duas literaturas com afirmações contraditórias: uma, a “perspectiva da homofilia”, atestava que as “pessoas ficam online e buscam outras pessoas com interesses semelhantes, informações sobre tópicos com os quais já estão familiarizados e argumentos e opiniões sobre assuntos pelos quais já simpatizam”; e outra, a “perspectiva da diversidade”, atestava que “as pessoas ficam online e, ao encontrarem as informações e opiniões que procuram, também têm encontros casuais com informações que não procuravam e ficam expostas a argumentos e opiniões dos quais discordam ou sobre os quais não têm opinião”. No caso específico da pesquisa de Stromer-Galley (2003), baseada em entrevistas com participantes de fóruns online, foi a perspectiva da diversidade que prevaleceu - “as pessoas estão encontrando por meio dessas discussões online opiniões, valores e argumentos com os quais discordam. Eles estão optando por se expor e são expostos à diversidade quando participam de espaços de discussão política online” (Stromer-Galley, 2003). Quase 20 anos depois, o debate continua, mas agora com um quadro muito mais complexo.

A internet foi celebrada pela possibilidade ampliada de participação na vida política e pela possibilidade de acesso a diferentes conteúdos e visões distintas. A amplitude, a conectividade, a abundância e a facilidade foram as chaves para a crença de que ela poderia melhorar a participação política dos cidadãos. Todavia, essas mesmas chaves têm sido apontadas como causas de um importante problema de sobrecarga comunicacional que impede um bom funcionamento da esfera pública (Keane, 2013; Andrejevic, 2013) Dahlgren, 2018). “O fato de haver mais oportunidades do que nunca para os cidadãos expressarem suas opiniões pode ser, contra-intuitivamente, um problema que a democracia enfrenta - a simples superabundância quantitativa sobrecarrega os legisladores e os cidadãos, tornando difícil detectar o sinal em meio ao ruído” (Dryzek et al, 2019, p. 1144).

Para lidar com tantas páginas, notícias e informações disponíveis, os indivíduos desenvolvem “estratégias pessoais para navegar na tsunami diária de informação” (Dahlgren, 2018, p. 22), seguindo determinadas páginas, se conectando a determinadas redes e visitando

determinados websites (Andrejevic, 2013; Dahlgren, 2018). Eles também podem delegar às plataformas digitais (como Google, Facebook, Instagram, Twitter, etc.) a filtragem, priorização e seleção dos conteúdos aos quais eles terão acesso (Helberger, 2018). “Em um ambiente de informação complexo e multifacetado, os usuários confiam nelas [as Plataformas] como gatewatchers e curadores de notícias para reduzir a sobrecarga de informações” (Bruns, 2019). Em ambos os casos, nas escolhas pessoais e na delegação às plataformas, pode ocorrer um afastamento ou uma desconexão dos conteúdos dissonantes - ou porque os indivíduos preferem ver apenas o que concordam, ou porque o funcionamento das plataformas favorece essa desconexão.

Uma exposição muito acentuada e quase exclusiva a conteúdos que as pessoas já concordam ou a opiniões que elas já tem tendência a concordar pode acarretar em um reforço das ideias preexistentes (Sunstein, 2001; 2007; 2017; Adamic & Glance, 2005; Iyengar and Hahn, 2009; Prior, 2007; 2013; Stroud, 2008, 2010). Essa é a tese do conceito das câmaras de eco: que pessoas com ideias semelhantes juntas (like-minded) vão ecoar (reforçar mutuamente) as mesmas ideias uns dos outros (Sunstein, 2001; 2007; 2017). Essa ideia foi desenvolvida antes da popularização massiva da internet, e apareceu primeiro na análise do caso da mídia de extrema-direita nos Estados Unidos (Jamieson and Capella, 2008), mas se popularizou em estudos sobre discussões políticas online (Sunstein, 2001; 2007; 2017). “Ao se socializar com pessoas que pensam como você na Internet, os usuários recebem confirmação e reforço de suas próprias opiniões” (Karlsen et al, 2017, p. 259).

As plataformas, ao possuírem o poder de filtrar, priorizar e selecionar, afetam em grande medida a que conteúdo os indivíduos serão expostos. Por isso, pode-se questionar quais são as escolhas de funcionamento dessas plataformas que possibilitam, ajudam, atrapalham ou impedem o contato com a diversidade de pontos de vista. Tradicionais trabalhos sobre a internet, como o de Jenkins (2006) e Van Dijk (2006), argumentam que a arquitetura da internet é baseada na convergência, com um “lugar” levando a outro, um conteúdo levando a outro, uma página levando a outra, através do processo de linkamento. Nesse sentido, evitar conteúdos dissonantes não é simples ou fácil: as características de convergência e de rede frequentemente levam os indivíduos a entrarem em contato com o que discordam (Brundidge, 2010). Por outro lado, estudiosos têm argumentado que a forma como boa parte das principais plataformas digitais se estruturam e funcionam facilita que as redes dos indivíduos sejam compostas majoritariamente por interesses e visões em comum (Sunstein, 2001; 2007; 2017; Colleoni et al., 2014; Settle, 2018). Primeiro porque os usuários têm a possibilidade e a facilidade de excluir e silenciar páginas e outros usuários com posições divergentes (Sunstein, 2001; 2007; 2017;

Settle, 2018). Segundo porque os algoritmos dessas plataformas geralmente priorizam que conteúdos similares aos anteriormente consumidos e engajados apareçam no feed dos usuários (Sunstein, 2001; 2007; 2017; Mutz & Martin, 2001).

Não é só o funcionamento das plataformas que importa mas como as pessoas as utilizam. Por um lado, diferentes autores argumentam que no ambiente saturado de mídia, nós procuramos nos conectar, visualizar, interagir e consumir conteúdos com os quais já concordamos. Por outro lado, outros autores mostram como temos possibilidade de acesso e contato a posições distintas (Brundidge, 2010), demonstrando uma possível ausência de correlação entre internet e polarização. Boxell, Gentzkow & Shapiro (2017) mostram que, entre os adultos dos Estados Unidos, a polarização aumentou entre grupos menos prováveis de utilizar redes sociais online, como pessoas com acima de 75 anos de idade. Barberá (2015) mostra que as pessoas se conectam frequentemente com aquelas com quem possuem laços fracos (“seus colegas de trabalho, amigos de infância, parentes distantes, e outros”, p. 4) o que ocasiona uma alta heterogeneidade em suas redes e, a longo prazo, diminuição da polarização. Há estudos mostrando que os indivíduos estão expostos a um alto nível de divergência ideológica ao utilizarem diferentes plataformas digitais (Barberá, 2015; Karlsen et al, 2017; Bruns, 2019; Bodrunova et al, 2019).

As evidências de enclausuramento online são ambíguas, portanto não sabemos ao certo em que medida os cidadãos estão desconectados e afastados de qualquer diferença ou desacordo nas redes sociais digitais. No entanto, existem evidências contundentes de uma alta presença de incivilidade, desrespeito, discurso de ódio e intolerância entre indivíduos e grupos com posições e/ou identificações opostas nos ambientes online (Maia & Rezende, 2016; Brown, 2017; Silva, Francisco & Sampaio, 2021). Ou seja, embora a ideia de polarização nas estruturas interacionais online seja ainda objeto de discussão e evidências empíricas ambíguas, a polarização no sentido afetivo e de como as pessoas se tratam nesses ambientes tem resultados mais evidentes (Iandoli, Primario & Zollo, 2021, p. 7). Essas são duas dimensões da polarização online que em muito se assemelham à divisão das dimensões da reciprocidade. Quando há polarização nas estruturas interacionais online, “participantes de um debate interagem cada vez mais com indivíduos com ideias semelhantes, enquanto se desvinculam de interações com outras pessoas que mantêm pontos de vista opostos” (Yarchi, Baden & Kligler-Vilenchik, 2020, p. 4). Quando há polarização afetiva e na forma como os grupos se tratam e interagem, há hostilidade e intolerância nas conversações políticas entre grupos opostos (Yarchi, Baden & Kligler-Vilenchik, 2020, p. 6-7), caracterizando um cenário de antagonismo extremo. Essas duas formas de polarização online são tão distintas que, na verdade, a ausência de uma pode provocar

a outra: como Settle (2018) argumenta, quando indivíduos são expostos involuntariamente a conteúdos com posições divergentes, pode haver um aumento da polarização afetiva, já que esses conteúdos são considerados “outros desagradáveis”.

O contexto de antagonismo exacerbado afeta também a descrença no jornalismo: uma profunda desconfiança nos veículos de mídia tradicional é criada a partir do momento em que certos públicos percebem tais veículos como produtos “dos Outros”, seus inimigos (Dahlgren, 2018, p. 25). Isso ocorre também “outras instituições de produção de conhecimento e especialidade: universidades, pesquisas científicas, escolas, e os tribunais” (Dahlgren, 2018, p. 25). Em tal clima de descrenças, processos de desinformação encontram terreno fértil - desinformação entendida como “informações distorcidas, manipuladas ou inteiramente falsas criadas intencionalmente com a função de enganar para gerar algum tipo de ganho político” (Recuero, Soares & Zago, 2021, p. 4). A desinformação tem sido associada à polarização (Benkler et al., 2018; Tucker et al., 2018; Recuero, Soares & Zago, 2021), no sentido em que contextos polarizados favorecem seu uso.

Pesquisas recentes têm mostrado evidências multifacetadas sobre polarização online. Há estudos, por exemplo, que, embora reconheçam a presença de padrões de interação homofílicos na internet, argumentam que isso raramente leva à formação de câmaras de eco (Zuiderveen Borgesius et al., 2016; Bruns, 2019). “Não há, até o momento, nenhuma evidência que estabeleça que os padrões de interação homofílicos são de fato auto-reforçados, resultando em polarização interacional progressiva” (Yarchi, Baden & Kligler-Vilenchik, 2020, p. 4). Nos últimos dez anos, surgiram e cresceram o número de estudos argumentando que é preciso complexificar o estudo da polarização online em termos de ambientes, plataformas e contextos (Farrell, 2012; Bruns, 2019; Yarchi, Baden & Kligler-Vilenchik, 2020). Essa complexificação começou com o questionamento da categoria unitária “Internet”, que predominava nos estudos até então. Em 2012, por exemplo, Farrell defendeu que deveríamos “parar de pensar na ‘Internet’ como um nome próprio e, em vez disso, começar a pensar nela como um conjunto de mecanismos que podemos, em princípio, separar uns dos outros” (Farrell, 2012, p. 34). Os resultados de pesquisas em uma plataforma não podem ser expandidos para toda a internet - ou mesmo para todas as plataformas (Bruns, 2019). De maneira geral, no debate sobre polarização e internet a posição mais adequada hoje é que não há uma correlação tão direta ou pura entre eles (Boxell, Gentzkow & Shapiro, 2017; Yarchi, Baden & Kligler-Vilenchik, 2020). Essa relação é mais complexa do que associações e atribuições de culpa simplistas costumam colocar e vai depender das características e do uso das plataformas (Farrell, 2012; Bruns, 2019; Yarchi,

Baden & Kligler-Vilenchik, 2020), dos contextos e assuntos em jogo (Mitozo e Marques, 2019) e da própria forma como a polarização é conceitualizada.

Capítulo 3: Quadro analítico - Reciprocidade e Polarização

Neste capítulo, apresento o quadro analítico para analisar a reciprocidade e a polarização em discussões online. Em cada seção, apresento a revisão de literatura seguida pela forma como eu meço: a reciprocidade na *estrutura* (Seção 3.1), a reciprocidade nas *atitudes* (Seção 3.2), a reciprocidade nos *discursos* (Seção 3.3) e a *polarização* (Seção 3.4).

3.1. Apreensão da reciprocidade no nível da estrutura

Presenciamos nas últimas duas décadas o surgimento de uma série de estudos que analisam empiricamente as conversações e discussões políticas, especialmente depois do surgimento das plataformas digitais que possibilitam interações entre usuários. Um dos aspectos mais fundamentais investigados nesses estudos é se as pessoas respondem umas às outras, ou se elas estão se ignorando; e, se sim, o quanto e a quem elas respondem, ou seja, quem interage com quem. Essa é a primeira dimensão da reciprocidade que trato aqui, nomeada *reciprocidade no nível da estrutura*. Nesse nível, a reciprocidade é estudada a partir da estrutura das conversações, discussões e debates, e não a partir do conteúdo das mesmas. A preocupação é com a existência das respostas, o volume das respostas e a quem elas se dirigem, e não com o que está expresso em cada resposta. Essa abordagem é bastante utilizada contemporaneamente especialmente em estudos sobre discussões online, onde procura-se visualizar as redes de interação. Antes de avançar para o escrutínio dessas medidas, cabe esclarecer que os estudos aqui referenciados podem abordar outras dimensões, além da da dimensão estrutural. Nesses casos, eles serão retomados nas seções seguintes. Nessa seção, trato apenas da parte estrutural desses estudos.

3.1.1. Proporção de respostas

A primeira medida que chamo a atenção na *reciprocidade no nível da estrutura* é a medida da proporção de respostas (pode ser vista por exemplo em Kies, 2010). Geralmente, para cada proferimento (seja ele uma fala numa discussão face-a-face, ou uma postagem ou comentário em uma discussão online) há uma categorização buscando identificar se ele inicia um novo tópico, ou novo assunto, ou se está respondendo alguém. O *Facebook*, por exemplo, fornece a função primeiramente de comentar o post, o que já é uma resposta ao post; em

segundo lugar, fornece a função de responder a um comentário; e em terceiro lugar de marcar um usuário que pode ter comentado antes - nos três casos, trata-se de uma resposta estrutural.

A proporção de proferimentos que respondem alguém em relação àqueles que “falam sozinhos” ajuda a apontar em que medida uma discussão é recíproca, ou se ela está sendo dominada por monólogos em que ninguém se escuta (Kies, 2010; Stromer-Galley, 2007). Se as pessoas apenas continuam suas falas “ao invés de responder ao que os outros estão dizendo, então há uma probabilidade de que as pessoas estejam falando sem parar” - ou seja, na verdade, apenas encontrando um espaço para “declamar seus pontos de vista” (Stromer-Galley, 2007, p. 12). “Se os cidadãos não se ouvem e não interagem uns com os outros, não pode haver deliberação, apenas monólogos” (Kies, 2010, p. 44). Apresento agora alguns exemplos desse tipo de medida.

Jensen (2003) utiliza oito variáveis para analisar discussões online, das quais chamo a atenção para duas: *diálogo* e *reciprocidade*. A variável diálogo é correspondente ao que trato aqui como *reciprocidade no nível da estrutura*, e a variável *reciprocidade* é correspondente ao que trato aqui como *reciprocidade no nível das atitudes* (Seção 2.3). A variável *diálogo* para o autor mede se “uma postagem inicia um novo tópico, [se] é uma resposta a outra postagem ou [se] é monológica” (p. 355). Aqui há uma tripla distinção, também presente em outros estudos: ao invés de discernir apenas entre resposta e não-resposta, há a categoria de *post* que inicia um novo assunto, o que é diferente de um monólogo. Ambos *posts iniciadores* e *respostas* são considerados proferimentos parte do debate, ao contrário dos proferimentos monológicos. Nos dois ambientes analisados por Jensen (2003), apenas 7.9% e 10.3% das mensagens foram consideradas monológicas, embora ele não tenha explicado exatamente como distingui-las das não-monológicas. O que diferencia um *post* que inicia um assunto dos que são monólogos? Interessante é a forma como ele começa a distinguir a natureza dos dois ambientes através do número de *posts iniciais* em contraste com o de *respostas*. No primeiro ambiente há quatro vezes mais *posts iniciais* do que o segundo, o que Jensen credita ao fato das postagens assumirem “a forma de cartas ao editor ou fazem parte de processos de consultoria entre cidadãos e políticos” (p. 357). O segundo ambiente, com mais respostas, é um ambiente com trocas mais rápidas e espontâneas entre debatedores (p. 357). A reciprocidade estrutural ajuda a entender a natureza das interações em questão.

Uma categorização similar à de Jensen (2003) é a de Stromer-Galley (2007). O esquema de codificação proposto por ela para aferir a qualidade da deliberação é dividido entre o nível do *turno* e o nível do *pensamento*. Uma das várias categorias de análise (que podem englobar os níveis turno e/ou pensamento) é a categoria *engajamento*. Dentro do engajamento, ela utiliza

três medidas. A primeira medida está no nível do *turno*, e as duas outras medidas estão no nível do *pensamento*. As duas medidas no nível do *pensamento* equivalem ao que trato aqui como *reciprocidade no nível das atitudes* (Seção 2.3). A primeira medida, que é do nível do turno, identifica *se o usuário se refere a alguém, e, se sim, a quem* - ou seja, é correspondente ao que trato aqui como um indicador de reciprocidade no nível da estrutura. A descrição dessa medida é:

Codificação no nível do turno

Tipo de turno: identifica se o turno está se referindo a alguém e a quem
[a] Inicia um novo tópico - um novo tópico (não incitado pelo moderador).

[b] Responde no tópico - um turno em resposta a um falante anterior ou sobre um tópico que foi discutido. Inclui responder a vários falantes.

[c] Responde ao moderador - um turno que é uma resposta a uma incitação ou pergunta do moderador.

[d] Continua a si mesmo - um turno que parece não responder a nada que um falante anterior disse, mas sim continua as ideias feitas por ele mesmo em um de seus turnos anteriores.

(Stromer-Galley, 2007, p. 24)

Stromer-Galley (2007, p. 15 e 16) descreve que, na discussão analisada por ela nesse artigo, os participantes primordialmente respondem a alguém - ou a alguém que falou anteriormente (83% dos turnos), ou ao moderador (10% dos turnos). Eles começaram um novo tópico em 6% dos turnos. Já a quarta opção, “continuar a si mesmo”, foi um fenômeno raro, correspondendo a apenas 1% dos turnos. Isso a levou a concluir que o nível de engajamento foi bom, já que “os participantes raramente estavam em uma caixa continuando seus próprios pensamentos, independentemente do que os outros estavam dizendo. O volume de introdução de novos tópicos também foi bastante baixo, sugerindo que os participantes permaneceram com o tópico que havia sido apresentado” (*ibidem*, p. 19). Os resultados do engajamento no nível do pensamento foram menos absolutos, mas também indicaram bom engajamento (ver Seção 2.3).

Também em busca de uma metodologia para a análise da qualidade deliberativa, Kies (2010) identifica nove critérios de deliberatividade na literatura. Um deles, a reciprocidade, é o elemento que “capta o grau em que uma conversa é uma discussão de verdade” (Kies, 2010, p. 44). Na prática, para haver reciprocidade, “os participantes devem ouvir e reagir aos comentários formulados por outros participantes” (*ibidem*, p. 42). Ele diferencia um nível mais básico da reciprocidade e outro mais profundo. O segundo nível, mais profundo (segundo ele), é correspondente ao que trato aqui como a *reciprocidade no nível das atitudes* (Seção 2.3).

O nível de reciprocidade deve ser medido por meio da análise de conteúdo avaliando, em um nível básico, a proporção de postagens que fazem parte de um *thread* em relação às que iniciam uma *thread* e, em um nível mais aprofundado, medindo até que ponto quais postagens levam em consideração argumentos e opiniões de uma postagem precedente. Os valores deliberativos que se atribuem à reciprocidade devem ser avaliados criteriosamente por meio de uma avaliação qualitativa das mensagens, ou seja, uma avaliação que leve em consideração também as pontuações obtidas para os demais critérios deliberativos (justificação, reflexividade, desempenho ideal de papéis¹³) (Kies, 2010, p. 56).

Como pode ser visto no trecho acima, o primeiro nível de Kies (2010) é justamente a proporção de postagens que iniciam um novo tópico em comparação com as que respondem a um tópico existente. “Tal medida revela a habilidade e disposição dos debatedores na Web em encontrar um assunto comum para discussão” (*ibidem*, p. 99). Kies apresenta os resultados não em referência ao número de proferimentos ou mensagens, mas sim em relação às *threads* (ou *posts* iniciais). No fórum que ele investiga (p. 157), apenas 61 dos 151 *posts* receberam ao menos um comentário (40,4%). Desses 61, 54% recebeu um ou dois comentários, 23% recebeu três ou quatro comentários e 19,7% recebeu cinco ou mais comentários. “Isso significa que um debate construtivo poderia ter ocorrido apenas em uma quantidade limitada de *posts*” (*ibidem*, p. 157). No entanto, “esta análise por si só não é suficiente para medir a reciprocidade” (*ibidem*, p. 157), o que leva aos resultados da reciprocidade no nível das atitudes (Seção 2.3).

É possível citar outros estudos que também levam em conta a proporção de respostas, ou o quanto as pessoas respondem de uma forma geral. Bächtiger et al (2009), por exemplo, colocam como um dos critérios deliberativos a interatividade (que eles associam à reciprocidade), considerando-a como “o quanto os participantes engajam uns com os outros” - mais especificamente “o quanto os participantes se referem a outros participantes e aos seus argumentos” (p. 6). Aitamurto e Saldivar (2017) seguem as categorias de Bächtiger et al (2009) e medem o nível de reciprocidade através da proporção de proferimentos que se referem “aos comentários uns dos outros, indicando que os leram” (p. 2317).

¹³ *Ideal role-taking* habermasiano.

3.1.2. O quanto participantes respondem e são respondidos

Para uma análise estrutural mais complexa do quanto de fato há uma conversa ou um monólogo e o quanto as pessoas estão respondendo umas às outras, é comum encontrar outras medidas além da proporção de respostas. Um método importante é identificar, caso o proferimento seja uma resposta, a quem ou a qual mensagem ele está respondendo. Isso porque não basta que a maioria dos proferimentos sejam respostas, por exemplo, se só são respostas a um determinado enunciado. Em um dos primeiros estudos sobre deliberação online, Schneider (1997) entende a reciprocidade como “o grau em que os participantes estão realmente interagindo uns com os outros” (p. 105). Seguindo as discussões habermasianas no contexto intelectual do final dos anos 90, Schneider aborda a “esfera pública idealizada” através das dimensões da *igualdade*, da *diversidade*, da *reciprocidade* e da *qualidade*. A análise era de um grupo online que discutia sobre o aborto, em que cada usuário poderia escrever quantas mensagens desejasse, ou continuando uma thread ou como uma nova thread, e todas elas apareciam sequencialmente. Uma mensagem era categorizada como recíproca se respondesse outra através da *thread* ou se citasse outra diretamente através do seu número de identificação (Schneider, 1997, p. 74 e p. 91). Para cada mensagem eram identificadas as mensagens respondidas (que o autor chama de *followed messages*) e a quais outras mensagens ela responde (que o autor chama de *led messages*). O indicador de reciprocidade da discussão era baseado nos usuários, ou seja, a unidade de análise eram os usuários: o quanto eles respondiam outras mensagens (*followed messages*), o quanto suas mensagens eram respondidas (*led messages*), a variedade de autores que esse usuário respondia, a variedade de autores que o respondiam e a diferença entre os dois grupos. Essa análise possibilitou que Schneider (1997) enxergasse que os usuários com diferentes tipos de frequência de participação (muito frequentes, pouco frequentes, um *post* apenas, etc.) foram recíprocos, respondendo e sendo respondidos, embora a chance de interação entre dois usuários crescesse em função da maior participação.

O estudo de Schneider (1997) foi criticado por ser “estritamente estrutural” (Janssen & Kies, 2005; Kies, 2010) já que considera uma “resposta” apenas o fato de uma mensagem estar seguida da outra em uma *thread*. Isso é diferente, por exemplo, das medidas de Jensen (2003), Stromer-Galley (2007) e Kies (2010) apresentadas anteriormente, já que no caso deles há uma leitura das mensagens para a distinção entre respostas e não-respostas. Kies (2010) argumenta que “a abordagem estritamente estrutural para medir a reciprocidade é obviamente problemática” já que ela não leva em conta o fato de que uma mensagem que é uma resposta (estruturalmente falando) “não é necessariamente uma reação ao conteúdo de uma mensagem

precedente” (p. 45). Mesmo assim, o estudo de Schneider (1997) é importante especialmente por não se restringir à proporção de respostas como um todo, englobando uma análise com foco também no usuário e considerando a variedade de usuários respondidos e respondentes.

A análise com dados sobre os usuários e não apenas os índices de resposta gerais é de fato capaz de trazer resultados importantes sobre a reciprocidade estrutural. Collins & Nerlich (2015) também utilizam unidades de análise centradas no indivíduo ou usuário, medindo “aqueles nomes de usuário mencionados com mais frequência na discussão, o número de diferentes contribuidores e o número de contribuições feitas por cada usuário” (p. 194). Eles entendem que um cenário monopolizado por poucos usuários e com baixa interatividade indica ausência ou falta de reciprocidade. Os autores tem como método a análise estatística do *corpus*, “usada para fornecer uma visão geral dos dados em relatórios de palavras-chave e temas-chave em um conjunto de dados” (p. 193). Eles destacam resultados como: (i) existem alguns usuários que comentam muitas vezes nas *threads* de discussões, o que é caracterizado por uma certa rotina ou lealdade (*ibidem*, p. 198); (ii) a média de tamanho dos comentários desses usuários mais leais não é necessariamente maior à de todos os usuários, revelando que “proeminência de tais usuários é baseada no envolvimento contínuo com o tópico, ao invés de ‘turnos’ mais longos” (*ibidem*, p. 198); (iii) esses usuários também são aqueles que mais recebem menções diretas, ou seja, são também os que mais são respondidos. “Isso mostra que a discussão foi dominada por alguns usuários em termos de comentários que foram feitos, mas também aqueles que foram referidos e selecionados por outros usuários” (p. 200); (iv) há um número expressivo de pessoas diferentes comentando, mas grande parte delas em todas as discussões estudadas pelos autores comentaram apenas uma vez. Nas três discussões analisadas, as porcentagens de contribuidores ocasionais, ou seja, a porcentagem de usuários que só comentaram uma única vez em relação ao total de usuários foram de: 65%, 66% e 70%. “Isso sugere que a maioria dos colaboradores da discussão provavelmente não se envolvem totalmente em um diálogo com os outros colaboradores, uma vez que eles fazem apenas um comentário” (*ibidem*, p. 199). Por fim, (v) a maioria dos comentários mencionava ou outros interlocutores ou o autor do conteúdo principal, mostrando então que houve, de forma geral, um bom nível de interatividade. É interessante notar que Collins & Nerlich (2015), depois de apresentar tais dados estruturais, comentam: “Fornecemos algumas indicações do grau em que há reciprocidade, mas a natureza dessa interação requer uma análise mais detalhada do conteúdo dos comentários” (p. 200). Esse é precisamente o motivo pelo qual utilizamos o segundo e terceiro tipos de reciprocidade (Seção 2.3 e 2.4). Collins & Nerlich (2015) chegam a fazer uma breve investigação do nível mais profundo de reciprocidade utilizando análise textual (Seção 2.3).

3.1.3. Análise da Rede de Interações

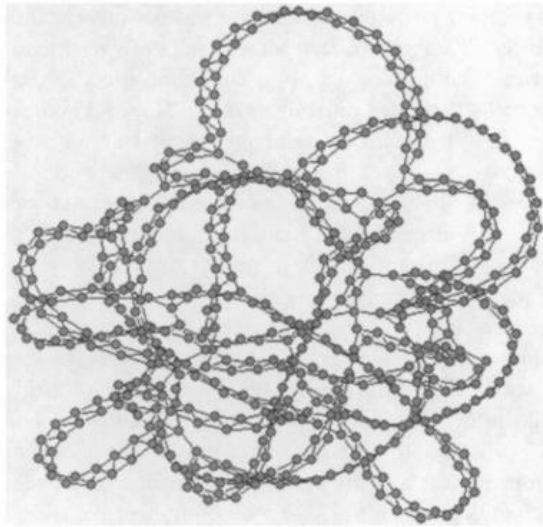
Além dos dados quantitativos sobre a proporção de respostas e sobre como os usuários respondem e são respondidos, um terceiro tipo de método é comum na análise de reciprocidade estrutural (ou interatividade, ou conexão comunicacional, ou engajamento): a análise de redes, onde é possível ver e analisar quem responde a quem, quem interage com quem e qual o fluxo ou nível de interação. Como Aragón, Gómez e Kaltenbrunner (2017) colocam, a reciprocidade pode ser entendida através da "rede direcionada de respostas entre usuários em cada segmento de discussão" (p. 14). Shapiro & Park (2017), por exemplo, analisam a estrutura das discussões nos comentários de vídeos no Youtube sobre as mudanças climáticas. O objetivo deles era entender se as discussões eram de fato dialógicas ou se eram dominadas por alguns usuários específicos, como outros estudos sobre reciprocidade já fizeram anteriormente. "Até certo ponto, estamos testando as evidências da 'reciprocidade' de Collins e Nerlich (2015) nas comunicações online como um meio de determinar se um pequeno grupo garantiu o monopólio da comunicação" (Shapiro & Park, 2017, p. 3). Mas eles tentam fazer isso através da análise de rede, diferentemente do estudo por exemplo de Collins & Nerlich (2015) que contabilizou as menções e tamanhos dos comentários através de uma análise estatística do *corpus*. Como Shapiro & Park argumentam, assim como a análise de redes já é consolidadamente utilizada para "explicar muitos fenômenos diferentes, incluindo como as pessoas em comunidades formam laços sociais com outras", ela pode também "ser usada para determinar a extensão da reciprocidade" nas interações entre indivíduos.

A análise de redes em discussões e debates tem exemplos bem variados, e vai desde *corpus* pequenos em discussões pequenas, até grandes fluxos de conversação em diversas páginas online ou através de *hashtags*. Uma diferença importante que pode existir é em relação à unidade de análise: num primeiro tipo, cada nó da rede é uma pessoa (participante ou usuário de uma rede social) e cada aresta uma interação entre as pessoas - trata-se de uma rede participante-participante; já em outro tipo, cada nó é uma mensagem ou proferimento, e a aresta também indica uma interação entre as duas mensagens (uma está respondendo a outra) - trata-se de uma rede mensagem-mensagem. No caso dos nós como participantes, as arestas podem ser uni ou bidirecionais (já que os usuários podem responder uns aos outros), e no caso dos nós como mensagens, apenas unidirecionais. A análise da rede pode ser feita através da observação e/ou cálculo dos parâmetros e características da mesma. Alguns exemplos de cálculos são a densidade da rede, o coeficiente de agrupamento e o comprimento dos caminhos. No entanto,

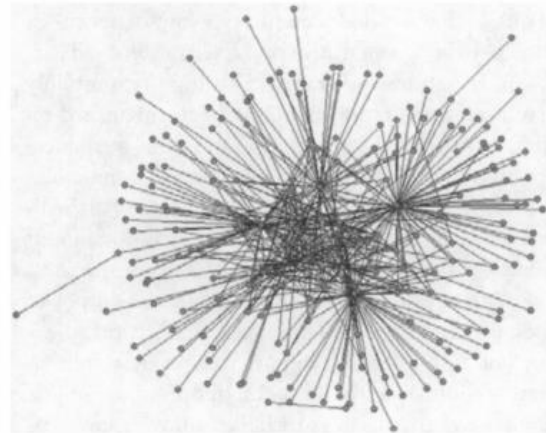
esses cálculos obviamente só são possíveis quando há dados precisos sobre a rede, o que pode não ser o caso em situações onde os dados são de difícil ou arriscada apreensão (Siegel, 2009, p. 130). “Qualquer teoria que requeira a construção de toda a rede social será, portanto, de uso limitado para acadêmicos que possuem apenas dados qualitativos da rede” (*ibidem*, p. 130). Por isso é possível encontrar análises de rede baseadas na observação qualitativa de suas estruturas (Graham & Witschge, 2003; Siegel, 2009).

Siegel (2009) apresenta uma tipologia (que não se pretende exaustiva) de redes comumente encontradas na literatura que podem ser distinguidas através de características qualitativas e parâmetros estimados. Essas redes são trabalhadas nesse estudo para descrição e análise de relações sociais - os nós são pessoas e a estrutura da rede mostra como elas se relacionam coletivamente em cidades, bairros, ambientes, etc. A visualização dos quatro tipos de rede identificados por ele está na Figura a seguir: Mundo Pequeno, Vila (ou Clique), Líder de Opinião e Hierárquica. Importante notar que esses tipos já estavam parcialmente descritos em bibliografias anteriores, mas Siegel avança no sentido da caracterização de cada uma e especialmente no quanto elas motivam a participação.

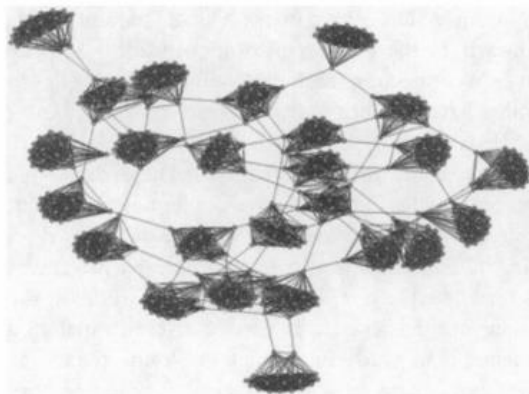
Figura 02: Visualização da Tipologia de Redes feita por Siegel (2009)



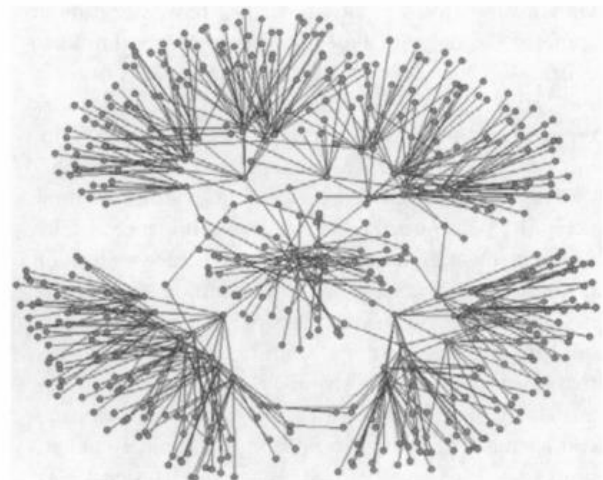
Small-World Network



Opinion-Leader Network



Village (Clique) Network



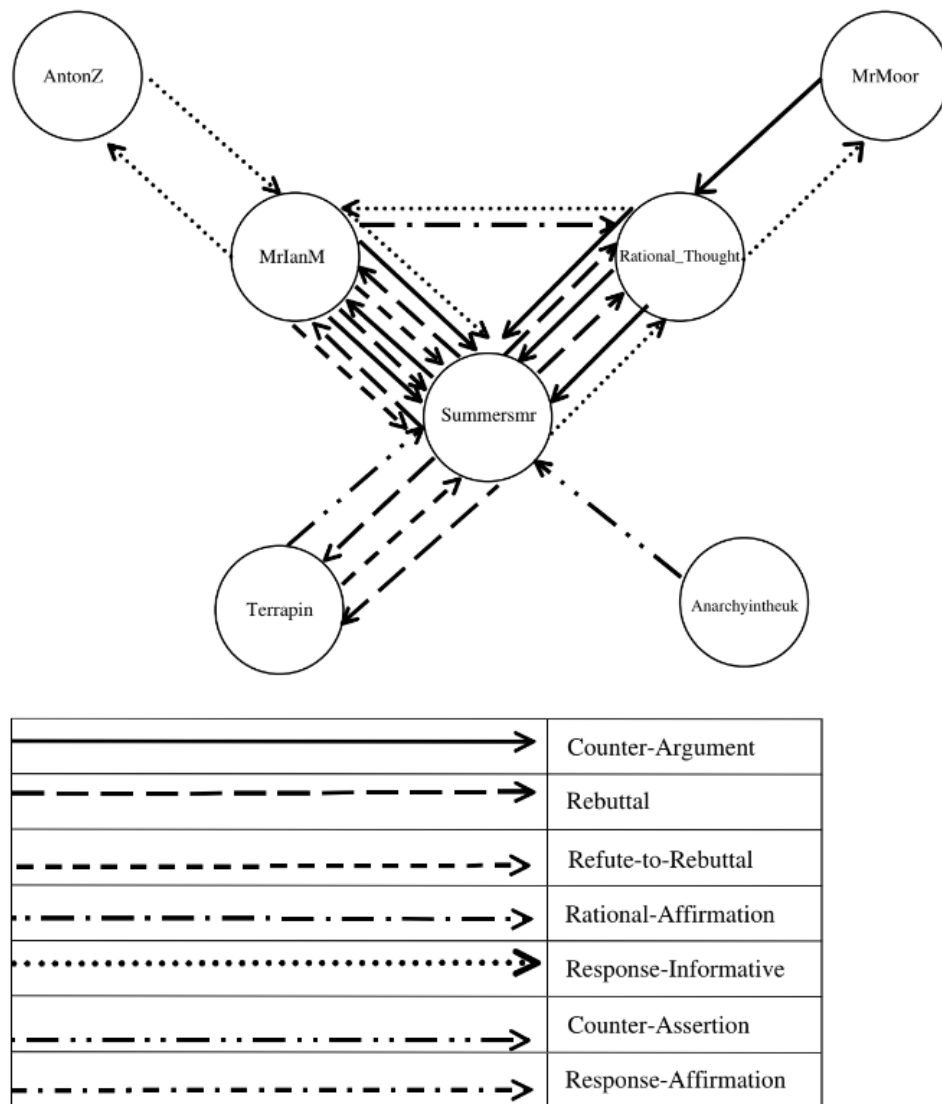
Hierarchical Network

As características de cada tipo são: (a) na Rede de Mundo Pequeno não há indivíduos (e portanto nós) “excepcionais”, “que tenham uma influência excessiva sobre seus pares” (Siegel, 2009, p. 131). Em grande medida os indivíduos têm redes sobrepostas aos seus pares, “mas cada um também tem alguma chance de influenciar indivíduos fora desses agrupamentos” (*ibidem*, p. 131); (b) na Rede de Vila (ou Clique) os agrupamentos são mais aproximados e apenas há casos minoritários ou raros de indivíduos que conectam um agrupamento com outro

ou outros. Ainda assim, o número de conexões médias dos indivíduos dessa rede é similar à de Mundo Pequeno; (c) na Rede de Líderes de Opinião “a maioria das pessoas tem poucas conexões, enquanto algumas - os líderes de opinião - têm muitas [conexões]” (*ibidem*, p. 131). Siegel nota que redes como essa podem ser chamadas de “estrelas” ou “rodas”; (d) na Rede de Hierarquia a posição privilegiada de alguns indivíduos não é caracterizada pelas múltiplas conexões que eles possuem como na rede anterior, mas sim pela posição privilegiada em que o nó se encontra.

Apesar da descrição de Siegel se preocupar com relações sociais mais amplas, é possível seguir tipologias como essa para analisar debates, conversações e discussões. Shapiro & Park (2017) se preocupam especificamente com as estruturas Líder de Opinião e Hierárquica ao analisarem comentários de vídeos no Youtube. Identificar a estrutura das discussões ajuda a entender como os determinados líderes e/ou elites nessas discussões são capazes de monopolizá-las ou não. O caminho científico de adaptação/transformação das formas tradicionais de análise de redes (que descrevem relações sociais) para redes que descrevem discussões ou debates foi lento. Ele começou com análises mais simples. Graham & Witschge (2003), por exemplo, analisam uma discussão online num período da internet ainda dominado por fóruns, identificando quem responde a quem, e qual mensagem responde qual mensagem. Eles constroem dois mapas onde é possível visualizar as relações que vão se formando ao longo da discussão: um da relação participantes-participantes, e outro mensagens-mensagens / participantes-participantes. É preciso ressaltar que o escopo analisado pelos autores é muito pequeno (trata-se de uma discussão online com 25 proferimentos), facilitando a construção dos mapas. Quando a relação analisada é participantes-participantes, a visualização, segundo os autores (p. 194), não parece demonstrar um cenário com um bom nível de reciprocidade - “o fluxo de mensagens aqui não assume a forma de uma teia; ao contrário, assume a semelhança de uma pirâmide com alguns participantes atuando como o ápice da discussão” (p. 194).

Figura 03: Mapa das relações participantes-participantes construído e analisado por Graham & Witschge (2003)

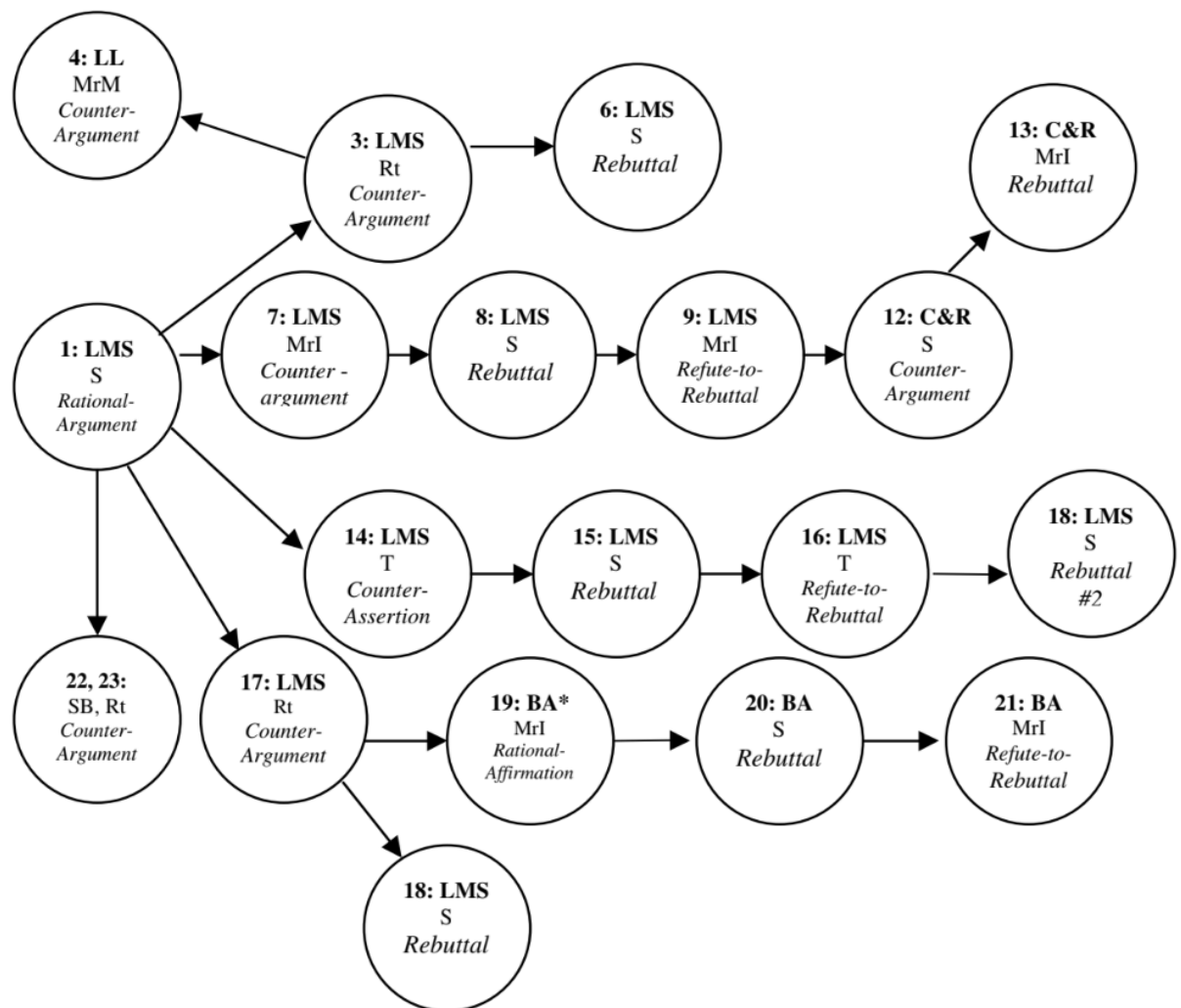


Fonte: Graham & Witschge - In Search of Online Deliberation: Towards a New Method for Examining the Quality of Online Discussions (2003)

No entanto, no outro tipo de visualização, que constrói as relações entre as mensagens através da identificação de qual está respondendo qual, o cenário é diferente: aqui é possível visualizar como as *threads* vão sendo criadas a partir de diferentes respostas ao proferimento inicial. É importante notar que nesse outro modelo, os participantes também são identificados, ou seja, é um modelo que considera a relação participante-participante e mensagem-mensagem.

Assim, foi possível que os autores observassem que houve um bom nível de reciprocidade, mas ressaltassem que, por outro lado, houve uma concentração de interações entre três participantes.

Figura 04: Mapa da discussão construído e analisado por Graham & Witschge (2003)



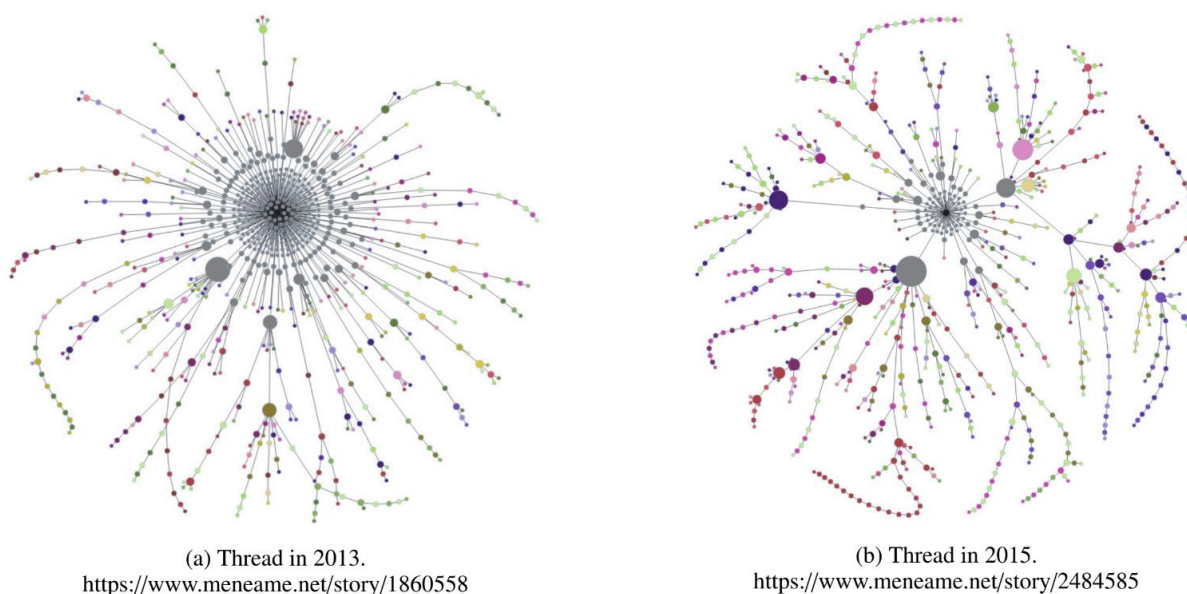
Fonte: Graham & Witschge - In Search of Online Deliberation: Towards a New Method for Examining the Quality of Online Discussions (2003)

Os números em cada círculo representam a sequência dos proferimentos. Alguns entre os 25 não estão no mapa por não responderem nenhum outro. As siglas LMS, C&R, LL, BA e SB representam os subtópicos que o assunto continuou em cada thread, e as siglas MrI, MrM,

Rt, S e T os usuários participantes. Como pode ser visto, os usuários Rt, MrI e S concentraram as interações (o que pode ser considerado ruim para a reciprocidade), ao mesmo tempo em que a partir da mensagem 1 surgem *threads* com refutações e contra-argumentos em diferentes subtópicos (o que pode ser considerado bom para a reciprocidade).

Especialmente durante e após o desenvolvimento das redes sociais e plataformas digitais como Facebook, Youtube, Twitter e Instagram, a análise das redes de interação foi ficando mais e mais complexa e especialmente numerosa (tanto na quantidade de participantes, como de ambientes e de textos). Mas, através de técnicas automatizadas de coleta e visualização, estudos têm apresentado resultados importantes sobre o fluxo das conversas, quem responde quem, quem interage com quem, se um determinado grupo está dominando a discussão, entre outras possibilidades. Eu mostrei como Graham & Witschge (2003) montaram a visualização de uma rede mensagem-mensagem a partir de um *corpus* pequeno, e puderam observar, por exemplo, como uma mensagem inicial dá início a *threads* de discussões distintas em que participantes respondem uns aos outros. Especialmente com *corpus* mais amplos, a complexidade da visualização das redes dessas discussões aumenta. Na figura a seguir estão dois exemplos de visualizações feitas por Aragón, Gómez & Kaltenbrunner (2017) a partir de um modelo desenvolvido por eles mesmos anteriormente (Aragón, Gómez, and Kaltenbrunner, 2016). Tratam-se de duas discussões em uma mesma plataforma digital, uma em 2013 e outra em 2015. Na de 2015 a arquitetura da plataforma havia sido mudada, o que se reflete no tipo de rede formada pelas mensagens nas discussões.

Figura 05: Comparação de duas threads em Aragón, Gómez & Kaltenbrunner (2017)



Nesse modelo, como explicam Aragón, Gómez & Kaltenbrunner (2017, p. 16), o nó preto é a raiz, ou seja, o conteúdo ou post principal; os nós cinza são os comentários no primeiro nível, ou seja, respondem ao post principal; os demais nós coloridos são os outros comentários de segundo, terceiro, etc. níveis, sendo que cada cor corresponde a um mesmo participante; o tamanho dos nós corresponde ao número de respostas recebidas (não se aplica ao *post* principal). Por um lado, as duas redes são similares no sentido em que há “longas cadeias de dois usuários que alternam interações recíprocas (ou seja, cadeias de nós de duas cores alternadas)” (*ibidem*, p. 16). Por outro lado, as duas redes são distintas no sentido em que “respostas (nós coloridos) na discussão de 2015 muitas vezes atraem muitas respostas e originam novas sub-discussões dentro do tópico” (*ibidem*, p. 16). Em outras palavras, a primeira rede, de 2013, “está mais próxima de uma estrutura semelhante a uma estrela (ou seja, contém muitos comentários mais diretos ao post original)”, diferentemente da rede de 2015, que “é mais complexa com maior probabilidade de ramificação em níveis profundos da discussão” (*ibidem*, p. 16).

Dados matemáticos calculados com base em características das redes são também utilizados. Primeiramente nas redes com relacionamento participante-participante (onde os nós são participantes), é possível utilizar algumas fórmulas para calcular o quanto há interações e o quanto há bidirecionalidade. O cálculo mais básico é a *densidade da rede* \underline{a} . Esse cálculo não

leva em consideração a existência ou não de bidirecionalidade, nem há qualquer tipo de peso. Isso significa que não importa que um nó interaja com o outro dez vezes ou apenas uma vez, nem a direção que ele interage - apenas a existência da interação entre eles conta igualmente em qualquer caso. A *densidade da rede* é calculada como:

$$\underline{a} = \frac{E}{N(N-1)}$$

onde E é o número de arestas existentes, e N o número de nós, sendo $N \times (N - 1)$ portanto o número de arestas possíveis; a densidade da rede \underline{a} significa a razão das arestas existentes pelas arestas possíveis (Aragón, Gómez & Kaltenbrunner, 2017, p. 15). Obviamente, uma densidade \underline{a} com valor 1 significa que todos os nós tem uma (ou mais, não importa, uni ou bidirecional, também não importa) interação com todos os outros nós. Uma densidade com valor 0 significa que nenhum nó interage com qualquer outro nó.

Já no cálculo da *centralidade* o que está em jogo é o “quão próximos e com que intensidade os indivíduos estão conectados a outros em uma rede social” (Shapiro & Park, 2017, p. 6). Na centralidade é necessário avaliar a direção das conexões e possivelmente o peso das conexões. Shapiro & Park (2017) no entanto medem a centralidade considerando apenas a direção através dos cálculos de centralidade *in-degree* e centralidade *out-degree*: a medida *in-degree* é a proporção de usuários que respondem a um usuário x em relação ao total de usuários que poderiam-respondê-lo; a medida *out-degree* é a proporção de usuários que o usuário x responde em relação ao total de usuários que ele poderia responder.

Já no cálculo de bidirecionalidade, interessa saber o quanto os nós “formam conexões mútuas entre si” (Garlaschelli & Loffredo, 2004, p. 1). Isso significa calcular o quanto os participantes interagem de maneira mútua (bidirecional) uns com os outros. Num tipo mais simples e básico de cálculo com esse objetivo, a reciprocidade r é o resultado da razão entre arestas bidirecionais E^{\leftrightarrow} em relação ao total de arestas E (Aragón, Gómez & Kaltenbrunner, 2017, p. 14; Garlaschelli & Loffredo, 2004, p. 1):

$$r = \frac{E^{\leftrightarrow}}{E}$$

Nesse caso, se $r = 1$, todas as arestas da rede são bidirecionais (mesmo que seja apenas uma aresta), e caso $r = 0$, todas as arestas da rede são unidirecionais. Esse tipo de cálculo é altamente relevante, mas para o objetivo dessa tese ele é problemático. Isso porque ele é pensado apenas para as interações bidirecionais. Ou seja, não importa que haja muitas interações ou poucas, interessa saber o quanto elas são bidirecionais. No cálculo corrigido de bidirecionalidade formulado por Garlaschelli & Loffredo (2004) isso é ainda pior (para essa tese): a alta presença de arestas unidirecionais nesse caso deixa o índice de bidirecionalidade ainda mais baixo, já que eles calculam a bidirecionalidade em relação à unidirecionalidade utilizando a fórmula:

$$\rho = \frac{r - \underline{a}}{1 - \underline{a}}$$

onde r é o índice de bidirecionalidade tradicional (razão entre arestas bidirecionais e total de arestas), e \underline{a} é a densidade da rede. Para que o problema seja melhor visualizado, considere os dois casos hipotéticos: supondo que uma rede A tenha 50 nós (participantes), 100 arestas (interações entre participantes), e que 10 dessas arestas sejam bidirecionais (interações recíprocas). O índice de reciprocidade r da rede A seria 0,1. Já a rede hipotética B tem 500 nós (participantes), e também 100 arestas (interações) com também 10 delas sendo bidirecionais. O índice de reciprocidade r da rede B seria o mesmo 0,1. Ambas as redes tem a mesma reciprocidade r , embora no primeiro caso há muito mais interações entre participantes do que na segunda. Isso se torna ainda pior em ρ : no exemplo hipotético da rede A, o número de arestas possíveis seria $50 \times (50-1) = 2450$. A densidade \underline{a} portanto seria 0,040816327. O índice ρ seria $0,1 - 0,040816327 / 1 - 0,040816327 = 0,061702127$ (aproximadamente 0,06). Já no segundo caso, na rede hipotética B o número de arestas possíveis seria $500 \times (500-1) = 249500$. A densidade \underline{a} portanto seria 0,000400802 (muito inferior ao primeiro exemplo). O índice ρ seria $0,1 - 0,000400802 / 1 - 0,000400802 = 0,099639134$ (aproximadamente 0,1). No índice ρ a reciprocidade da rede B é maior (0,1) do que a da rede A (0,06), já que a bidirecionalidade tem uma proporção maior entre as arestas de forma relativa. Para os propósitos dessa tese, no entanto, isso não faz sentido, já que A tem uma densidade muito maior.

É preciso ainda mencionar um terceiro tipo de cálculo de bidirecionalidade, formulado por Squartini et al (2013), que leva em conta o peso das arestas, ou seja, “o número de vezes que dois participantes trocam mensagens em uma discussão” (Aragón, Gómez &

Kaltenbrunner, 2017, p. 15). O objetivo ainda é aferir a bidirecionalidade e não o fluxo de interações. Mas ele é um cálculo importante justamente por valorizar o peso das arestas:

$$r_w = \frac{W^{\leftrightarrow}}{W} = \frac{\sum_u \sum_{v \neq u} W_{uv}^{\leftrightarrow}}{\sum_u \sum_{v \neq u} W_{uv}}$$

Os três tipos de cálculo de reciprocidade no sentido de bidirecionalidade (r , ρ , r_w) não são satisfatórios caso considere-se que a interação unidirecional é melhor do que nenhuma interação, que é o caso nessa tese. Para o meu propósito então é necessário combinar diferentes medidas como densidade, centralidade e bidirecionalidade para então caracterizar a reciprocidade. Apresento especificamente as medidas utilizadas nessa pesquisa no Capítulo 6 (Metodologia).

No caso das redes mensagem-mensagem, a densidade também pode ser calculada. Já a bidirecionalidade não faz sentido, já que as mensagens são adicionadas temporalmente e uma mensagem não pode responder uma mensagem futura - há apenas uma direção, uma mensagem responde outra e jamais pode ser respondida de volta. Aragón, Gómez & Kaltenbrunner (2017) propõem uma extensão ao modelo matemático parametrizado de Gómez et al (2013) que é capaz de apreender propriedades estruturais das redes. Eles argumentam que o modelo de Gómez e colegas não apreendem precisamente a reciprocidade, que eles definem como o quanto “os usuários tendem a responder a comentários que são respostas a seus comentários anteriores” (Aragón, Gómez & Kaltenbrunner, 2017, p. 16-17). Nesse modelo estendido, a autoria do comentário/mensagem é considerada, tornando possível a criação do parâmetro k para a aferição desse tipo de reciprocidade.

3.1.4. A medida utilizada nessa tese

Para padronizar o nível de análise da polarização e das três dimensões de reciprocidade (estrutura, atitudes, discursos), permitindo comparações e cruzamentos entre esses níveis, utilizo como unidades de análise os *comentários* e as *cadeias de respostas*. Para cada comentário são atribuídos valores e informações indicando suas características de polarização, de reciprocidade estrutural, de atitude e discursiva, sempre levando em consideração a cadeia de respostas em que o comentário está inserido. Depois, são calculadas informações das cadeias de interação. No *Facebook*, os usuários podem participar de discussões em páginas públicas

através de dois mecanismos: os *comentários* e as *respostas de comentários*. Considero uma *cadeia de respostas* o comentário iniciador e suas respectivas respostas.

A principal ideia para mensurar a *reciprocidade estrutural* de um comentário é: se um usuário continua respondendo em uma mesma cadeia de interações, ou seja, se ele dá continuidade, sustenta o debate, a cadeia de interações será mais recíproca do que se o usuário responde e deixa a discussão. Nessa dimensão, calculei, portanto, o quanto um determinado usuário continua respondendo em uma mesma cadeia de respostas - em outras palavras, a localização de um comentário na rede das respostas. Isso significa que não importa o quanto o mesmo usuário comenta em termos gerais (temos o caso dos super comentadores, aqueles usuários que comentam em quase todos os *posts*), mas, ao invés disso, o quanto ele continua respondendo em uma mesma cadeia de respostas, alternando com outros usuários participantes de uma mesma discussão. Considerando essa ideia, cada comentário tem um valor único que indica a localização desse mesmo comentário em uma cadeia de respostas, como pode ser visto na figura a seguir:

Figura 06: Mensuração da reciprocidade no nível das estruturas das interações

Localização	Autor	Ato de fala
0	@pageA	...post inicial...
1	@user001	...comentário...
1	@user002	...resposta...
2	@user001	...resposta...
2	@user002	...resposta...
3	@user001	...resposta...
1	@user003	...resposta...
3	@user002	...resposta...
4	@user001	...resposta...

Observando o usuário 001 (@user001), por exemplo: primeiro, ele comenta algo no post. A localização desse primeiro comentário é 1. Depois, ele comenta novamente, respondendo o usuário 002. Essa resposta está na localização 2. Em seguida, ele responde novamente o usuário 002, com uma resposta na localização 3. Por fim, ele responde o usuário 003 e 002, com uma resposta na localização 4. A última resposta do usuário 001 está na posição 4 porque é a quarta vez que ele continua sustentando/respondendo/endo recíproco na rede de conversação. Essa localização é importante porque quanto maiores os índices de localização, mais os usuários estão sendo recíprocos, respondendo quando respondidos, continuando o debate, sustentando a conversação. Além disso, a localização demarcada em cada comentário é importante para cruzar essa informação com os demais índices de reciprocidade e também polarização: comentários com uma localização mais alta (mais avançados na cadeia de discussão) também mostram atitudes mais recíprocas? Ou discursos mais recíprocos? Ou discursos mais ou menos polarizantes?



Nessa seção, apresentei a reciprocidade em um nível estrutural. Mas esse nível não é suficiente: embora as pessoas respondam formalmente o outro, por exemplo, através de uma função *reply* em uma plataforma digital, ou diretamente presencialmente, elas podem não estar de fato respondendo, e sim desviando o assunto, ou ignorando os pontos apresentados, ou apenas emitindo xingamentos, etc. Uma mensagem respondendo outras em um tópico “pode facilmente ser um monólogo, sem qualquer referência às mensagens anteriores ou ao assunto do tópico” (Kies, 2010, p. 45). Por isso, diversos autores reivindicam que a reciprocidade é um procedimento deliberativo que os interlocutores devem praticar (Esau & Friess, 2022), ou seja: não basta aferir se há ou não uma resposta, mas sim *que tipo de resposta é essa*. A reciprocidade é também uma atitude.

3.2. Apreensão da reciprocidade no nível das atitudes

O estudo da reciprocidade no nível das atitudes não está preocupado apenas com a presença das respostas, mas com a “disposição dos participantes para levar a sério as demandas e contra-argumentos dos outros” (Habermas, 2005, p. 384). Medir a reciprocidade no nível das atitudes é observar a ação dos interlocutores de realmente ouvir e responder uns aos outros, o

que é comumente feito na literatura através da análise de conteúdo. A seguir mostrarei como diferentes autores diferenciam as respostas em uma discussão afim de discernir se há ou não reciprocidade. Destaco que nem sempre essa ideia aparece através da categoria reciprocidade diretamente nomeada, mas também através da ideia de *escuta respeitosa*¹⁴ (Steenbergen et al, 2003; Steiner et al, 2004; Steiner, 2012), *ideal role taking* (Dahlberg, 2004), *engajamento* (Stromer-Galley, 2007) e *continuidade* do debate crítico-racional (Graham & Witschge, 2003). Como Kies (2010) argumenta, a reciprocidade pode ser medida em um nível mais simples (que mostrei na última seção) mas também em um nível mais avançado, que visa observar até que ponto alguém leva em consideração argumentos e opiniões que foram levantadas anteriormente. “Esta medida é um importante revelador da deliberatividade dos debates, na medida em que um debate genuíno e construtivo só pode surgir se os participantes se ouvirem” (Kies, 2010, p. 99).

Um dos mais relevantes métodos desenvolvidos para estudar a deliberação é o DQI (*Discourse Quality Index*), desenvolvido na sua primeira versão por Jürg Steiner, André Bächtiger, Markus Spörndli & Marco Steenbergen (2003 e 2004). Trata-se de uma lista de códigos para análise de conteúdo que busca aferir diferentes aspectos da deliberação, como a participação, o nível de justificação, o conteúdo dos argumentos, o respeito e a reflexividade. O DQI foi pensado e utilizado primeiramente para estudar plenárias e reuniões de comitês em Parlamentos. Na primeira versão do método, Steenbergen et al (2003) dividem a ideia de *respeito* em três categorias, sendo as duas primeiras: a) o respeito pelos grupos, ou seja, falas positivas ou negativas sobre os grupos em questão e b) o respeito pelas demandas, ou seja, falas positivas ou negativas sobre as demandas em questão. Considero que esses dois primeiros indicadores (a) e (b) de fato não evidenciam a reciprocidade diretamente, e são melhor compreendidos no âmbito do respeito. Mas o terceiro indicador de respeito, ao contrário, pode

¹⁴ Sobre a relação da reciprocidade com o respeito: a ideia de reciprocidade que adotamos aqui mantém o argumento de Rawls e Cohen (altamente baseados em Kant) de que ao nos dirigirmos ao outro, ou argumentarmos em direção ao que pode ser aceito pelo outro, é um ato fruto do nosso respeito por esse outro. Ou, porque vemos o outro como livre e igual, argumentamos no sentido do que possa ser aceito por ele. O respeito também está atrelado à reciprocidade na versão habermasiana. Por isso, pode parecer difícil distinguir em análises empíricas o método específico para identificar o respeito e o método para identificar a reciprocidade. De fato, algumas medidas que serão exploradas aqui são chamadas de *respeito* pelos autores que a utilizam. Mas uma análise do respeito não é igual à uma análise da reciprocidade. Primeiro porque as categorias analíticas não são exatamente iguais, somente algumas são concomitantes. Alguém pode por exemplo medir o quanto um grupo está desrespeitando outro, e isso não é exatamente uma medida de reciprocidade - alguém pode ser recíproco e ainda assim desrespeitar outro grupo. Segundo porque mesmo as categorias analíticas que podem ser usadas para ambas as análises (como a ideia de *escuta respeitosa* que mostro adiante), gerarão resultados que serão problematizados e discutidos diferentemente, à luz de preocupações distintas embora altamente conectadas. Um resultado de pesquisa interessante sobre essa relação é o encontrado por Bächtiger et al (2009): eles mostram que no estudo empírico conduzido por eles não há correlação estatística entre reciprocidade e respeito, justificando então a separação das duas categorias. O que entendo como reciprocidade aqui também aparece com outros nomes além de *respeito*, como vou mostrando ao longo das próximas seções.

ser entendido no nível da reciprocidade: c) o respeito pelos contra argumentos, com as seguintes possibilidades de codificação:

Respeito Aos Contra-Argumentos

(0) Contra-argumentos ignorados: Existem contra-argumentos, mas o falante os ignora.

(1) Contra-argumentos incluídos, mas degradados: Este código se aplica quando um falante reconhece um contra-argumento, mas explicitamente o degrada fazendo uma declaração negativa sobre ele ou sobre os indivíduos e grupos que propõem o argumento.

(2) Contra-argumentos incluídos - neutro: usamos este código se um contra-argumento for reconhecido e se não houver declarações explícitas negativas ou positivas sobre ele.

(3) Contra-argumentos incluídos e valorizados: este código se aplica se o contra-argumento for reconhecido e explicitamente valorizado.

(Steenbergen et al., 2003, p. 29-30)

Como pode ser visto, o que está em jogo não é só o respeito pelo outro enquanto alguém digno de participar da discussão, mas também a reciprocidade, no sentido da presença ou ausência de uma resposta que de fato seja dirigida ao outro no intuito de possibilitá-lo entender outro ponto de vista. Na versão recente do DQI, Steiner (2012) mantém a divisão da ideia de *respeito* em três categorias diferentes, adaptando a primeira versão para deixar a codificação mais clara e direta: a) presença ou ausência de Linguagem Chula; b) presença ou ausência de Linguagem Respeitosa e por fim, c) respeito como a *ação de escutar*, parcialmente similar ao Respeito Aos Contra-Argumentos da primeira versão. No estudo feito pelo autor e equipe, os códigos que cada ato de fala poderia ser classificado nessa variável são:

Escuta Respeitosa

1. O falante ignora argumentos e perguntas dirigidas a ele ou a ela por outros participantes. Codifique os nomes desses outros participantes.

2. O falante não ignora argumentos e perguntas dirigidas a ele ou ela por outros participantes, mas distorce esses argumentos e perguntas. Codifique os nomes desses outros participantes.

3. O falante não ignora argumentos e perguntas dirigidas a ele ou ela por outros participantes e envolve esses argumentos e perguntas de uma forma correta e não distorcida. Codifique os nomes desses outros participantes.

4. Não há argumentos e perguntas dirigidas ao falante.

(Steiner, 2012, p. 269).

A categoria *Escuta Respeitosa* pode ser entendida também como uma medida de reciprocidade. No Código 1 (*O falante ignora argumentos e perguntas dirigidas a ele ou a ela*

por outros participantes) o que está em jogo é a presença ou ausência de resposta, de maneira simples. Considero então uma medida da reciprocidade no nível da estrutura - em que não importa o que está sendo respondido e sim a simples conexão formal entre dois participantes. Já a diferença entre o Código 2 (*O falante não ignora argumentos e perguntas dirigidas a ele ou ela por outros participantes, mas distorce esses argumentos e perguntas*) e o Código 3 (*O falante não ignora argumentos e perguntas dirigidas a ele ou ela por outros participantes e envolve esses argumentos e perguntas de uma forma correta e não distorcida*) não está na presença ou ausência de resposta, mas sim no conteúdo dessa resposta: se o respondente de fato está respondendo, sendo recíproco, ou se está distorcendo o que foi dito anteriormente. Nesse caso, trata-se de medir a reciprocidade no nível das atitudes dos falantes.

Similarmente à *Escuta Respeitosa*, Dahlberg (2004) nomeia a categoria *Ideal Role Taking*, que significa em que medida os participantes de um debate “levam em consideração e são sensíveis a outros participantes e posições, não apenas aqueles imediatamente presentes no fórum, mas todos os afetados pelo problema considerado” (Dahlberg, 2004, p. 33). Para identificar quando há ou não tal atitude, Dahlberg (2004, p. 34) cita alguns casos que podem ser observados através da análise de conteúdo: quando alguém sintetiza opiniões do outro ou outros, mostrando que leu/ouviu e está interessado em falar sobre elas; quando alguém faz perguntas pedindo esclarecimentos sobre algum ponto; e outros exemplos que não cabem exatamente no que entendo como reciprocidade aqui, porque são mais intimamente ligados ao respeito e à empatia, como quando alguém reivindica o direito de todos terem o direito de falar.

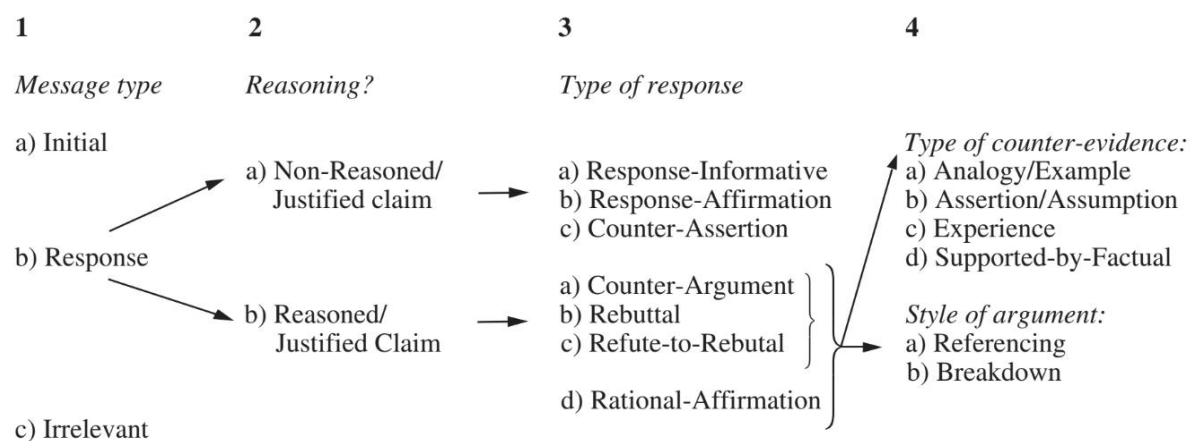
Em outro exemplo que a reciprocidade é medida através de outras categorias, Stromer-Galley (2007) utiliza a categoria *engajamento*. Dentro do engajamento, ela utiliza três medidas. A primeira é um indicador de *reciprocidade estrutural*, discutida na última seção. Já a segunda e a terceira medidas vão além da resposta formal e analisam o conteúdo para entender o quanto ele é recíproco: a) identificação da presença de perguntas e questionamentos genuínos, que buscam entender o próximo, clarificar posições e conseguir mais informações e b) identificação de *metaconversa*, ou seja, “a conversa sobre a conversa” (p.12), que poderia ser identificado nessas quatro formas:

- 1) metaconversa que identifica algum consenso;
 - 2) algum conflito;
 - 3) que esclarece as expressões de opinião anteriores do orador; ou
 - 4) que esclarece as expressões de opinião anteriores de alguns outros oradores
- (Stromer-Galley, 2007, p. 12).

Tanto as *perguntas* quanto as *metaconversas* também foram mencionadas por Dahlberg (2004). Tratam-se de duas formas de aferir a reciprocidade porque ambas ajudam a mostrar se um usuário está lendo/ouvindo, respondendo e se sua resposta é no sentido da compreensão do outro. Adicionalmente às *perguntas* e às *metaconversas*, Stromer-Galley também menciona que uma medida de outra categoria (a categoria *fonte*) pode servir também para a análise do engajamento/reciprocidade: é a identificação de quando participantes usam como fonte o que os outros disseram em ordem de apoiar suas próprias posições (p. 11). Isso é importante para a reciprocidade porque na medida em que os participantes usam “como suporte o que participantes anteriores falaram, isso indica que os participantes estão ouvindo uns aos outros” (p. 11).

Como mencionei nas seções anteriores, Graham e Witschge (2003) entendem a reciprocidade apenas como a primeira etapa da deliberação, aquela mais superficial, de leitura e resposta entre quem está participando de um debate, sem afetar o conteúdo. Eles constroem gráficos para visualizar a reciprocidade estrutural, como mostrei na última seção. No entanto, eles desenvolvem categorias importantes para aferir o que entendem como outras dimensões da deliberação (a *continuidade do debate crítico-racional* e a reflexividade), como pode ser observado no quadro utilizado pelos autores a seguir:

Figura 07: Etapas de Codificação utilizados por Graham & Witschge (2003) para medir a reciprocidade, a reflexividade e a empatia



Fonte: Graham & Witschge (2003, p. 181)

Como pode ser visto na Figura 5, cada proferimento foi categorizado primeiro entre um tópico inicial, uma resposta ou irrelevância. As respostas foram divididas entre aquelas que

continham argumentos e aquelas que não continham. Depois, na categoria *tipo de resposta*, que é a que mais importa nesse momento para se discutir reciprocidade direta no âmbito do conteúdo, foram destacadas uma série de formas de se relacionar com a mensagem respondida. As respostas não-argumentativas poderiam ser: a) uma *resposta informativa*, ou seja, uma resposta fornecendo informações, clarificando uma opinião, fazendo uma pergunta, etc; b) uma *resposta afirmativa* ou seja, uma resposta que “procure afirmar outra posição, declaração e/ou opinião” (p. 182); ou c) uma *contra-afirmação*, ou seja, “mensagens que são críticas de outra mensagem” (p. 182). Já nas respostas com argumentos, Graham & Witschge (2003) fazem uma distinção: quando uma pessoa explicitamente responde de maneira justificada outra mensagem, ela pode argumentar de maneira crítica (é o caso do *contra-argumento*, da *refutação* e da *refutação de uma refutação*) ou de maneira a reiterar, ou seja, justificar uma posição ou opinião anterior (é o caso da *afirmação racional*).

Tanto nas respostas argumentadas quanto nas asserções/afirmações, Graham & Witschge destacam duas dimensões: a racional e a crítica. A dimensão racional é a utilização de argumentos e está presente nos quatro tipos de resposta justificadas. A dimensão crítica é a ação de ir contra uma reivindicação, argumento ou asserção, e está presente em três casos das respostas com argumentos (*contra-argumento*, *refutação* e *refutação de uma refutação*) e em um caso das respostas sem argumentos (*contra-afirmação*). Embora Graham & Witschge (2003) tenha discutido as diferenciações de tipo de resposta através da ideia de *continuidade do debate crítico-racional e reflexividade*, e Stromer-Galley (2007) tenha construído categorias através da ideia de *engajamento*, em ambos os casos podemos utilizar essas medidas para se pensar a reciprocidade, como por exemplo fazem Esau, Friess e Eilders (2017). Eles analisam a deliberação online através de quatro dimensões: racionalidade, reciprocidade, respeito e construtividade. Na dimensão da reciprocidade, eles se baseiam exatamente na metodologia de Graham & Witschge (2003) e Stromer-Galley (2007), como pode ser visto no quadro feito pelos autores a seguir, com um destaque meu à dimensão que nos interessa aqui:

Figura 08: Códigos utilizados por Esau, Friess & Eilders (2017) para medir a deliberação

<i>Dimension</i>	<i>Measure</i>	<i>Definition</i>	<i>Previously Used</i>
Rationality	Topic relevance	This measure captures whether a comment is on the topic of the discussion space.	Stromer-Galley (2007)
	Reasoning	This measure captures whether a comment presents at least one reasoned argument (justification of a statement).	Stromer-Galley (2007)
Reciprocity	General engagement	This measure captures whether a comment addresses another comment.	Stromer-Galley (2007)
	Argumentative engagement	This measure captures whether a comment addresses a specific argument made in another comment.	Graham and Witschge (2003)
	Critical engagement	This measure captures whether a comment is critical of another comment.	Graham and Witschge (2003)
Respect	Respectful communication	This measure captures whether users interact with each other respectfully. Respectful communication is defined here as the absence of aggressive and offensive language.	Black et al. (2011)
Constructiveness	Constructive contribution	This measure captures whether a comment contains constructive elements such as proposals for solutions.	Monnoyer-Smith and Wojcik (2012)

Fonte: Esau, Friess e Eilders - Design Matters! An Empirical Analysis of Online Deliberation on Different News Platforms (2017)

Como pode ser visto na Figura 6, Esau, Friess e Eilders (2017), para medirem a reciprocidade, diferenciam três tipos de engajamento de um comentário em relação a outro ou outros. O primeiro tipo é um engajamento simples. Os dois segundos tipos também são diretos, mas alteram o conteúdo do que está sendo dito. O envolvimento argumentativo captura “se um comentário aborda um argumento específico feito em outro comentário” enquanto o

envolvimento crítico captura “se um comentário é crítico em relação a outro comentário” (p. 332). Trata-se de uma simplificação dos *tipos de resposta* apresentados por Graham & Witschge (2003).

Um outro estudo importante que mede a reciprocidade de forma direta através do conteúdo é o de Jensen (2003). Como eu mencionei na Seção 2.2, duas das categorias utilizadas por ele são *diálogo* e *reciprocidade*, sendo que a categoria *diálogo* se encaixa na *reciprocidade estrutural*. Na análise do autor, a categoria reciprocidade é medida através dos seguintes códigos aplicados a cada proferimento:

Persuasão: há sinais explícitos de que o autor do post se sente persuadido pela argumentação de outro post ou pela postagem em geral.
 Progresso: o autor do post reflete sobre outra postagem e responde ao post com novos argumentos ou novas informações ou tenta criar uma síntese de outros argumentos.

Radicalização: o autor do post reage explicitamente de forma negativa a outra postagem, torna-se pessoal ou ofensivo e / ou radicaliza seu ponto de vista anterior.

(Jensen, 2003, p. 361).

Nos três casos (persuasão, progresso e radicalização) há interação explícita, mas essa interação é diferenciada no conteúdo. A persuasão geralmente aparece, em outros estudos, como uma medida de reflexividade - o que ao meu ver é melhor empregado. Já a identificação do Progresso e da Radicalização são medidas interessantes para entender a reciprocidade. O *progresso* é similar às medidas mencionadas por Dahlberg (2004) e Stromer-Galley (2007), e a radicalização tem similaridade com medidas adotadas por Graham & Witschge (2003), Esau, Friess e Eilders (2017) e Steenbergen et al (2003).

Há um esforço recente na literatura deliberacionista em operacionalizar medidas de escuta (Scudder, 2019; 2020, 2021). A escuta (*listening*) está altamente conectada com a reciprocidade, já que só podemos ser recíprocos em uma discussão se efetivamente escutamos o que é dito pelos outros. Apesar dos estudiosos da escuta fornecerem outras medidas que vão além dos atos de fala, como perguntas em questionários pós-discussão, eles reconhecem que é também importante observar os discursos em si (Scudder, 2020, 2021). “O nível de responsividade de um falante é uma medida útil, embora limitada, para identificar se a escuta democrática performativa foi alcançada. Uma resposta, mesmo que apenas uma refutação, ajuda a tornar observável o ato intrapsíquico e tão amplamente inobservável da justa consideração” (Scudder, 2020, p. 135). Scudder (2021) apresenta o LQI - *Listening Quality Index*.

Figura 09: LQI - Listening Quality Index, reprodução de Scudder (2021)

0. No listening	Listener reports not listening to speaker					
1. Failed listening	Listener reports listening to the speaker	Listener silences speaker with interruption				
2. Passive listening	Listener reports listening to the speaker	Listener does not silence speaker	Listener does not recall speaker's contributions			
3. Attentive listening	Listener reports listening to the speaker	Listener does not silence speaker	Listener recalls speaker's contributions	Listener does not respond to speaker		
4. Active listening	Listener reports listening to the speaker	Listener does not silence speaker	Listener recalls speaker's contributions	Listener responds to speaker	Listener does not give a substantive response	
5. Responsive listening	Listener reports listening to the speaker	Listener does not silence speaker	Listener recalls speaker's contributions	Listener responds to speaker	Listener gives a substantive response	Speaker reports not feeling heard by listener
6. Performative Listening	Listener reports listening to the speaker	Listener does not silence speaker	Listener recalls speaker's contributions	Listener responds to speaker	Listener gives substantive response	Speaker reports feeling heard by listener

Figure 1. Listening quality index (LQI).

Embora as características importantes para as distinções entre escuta passiva, atenta e performativa, por exemplo, sejam extraídas de questionários e perguntas diretas aos participantes, as distinções importantes para a escuta atenta e responsiva são extraídas a partir das respostas dadas pelos participantes nas próprias discussões. Especificamente, é identificado se o participante dá uma resposta (escuta ativa) e se essa resposta é substantiva (escuta responsiva). Há portanto dois níveis de resposta que ajudam na observação das dinâmicas de escuta em uma discussão (resposta simples *versus* resposta substantiva).

Nesse mesmo sentido, em um recente estudo, Esau & Friess (2022) diferenciam dois tipos de reciprocidade: o simples ato de responder e a reciprocidade deliberativa. Enquanto o simples ato de responder é “uma interação entre os participantes que é recíproca, mas não contém coerência, justificção e respeito”, a reciprocidade deliberativa “é um conceito mais exigente definido como um comentário recíproco, que está no tópico, respeitoso no tom e justificado” (Esau & Friess, 2022, p. 9). Eu discordo que um ato de fala substancialmente recíproco precise ser, necessariamente, respeitoso no tom e justificado. Uma pergunta, por exemplo, como argumentam Dahlberg (2004) e Stromer-Galley (2007), pode ser altamente recíproca, e não contém justificção. Além disso, uma pessoa pode apresentar um tom não-respeitoso e ainda assim ser recíproca. De qualquer forma, todas essas diferenciações são

importantes por distinguir, nas palavras de Esau & Friess (2022), a simples conexão entre dois respondentes e o fato de eles estarem propriamente envolvidos comunicacionalmente.

3.2.1. A medida utilizada nessa tese

A reciprocidade no nível das atitudes é medida aqui através de uma análise de conteúdo. Tal análise utiliza apenas uma variável: a atitude do comentador em relação à conversação com os outros participantes. Essa atitude é medida em uma escala, como indicado pela figura a seguir. Essa variável combina os elementos elaborados por diferentes autores no estudo da reciprocidade no nível das atitudes que apresentei ao longo dessa seção.

Figura 10: A escala de reciprocidade no nível de atitudes

Código	Atitude	Descrição
-1	Recusa	O usuário se recusa a ler, a responder, a ouvir, a prestar atenção, a conversar, a dialogar.
0	Monólogo	O usuário não se engaja com ninguém. O usuário fala sozinho.
1	Resposta simples	O usuário responde de maneira simples, discordando ou concordando com algum ponto colocado por outros usuários, ou pelo post, ou por um lado da discussão.
2	Resposta significativa	O usuário demonstra estar direcionado para o outro. O usuário faz perguntas, ou requisita mais informações e opiniões, ou resume pontos colocados anteriormente, ou aborda falas e argumentos específicos colocados por outros usuários, ou pelo post, ou por um lado da discussão.

No primeiro tipo de atitude, a *recusa da reciprocidade*, o usuário se recusa a ler, a responder, a ouvir, a prestar atenção, a conversar ou a dialogar. Ele nega o diálogo e a reciprocidade. Veja alguns exemplos:

Exemplos de comentário com o primeiro tipo de atitude: a recusa da reciprocidade

“Esse assunto já deu.”

“A sua interpretação da Bíblia é bem literal, mais pouco me importa!!!”

“Não expus minha opinião pedindo a resposta de outros”

“o problema continua sendo dela 🙄 não tem argumento”

No segundo tipo de atitude, o monólogo, o usuário fala sozinho, ou seja: ele apresenta algum conteúdo focado exclusivamente em si mesmo, sem minimamente se voltar para o outro. O usuário pode até apresentar longos comentários sobre o tema, mas sem se engajar na discussão específica ou apresentar a questão para os outros. Em outras palavras, ele não discorda ou concorda, apenas “joga” o que pensa através de jargões, ou histórias ou opiniões. Reitero que essas atitudes são identificadas através de uma análise de conteúdo que leva em consideração o contexto em que o comentário é feito: o post e os demais comentários daquele post. O contexto é especialmente importante para a identificação do monólogo, já que, por exemplo, em um post sobre algum ponto específico na discussão do aborto, se alguém simplesmente comenta um jargão de forma geral “aborto é assassinato!” ou “aborto é saúde pública”, trata-se de comentários que não visam a reciprocidade - trata-se de monólogos, uma espécie de “grito sozinho”.

Exemplos de comentário com o segundo tipo de atitude: o monólogo

“Eu sou dona do meu corpo, eu decido.”

“ABORTO É ABORTO EUTANASIA É EUTANASIA CASAMENTO GAY É CASAMNTO GAY agora fazer o povo de bobo é muito triste revoltante”

“11,6 milhões de famílias brasileiras são compostas por mães solas e seus filhos, faço parte delas”

“bem falou o senhor Jesus o mundo já está no maligno ou sobre domínio do diabo”

“Eu não sou a favor de aborto”

“Eu e minha esposa temos uma vida que não cabe uma criança, por isso que sempre


falamos que evitar filho é como evitar um acidente de carro, você utiliza o maior número de dispositivos de segurança para caso aconteça um acidente você sobreviva !!!”


Já no terceiro tipo de atitude, a resposta simples, o usuário está minimamente dirigido para o outro, seja concordando ou discordando de algum ponto de vista. Pode ser difícil distinguir entre o *monólogo* e a *resposta simples*: no processo de testes de confiabilidade (explicado na Seção 3.5), essa foi a distinção mais complexa de ser feita na prática. No entanto, após cuidadosa observação, é possível distinguir padrões de comentários que se encaixam em monólogo e aqueles que são respostas simples. Os exemplos de respostas simples são:

Exemplos de comentário com o terceiro tipo de atitude: a resposta simples

“Eu fico indignada com essas que se diz ser mãe e não deixa esses anjinhos virem ao mundo, interrompem a gravidez, sem nenhum sentimento”

“Tem pessoas que tem o privilégio de ter filhos e comete esse crime, enquanto outros precisa fazer tratamento para ver se tem a possibilidade de ter filhos.....”

“@usuário001, a responsabilidade é do homem também...ninguém faz filho sozinha não


“mano, tô aplaudindo de pé seu comentário 

“gente nenhum método é 100% seguro e quando falo que é nenhum é nenhum mesmo”

“Eu sou contra o aborto, mas entendo o direito das mulheres opinarem e o defenderem se forem a favor. Agora os homens têm é que tomarem vergonha na cara.”

Como pode ser visto nos exemplos, há um mínimo engajamento no fluxo da discussão. Especialmente quando tomadas em contexto, é possível perceber que as respostas simples, ao invés dos monólogos, colocam um ponto de vista em referência ao debate sendo desenvolvido.

O último tipo de atitude, a resposta significativa, é mais facilmente identificada, assim como a recusa da reciprocidade, por apresentar elementos altamente característicos: nesse caso, o usuário está muito voltado para o outro; ele apresenta perguntas, ou resume pontos de vista colocados anteriormente, ou tenta explicitamente entender o ponto de vista distinto, ou apresenta empatia, ou explica sua opinião de forma que o outro possa entender, ou requisita mais opiniões e respostas (utilizando expressões como ‘tente ver por essa perspectiva’, ou ‘e se

acontecesse a seguinte situação com você, o que você acharia isso?', etc). A resposta significativa pode ser tanto no sentido da discordância como da concordância.

Exemplos de comentário com o quarto tipo de atitude: a resposta significativa

“Sou cristã assim como parte de vcs que comentaram criticando a pastora. Mas entendo que as regras da religião que EU sigo servem pra MIM e não pro outro. Quem quer abortar JÁ ABORTA e nossa religião não as impede disso. E se usássemos nossos ideais como PREVENÇÃO ao invés de condenação? Se o aborto for legalizado ele será DESCRIMINALIZADO. Sabe o que isso quer dizer? Que se amamos MESMO a Cristo e ao próximo, poderemos atuar diretamente para que essas mulheres desistam de abortar. Enquanto for crime será tabu! Saiam da caixinha e repensem os ideais, Jesus não era quadrado!!!!”

“@Usuário001 como vc disse ele sofreu um acidente, e teve morte cerebral, nunca passei por isso,então não sei o que seria feito em seguida, mas ninguém escorrega e cai em cima de um pinto e engravida...Então não é acidente, entende”

“As pessoas acham que se legalizar o aborto as mulheres vão chegar aborta e pronto. Não é assim, elas passam por um tratamento psicológico, muitas até desistem de abortar, e sendo legalizado, a vida delas estará sendo poupada, quantas mulheres morrem ao fazer um aborto clandestino? Se dizem a favor da vida, e a vida dessa mulher? Não conta?”

★★★

Em todos os casos citados nessa seção (tanto os que recuperei da literatura quanto o que apresentei para essa tese) o método de observação e análise da reciprocidade vai além da presença ou não da resposta, buscando diferenciar que tipo de resposta é essa. Esses métodos estão preocupados com a ação dos interlocutores diante dos outros. Todas essas medidas mencionadas nessa como as mencionadas na última seção são importantes para a compreensão da reciprocidade. O problema em ambos os casos é que a reciprocidade geralmente não funciona em termos tão explícitos e diretos, nem na estrutura nem nas atitudes. Se alguém escuta, lê, considera o ponto de vista do outro e incorpora menos ou mais essa visão em seus próprios argumentos, raramente essa pessoa o faz explicitamente, deixando claro que o fez, de forma que seja possível identificar em sua atitude. Muitas vezes esse processo não ocorre imediatamente e no mesmo espaço de discussão, se estendendo ao longo do tempo no debate público. A reciprocidade pode então ser identificada através dos discursos.

3.2. Aprecensão da reciprocidade no nível dos discursos

No Capítulo 1 eu mostrei como na tradição deliberacionista a reciprocidade é compreendida para além do ato formal de ler/ouvir e responder o outro. É indispensável nessa tradição teórica uma compreensão mais profunda da reciprocidade, associada ao que Habermas entende como *ideal role-taking* e ao que Gutmann & Thompson entendem como o conteúdo moral da reciprocidade. Nas palavras de Mendonça e Santos (2009), além de *ouvir e responder*, há uma terceira parte na reciprocidade deliberativa: o ato de “levar em consideração os argumentos e as perspectivas [uns dos outros] ao fazer contra-argumentos” (p. 514). Como mostrei na Seção 3.2, essa ideia já está presente na reciprocidade no nível das atitudes. No entanto, levar em consideração outras perspectivas ao responder é uma ação que não necessariamente ocorre de maneira direta, anunciada, explícita no conteúdo - este é um processo que pode ocorrer ao longo do tempo (Dryzek, 2004; Maia, 2012; Maia et al, 2018; Mendonça e Santos, 2009; Mendonça, Freitas e Oliveira (2014). Nas palavras de Dryzek (2004, p. 48), a deliberação é melhor entendida através da ideia de uma “constelação de discursos” que se chocam do que através exclusivamente das ações dos indivíduos. É por isso que a reciprocidade pode ser medida também em uma terceira dimensão: *no nível dos discursos*.

Alguns estudiosos no campo da deliberação têm buscado estudar o processo deliberativo observando os discursos mobilizados pelos indivíduos e como esses discursos se transformam (Maia, 2012; Maia et al, 2018; Hobson & Niemeyer, 2013; Niemeyer, 2019). Como Maia et al (2018) argumentam, uma forma interessante de tratar essa questão é através do conceito de *espaço de razões* de Habermas (Habermas, 2006, 2017). No *espaço de razões* estão as justificativas disponíveis num pano de fundo (de maneira tácita e frequentemente incerta) e que são articuladas e compartilhadas entre os indivíduos na prática comunicativa. Habermas defende a ideia de um terreno de fundo simbólico pressuposto que conecta as pessoas e possibilita a troca de razões. Levantamos ideias que consideramos aceitáveis de acordo com o *espaço de razões* no qual estamos imbuídos. A observação empírica das razões mobilizadas ao longo do tempo pelos participantes de uma discussão possibilita analisar a transformação do espaço de razões (Maia et al, 2018) - “discutir racionalmente de forma coletiva não apenas muda mentes, mas também remodela os contornos do espaço de razões” (Maia et al, 2018, p. 4). No caso da reciprocidade, observar como diferentes lados de um debate atualizam seus discursos ao longo do tempo diante dos outros na cena pública é uma forma de entender se esse debate está sendo recíproco ou não. Se um determinado lado permanece com os mesmos

discursos mesmo que o espaço de razões se transforme, como é possível dizer que há reciprocidade? A ideia de espaço de razões fornece a ferramenta teórica apropriada para lidar com a reciprocidade de maneira expandida no tempo e espaço (Maia et al, 2018).

O desenho de pesquisa para observar a reciprocidade no espaço de razões pode variar. Maia et al (2018) fazem isso através da identificação dos argumentos utilizados pelos atores. Mendonça, Freitas e Oliveira (2014) apresentam uma diferenciação entre uma reciprocidade que eles nomeiam como *direta* e um segundo tipo, que chamam de *discursiva*. A reciprocidade direta eu dividi aqui entre os níveis da estrutura e das atitudes. Olhar para a dimensão da *reciprocidade discursiva* seria tentar “reconstruir uma rede que mostre como certos discursos se chocam e se respondem” (Mendonça, Freitas e Oliveira, 2014, p. 248-249). Eles fazem isso através de uma *análise de enquadramentos*, com base na ideia de que “entender e remontar os quadros de um debate permite mapear os fluxos discursivos que norteiam a discussão” (Mendonça, Freitas e Oliveira, 2014, p. 251). As conclusões de Mendonça, Freitas e Oliveira (2014), no entanto, não esclarecem quando há reciprocidade ou não. Os autores argumentam que, mesmo quando há um conflito entre quadros diferentes, pode haver "um diálogo com tentativas de deslocamento mútuo" (p. 251). Então, como diferenciar a ausência de reciprocidade das tentativas de mudar os quadros ou levá-los para uma outra direção? Acredito que a análise de enquadramentos que mensure mais especificamente e quantitativamente as transformações ao longo do tempo nos diferentes lados do debate é capaz de resolver essa questão, como fazem Weale, Bocquelet e Bara (2012).

Weale, Bocquelet e Bara (2012) também tratam a reciprocidade através de uma dimensão discursiva. Eles analisam o nível de reciprocidade dos debates no Parlamento do Reino Unido sobre o aborto por duas décadas. Eles seguem a visão de reciprocidade de Gutmann e Thompson (1996) e, para observá-la empiricamente, aplicam uma análise de conteúdo automatizada. Por meio do programa Alceste, os discursos foram agrupados de acordo com a semelhança das palavras utilizadas. Em seguida, uma análise de correspondência verificou em que nível a classe de argumento correspondia à posição do falante. O ponto central no uso desse método é que "se os oradores de lados diferentes do debate estão agrupados em torno dos mesmos grupos de sentenças, temos evidências de uma condição necessária de envolvimento recíproco". Mas se, pelo contrário, "oradores de lados diferentes estão desproporcionalmente associados a temas particulares, temos evidências de um debate no qual os participantes não se falam" (Weale, Bocquelet & Bara, 2012, p. 648). Nesse caso, a reciprocidade está no nível do discurso, isto é, na maneira como a questão é abordada,

argumentada e elaborada. Além disso, as mudanças ao longo do tempo nos discursos e sua identificação com determinadas posições são fatores relevantes para entender a reciprocidade.

A reciprocidade discursiva é essencial para uma análise sistêmica da deliberação. Se a reciprocidade é medida em um sentido puramente direto (ou seja, em termos das atitudes das pessoas diante das outras) é comum que a análise seja intrafóruns, ou seja, a reciprocidade geralmente é medida apenas em uma discussão específica, como um fórum online ou minipúblicos. Seguindo a abordagem sistêmica da deliberação (Mansbridge et al, 2012), no entanto, seria interessante atestar até que ponto as discussões entre diferentes arenas, atores e tempos podem ser recíprocas ou não. Para ser recíproco em todo o sistema, não é necessário mencionar o outro diretamente, mas é possível respondê-lo dentro dos discursos, em diferentes momentos e espaços (Dryzek, 2004; Mansbridge et al, 2012; Maia, 2012; Maia et al, 2012; Mendonça & Santos, 2009; Mendonça, Freitas e Oliveira, 2014). É só essa análise mais ampliada que permite dizer se um conflito de discursos é uma tentativa recíproca de deslocamento, como argumentam Mendonça, Freitas e Oliveira (2014), ou uma negação do diálogo, porque é através do tempo e dos espaços que essa tentativa se revela. O caminho de quantificar as relações entre discursos e lados ao longo do tempo adotado por Weale, Bocquelet & Bara (2012) nesse sentido pode ser importante.

Se pensarmos em como os estudos no campo da deliberação olharam para os discursos é possível apontar algumas formas distintas de fazê-lo. No DQI, por exemplo, é possível encontrar a variável *conteúdo dos argumentos* que checa, em um primeiro momento (Steenbergen et al, 2003; Steiner et al, 2004), se há conteúdos voltados para o *bem comum*, para *interesses de grupos específicos* e para *valores universais*. Essas medidas são sem dúvidas muito importantes para o campo da deliberação, mas elas não resumem o que é a reciprocidade se considerarmos tal como Habermas de que essa não descreve um conteúdo específico, mas sim o ato de se voltar ao entendimento com o outro. Sigo o argumento habermasiano de que a universalização não se dá através de conteúdos específicos (voltados para o bem comum ou valores universais, por exemplo), mas sim através do procedimento de discussão em que os atores se justificam em direção aos outros. Não há um conteúdo que a priori seja mais recíproco que outro. É por isso que utilizo para a análise da *Reciprocidade no nível dos Discursos* os enquadramentos, tal como Mendonça, Freitas e Oliveira (2014). Combino a identificação dos quadros com uma codificação, tal como a de Weale, Bocquelet & Bara (2012): (a) do momento em que foi utilizado e (b) da associação desses quadros com as posições dos falantes que os utilizam. Para isso é preciso apresentar rapidamente o que é enquadramento e como irei utilizá-lo para capturar a dimensão discursiva da reciprocidade.

3.2.1. O que são enquadramentos e como identificá-los

Segundo Bateson ([1972] 2002), existe um tipo de interação onde o objeto do que dizemos é o próprio tipo de interação, ou seja, dizemos da relação com o outro. Esse tipo ou nível de comunicação, chamado metacomunicativo, “aponta para a relação que se estabelece entre os sujeitos (...) e orienta as ações e condutas dos envolvidos” (França & Simões, 2014, p. 174). O que enunciamos recorta e caracteriza a própria relação que estamos estabelecendo. Assim, “mais do que conteúdos, enunciados comportam marcas que balizam a interação estabelecida” (Mendonça & Simões, 2012, p. 188). É através desse nível que os indivíduos de uma interação conseguem compreender qual tipo de relação está se dando ali (Bateson, [1972] 2002), o que seria o “enquadramento” ou “*enquadre*” para o autor. “É o *enquadre* que permite apreender o tipo de interação estabelecido na sequência interativa” (França & Simões, 2014, p. 174).

Goffman ([1974] 2012) se apropria desse conceito e o define como aquilo que respondemos quando nos perguntamos “o que está acontecendo aqui?” (Goffman, [1974] 2012). O que permite essa resposta são os quadros de sentido - modelos de interação definidos socialmente, os quais são atualizados nas vivências cotidianas (Goffman, [1974] 2012). Nas palavras do autor, “a expressão ‘análise de quadros’ é um slogan para referir-me ao exame, nesses termos, da organização da experiência” (Goffman, [1974] 2012, p. 34). Os quadros constituem, para os indivíduos, a “definição da situação” (Goffman, [1974] 2012). A partir de Bateson e Goffman, diversos estudos começaram a trabalhar com esse conceito. Dois autores são importantes para o desenvolvimento e popularização de uma ideia de análise de enquadramentos especialmente no final dos anos 80 e durante os anos 90: Robert Entman e William Gamson. Embora com similaridades, eles dão duas direções distintas para a utilização desse conceito (David & Baden, 2017).

A obra de Gamson baseou muito da literatura sobre enquadramento das últimas três décadas (podemos citar como as principais sendo Gamson & Modigliani, 1987; 1989; Gamson, [1992] 2011; Ferree et al, 2004). Na perspectiva teórica expressa nesses textos, o ato de enquadrar algo sugere o que está em questão, ou seja, sugere sobre o que é uma determinada controvérsia ou assunto. O enquadramento é “um enredo ou ideia organizadora central que fornece significado para uma sequência de eventos” (Gamson & Modigliani, 1987, p. 143). Nas palavras de Myra Ferree, Gamson e demais colegas, os enquadramentos (ou *frames*) “organizam e tornam coerentes uma variedade aparentemente diversa de símbolos, imagens e

argumentos, vinculando-os através de uma ideia organizadora fundamental que sugere o que está em jogo em determinada questão” (Ferree et al, 2004, p. 14).

A conceituação de enquadramento presente nos trabalhos de Gamson e demais colegas é, por vezes, caracterizada como “muito vaga” e conseqüentemente de difícil operacionalização. David & Baden (2017, p. 2) explicam essas críticas com as seguintes palavras: “Sua definição [de Gamson] enfoca a natureza interpretativa geral dos quadros e enfatiza a necessidade de coerência: ela define não tanto o que os quadros são, mas o que eles alcançam, e permite uma grande variedade de maneiras para os quadros construírem uma interpretação”. A ideia de que a definição de Gamson e colegas não define exatamente o *que os quadros são* mas sim o *que eles alcançam* existe porque nessa definição não há uma sistematização de como os enquadramentos acontecem nos textos comunicacionais de forma universal. Essa definição se atém ao fato de que os quadros fornecem uma interpretação dos eventos, e nesse sentido está calcada no que os frames *alcançam*. No entanto, o processo de enquadramento é de fato, em si, de difícil sistematização, porque enquadramos coisas de maneiras e formas muito distintas o tempo todo, em situações comunicacionais diversas. A sistematização é importante, especialmente para a realização de estudos empíricos, mas deve ser cautelosa para não reduzir ou deturpar o que os enquadramentos são. É importante notar que mesmo com diferentes sistematizações apresentadas por estudiosos do campo ao longo dos últimos anos, a definição de Gamson e colegas ainda é especialmente importante para os “estudiosos interessados nas maneiras múltiplas, muitas vezes sutis, pelas quais os quadros constroem o significado” (David & Baden, 2017, p. 2).

Robert Entman (1993), preocupado com a ausência de definição teórica de enquadramento mais contundente e mais específica, se propôs a pensá-lo conceitualmente - especialmente porque os usos empíricos do conceito naquele momento já eram muito variados (como ainda são hoje). Entman se preocupava especificamente com os enquadramentos de textos jornalísticos e midiáticos. Segundo Entman, enquadrar uma questão é “selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicacional” (Entman, 1993, p.52). O enquadramento tem a ver, em primeiro lugar, com ressaltar algumas características ou informações, e deixar de lado ou invisibilizar outras. Esse processo de “seleção e saliência” cria um sentido específico para determinado assunto ou objeto.

Na perspectiva de Entman (1993), ao enquadrar, esses aspectos salientados constroem “uma definição particular de um problema, interpretação causal, apreciação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito” (Entman, 1993, p. 52). O enquadramento sob o ponto de vista de Entman é então construído através de diferentes partes. O

enquadramento nessa perspectiva é “um certo padrão em um dado texto que é composto por diversos elementos” (Matthes & Kohring, 2008, p. 263). Para Entman (1993), a presença ou a construção dessas partes pode variar a depender do contexto: “uma única sentença pode performar mais de uma dessas quatro funções do enquadramento, ao mesmo tempo em que muitas sentenças em um texto podem não performar nenhuma delas. Um enquadramento em um texto específico não inclui necessariamente todas as quatro funções” (p. 52). Há, então, nessa perspectiva, quatro dimensões no enquadramento: ao determinarem como um problema é entendido, eles enquadram qual é a definição desse problema, pelo quê ele é causado, o que é entendido como certo ou errado (ou como bom ou ruim) e qual a possível solução. Entman “define o quadro com base em sua estrutura interna e atribui funções semânticas específicas a diferentes partes do quadro” (David & Baden, 2017, p. 2). Essas quatro partes e suas funções são exemplificadas a seguir:

(a) *Definição do problema*: Entman (1993) diz que o enquadramento determina “o que um agente causal está fazendo com quais custos e benefícios, geralmente medidos em termos de valores culturais comuns”. Como exemplo, posso citar o estudo realizado por Wessler et al (2016) sobre a mudança climática global: nesse caso, a definição do problema era, por exemplo, o aumento da temperatura, ou, outro exemplo, o derretimento de geleiras. Matthes & Kohring (2008) subdividem a definição do problema entre atores e subtópicos. No estudo de Vimieiro & Maia (2011a; 2011b) sobre a cobertura midiática da temática da deficiência ao longo de várias décadas, no que se refere à definição do problema, os atores eram, por exemplo, o campo médico ou a saúde, e os subtópicos a cidadania, os direitos, as questões legais, a medicina e a ciência.

(b) *Diagnóstico das causas*: Entman (1993) aponta que o enquadramento “identifica as forças que criam o problema”. Como exemplo, no estudo de Wessler et al (2016) essas causas eram a emissão de gases ou o desmatamento, entre outros. No estudo de Vimieiro & Maia (2011a; 2011b), as causas eram corporais (a deficiência em si), a legislação vigente, a ausência de direitos, o déficit na assistência, etc.

(c) *Julgamentos morais*: Entman (1993) aponta que o enquadramento avalia e julga “os agentes causais e os seus efeitos”. Como exemplo, no caso do estudo de Vimieiro & Maia (2011a; 2011b), um dos julgamentos morais era uma associação negativa da deficiência ou da pessoa com deficiência.

(d) *Sugestão de soluções*: Entman (1993) diz que os enquadramentos “oferecem e justificam tratamentos para o problema e prevêm seus resultados desejados”. No estudo de Wessler et al (2016) essas soluções eram, por exemplo, energia sustentável, tratado global

relacionado ao clima, assistência financeira aos países menos desenvolvidos, etc. No estudo de Vimieiro & Maia (2011a; 2011b), as soluções eram, por exemplo, cirurgias, próteses, transplantes, medidas governamentais, investimento público, mudança em leis, etc.

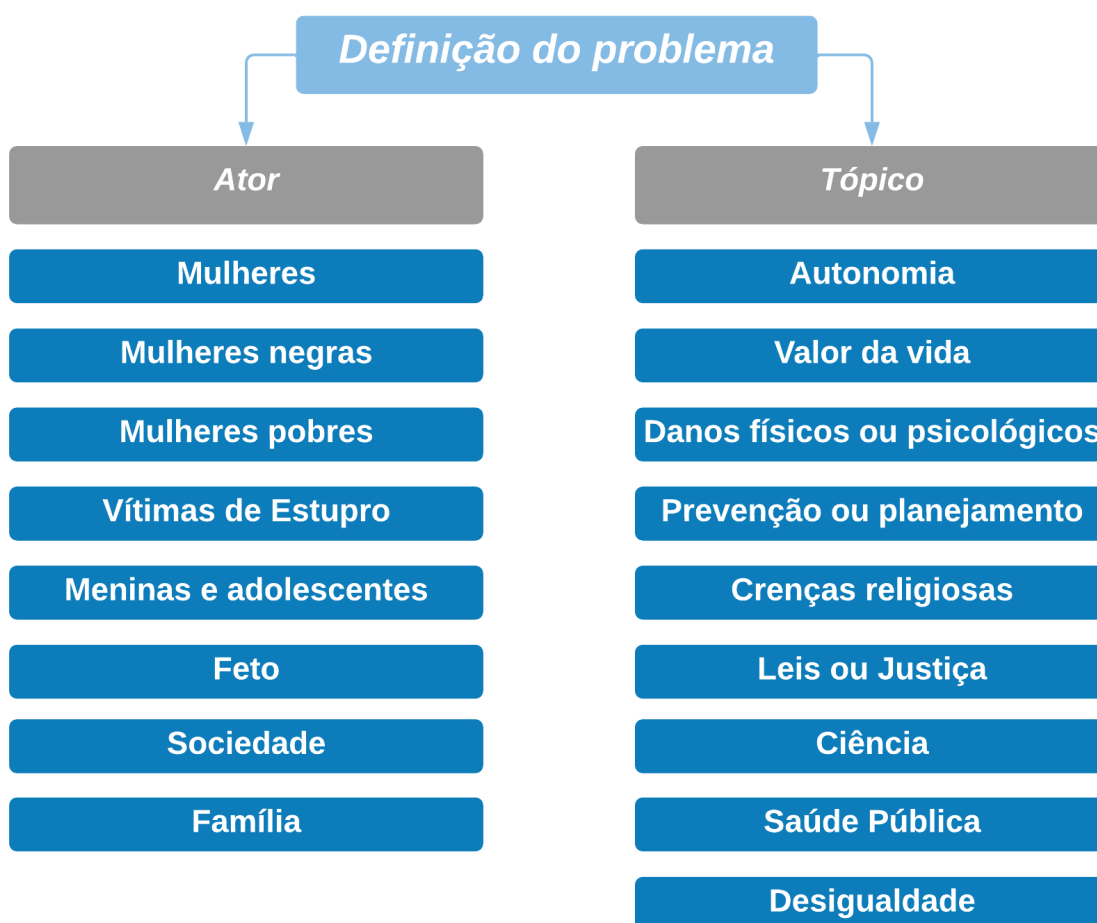
A ideia de “dividir” o enquadramento em elementos ou partes, de certa forma, também está presente no trabalho de Gamson e colegas, embora eles não apontassem exatamente quais partes seriam essas (Vimieiro & Maia, 2011a). Para eles, o *frame* está no centro de um “pacote interpretativo” - esse “pacote” contém uma série de dispositivos simbólicos que constituem o *frame* (Gamson & Modigliani, 1989). Também a noção de que o *frame* salienta alguns aspectos enquanto deixa outros “escondidos” é comum tanto a Entman quanto a Gamson, Ferree e demais colegas. “Os enquadramentos chamam nossa atenção para certos eventos e suas causas e consequências subjacentes enquanto afastam nossa atenção de outras. (Ferree et al., 2004, p. 14). Mas tanto a divisão em partes quanto o aspecto da seleção e saliência são mais sistematizados e estritos no conceito de Entman. Por isso, ele “tem sido amplamente aplicado no contexto da ciência quantitativa, pois se presta diretamente à operacionalização e à observação sistemática (...) constitui uma tentativa deliberada de fornecer estrutura ao campo da pesquisa de enquadramento” (David & Baden, 2017, p. 2). No entanto, como mencionei anteriormente, essa sistematização de como os enquadramentos aparecem pode ser perigosa, devido à natureza diversa do próprio fenômeno de enquadrar algo. A abordagem de Entman nesse sentido “eclipsa precisamente a necessidade de interpretação coerente e a abertura para vários tipos de dispositivos de enquadramento que tornam a definição anterior [de Gamson] valiosa” (David & Baden, 2017, p. 2). Por isso, nessa tese opto pela utilização apenas da categoria *definição do problema*.

Os diferentes elementos (diagnóstico de causas, sugestão de soluções, julgamentos morais) foram pensados para textos maiores, de veículos midiáticos, e não comentários em debates. Esses elementos podem ser encontrados nesse tipo de texto (Choucair, 2018), mas de uma forma mais curta, em que esses elementos aparecem menos vezes. A utilização da categoria *definição do problema* permite que boa parte dos comentários possa ser analisada, já que em qualquer tipo de interação definimos sobre o *quê* e/ou sobre *quem* estamos falando. Além disso, no que se refere à reciprocidade e polarização, é esperado que indivíduos com posições distintas apresentem julgamentos morais distintos, ou sugiram e demandem soluções distintas. Isso faz parte do desacordo. Mas é mais complexo quando eles definem o problema de maneira altamente distinta, demonstrando que podem nem ao menos estar falando sobre a mesma coisa.

3.2.2. A medida utilizada nessa tese

A aferição da reciprocidade no nível dos discursos é feita em duas etapas. Primeiro, são identificados através de uma análise de enquadramentos as definições de problema (ator e tópico) utilizadas no comentário.

Figura 11: As definições de problema sobre o aborto



Esse tipo de análise faz pouco sentido se olharmos para os comentários individualmente. Esse nível nesse sentido é distinto dos demais. A atitude, por exemplo, é expressa em cada comentário e diz de um grau de reciprocidade que acontece ali, naquele comentário. Mas no caso do nível do discurso, a reciprocidade é medida nas transformações do ambiente discursivo - como os enquadramentos aparecem nas conversações. Ou seja, faz mais sentido uma análise

da conversação tomada como um todo, em um nível micro (uma cadeia de interações) ou macro (uma transformação dos discursos ao longo dos anos). Por exemplo: o que há de informação sobre a reciprocidade se identifico que um comentário utiliza a definição do problema “vítimas de estupro” e “danos”? Nada, nenhuma informação, porque a reciprocidade nesse caso está em como aquela interação define o problema e na comparação entre como os outros participantes definem o problema, e como essa definição muda ao longo do tempo.

Cada comentário pode utilizar diferentes definições de problema em relação ao ator e ao tópico do assunto. Se em uma cadeia de interação os comentadores estão colocando suas opiniões definindo o problema com alguma similaridade, mesmo que discordem no mérito do assunto, a reciprocidade discursiva é alta, já que o conteúdo é colocado de forma direcionada ao outro e ao diálogo. De forma altamente simplificada, é possível indicar, por exemplo, a seguinte situação: se um usuário comenta argumentando em favor da vida do feto, e outro o responde na cadeia simplesmente falando sobre a autonomia da mulher, sem entrar na questão da vida do feto nem para contra argumentar, a reciprocidade discursiva é baixa. Mas se esse segundo comentador justifica ou questiona a ideia de vida aplicada ao feto, e então fala (ou não) da autonomia da mulher, então há reciprocidade do discurso, já que o segundo comentador está colocando a questão em termos do que é compreensível, importante ou aceito pelo outro; está definindo o problema de forma similar, mesmo que discorde radicalmente que há vida no feto ou que essa é uma vida que deve ser protegida. De forma geral, se há reciprocidade discursiva, os comentadores estão, no mínimo, falando sobre a mesma coisa (ou algo minimamente perto disso). No caso de uma análise mais a longo prazo, é possível identificar como todo um lado da discussão transforma (ou não) as definições de problema de modo a se direcionar ao(s) outro(s) lado(s) do debate.

3.4. Apreensão da polarização das discussões online

As formas mais convencionais de pesquisa empírica da polarização política investigam as opiniões dos cidadãos sobre assuntos de interesse público através primordialmente de *surveys* (Seção 2.1 e 2.2. do Capítulo 2). Tais pesquisas não olham para como os indivíduos tratam assuntos públicos nas interações com outras pessoas, em discussões e conversações políticas, mas sim para suas posições expressas individualmente em um dado momento. Por outro lado, a abordagem relacional da polarização gerou uma série de estudos primordialmente sobre o quanto grupos opostos interagem entre si e como eles se tratam em ambientes online (Seção 2.3

e 2.4 do Capítulo 2), em análises de redes e de sentimentos. A polarização também pode ser apreendida através dos discursos dos indivíduos em debates online.

Alguns autores têm desenvolvido estratégias para analisar no nível discursivo como as pessoas tratam, em discussões, o grupo oposto (*out-group*) (Yardi & Boyd, 2010; Bodrunova et al, 2019; Maia et al, 2021; Burder et al, 2021). Maia et al (2021), por exemplo, identificam dois tipos de desacordo: *soft* e *bold*. No primeiro há um “convite para a conversação”, e no segundo uma contestação aguda.

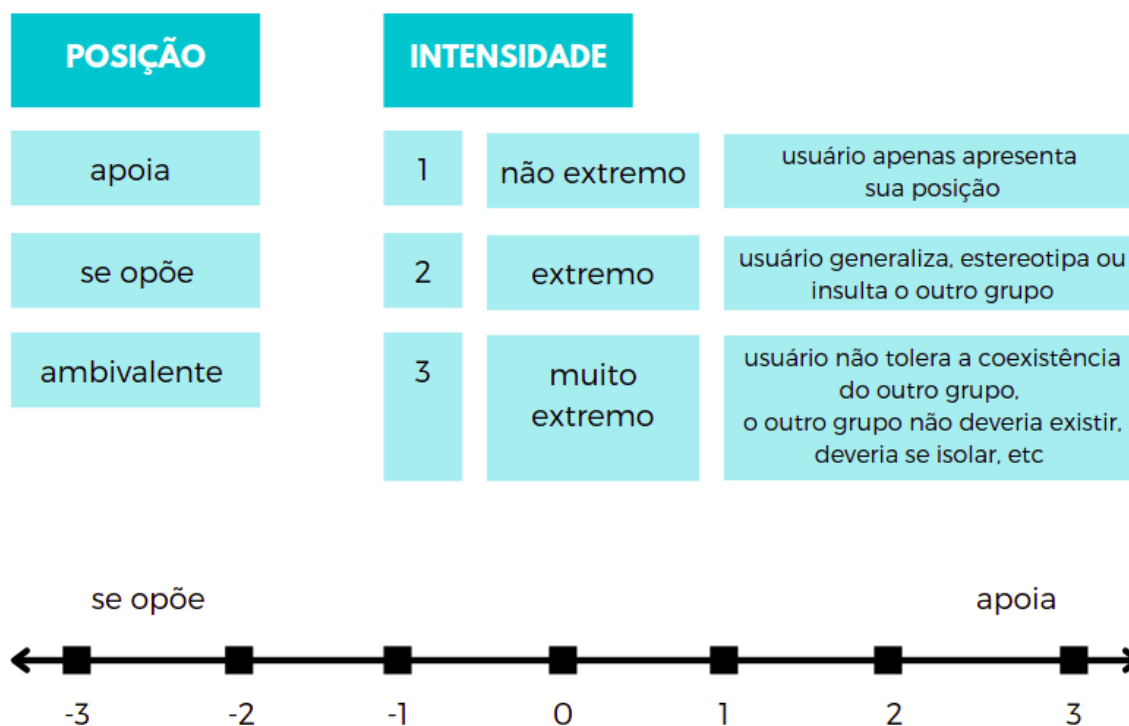
Yardi & Boyd (2010) analisaram as discussões sobre o assassinato de um médico responsável por realizar procedimentos abortivos nos Estados Unidos. Elas realizam uma análise de conteúdo manual classificando cinco posições possíveis no debate sobre o acontecimento: extremo pró-vida, pró-vida, moderado/dúbio, pró-escolha e extremo pró-escolha. Elas entenderam que os comentários extremo pró-vida defendiam o assassinato do médico (“Estou feliz que ele esteja morto, então ele não pode matar mais bebês. Fico feliz que ele tenha merecido”), e os comentários extremo pró-escolha associavam o assassinato a movimentos inteiros, cristalizando os opositores e atribuindo a eles atos terroristas (“O assassinato foi feito pelo Talibã cristão”). Bodrunova et al (2019) analisaram discussões sobre conflitos étnicos na Alemanha, nos Estados Unidos e na Rússia. Eles utilizaram uma abordagem mista com análise de conteúdo manual, agrupamento e análise textual automatizada. Eles identificaram como os usuários tratam líderes e grupos opostos, em uma escala de -2 a 2.

Todos esses exemplos, apesar de estarem situados em preocupações de pesquisa distintas (desacordo, polarização, etc., que não são a mesma coisa), mostram como há níveis na forma em que as pessoas, em discussões, lidam com aqueles situados de alguma forma no campo oposto (seja um campo oposto formado por uma discordância substancial, ou por uma distinta identificação).

3.4.1. A medida utilizada nessa tese

Baseado nesses estudos, classifico os discursos entre menos ou mais polarizantes, da seguinte forma:

Figura 12: As posições e as intensidades (extremismo)



3.5. Procedimento

A medida de reciprocidade estrutural foi aplicada em todo o corpus (578,123 comentários e respostas), por se tratar de uma medida extraída de maneira automática. Todas as outras medidas (atitudes recíprocas, discursos recíprocos e posições e intensidade das posições) foram identificadas através de uma análise de conteúdo (Krippendorff, 2004). Para isso, seguindo as sugestões para replicabilidade e confiabilidade (Sampaio & Lycarião, 2018), essas variáveis foram primeiro treinadas entre três codificadores, e depois testadas em um teste de confiabilidade com três codificadores utilizando uma parte do corpus extraída de forma estratificada para permitir uma alta diversidade no teste (o teste contou com 0,1% do corpus, 579 comentários). Todas as variáveis atingiram um índice Krippendorff alpha satisfatório, conforme tabela a seguir:

Teste de Confiabilidade

579 instâncias

Categoria Posição (nominal)

1: Contra

2: A favor

3: Balanceado / ambivalente

4: Sem posição

Krippendorff's Alpha (nominal): 0.818

Categoria Intensidade (ordinal)

0: Sem intensidade

1: Não extremo

2: Extremo

3: Muito extremo

Krippendorff's alpha (ordinal): 0.810

Categoria Engajamento (ordinal)

-1: Recusa

0: Monólogo

1: Simples

2: Significativo

Krippendorff's alpha (ordinal): 0.757

Capítulo 4: Polarização e reciprocidade no debate do aborto de 2012 a 2019

Apresentei nos capítulos anteriores um quadro analítico capaz de descortinar e mensurar a reciprocidade em três dimensões (*estruturas, atitudes e discursos*). Para relacionar essas dimensões com a polarização, apresentei também uma abordagem relacional desse fenômeno, mostrando que ele pode ser também apreendido através da forma como os participantes se posicionam e se dirigem àqueles com posições distintas. Esse quadro analítico pode ser aplicado tanto em discussões específicas como em debates desenvolvidos a longo prazo. Nesse capítulo apresento um estudo sobre o debate do aborto no Facebook durante os anos de 2012 a 2019 para ilustrar a utilização desse método em discussões a longo prazo. Ao utilizar as medidas que defendo para o estudo da reciprocidade e polarização interacional, esse estudo é capaz de mostrar como o debate sobre uma questão específica se torna menos ou mais recíproco ao longo do tempo, menos ou mais extremo, e como os diferentes lados transformam seus discursos ou para se direcionarem a uma interação mais recíproca ou para se fecharem nas suas próprias definições. Uma análise desse tipo demanda um esforço importante de contextualização. Se mesmo discussões específicas precisam ser contextualizadas, debates apreendidos ao longo de diferentes anos só podem ser compreendidos à luz da situação político-comunicacional em que eles ocorrem. Por isso, nesse capítulo, apresento os resultados das medidas de reciprocidade conjuntamente a um resumo contextual. Não pretendo realizar afirmações de causa e efeito, mas sim dar sentido às transformações observadas ao aplicar o quadro analítico que proponho.

No período entre o fim da Ditadura Militar nos anos 80 e 2013, o Brasil, embora com importantes conflitos políticos, parecia consolidar sua democracia (Avritzer, 2018; Kunrath Silva, 2018). A partir das manifestações de Junho de 2013 houve uma “inversão de condições” (Avritzer, 2018, p. 273). Desde então presenciamos acontecimentos como a contestação dos resultados das eleições presidenciais de 2014, o Impeachment de Dilma Rousseff em 2016 - cuja legitimidade foi altamente questionada (o impedimento foi e é tratado como Golpe por alguns setores da sociedade brasileira) -, e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 com discursos e ações contrários à Democracia e à cultura cívica e democrática. Diversos aspectos têm colocado em cheque a consolidação da democracia brasileira, como a atuação das Instituições Democráticas, especialmente do Judiciário, e os problemas no estabelecimento e manutenção de direitos políticos e humanos. Uma das questões frequentemente mencionadas no estudo de tal conjuntura é a polarização.

A preocupação com a polarização no Brasil parecia fazer pouco sentido até algum tempo atrás. Até 2014 (desde a redemocratização) “a maioria dos partidos importantes se deslocava progressivamente em direção ao centro da escala ideológica” (Fuks & Marques, 2020). O problema na verdade parecia ser inverso à polarização: a baixa distinção entre partidos e o controle do “Centrão” sobre os governos e legisladores (Nobre, 2013). A polarização entra em cena como uma preocupação pós-2013 muito devido ao clima de intolerância e ausência de diálogo entre grupos opostos (Braga, 2020), especialmente a partir de uma nova guinada do discurso iliberal no Brasil (Maia et al, 2020). Embora as divergências e disputas entre esquerda e direita e entre conservadores e liberais não tenham saído de cena em nenhum momento na política brasileira, elas se tornam mais acirradas e disruptivas pós-2013 (considerando o período pós ditadura) - especialmente nos eventos das eleições de 2014, nas manifestações pró e contra o Impeachment de Dilma em 2015 e 2016, e no processo eleitoral de 2018.

O aborto é, quase sempre e em quase qualquer lugar, um assunto público relevante. Na última década, o aborto foi uma das questões centrais envolvendo diferentes acontecimentos políticos brasileiros. O aborto foi central nas eleições de 2010 (Fontes, 2012; Dalmolin, 2012; Mantovani, 2016), e passou a ter centralidade nas críticas ao Governo Dilma, já que, por um lado, muitos conservadores eram contrários à então presidente por essa supostamente adotar uma postura liberal nas pautas morais (especialmente o aborto), e, por outro, muitas feministas criticavam Dilma por ela não assumir essa posição liberal e sim buscar a aliança com os grupos conservadores (Biroli & Miguel, 2016). Em seguida ao governo Dilma, o crescimento da direita brasileira foi altamente atrelado a um discurso conservador, e o aborto é um dos principais, senão o grande principal, tema da ideologia conservadora (Biroli & Miguel, 2016; Lewis, 2017). Nos debates sobre o aborto nos últimos anos, como os discursos se tornaram menos ou mais polarizados? Quais foram as principais dinâmicas da reciprocidade nesse debate nesse período? Nesse capítulo, analiso os principais comentários de cada ano para demonstrar essas mudanças ou estagnações ao longo do tempo. Contextualizo cada ano em termos dos acontecimentos da política brasileira e o cenário de polarização, bem como os acontecimentos específicos relacionados ao aborto. Dessa forma, as características de polarização e reciprocidade de cada período podem ser interpretadas e passam a fazer sentido.

A análise da polarização em discussões a longo prazo é altamente relevante. Embora existam análises de longo prazo comparando a distribuição ideológica e de afeto ao longo de diferentes anos e até mesmo décadas (para citar alguns: Fiorina & Abrams, 2008; Fiorina, 2017; Iyengar, Sood & Lelkes, 2012), o mesmo é raro para pesquisas que olham para a polarização através das interações e comunicações. Estas tendem a estudar especificamente o período já

polarizado, não acessando dados anteriores para uma visão mais ampliada e a longo prazo (embora não seja comum, existem importantes estudos assim com períodos de observação maiores - para o caso do Brasil, por exemplo, veja Alves, 2019). Em uma revisão sistemática da literatura de polarização e discussões online, Iandoli, Primario & Zollo (2021) mostram que apenas uma pequena parte dos artigos observam períodos maiores que um ano:

Figura 13: Período observado por artigos sobre polarização e discussões online, tabela feita por Iandoli, Pimario & Zollo (2021, p. 7)

d. Observation Duration

<i>Duration</i>	<i>#Papers</i>
Less than 2 weeks	12
Less than 1 month	11
Less than 1 year	50
More than 1 year	21
Not Specified	27

Nesse capítulo, eu observo um período de oito anos buscando entender as principais dinâmicas de polarização e reciprocidade em comentários no Facebook sobre o aborto. Escolho o período de 2012 a 2019, um ano antes e um ano depois do período indicado pela literatura brasileira como marcadores das turbulências democráticas e aumento da polarização no país. Para essa análise, os 200 comentários mais relevantes (mais curtidos, ou seja, com mais apoio) de cada ano ($n = 1,600$) foram selecionados. Os 1,600 comentários foram codificados de acordo com o método apresentado no Capítulo 3. A seguir, apresento os resultados obtidos nas variáveis *intensidade das posições* e nas três dimensões da reciprocidade (*estrutura, atitudes e discursos*). Na sequência, interpreto esses resultados à luz das discussões sobre a polarização brasileira e a discussão do aborto no país.

Os resultados mostram uma piora gradativa do debate (de 2013 a 2017) com um aumento das *recusas de reciprocidade* e discursos *extremos*, culminando no pior cenário em 2017. Depois, há uma pequena melhora também gradativa em 2018 e 2019. Há anos em que o debate sobre o aborto parece estar altamente saliente - esse é o caso de 2017, em que há mais polarização, mais recusas de reciprocidade e também o pico de produção de posts. 2017 é o ano em que a PEC 181 foi discutida e votada. Quando o assunto tem menor saliência na cena pública (em 2013, por exemplo), o debate tem mais *monólogos* e *respostas simples*. O aquecimento do

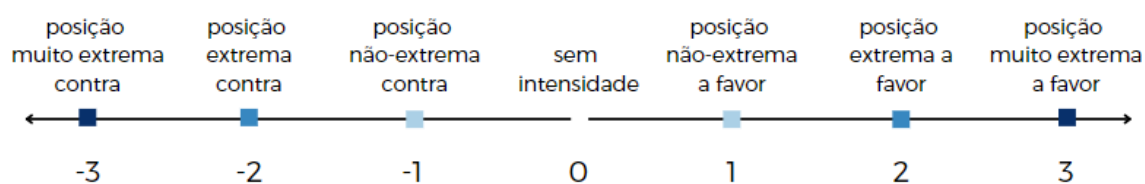
assunto na cena pública parece provocar uma transformação nas atitudes (para melhor e para pior, com o crescimento simultâneo das *recusas* e das *respostas significativas*), e nos discursos (que se tornam mais rompidos, com cada lado mobilizando suas próprias definições).

4.1. Resultados

Os resultados a seguir mostram a variação da polarização e de duas dimensões de reciprocidade (atitudes e discursos) ao longo de oito anos (2012 a 2019) no debate brasileiro sobre o aborto no *Facebook*. É possível observar através desses resultados se, como e quando o debate se tornou menos ou mais recíproco e polarizado. O nível da reciprocidade estrutural não é apresentado aqui por caracterizar a reciprocidade em interações diretas, ou seja, em uma análise micro.

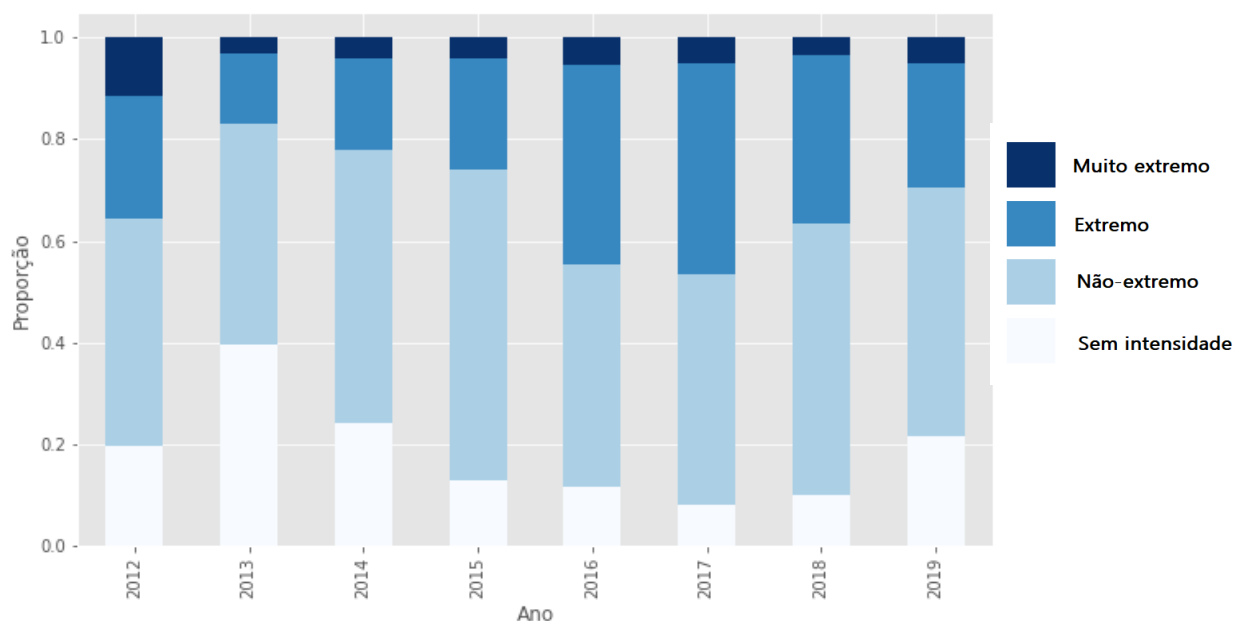
4.1.1. Intensidade das posições

Defendo nessa tese que a polarização deve ser também apreendida em sua dimensão relacional (Capítulo 2). Para isso, é possível observar como os indivíduos e atores sociais apresentam suas posições em um debate (Capítulo 3): se fazem isso *sem intensidade*, ou de forma *não-extrema*, ou de forma *extrema* ou de forma *muito extrema*. Se uma fala não tem intensidade, significa que não há uma posição sobre o assunto ou a posição é balanceada, ou seja, a fala não está posicionada em um lado da disputa. Se uma fala tem intensidade não-extrema, o usuário está apenas apresentando sua posição. Se a fala é extrema, o usuário generaliza, estereotipa ou insulta o outro grupo. Se a fala é muito extrema, o usuário não tolera a coexistência com o outro grupo.

Figura 14: Resumo da variável *intensidade das posições* apresentada no Capítulo 3

Os resultados mostram que há diferença entre os anos nessa variável. No gráfico a seguir é possível observar a variação. O ano de 2012 é quando há mais discursos *muito extremos*. Depois, em 2013, 2014, e 2015, há menos discursos *extremos*. Os discursos *extremos* voltam à frequência alta em 2016, 2017 e 2018 - sendo que em 2017 é quando há a maior proporção de discursos *extremos*. É preciso reforçar, ainda, que em 2013 há a maior proporção de discursos sem intensidade (sem posição sobre o aborto ou com posição balanceada). No gráfico é possível visualizar uma espécie de curva, mostrando que as transformações (aumentando ou diminuindo a intensidade) nos discursos se dão gradualmente a cada ano.

Figura 15: Intensidade das posições nos comentários mais relevantes de cada ano (2012 a 2019)



4.1.3. Reciprocidade (atitude)

Defendo nessa tese que reciprocidade é também uma atitude expressa na forma como nos dirigimos ao(s) outro(s) ao respondê-los (Capítulo 1). Para apreender essa atitude, é possível classificar cada fala como ou uma *recusa de reciprocidade*, ou um *monólogo*, ou uma *resposta simples* ou uma *resposta significativa* (Capítulo 3). No caso da recusa, o usuário se recusa a ler, a responder, a ouvir, a prestar atenção, a conversar a dialogar. No caso do monólogo, o usuário não se engaja com ninguém e fala sozinho. No caso da resposta simples, o usuário responde de maneira simples, discordando ou concordando com algum ponto. No caso da resposta significativa, o usuário demonstra estar direcionado para o outro; ele faz perguntas, ou requisita mais informações, ou requisita opiniões, ou resume pontos colocados anteriormente mostrando escuta ativa, ou aborda falas e argumentos específicos colocados anteriormente.

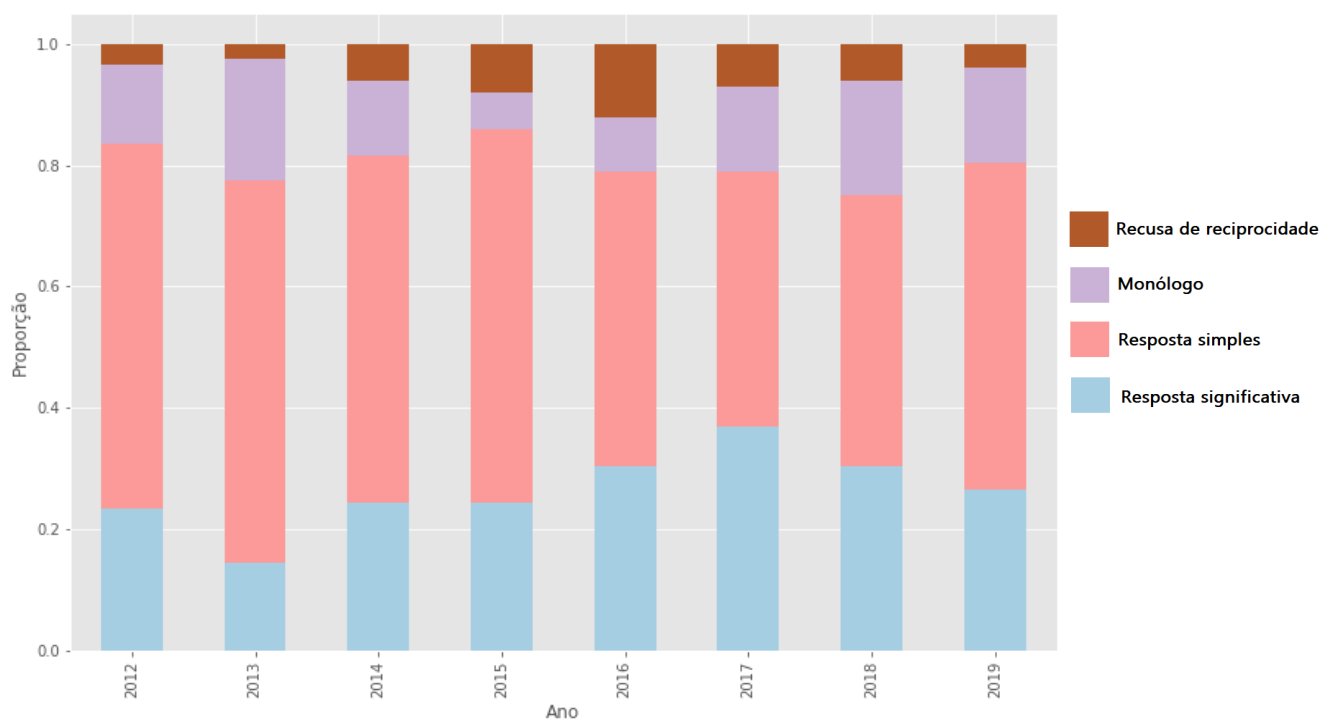
Figura 16: Resumo da variável *reciprocidade na atitude* apresentada no Capítulo 3



Os resultados mostram que as variações ao longo dos anos nessa variável correspondem em grande parte às variações da *intensidade da posição* (4.1.1). Nos anos 2015, 2016 e 2017 é quando há mais *recusa de reciprocidade*, correspondendo portanto parcialmente aos anos com discursos mais extremos. A diferença é que a recusa aparece “primeiro”: 2015 é um ano com uma proporção relativamente alta de *recusas de reciprocidade*, mas não em intensidade dos discursos, que apresenta índice elevado a partir de 2016. Um outro fato importante, e nesse caso contra intuitivo, é que as *respostas significativas* aparecem com grande proporção nos mesmos anos em que há mais intensidade e mais recusa de reciprocidade. Ou seja: nos anos com

discursos mais polarizados, há tanto mais negação de reciprocidade (recusa da conversa) quando uma reciprocidade mais elaborada (resposta significativa).

Figura 17: Reciprocidade (atitude) nos comentários mais relevantes de cada ano (2012 a 2019)



4.1.4. Reciprocidade (discursos)

Defendo nessa tese que a reciprocidade pode ser também observada através das dinâmicas de movimentação dos discursos (Capítulo 1), apreendidas aqui através da ideia de enquadramentos (Capítulo 3). Os resultados mostram que os dois lados do debate (a favor e contra a legalização do aborto) transformaram os enquadramentos mais relevantes ao longo dos anos, mas não necessariamente no sentido de mais reciprocidade. O lado a favor da legalização transformou as definições de problema em relação ao ator da seguinte forma:

Figura 18: Definições de problema (ator) nos comentários a favor da legalização mais relevantes em cada ano (2012 a 2019)

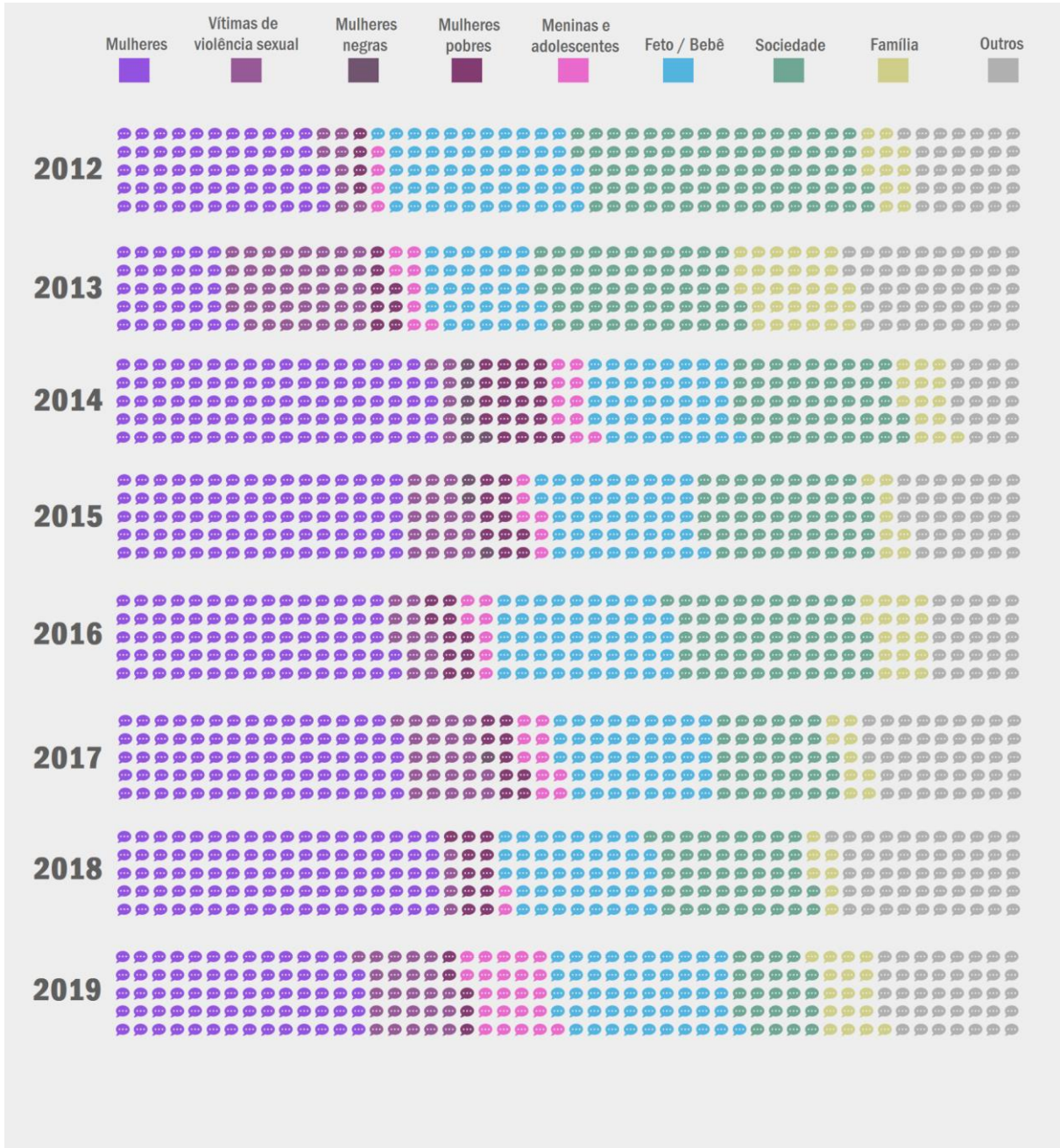


Tabela 02: Ano x Definições de Problema (ator) utilizadas (%) - lado a favor da legalização; maiores valores de cada ator destacados

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Mulheres	23,3	12,5	35,5	32,1	30,8	31,5	35,8	27,7
Vítimas de violência sexual	3,3	15,6	2,4	7,0	4,5	9,2	1,8	9,6
Mulheres negras	0	0	2,4	1,3	0	0,4	0	0
Mulheres pobres	1,7	3,1	8,1	4,5	4,0	3,7	4,4	1,9
Meninas e adolescentes	1,7	3,1	4,0	2,6	2,7	4,0	0,9	9,0
Fetos / bebês	21,7	12,5	16,1	17,3	19,7	17,2	16,8	19,9
Sociedade	31,7	21,9	18,5	19,2	21,4	13,2	17,3	9,0
Família	5,0	12,5	5,7	3,2	6,7	3,7	2,7	6,6
Outros	11,7	18,8	7,2	12,8	10,3	17,2	20,4	16,3

Além da definição típica (*mulher*), o lado favorável à legalização do aborto, no começo do período analisado, em 2012 e 2013 definia o problema em grande medida também em relação à *sociedade*, ao *feto*, e à *família*. De 2014 a 2018, as definições foram mais voltadas para questões concernentes às próprias mulheres (*mulheres*, *vítimas de violência sexual*, *mulheres negras*, *mulheres pobres*). Os anos em que houve mais definições de problema em relação às *mulheres* foram 2014 e 2018 (anos eleitorais). Já em 2019, há uma mudança e há maior definição em relação aos *fetos* e às *meninas/adolescentes*.

O lado a contra a legalização transformou as definições de problema em relação ao ator da seguinte forma:

Figura 19: Definições de problema (ator) nos comentários contra a legalização mais relevantes em cada ano (2012 a 2019)

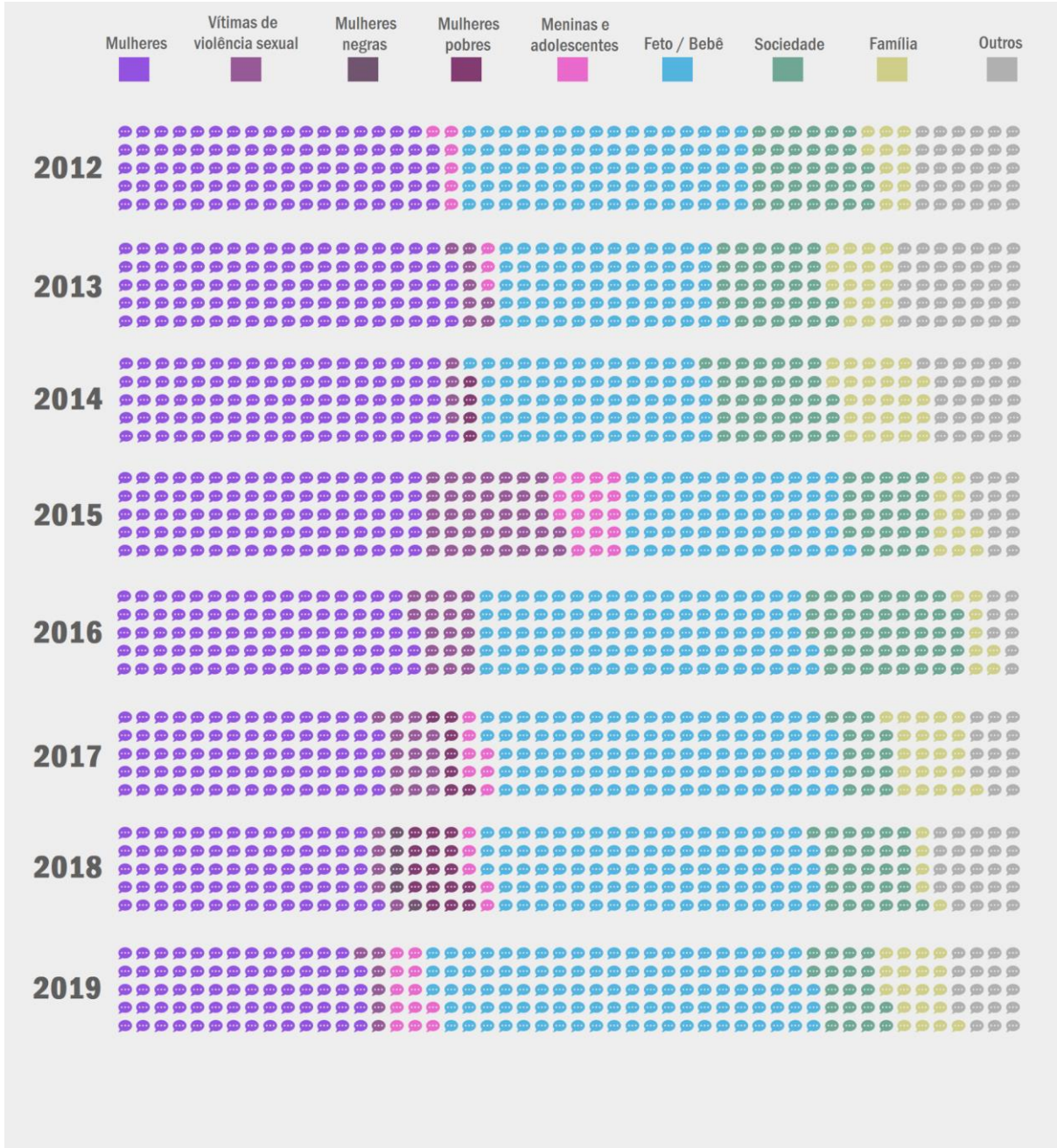


Tabela 03: Ano x Definições de Problema (ator) utilizadas (%) - lado contra a legalização;
maiores valores de cada ator destacados

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Mulheres	35,7	37,7	36,2	34,1	33,3	29,4	28,2	27,5
Vítimas de violência sexual	0	3,1	1,7	14,6	6,7	5,8	2,2	2,5
Mulheres negras	0	0	0	0	0	0	2,2	0
Mulheres pobres	0	0	1,7	0	0	2,9	6,5	0
Meninas e adolescentes	2,4	1,0	0	7,3	0	2,9	2,2	5,0
Fetos / bebês	32,1	24,5	25,8	24,4	36,7	38,2	36,9	42,5
Sociedade	13,1	12,2	13,8	9,7	16,7	5,8	10,9	7,5
Família	4,8	7,1	10,3	4,9	3,3	8,8	2,2	7,5
Outros	11,9	14,3	10,3	4,9	3,3	5,8	8,7	7,5

O primeiro aspecto a se destacar após a exposição dos atores enquadrados é que não há uma grande diferença entre os dois lados nesse aspecto. O lado contra a legalização do aborto, por exemplo, define o problema amplamente em relação às *mulheres*, em alguns anos até com mais frequência que o lado a favor da legalização. A principal diferença entre os lados é que o lado contra a legalização enquadra o problema mais vezes em relação ao *feto* do que o lado a favor, enquanto o lado a favor enquadra mais vezes em relação a *vítimas de estupro*, *mulheres negras*, *mulheres pobres* e *meninas/adolescentes*. Uma demonstração de reciprocidade discursiva ocorre quando, no passar dos anos, os comentários contra a legalização passam a enquadrar também (embora com baixa frequência) esses atores, como em 2015 quando há uma ocorrência relevante do ator *vítimas de violência sexual*, e em 2018 quando há uma ocorrência relevante do ator *mulheres pobres*. Essas transformações, no entanto, não se sustentam em muitos anos e parecem ser contextuais.

No caso dos tópicos, há mais discrepância entre os lados. Enquanto o lado a favor da legalização usa em grande medida o enquadramento da *autonomia*, o lado contra usa o *valor*

Tabela 04: Ano x Definições de Problema (tópico) utilizadas (%) - lado a favor da legalização; maiores valores de cada tópico destacados

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Autonomia	16,3	16,7	22,9	18,9	16,1	16,1	14,0	19,7
Valor da Vida	17,3	3,3	11,4	14,4	14,3	14,2	10,9	9,8
Danos físicos ou psicológicos	12,5	16,7	15,5	11,3	16,2	17,3	16,3	23,3
Planejamento da gravidez	1,0	20,0	10,0	4,1	4,5	4,2	9,5	1,5
Crenças religiosas	23,1	0	6,4	13,5	7,2	7,3	7,5	11,4
Normas jurídicas	11,5	13,3	13,2	17,1	14,6	14,5	15,7	10,4
Ciência	3,9	0	3,7	1,3	1,8	3,0	5,8	5,2
Saúde Pública	0,0	3,3	4,6	4,0	6,6	4,5	4,4	4,1
Desigualdade social	7,7	6,7	11,0	12,2	13,7	15,5	13,6	11,4
Outros	6,8	20,0	1,4	3,2	5,1	3,3	2,3	3,1

Os discursos a favor da legalização mantêm uma frequência padrão entre 16 e 20% definindo o problema em relação à *autonomia*. Em 2012, há alto nível de definição em relação ao *valor da vida*, uma definição típica do lado oposto, assim como as *crenças religiosas*. Nesse ano, essas suas definições chegam a alcançar um valor maior que a própria *autonomia*, a *desigualdade social*, a *saúde pública* e os *danos físicos e psicológicos*, definições que a princípio poderia se pensar mais relevantes para esse lado (e de fato o são em outros anos). Em 2013, há um movimento similar a esse: o alto índice do tópico *prevenção da gravidez*, um tópico caracteristicamente colocado pelo lado contra a legalização. De 2014 a 2019 os tópicos mais relevantes são aqueles típicos desse lado da discussão, como a *desigualdade social* (pico em 2017), a *saúde pública* (pico em 2016), e as *normas jurídicas* (pico em 2015 e 2018).

O lado contra a legalização define o problema (tópico) da seguinte forma:

Tabela 05: Ano x Definições de Problema (tópico) utilizadas (%) - lado contra a legalização; maiores valores de cada tópico destacados

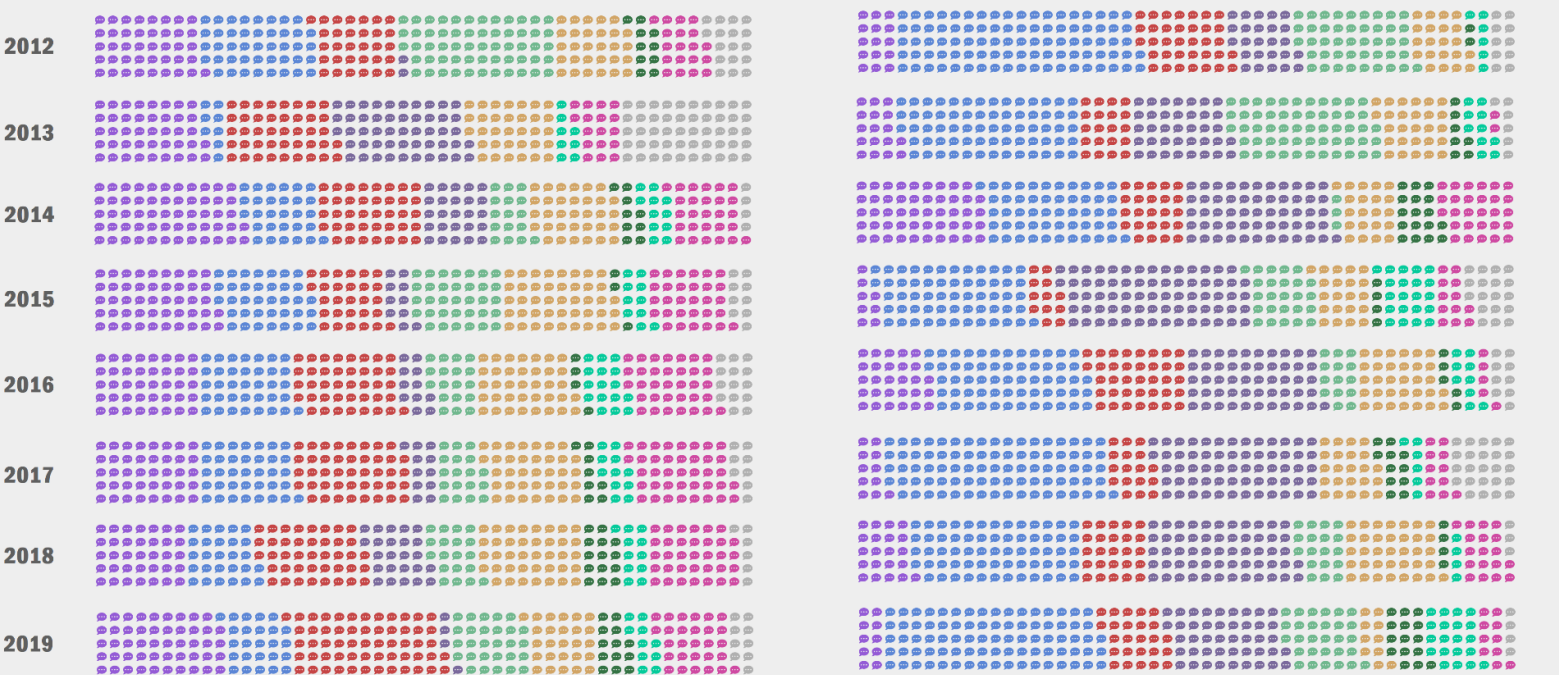
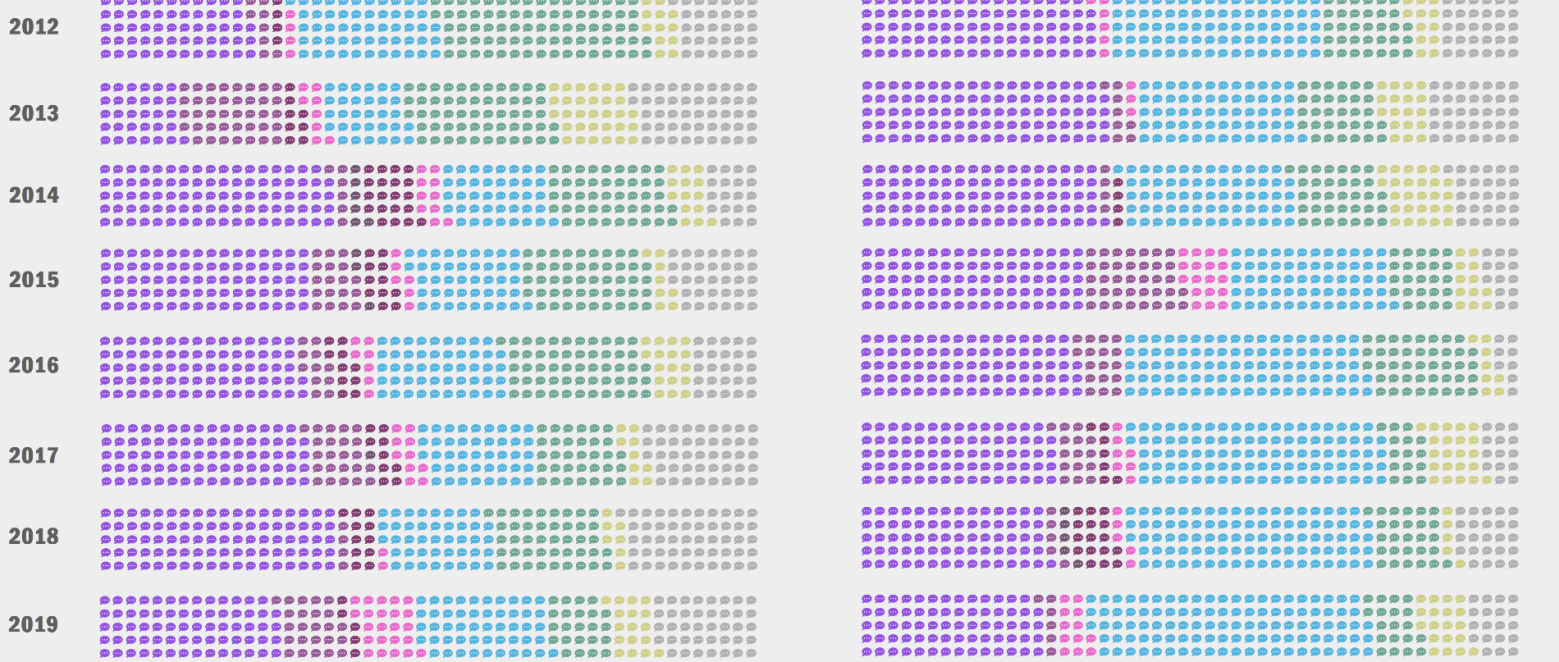
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Autonomia	6,2	6,7	19,4	3,3	11,1	4,5	8,6	3,9
Valor da Vida	36,9	27,0	20,9	23,3	24,1	34,1	25,7	33,3
Danos físicos ou psicológicos	13,8	8,1	9,8	5,0	14,8	6,8	10,0	9,8
Planejamento da gravidez	10,0	14,9	22,2	28,3	20,4	25,0	22,9	17,7
Crenças religiosas	17,7	22,3	1,4	10,0	5,5	0,0	7,2	11,8
Normas jurídicas	8,5	10,9	8,3	8,3	13,0	9,1	14,3	3,9
Ciência	0,8	2,8	6,9	1,7	1,9	4,5	1,4	5,9
Saúde Pública	2,3	4,1	0,0	8,3	3,7	2,3	1,4	7,8
Desigualdade social	0,0	0,7	11,1	5,0	1,9	4,5	7,2	3,9
Outros	3,9	2,8	0,0	6,7	3,7	9,0	1,4	1,9

Os anos em que o lado contra a legalização busca utilizar definições de problema típicas do lado oposto são 2014 (*autonomia e desigualdade social*), e 2015 (*saúde pública*). Mas de forma geral, os tópicos utilizados pelo lado contra a legalização são mais totalizantes em seus próprios lados (ao contrário dos resultados mostrados no caso dos atores, onde o lado contra a legalização busca definir o problema de forma mais recíproca). Cabe destacar o caso das *crenças religiosas*, que são fortes em 2012 e 2013 e caem drasticamente entre 2014 e 2017, retornando em 2018 e especialmente 2019.

Figura 22: Resumo comparativo das definições de problema nos dois lados (2012 a 2019)

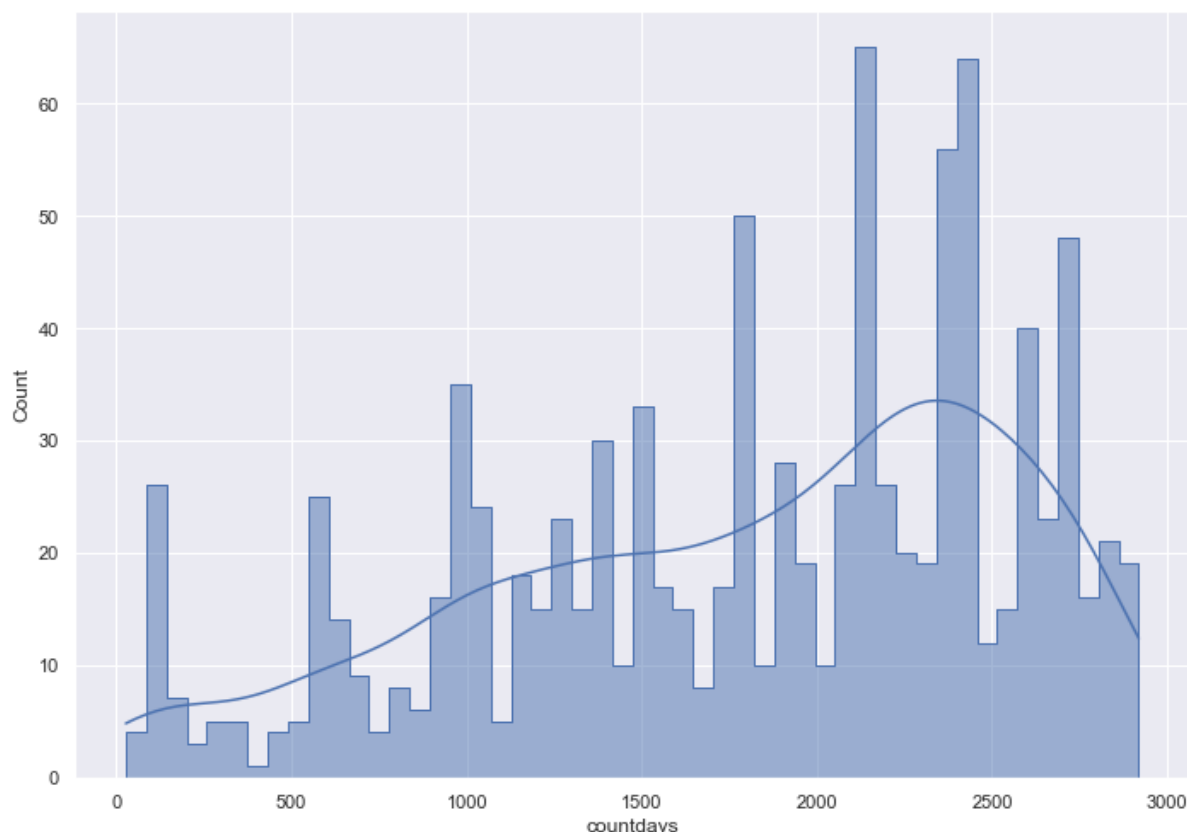
A favor da legalização

Contra a legalização



4.2. Os eventos de 2012 a 2019

Para compreender os resultados apresentados na última seção, é preciso localizar a situação político-comunicacional em que os comentários em cada ano foram feitos. É difícil estabelecer relações entre conjuntura e posicionamentos sobre um tema específico, mas alguns episódios/acontecimentos ajudam a lançar luz sobre as variações de reciprocidade e discursos polarizados ao longo dos anos. Não faço uma associação direta entre os acontecimentos e os resultados, mas destrincho os acontecimentos para que os resultados possam ser compreendidos em seus contextos. Para extrair os principais acontecimentos sobre o aborto no período estudado, observei a distribuição dos *posts* ao longo dos anos. Os 994 *posts* feitos nas seis páginas estudadas de janeiro de 2012 a dezembro de 2019 foram agregados, e diferentes histogramas foram testados para identificar os períodos temporais de picos de produção de posts. O histograma com melhor comportamento e portanto escolhido foi o com 50 *bins*. Abaixo é possível visualizá-lo. Para transformação da data em variável numérica, foi calculada a diferença no número de dias em relação à primeira data possível da coleta (01 de Janeiro de 2012). Os *bins* onde há maior concentração de posts foram destacados e os respectivos acontecimentos são descritos após o gráfico, bem como a situação ampliada de polarização política do país naquele dado momento.

Figura 23: Distribuição dos *posts* de 01 de Janeiro de 2012 a 31 de Dezembro de 2019

4.2.1. Abril e Maio de 2012

Em 2012 há alta proporção de comentários *muito extremos*. A reciprocidade (*atitude*) não é particularmente ruim nem boa: há relativamente poucos casos de *recusa* e *respostas significativas*, e há relativamente mais *monólogos* e *respostas simples* em relação a outros anos. Nesse ano, o lado a favor da legalização buscava definir o problema em relação ao *feto* (ator tipicamente abordado pelo lado contra), e à *sociedade*; e ao *valor da vida* e às *crenças religiosas* (tópicos tipicamente abordados pelo lado contra) demonstrando, portanto, uma busca por reciprocidade discursiva. Esses também foram os tópicos mais relevantes em 2012 para o lado contra a legalização, demonstrando que, nesse ano, os dois lados estavam conversando sob definições similares, definições essas típicas do lado contra a legalização. O que acontecia nesse ano?

Em 2012, Dilma Rousseff estava em seu segundo ano do primeiro mandato. Ainda era marcante a questão do aborto para o governo, já que este foi tema central nas eleições de 2010. Nas eleições de 2010, Dilma escreveu uma carta garantindo não avançar na legalização para acalmar os grupos conservadores que se opunham a ela. Na carta, Dilma se colocou

“pessoalmente contra o aborto” e prometeu “não propor alterações de pontos que tratem da legislação do aborto”. Essa carta, embora tenha sido parte do acordo situacional com grupos conservadores, não acalmou a oposição conservadora - fato que ficou evidente nos anos seguintes.

Em abril e maio de 2012, o acontecimento prioritário sobre o aborto foi a votação e aprovação da ADPF nº 54 no Supremo Tribunal Federal. A ADPF resolve que “mostra-se inconstitucional interpretação da interrupção da gravidez de feto anencéfalo ser conduta tipificada nos artigos 124, 126 e 128, incisos I e II, do Código Penal”. Dessa forma, por decisão do STF cria-se a jurisprudência de inimizabilidade do aborto no caso de feto anencéfalo. Durante os meses de abril e maio, diversas matérias mostravam atualizações da votação, opiniões de especialistas, políticos e cidadãos sobre o tema. Algumas matérias do período são: “Supremo retoma julgamento sobre aborto de feto sem cérebro. Votação parou com 5 votos pela não criminalização” (R7), “Interrupção de gravidez de anencéfalo 'não é aborto', diz entidade” (G1). As páginas ativistas também produziram posts sobre o tema. A aprovação gerou um sentimento de revolta entre os conservadores contra as Instituições do Estado. Interessantemente, nos anos seguintes, vimos uma forte oposição ao STF por parte desses grupos, inclusive associando o STF aos grupos partidários de esquerda (e a própria Dilma).

A situação política explica o alto índice de comentários *muito extremos*. Mas não havia ali (ainda) uma deterioração da atitude recíproca (há um baixo índice de *recusa de reciprocidade*), embora as atitudes não fossem especialmente boas naquele ano (também baixo índice de *respostas significativas*). Embora fosse o ano de um avanço na legalização, a conversação se deu mais nos termos dos contrários à decisão do STF, mostrando que os defensores da legalização buscavam responder ao intenso ativismo conservador contra a decisão.

4.2.2. Julho e Agosto de 2013

Nesse ano há o menor índice entre todos os oito anos de discursos *extremos* e *muito extremos*, mostrando baixa polarização das posições no sentido interacional. É também o ano com menor índice de *recusa de reciprocidade*, ao mesmo tempo em que é também o ano com menor índice de *respostas significativas* - interessante, essas duas atitudes opostas parecem crescer juntas e diminuir juntas. É o ano com maior índice de *monólogos*. O lado a favor da legalização continua definindo o problema em relação a atores típicos do lado oposto - em 2013, esse lado definiu o problema igualmente em relação à *família* e às *mulheres*. Cabe destacar uma exceção: há uma alta incidência do ator *vítimas de violência sexual*, pelo seguinte

motivo: em julho e agosto de 2013 houve uma intensa movimentação dos grupos contrários à legalização do aborto especificamente abordando o Projeto de Lei da Câmara n° 3 /2013, que “dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual”, do qual se originou a Lei nº 12.845 de 01/08/2013. Esses grupos alegavam que o projeto poderia incentivar o aborto, já que ele prevê a explicação do direito ao aborto legal no atendimento de vítimas de violência sexual no sistema de saúde. Como parte intensa da argumentação contra o projeto estava a definição do tópico *crenças religiosas* (maior incidência desse tópico durante os anos). Já os comentários a favor da legalização defendiam as *vítimas de violência sexual*, apontando que o projeto causaria danos a elas e aos seus direitos.

A campanha dos grupos contrários à legalização (e ao projeto) associavam o então Governo à defesa do aborto, como pode ser visto em um exemplo de *post* compartilhado pela página Papa Francisco - Amigos e Amigas:

Figura 24: Imagem compartilhada pela página Papa Francisco - Amigos e Amigas em 2013



A situação político-comunicacional daquele momento favorecia o discurso contra o governo: aconteciam as manifestações de Junho de 2013, quando Dilma sofreu uma abrupta queda de popularidade, e diferentes grupos de diferentes ideologias passaram a se organizar mais intensamente. Estudos empíricos e ensaios conjunturais têm apontado que as manifestações de Junho de 2013 são um marco nos conflitos políticos no Brasil contemporâneo. Os protestos produziram um “abalo profundo não apenas na sociedade brasileira”, mas também nos estudos sobre o Brasil, onde “a própria ideia de consolidação da democracia [brasileira] passou a ser problematizada” (Kunrath Silva, 2018, p. 91). No que se refere à polarização, embora as manifestações fossem diversas ideologicamente, “as diferenças ideológicas rapidamente começaram a transparecer, até o movimento implodir, rachando a massa de pessoas em dois rumos de militância com caminhos totalmente opostos” (Brugnago & Chaia, 2015, p. 102). Desde 2013, “o Brasil entrou em um processo crescente de polarização pernicioso” (Vrydagh & Jiménez-Martínez, 2020, p. 459).

As manifestações em larga escala tiraram de outros temas a atenção pública: esse parece ser o caso do aborto durante o ano de 2013. Esse é o ano em que há mais proferimentos sem posição, o que indica que mesmo nos posts sobre o aborto, os usuários estavam discutindo outros temas. É o ano menos polarizado em todo o tempo analisado, mas é também nesse mesmo ano que ocorrem modificações profundas na sociedade brasileira. Essas modificações impactaram posteriormente a discussão do aborto, como o caso do ressurgimento de uma direita conservadora na cena pública - fatos que são importantes para entender os resultados obtidos nessa pesquisa durante os anos seguintes. 2013 tem a menor polarização, mas é a partir dali que se vê um aumento gradativo tanto dos discursos polarizantes quanto das recusas de reciprocidade, que tem pico em 2016 e 2017. Por ter impactado a longo prazo o debate brasileiro sobre o aborto, é importante ressaltar alguns pontos dos acontecimentos de 2013.

Em 2013, o Partido dos Trabalhadores completava 11 anos na Presidência da República - Lula havia sido Presidente por dois mandatos (2002-2006 e 2006-2010) e Dilma Rousseff estava no terceiro ano do seu primeiro mandato (2010-2014). Nos dois primeiros anos Dilma manteve estabilidade, mas em 2013 e 2014 o cenário mudou. O índice de aprovação de Dilma nesse período não chegou a níveis catastróficos como chegaria à época do Impeachment no segundo mandato (2014 - 2016). Mas, ainda assim, Dilma sofreu com quedas de popularidade importantes, especialmente se comparado a sua própria aprovação no começo do mandato (Dilma ultrapassou o recorde de aprovação em um primeiro ano de mandato) e à altíssima aprovação que Lula deixou o poder (Lula tinha 87% de popularidade em seu último ano de mandato, em 2010). Alguns meses antes das manifestações de Junho de 2013 em si, algumas

condições políticas e econômicas já começavam a ser menos favoráveis ao governo, como: a alta na inflação; a escolha pela baixa nos juros que levou à depreciação cambial irritando os setores financeiro e rentista (Bresser-Pereira, 2016; Yörük & Comin, 2020); a insatisfação popular com os gastos na realização e preparação do país para sediar a Copa das Confederações e a Copa do Mundo (que ocorreram em 2013 e 2014); e a influência no ânimo da juventude devido do ciclo de protestos internacional que ocorria desde 2008, incluindo a Primavera Árabe e o Occupy (Alonso & Mische, 2016).

As manifestações de Junho de 2013 começaram com protestos localizados em São Paulo, organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL), contra um aumento no valor da tarifa do transporte coletivo na cidade. No entanto, com a repressão policial contra tais protestos e a repercussão midiática dessa repressão, esses protestos passaram para uma nova fase (Singer, 2013; Gohn, 2014; Abreu & Allegretti, 2016; Alonso & Mische, 2016; Kunrath Silva, 2018). Primeiro, houve uma difusão dos protestos em algumas cidades em resposta à repressão sofrida pelos paulistas, já com algumas pautas mais gerais do que o aumento da tarifa em São Paulo. “Quando o ‘povo’ viu, na TV e jornais, jovens sendo espancados por lutarem por bandeiras que eram também suas, como a mobilidade urbana, ele também saiu às ruas” (Gohn, 2014, p. 431). Depois, houve um crescimento ainda maior dos atos, tanto em número de cidades quanto em quantidade e variedade do público manifestante. “A manifestação, como *movimento*, se diluía na *multidão*, num sentido mais amplo” (Scherer-Warren, 2014, p. 419). Nesse momento as pautas se tornaram ainda mais amplas e até mesmo vagas, com alto teor de insatisfação geral com os representantes e o sistema político.

Com a adesão de multidões às manifestações, as demandas ampliaram-se mais ainda, e o alvo passou a ser “contra tudo”, além da denúncia sobre a violência da polícia. Os slogans dos cartazes, a maioria deles escritos à mão, rudimentares, são emblemáticos para ilustrar essa questão: “Nossos sonhos valem mais que 0,20”; “Democracia já”, “Desculpem o transtorno, mas estamos construindo outro Brasil”, ou “Desculpem o transtorno, estamos mudando o país”, “A Juventude acordou”, “O povo não deve temer o governo, o governo deve temer o povo”, “O Gigante acordou”, “Ou para a roubalheira, ou paramos o Brasil” (Gohn, 2014, p. 433)

As manifestações embora tenham começado a partir de movimentos de esquerda, passaram a ter um teor ideológico impreciso. Uma pesquisa do Datafolha¹⁵ realizada em uma das maiores manifestações em São Paulo, no dia 20 de Junho de 2013, mostrou a posição dos manifestantes em dois espectros: liberal-conservador e esquerda-direita. No espectro liberal-

15

<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1299467-liberais-sao-maioria-e-esquerda-se-sobrepo-e-a-direita-entre-manifestantes.shtml>

conservador, 32% eram extremo-liberais¹⁶, 29% liberais, 17% medianos, 20% conservadores e 2% extremo-conservadores. No espectro esquerda-direita, 22% eram de esquerda, 14% centro-esquerda, 31% de centro, 11% centro-direita e 10% direita. Embora os manifestantes naquele momento fossem mais liberais e mais à esquerda que a população de São Paulo como um todo, a diferença não era massiva - ou seja, havia boa variedade ideológica. A difusão ideológica não se refletiu apenas nas posições expressas, mas também nas demandas e reivindicações - “os atos tinham uma lógica de individualização das pautas que colocava lado a lado a defesa pelo direito das minorias e apelos pela militarização” (Alves, 2019, p. 37). Ou, nas palavras de Singer (2013, p. 32), “os acontecimentos de junho foram tão multifacetados no plano das propostas que não espanta haja todo tipo de imputação ao seu sentido ideológico: desde o ecossocialismo até impulsos fascistas, passando por diversas gradações de reformismo e liberalismo”.

A diferença entre os manifestantes foi explicada através de chaves distintas por diferentes autores. Através da chave direita-esquerda, Alves (2019, p. 36) mostra que no *Facebook*, a principal rede de articulação e divulgação dos atos, as páginas de direita e esquerda disputaram a visibilidade sobre os protestos, com uma “menor atenção dos grupos de centro, uma tendência de polarização que aumentaria nos próximos anos” (Alves, 2019, p. 36). Scherer-Warren (2014, p. 419) destaca que haviam grupos ancorados em tradições conservadoras e elitistas (como o grupo de médicos contrários ao Programa Mais Médicos), em contradição a grupos ancorados em tradições progressistas, como o Movimento Passe Livre. Scherer-Warren (2014, p. 419-420) destaca que também havia diferença na forma de atuação, havendo grupos favoráveis a expressões mais simbólicas e outros favoráveis a ações diretas. Kunrath Silva (2018) divide os manifestantes em progressistas (“atores que apoiam/defendem causas de segmentos subalternizados da sociedade brasileira que confrontam relações de desigualdade”) e conservadores (“atores que apoiam/defendem causas de segmentos dominantes da sociedade brasileira que reproduzem relações de desigualdade”).

Cabe destacar uma das chaves explicativas de Alonso & Mische (2016) para a diferença entre os manifestantes - para os autores, haviam três repertórios políticos em jogo: socialista, autonomista e patriota. No repertório socialista estão as críticas “à exploração capitalista, à desigualdade social e à exclusão de classe” (idem, p. 8); o repertório autonomista “é marcado por uma preferência por formas de organização horizontais e uma rejeição ao objetivo de tomar o poder do Estado, buscando gerar fontes alternativas de poder fora do Estado” (idem, p. 8-9);

¹⁶ O órgão não especificou o significado da ideia de *extremo-liberal*. No entanto, meu objetivo ao trazer esses dados é apenas ilustrar a diversidade ideológica das manifestações.

e o repertório patriota, que invoca sentimento nacionalista, defendia a “construção de uma nação unificada, sem divisões ou faccionalismos políticos, expressa no grito *Nós não temos partidos, nós somos o Brasil*” (Alves, 2019, p. 37-38). Importante notar que tanto aqueles inspirados pelo repertório autonomista quanto aqueles pelo repertório patriota se colocavam firmemente contra a política institucional (Alonso & Mische, 2016), mesmo que de formas distintas. Não à toa, atores políticos vinculados a partidos e movimentos sociais tradicionais de esquerda, que podem ser colocados sob a influência do repertório socialista, chegaram a ser expulsos em alguns momentos das manifestações. “Observam-se alguns conflitos relacionados à presença de bandeiras de partidos de esquerda, que são objeto de vaias de indivíduos que portam símbolos nacionais ou regionais. Enquanto alguns grupos entoam cânticos anticapitalistas, outros grupos cantam o hino nacional” (Kunrath Silva, 2018, p. 90).

Nobre (2013) identifica esse sentimento negativo contra a política institucional como uma consequência do “*pemedebismo*”: uma “unidade forçada” no Congresso (envolvendo também a Presidência), colocada em prática especialmente após Collor, caracterizada pelo nome de Centrão, que nada mais é que um “acordo da governabilidade que blinda o sistema político”. Os 20 anos de 1993 a 2013 foram caracterizados por forçar essa unidade, e mesmo Lula que denunciava e se opunha ao “Centrão”, se aliou fortemente à ele enquanto esteve no poder. “Uma juventude que cresceu vendo uma política de acordos de bastidores, em que figuras políticas adversárias se acertam sempre em um grande e único condomínio de poder, não tem modelos em que basear uma posição própria, a não ser o da rejeição em bloco da política” (Nobre, 2013). Essa rejeição, no entanto, veio de formas distintas - ela não aparece da mesma forma entre os autonomistas, ou progressistas, e entre os patriotas, ou conservadores. Uma grande diferença entre os grupos é a relação com os Direitos Humanos e direitos das minorias - havia uma parcela dos manifestantes em Junho de 2013 que estava ali em favor desses direitos (Scherer-Warren, 2014), enquanto outra parcela, embora não estava ali demonstrando ser contra esses direitos, viria a se colocar em oposição a eles nos anos seguintes. Junho de 2013 foi parte de um processo de ruptura de aparentes consensos - tanto aqueles aparentes consensos que poderiam ser considerados ruins para a Democracia (como o Centrão *pemedebista*), como também com um aparente consenso positivo para a Democracia (o crescimento de direitos sociais voltados para minorias políticas e populações mais vulneráveis). Embora ambos os autonomistas e patriotas se colocassem contra a política institucional, eles em muito se desassemelhavam, e uma das suas principais divergências era a relação com os direitos de minorias políticas. Essa diferença se mostraria mais relevante e disruptiva nos anos

seguintes, quando os “rumos de militância” tomaram “dois caminhos diferentes” (Brugnago & Chaia, 2015, p. 102).

Há interpretações diferentes para o impacto de Junho de 2013 nos acontecimentos políticos seguintes no Brasil, que se relacionam a formas também diferentes de enxergar o que os protestos significaram, o motivo que levaram as pessoas às ruas e o que elas reivindicavam (Nobre, 2013). Há também diferenças na importância desses protestos - ou seja, se eles criaram determinados processos políticos (como a alta insatisfação com o petismo) ou são apenas uma de muitas expressões desses processos. Apesar dessas diferenças, é possível concluir que Junho de 2013 é um marco de uma “nova direita” e uma “nova esquerda” no Brasil. “Novas” não no sentido de que surgiram ali - uma direita que se caracteriza como nacionalista e conservadora, por exemplo, já existia há muito tempo no país (Barbosa, 2008). Mas novas no sentido das novas forças, movimentos, discursos e práticas políticas e comunicacionais que tomariam a cena pública nos próximos anos.

Junho de 2013 é crucial na reorganização das forças políticas do país (Avritzer, 2018; Kunrath Silva, 2018), especialmente na Sociedade Civil - o que viria a se manifestar no Centro do Sistema Político nas eleições de 2014, 2016 e 2018. Tatagiba (2018) aponta que “as direitas brasileiras souberam ler o ‘espírito de junho’ e renovaram o seu repertório de ação, até então restrito à lógica eleitoral e ao lobby, para incluir o confronto político” (p. 114). Já Kunrath Silva (2018) argumenta que grupos conservadores deliberadamente se apropriam dos protestos de 2013 para aglutinar forças - esses atores conservadores identificaram e aproveitaram “oportunidades constituídas pela ação confrontacional de atores que, em princípio, seriam seus adversários” (Kunrath Silva, 2018, p. 107). De qualquer forma, nos anos seguintes, “grupos que catalisaram os sentimentos nacionalistas à direita reduziram o discurso antissistêmico e elaboraram um projeto claro de entrada no bloco no poder” (Alves, 2019, p. 39).

Durante os protestos de Junho de 2013, já havia nas redes sociais online um clima de confronto e ataque à então presidente Dilma Rousseff, através, por exemplo, da presença das hashtags #ChupaDilma, #DilmaVaiada, #ForaPT e #GolpeComunista. Havia também uma parcela da população que permanecia apoiando Dilma, e apesar da difusão ideológica presente nas manifestações, os embates entre os apoiadores e os contrários ao governo petista também ocorriam em grande medida nos ambientes online. Recuero (2014), por exemplo, mostra como no dia em que Dilma se pronunciou à nação em meio aos protestos (21 de junho de 2013), houve uma disputa entre duas hashtags de destaque no Twitter: #TamoJuntoDilma vs. #CalaABocaDilma. “Foi o primeiro ensaio de uma polarização que tomou conta do país nos anos seguintes” (Santiago et al, 2018, p. 226).

Apesar desse intenso clima de embate relacionado à situação política brasileira, isso não se reflete imediatamente no debate sobre o aborto, como mostrado nos dados. Duas explicações existem para esse fato, as duas conectadas: o aborto não foi um tema central em 2013; e as transformações de 2013 impactaram de forma não-imediata o debate sobre o aborto. Esse impacto só surgiu nos anos seguintes, quando outros projetos de lei de maior alcance na cena pública passaram a ser discutidos. Em 2013, o assunto do aborto estava relativamente frio, já que demais acontecimentos (os protestos de Junho e a copa do mundo) tinham um destaque maior. Prova disso é que em 2013 há a maior proporção de comentários sem posição sobre o aborto de toda a série: outros assuntos estavam sendo discutidos mesmo nos *posts* sobre o aborto.

4.2.3. Setembro, Outubro e Novembro de 2014

Em 2014 há um leve aumento dos discursos *extremos e muito extremos* (a tendência de aumento se mantém até 2017). Observa-se um também leve aumento das *recusas* de reciprocidade, assim como de *respostas significativas* (reforço que as duas atitudes parecem crescer e diminuir simultaneamente), ocasionando a queda de *monólogos* e *respostas simples*. O foco do lado a favor da legalização parece ir para os atores típicos do seu próprio lado (ao contrário de 2012 e 2013). É o ano de mais ocorrência, para esse lado, dos atores *mulheres*, *mulheres pobres* e *mulheres negras*, e também do tópico *autonomia*. O lado contra a legalização passa a conversar através das mesmas definições (maior índice do ator *mulher* e do tópico *autonomia* também desse lado do debate). Interessantemente, também é o ano em que o lado contra a legalização define em maior medida o problema através do tópico *desigualdade social*.

Durante o mês de setembro de 2014, repercute em todo o Brasil o desaparecimento e em seguida o corpo encontrado de Jandira Magdalena dos Santos Cruz, uma mulher que recorreu a uma clínica clandestina de aborto e morreu durante o procedimento (exemplo de notícia: *Jovem desapareceu após ser levada para clínica clandestina* - G1). Os responsáveis pela clínica carbonizaram e mutilaram o corpo de Jandira para tentar ocultar o crime. A investigação desse caso aliado à repercussão nacional fez com que em outubro, no mês seguinte, uma série de ações da Polícia contra clínicas clandestinas também repercutisse (exemplo de notícia: *Quadrilhas envolvidas com abortos no Rio chegavam a lucrar R\$ 300 mil por mês* - R7). Ao mesmo tempo, em outubro acontecia a eleição presidencial de 2014, e em setembro e outubro matérias expressavam o posicionamento dos presidentiáveis em relação ao aborto (exemplo de notícia: *Eleições 2014: Marina Silva é contra aborto e redução da maioria penal* - R7;

Debate é marcado por polêmicas como corrupção na Petrobras, programas sociais, aborto, drogas e gays - R7).

As eleições de 2014 foram altamente conflituosas. No ano subsequente aos protestos de 2013, Dilma Rousseff foi reeleita com uma margem percentual muito pequena. Dilma e Aécio Neves (PSDB) disputaram um apertado segundo turno, o qual a petista venceu com uma diferença de 2,28% dos votos. Por um lado, continuava ali a já estabelecida oposição eleitoral entre PT e PSDB, tal como nas últimas eleições. Por outro lado, as eleições de 2014 foram mais agressivas. Após um período de estabilidade nas eleições presidenciais (“tivemos eleições sem contestação dos resultados em 1989, 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010”, Avritzer, 2018, p. 276), são instauradas dúvidas e questionamentos sobre a legitimidade do resultado que deu a vitória à Dilma. Aécio Neves e o PSDB não reconheceram a derrota e questionaram as eleições em discursos públicos e em recursos às Instituições ainda em 2014, como também em 2015 e até 2016 (Avritzer, 2018, p. 276). Nas palavras de Santiago et al (2018), “as eleições presidenciais de 2014 foram, provavelmente, as mais polarizadas e competitivas desde a transição para a democracia” (p. 230).

Além disso, na Sociedade Civil haviam mudanças importantes que anunciavam uma guinada à direita no país. Logo nos primeiros dias após as eleições, movimentos organizados da direita brasileira (Movimento Brasil Livre e Vem Pra Rua) “já organizam protestos usando palavras de ordem como ‘Fora PT’ e ‘Fora Corruptos’” (Santiago et al, 2018). Ainda em 2014, Alves (2019, p. 53 e 54) mostra que entre as páginas no Facebook mais compartilhadas estavam páginas de direita relativamente novas como Revoltados Online, Folha Política, Movimento Contra a Corrupção e Quero me Defender - algumas delas com muito mais compartilhamentos do que qualquer um dos veículos de mídia tradicional (Alves, 2019; 2021). Foram vários desses movimentos e também outros similares que encabeçaram as manifestações em 2015 e 2016 em favor do Impeachment de Dilma, que se concretizou em 2016.

Em novembro, logo após as eleições, as páginas a favor da legalização do aborto apoiavam a campanha #PrecisamosFalarSobreOAborto, enquanto as páginas contra aproveitavam a campanha para se colocar contra a legalização.

Figura 25: Post compartilhado pela página Quebrando o Tabu

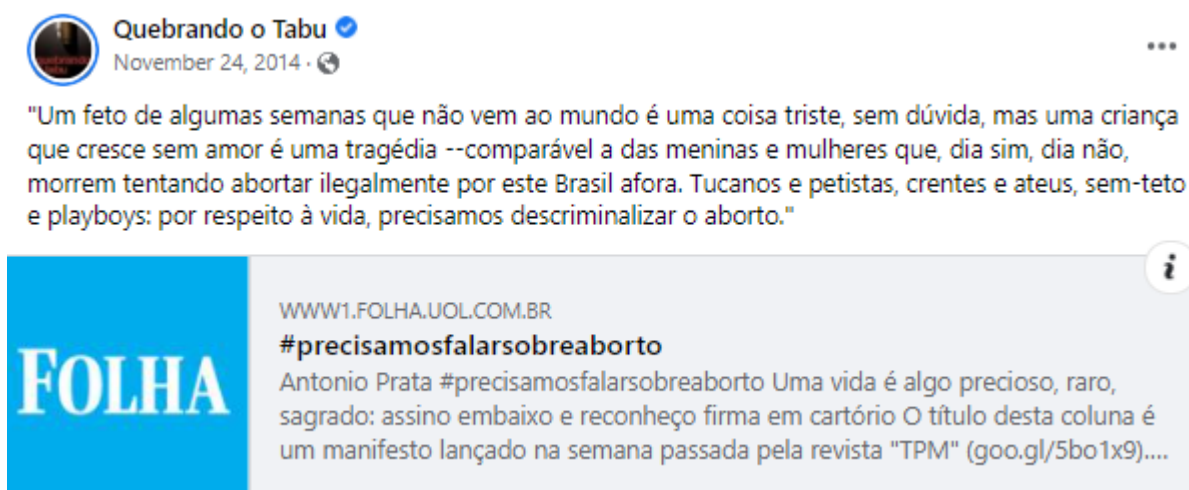


Figura 26: Post compartilhado pela página Papa Francisco - Amigos e Amigas



Apesar das conflituosas eleições, a direita brasileira ainda não havia refeito por completo sua transformação conservadora, que fica mais evidente nas eleições presidenciais de 2018 do que na de 2014. Em relação ao aborto, foi o lado a favor da legalização que ditou os enquadramentos nesse ano - foi também esse lado que criou a campanha #PrecisamosFalarSobreOAborto, amplamente respondida pelo lado contra (que passa a utilizar enquadramentos como *mulheres*, *autonomia* e *desigualdade social*). O debate começa a piorar (leve aumento das recusas e dos discursos extremos e muito extremos), mas ali era só o começo dessa piora, que atingiu o pico nos próximos anos.

4.2.4. Setembro e Outubro de 2015

Em outubro de 2015, o Projeto de Lei 5069/2013, que deixa a criminalização do aborto ainda mais rígida especialmente nos casos de estupro, é aprovado em Comissão na Câmara dos Deputados. Protestos ocorrem no país contra o PL. Exemplo de notícias: *Mulheres protestam contra projeto de lei de Eduardo Cunha em São Paulo* (G1), *Deborah Bresser: Pílula do dia seguinte não é aborto* (R7). Os grupos pró e contra a legalização se manifestaram intensamente nas redes e nas ruas sobre a questão.

Figura 27: Post compartilhado pela página Quebrando o Tabu



Figura 28: Post compartilhado pela página G1



As manifestações nas ruas geraram alta tensão entre os grupos pró e contra a legalização do aborto. Especialmente um episódio específico gerou especial repercussão: algumas pessoas da manifestação a favor da legalização (e contra o PL 5069) picharam uma Catedral durante os protestos em São Paulo.

Figura 29: Post compartilhado pela página G1



É também no final de 2015 que se intensificavam as manifestações em favor do Impeachment de Dilma. As manifestações significavam muito mais que um pedido de Impeachment - “o alvo dos desafiantes não era apenas o governo petista, mas a esquerda partidária e sindical e a cultura de esquerda de uma forma mais ampla” (Tatagiba, 2018, p. 115). A nova direita com centenas de milhares nas ruas retomava o orgulho de ser de direita no Brasil - orgulho que havia desaparecido em ampla escala desde a Ditadura Militar (Abreu e Allegretti, 2016).

Houve também manifestações contra o Impeachment, encabeçadas por movimentos sociais de esquerda já tradicionais no país, como a CUT e a UNE (Silva, 2015). As manifestações contra e a favor ocorriam, por vezes, no mesmo dia, fazendo com que um local de cada cidade fosse reservado para a manifestação à favor, e outro local para a manifestação contra. No dia da votação pelo início do processo de Impeachment na Câmara dos Deputados, foi montado um esquema não só em Brasília como em diversas cidades do país para manter os

dois grupos de manifestantes separados. O Impeachment de Dilma foi radicalmente distinto do Impeachment de Collor em 1992 - enquanto para Collor “havia um amplo consenso, entre organizações da sociedade civil, partidos políticos e opinião pública, de que era preciso aprovar o impeachment” (Santiago et al, 2018, p. 225), no caso de Dilma, havia uma divisão do país “entre ‘coxinhas’, apoiadores do impeachment, e ‘mortadelas’, defensores da permanência da presidente no cargo” (Santiago et al, 2018, p. 225). Os dois grupos viram o processo de maneiras radicalmente distintas. Enquanto para um lado “o impeachment foi legal e as instituições democráticas cumpriram seu papel”, para o outro “foi nada menos do que um golpe, ou um golpe parlamentar” (Santiago et al, 2018, p. 225).

Embora sempre houvesse tido tensão política e discordâncias políticas, o clima de polarização no Brasil passava a ser diferente ali. “Dicotomias entre ‘esquerda’ e ‘direita’ foram substituídas por uma percepção crescente de polarização perniciososa” (Vrydagh & Jiménez-Martinez, 2020, p. 457). Os anos de embate entre PSDB e PT desde o início da década de 90 sem dúvidas se encaixam no que os autores do campo da polarização chamam de princípio da bimodalidade. “Até 2014, essa organização dual da política não parecia trazer maiores riscos à democracia” (Braga, 2020, p. 32). É a polarização afetiva a primeira que se destaca nas eleições de 2014 e nas manifestações contra e pró Impeachment em 2015 e 2016. Em uma pesquisa sobre as disputas discursivas no Twitter envolvendo o Impeachment de Dilma, Santiago et al (2018) mostram que além das distinções importantes na maneira como o problema era compreendido e interpretado por cada um dos lados (golpe ou impeachment), os grupos opostos também usavam ironia e sarcasmo de maneira pejorativa e destrutiva para o debate. De um lado, “a ironia foi utilizada como estratégia de retórica daqueles que buscavam deslegitimar o argumento do golpe”. Do outro lado, os atores contrários ao Impeachment passaram a ser mais agressivos e irônicos com o decorrer do processo, demonstrando uma “deterioração dos debates e o esgotamento de alguns dos conflitos” discursivos (p. 246-247).

Os resultados aqui expostos corroboram esse fenômeno. Há novamente um aumento dos discursos *extremos* e *muito extremos*, assim como um aumento das *recusas de reciprocidade*. O debate sobre a PEC 5069 faz com que *normas jurídicas* sejam um tópico de destaque para o lado a favor da legalização, enquanto no lado contra é o *planejamento da gravidez*: mostra-se aí a diferença de percepção sobre o próprio projeto. Enquanto quem defende a legalização (e portanto se coloca contra o projeto que pretendia criminalizá-la de forma ainda mais rígida) colocava a questão em termos dos direitos das mulheres e vítimas de violência sexual, do lado oposto a discussão era sobre como a prevenção, a responsabilidade e o planejamento da gravidez deveriam acontecer para que o aborto não seja necessário (“as mulheres deveriam ter

responsabilidade e cuidado antes de engravidar”). O debate não está totalmente separado no sentido discursivo: o lado contra também discutiu o projeto em termos de *saúde pública*, um importante tópico para o lado a favor da legalização.

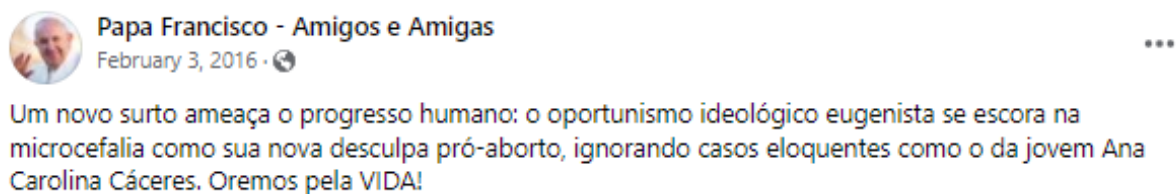
4.2.5. Janeiro, Fevereiro e Março de 2016

Um acontecimento inesperado surge no país gerando um debate específico sobre o aborto: o zika vírus. Há grande repercussão sobre os casos de microcefalia em fetos de gestantes infectadas pelo zika vírus. Diversas entidades e especialistas defendem o direito ao aborto nesses casos, enquanto outros lutam pela permanência da proibição/punição do abortamento. Notícias do período são, por exemplo: *Ex-ministro da Saúde apoiará pedido de aborto legal por microcefalia no STF* (G1), *‘Sou feliz porque minha mãe não optou pelo aborto’: Ana Carolina, de 24 anos, foi desacreditada pelos médicos quando nasceu com microcefalia* (G1), *Especialistas falam sobre aborto em caso de microcefalia* (R7). Novas questões ganham notoriedade no debate, como o abandono paterno (no lado pró legalização) e a eugenia (no lado contra a legalização).

Figura 30: Post compartilhado pela página TODAS Fridas



Figura 31: Post compartilhado pela página Papa Francisco - Amigos e Amigas



O debate sobre essa situação explica o aumento do tópico *desigualdade social* para o lado a favor da legalização e *normas jurídicas* para o lado contra (repercutia qual ação o STF tomaria diante dos casos).

4.2.6. Novembro e Dezembro de 2016

Os discursos *extremos* e *muito extremos* continuam a aumentar em 2016, e há nesse ano o pico de *recusas de reciprocidade* em todo o período analisado. Ao mesmo tempo, as *respostas significativas* também crescem. O *bin* formado pelos meses de novembro e dezembro de 2016 é um dos maiores de todo o histograma. Trata-se, portanto, do período com uma das maiores concentrações de *posts* em todo o período. Curiosamente, ao contrário dos outros picos de posts, nesse caso não há um assunto majoritário em voga. Também não é o caso de uma única página ou um único lado passarem a publicar mais em uma campanha específica. Há um equilíbrio entre posts dos dois lados e de mídia. O assunto estava mais efervescente na esfera pública acompanhado de diferentes acontecimentos: o Papa declarou que os padres poderiam perdoar mulheres que abortaram, o STF julgava mais um processo sobre o aborto (dessa vez para criar jurisprudência para não-criminalização de qualquer aborto até o terceiro mês de gestação), diferentes especialistas e ativistas dos dois lados se movimentavam mais intensamente (a ativista contra o aborto e ex-feminista Sara Winter fez uma greve de fome contra o aborto, e o médico progressista Drauzio Varella atuou nas redes sociais para defender a legalização). Esse pico de discussão causou também uma reportagem no Fantástico sobre a legalização do aborto, gerando revolta dos grupos conservadores, que utilizaram termos como “Fantástico: o show da morte”. O assunto repercutiu também na Fox News, com um comentarista se posicionando contra a legalização.

Figura 32: Post compartilhado pela página Nossa Senhora cuida de mim



Essa efervescência, embora não tenha ocorrido por um acontecimento específico, de forma alguma ocorreu de maneira aleatória. A reorganização política do país desde 2013 trazia um teor mais progressista para um lado do país e mais conservador para o outro. Além da polarização afetiva, há também uma mudança no nível ideológico da polarização brasileira - embora a disputa PT e PSDB tenha sido bimodal por vários anos, em 2014 é possível ver um processo de radicalização da direita (Brugnago & Chaia, 2015), o que aumenta a distância ideológica entre os grupos. Alguns autores defendem que no caso da polarização brasileira, foi “a direita que se radicalizou, rompeu com a conciliação que os governos petistas encarnavam, passou a recusar qualquer espaço de diálogo e adotou, em diferentes frentes, um discurso de combate sem tréguas” (Miguel, 2019, p. 46). Num processo que durou do fim de 2014 (Aécio perde as eleições) até o Impeachment de Dilma em 2016, passando por todas as manifestações do Impeachment, o PSDB deixou de ser representante partidário majoritário da direita. Novas

figuras políticas ganharam destaque, especialmente figuras públicas ligadas à Polícia, ao Exército e ao Judiciário, com discursos anti-institucionais, nacionalistas e fortemente anti-petistas (Solano, 2018). Jair Bolsonaro é a figura principal desse processo. A reorganização da esquerda é bem diferente da reorganização da direita. Em termos partidários, houve uma pequena abertura de espaço para a esquerda não-petista (como o PSOL, por exemplo) nas eleições seguintes, especialmente nos cargos legislativos. Mas ainda hoje (2022) é o PT e o próprio Lula as principais figuras da política formal no campo esquerdista. Embora fraca em termos partidários, a reorganização da esquerda de 2013 a 2018 veio especialmente na forma de discursos, práticas e pautas.

A reorganização das forças políticas não se expressa apenas nas eleições, mas também, por exemplo, na renovação das práticas comunicacionais e iniciativas midiáticas na Sociedade Civil. Em uma ampla pesquisa sobre a atuação de diferentes atores políticos no Facebook de 2013 a 2018, Alves (2019; 2021) mostra que houve um “desarreglo de visibilidade” no ambiente político-comunicacional brasileiro ao longo dos anos, na medida em que os criadores digitais “hiperpartidarizados” e “radicalizados” passaram a ter o maior alcance e número de compartilhamentos, desbancando os veículos de imprensa tradicional. Embora o destaque de visibilidade ocorreu para esse tipo de veículo de direita, como a Folha Política e o Movimento Brasil Livre, páginas de esquerda também alcançaram visibilidade maior que os veículos midiáticos. Por exemplo, Alves (2019, p. 65) mostra que em 2016 a segunda página sobre assuntos políticos mais compartilhada no Facebook no Brasil foi a Quebrando o Tabu, a sexta Mídia Ninja e a décima Deboas na Revolução - todas com mais compartilhamentos, por exemplo, que o G1, a VEJA e a UOL. As três podem ser caracterizadas por não serem petistas (embora em níveis diferentes entre si elas em eventos específicos defendessem o PT, como também o criticavam fortemente em outros eventos) e por levantarem pautas progressistas e liberais no campo dos direitos das minorias políticas - como em favor dos movimentos negro, feminista e LGBT. Isso se contrasta às novas forças da direita, que passaram a assumir um lugar de reação ao avanço no direito das minorias políticas, se colocando fortemente contra os movimentos negro, feminista e LGBT (veja alguns exemplos de discursos do próprio presidente Jair Bolsonaro contra diferentes minorias políticas em Silva, Francisco & Sampaio, 2021, p. 9-11, e em Maia & Rezende, 2016).

O novo peso dado a tais pautas na esquerda se expressa também na política formal quando diversas novas figuras públicas (tanto do próprio PT, como do PSOL, PDT e outros partidos de esquerda) são eleitas para cargos legislativos nas últimas três eleições: figuras públicas com perfis diferentes do que é o mais comum na política formal. Mulheres, negras e

negros, gays, lésbicas, transexuais, travestis, indígenas, entre outros grupos, elegeram muitos de seus primeiros representantes nos últimos anos em diversas cidades e estados do Brasil. Algumas dessas figuras públicas foram as mais votadas para cargos legislativos. Em Minas Gerais, temos, por exemplo, Áurea Carolina (PSOL) sendo a vereadora mais votada de Belo Horizonte em 2016 e em seguida eleita Deputada Federal (quinta mais votada, sendo a primeira do PSOL em MG); e Duda Salabert (PDT) como a vereadora mais votada da história de Belo Horizonte em 2020. Um outro aspecto novo é que algumas dessas figuras públicas foram eleitas nos chamados mandatos coletivos - mandatos que reivindicam uma nova forma de fazer política baseada na coletividade, almejando uma maior porosidade do centro do sistema político em relação às pautas da Sociedade Civil.

O importante contraste no que se refere aos direitos de minorias políticas parece ter sido importante para a maior deterioração da reciprocidade em 2016 e discursos mais extremos em 2016 e 2017. Estes foram os anos mais polarizados, em que os discursos estavam mais extremos e havia mais recusas de reciprocidade. Além disso, o debate também parece apartado discursivamente nesse período. Somente em 2018 seria possível ver uma pequena melhora no cenário, ano em que as definições voltadas para minorias políticas (a priori temas da nova esquerda), passam também a fazer parte do discurso contra a legalização do aborto.

4.2.7. Novembro e Dezembro de 2017

Como indicado na figura 14, 2017 é o pior ano no que se refere aos discursos *extremos* e *muito extremos*. A discussão parece estar altamente polarizada nesse sentido. Há também um relativamente alto nível de *recusas de reciprocidade*. No nível discursivo também, 2017 é também o ano menos recíproco: há, do lado a favor da legalização, grande focalização na *vítimas de violência sexual*, e no lado contra grande foco nos *fetos/bebês*. Nota-se, do lado a favor da legalização, grande focalização nos tópicos *danos físicos ou psicológicos* e *desigualdade social*, enquanto no lado contra o foco é no *valor da vida*. Ou seja, os discursos estão mais rompidos. Curiosamente, mesmo com a piora em todos os sentidos, é o ano com mais casos de *respostas significativas* em todo o período: quando a discussão aparece mais polarizada, é quando há mais casos de usuários buscando ser altamente recíprocos.

Os *posts* dos meses de novembro e dezembro formam o maior pico de *posts* em todo o período analisado. Em novembro de 2017, uma comissão na Câmara dos Deputados aprova a PEC 181, que muda a Constituição para que essa proteja a vida “desde a concepção”. Há grande repercussão na sociedade civil e protestos contra a PEC, que, na prática, poderia tornar punível o aborto mesmo nos casos permitidos na lei atual. Algumas notícias do acontecimento são:

Mulheres protestam contra projeto que criminaliza aborto até em gravidez resultante de estupro (G1), Se aprovada, PEC 181 vai gerar batalha jurídica por aborto (R7). O lado pró-legalização (e contra a PEC 181) se mobilizou de diferentes formas contra o projeto, com protestos, campanhas online, discursos de celebridades e falas feitas por grupos religiosos progressistas, focando especialmente no caso da impossibilidade do aborto no caso de estupro. A intensa movimentação se deve ao fato de que esse foi o projeto mais perigoso para os abortos inimputáveis no Brasil desde o Código Penal de 1940. Após essa movimentação, o então presidente da Câmara Rodrigo Maia (à época do DEM-RJ) se pronunciou, dizendo que o projeto não iria ser aprovado em plenária. Cabe lembrar que, nesse momento, o presidente Michel Temer buscava estabilização no país após as turbulências durante o Impeachment de Dilma, e buscava fazê-lo também através dos parlamentares aliados. O Projeto não teve prosseguimento na tramitação.

Figura 33: Post compartilhado pela página Quebrando o Tabu



Figura 34: Post compartilhado pela página Quebrando o Tabu



Os comentários expressam um intenso conflito e polarização entre os dois lados nesse período. Os favoráveis à legalização viam os contrários como inimigos e ameaças à própria Democracia, e o mesmo acontecia do lado inverso, que via os favoráveis como depravados e assassinos. Alguns exemplos de comentários nesse período são:

“Quando leio ‘bancada evangélica e católica’ o estômago chega a embrulhar. Coisa ridícula! Vomitação eterno.”

“Ela é solteira e já tem dois filhos e foi abrir as pernas pro ex e engravidou e agora quer abortar. Dentro desse contexto eu não entendo como tem gente que diz baboseiras como ‘meu corpo minhas regras’ e blá bla bla.”

4.2.8. Junho, Julho e Agosto de 2018

Em 2018 ainda há relativa alta frequência de discursos *extremos*, mas já é possível ver uma diminuição em relação a 2017, o que também ocorre nas *recusas* de reciprocidade. No nível do discurso, se destaca o fato de que o lado contra a legalização passa a utilizar definições

relevantes para o lado a favor, e que eram pouco ou nada utilizadas em outros anos. É o caso das *mulheres negras, mulheres pobres*, e do tópico *desigualdade social*.

Em junho, na Argentina, diante de gigantes protestos pró e contra, o Parlamento vota a descriminalização do aborto. A descriminalização passa na Câmara dos Deputados em Junho, mas é rejeitada no Senado em Agosto. O assunto repercute bastante no Brasil. Algumas notícias são, por exemplo, *AO VIVO: Câmara da Argentina vota lei de aborto* (G1), *Legalização do aborto é aprovada na Câmara dos Deputados na Argentina* (R7), *Como a pressão das mulheres abriu caminho para a legalização do aborto na Argentina* (G1). A repercussão acaba gerando ações também no Brasil. Houve protestos em algumas cidades brasileiras a favor da descriminalização do aborto, e repercutiu as audiências públicas feitas pelo STF sobre o assunto (*STF faz audiências públicas sobre descriminalização do aborto; entenda o processo e o que está em disputa* - G1, *Ato pela legalização do aborto bloqueia trecho da Avenida Paulista* - G1).

Nesse período, os grupos de esquerda e direita se organizavam para as eleições do país. Grupos de direita argumentavam que o país não poderia continuar sendo de esquerda, como estava acontecendo em outros países da América Latina. Há uma intensa desafeição e disputa entre os grupos partidários na medida em que as eleições se aproximam. As eleições de 2018 apresentaram um inédito (desde a redemocratização) nível de polarização. Fuks e Marques (2020) mediram a polarização brasileira no nível afetivo e ideológico. O nível afetivo foi medido na relação entre público e elite, ou seja, os índices mediram o quanto a população tem “desafeição em relação ao partido e ao candidato rival” (p. 6). Os resultados mostraram que houve uma mudança significativa na eleição de 2018 em relação às eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014. A população apresentou nos quatro índices medidos mais rejeição e sentimentos negativos aos candidatos e partidos opostos. Importante notar que esses resultados mostram os sentimentos e percepções da população em relação à elite política (partidos e líderes), e não em relação a outros cidadãos ou grupo de cidadãos. A polarização afetiva pode ocorrer entre grupos sociais e partidários (Iyengar, Sood e Lelkes, 2012). De qualquer forma, esses resultados mostram uma transformação em 2018 - as pessoas diferenciam (em termos de sentimentos) muito mais os partidos que apoiam em relação ao que desaprovam, e o mesmo ocorre em relação aos líderes. No entanto, no aspecto ideológico, Fuks & Marques (2020) encontraram resultados mais complexos. Há um crescimento na identificação da população em termos de esquerda e direita, mas nos grupos partidários apenas o lado da direita se tornou mais extremo (se deslocou mais à direita).

Dessa forma, assim como interpretado por Brugnago & Chaia (2015) e Miguel (2019), na pesquisa de Fuks e Marques (2020) fica evidente que em termos ideológicos a polarização aumenta de maneira assimétrica. “Se há, entre os partidários, um aumento na distância ideológica, isso se deve à direita, enquanto que a base do principal partido da esquerda permanece moderada, se situando muito próximo do centro da escala” (Fuks & Marques, 2020, p. 9). Além disso, há uma manutenção do centro ideológico. Portanto, Fuks & Marques argumentam que “estamos mais polarizados ideologicamente em 2018 do que em 2014, mas que essa polarização é bem menos abrangente do que se supõem normalmente e que, além disso, é uma polarização assimétrica” (p. 9).

No caso das discussões aqui analisadas sobre o aborto no Facebook, o pico de polarização parece ser nos anos anteriores a 2018 (especialmente 2016 e 2017). Em 2018 ainda há um alto nível de discursos extremos, mas com uma leve diminuição. O que chama a atenção é a tentativa de se colocar contra a legalização do aborto defendendo, por exemplo, que essa é uma defesa das mulheres pobres, e que o aborto é uma forma de dano para essas mulheres. O discurso conservador, em franco crescimento, parece buscar abarcar também preocupações sociais com grupos vulneráveis.

4.2.8. Maio, Junho e Julho de 2019

É interesse observar o ciclo do tópico *crenças religiosas* no lado contra a legalização. Há uma grande frequência desse tópico no início do período analisado (2012 e 2013). Depois, ele chega até a desaparecer, dando lugar, por exemplo, às normas jurídicas em 2016. Essa definição de problema ganha novamente destaque em 2019, sendo um dos crescimentos de destaque. O lado a favor da legalização se volta para a *autonomia* e *danos físicos e psicológicos*. Há uma nova queda dos discursos extremos, mas o nível ainda fica maior do que os anos de 2013 e 2014. As *recusas* também diminuem, assim como as *respostas significativas*.

Este é um período em que o cenário político brasileiro está altamente conectado com o cenário de outros países - no sentido do crescimento da direita mundial, especialmente através da figura de Donald Trump nos Estados Unidos. Nos meses de maio, junho e julho de 2019, a repercussão sobre a questão do aborto nos Estados Unidos chega também ao Brasil. Trump se anuncia pró-vida, projetos de criminalização avançam em dois estados e há protestos no país. Notícias: *Mulheres fazem manifestações pelo direito ao aborto nos EUA* (G1), *Atriz convoca greve de sexo nos EUA contra lei que restringe direito ao aborto na Geórgia* (G1). Esses acontecimentos ocorrem logo após uma importante visita de Jair Bolsonaro e membros do seu governo para os Estados Unidos, em março de 2019, o que é um dos exemplos da conexão

ideológica do governo bolsonarista com a direita norte-estadunidense. A reunião, chamada de “Santa Ceia da direita” pela Folha de São Paulo¹⁷, reuniu diferentes políticos e pensadores conservadores dos Estados Unidos e do Brasil, como Olavo de Carvalho e Steve Bannon.

4.3. Aborto e polarização brasileira

De forma geral, os resultados da reciprocidade e intensidade das posições mostram que há uma piora gradativa dos debates sobre o aborto culminando no pior cenário em 2016 e 2017. Os discursos *extremos* aumentam quase simultaneamente com as *recusas* de reciprocidade - as *recusas* parecem aumentar um pouco antes. Em 2015, as atitudes recíprocas já estão deterioradas (é o segundo pior ano nesse sentido, perdendo apenas para 2016), mas o aumento do extremismo das posições se dá prioritariamente já em 2016. A relação entre *recusa da reciprocidade* e discursos *extremos* e *muito extremos* é esperada, mas, contra-intuitivamente, as *respostas significativas* seguem o mesmo movimento. Nos anos mais polarizados e que mais usuários se negam a dialogar, é quando também surgem mais comentários com uma atitude altamente recíproca.

Nos anos de maior polarização, há também um maior rompimento na reciprocidade discursiva (cada lado define o problema de uma forma). Ao longo do tempo, não há uma transformação consistente, constante, no sentido de transformação dos discursos em direção a um debate mais recíproco, mas há tentativas localizadas em cada ano a depender do contexto de discussão. O debate brasileiro sobre o aborto parece, numa visão geral, relativamente estagnado no sentido discursivo. Apesar de cada lado tentar em alguns contextos definir o problema de formas mais aceitas e importantes para o outro lado, eles voltam em seguida para suas próprias definições.

A direita brasileira está maior do que nas últimas décadas (ao menos desde o fim da Ditadura Militar). Isso faz com tenhamos uma distância ideológica um pouco maior entre os pólos direita e esquerda do que em outros momentos de nossa história recente (Fuks e Marques, 2020). No entanto, é no nível relacional que experienciamos prioritariamente a polarização política. Existe uma inédita desafeição dos brasileiros pelos partidos e líderes opostos às suas preferências (Fuks e Marques, 2020), e os debates entre grupos distintos estão em boa medida permeados por incivildade, discurso de ódio e intolerância (Santiago et al, 2018; Braga, 2020; Maia et al, 2020; Silva, Francisco & Sampaio, 2021).

¹⁷ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/em-santa-ceia-da-direita-bolsonaro-diz-que-comunismo-nao-pode-imperar.shtml>

Nos últimos anos houve um ressurgimento do discurso conservador brasileiro, amplamente conectado com esse mesmo movimento a nível mundial (Vaz, Santos & Sanchotene, 2020). A partir desse movimento, questões associadas a direitos de minorias políticas, como o aborto e o casamento homossexual, são chave para a separação e conflito político (Maia et al, 2020; Silva, Francisco & Sampaio, 2021). No entanto, é interessante notar que quando se trata das medidas quantitativas de posições ideológicas sobre essas questões específicas, não se encontra evidências de aumento da polarização. Fuks e Marques (2020) mostram que, no caso do casamento homossexual, a população mantém certo padrão de divisão ao longo do tempo (~40% aprova e ~35% desaprova em 2018) (Fuks & Marques, 2020, p. 10). Além disso, os autores mostram que não há correlação forte entre a posição nesse tema e a identificação ideológica nem a identificação partidária. Os “partidários da esquerda e da direita, assim como aqueles que se identificam com a esquerda ou com a direita, não se diferenciam” quantitativamente em relação aos direitos LGBTs (Fuks e Marques, 2020, p. 11). Da mesma forma, Samuels & Zucco (2018) mostram que não há diferença quantitativa (entre 1997 e 2014) consistente entre petistas, antipetistas e apoiadores de outros partidos no que se refere às posições nos temas aborto e direitos LGBTs. Corroborando esses resultados, Bello (2021) agregando dados de diferentes institutos de pesquisa realizados em 30 anos (1989 a 2019) mostra que a dimensão moral (aborto, direitos LGBTs e outros) teve pouco ou nenhum impacto na polarização partidária e eleitoral brasileira nas últimas três décadas. Segundo ele, embora possamos sustentar a hipótese que “existe um alinhamento entre Bolsonaro e parte da população para as questões morais, o que coloca em destaque uma possível guerra cultural na qual uma parcela da população mais conservadora está reagindo às mudanças realizadas recentemente”, quando os dados de pesquisas quantitativas são analisados, essa hipótese não se confirma (p. 14).

Ao mesmo tempo, esses mesmos problemas são colocados como chaves de intenso conflito no debate público entre grupos políticos opostos (Maia et al, 2020), especialmente a partir do momento em que o bolsonarismo passa a caracterizar boa parte da direita (Almeida, 2019; Alonso, 2019). Ao entrevistar em profundidade apoiadores de Bolsonaro, Solano (2018) mostra que um dos importantes argumentos explicativos da identificação com o atual presidente é a aversão a políticas voltadas para minorias políticas. “Movimento negro, feminismo ou o movimento LGBTQIA, as respostas são padrão. Eles são grupos que sofrem preconceito, sim, mas estão abusando de seus direitos. Utilizam a vitimização, o mimimi para obter regalias do Estado e avançar sobre os cidadãos que não pertencem a essas minorias” (Solano, 2018, p. 19). Ao mesmo tempo em que a pesquisa de surveys mostra uma manutenção dos posicionamentos

sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo, e mostra uma baixa correlação entre esses posicionamentos e as chaves esquerda/direita e petista/antipetista, nos discursos bolsonaristas a oposição a tais direitos é reforçada e destacada. “Que o homossexual tenha seus direitos garantidos, sim, mas não precisa se exhibir na rua, nem provocar. Direitos para os gays, sim, mas desde que a gente não esteja passeando pela Paulista e veja eles se beijando. Que necessidade têm minhas crianças de verem isso?” (Entrevistada L, reprodução de Solano, 2018, p. 19). Silva, Francisco & Sampaio (2021) mostram que há um aumento entre 2013 e 2016 nos discursos de ódio nos comentários da página de Jair Bolsonaro no Facebook, e que os discursos de ódio sexistas (contra mulheres) e lgbtfóbicos são o segundo e o terceiro mais recorrentes, perdendo apenas para o de teor partidário. O Brasil vive um momento de reação conservadora às lutas por direitos de minorias políticas (Maia et al, 2020). O embate sobre tais temas feito através da lógica da intolerância “se torna tóxico para a democracia e para as dinâmicas de reconhecimento quando se busca eliminar a legitimidade dos interlocutores e subtrair a própria concepção de esfera pública, como local de discussão democrática sobre as diferenças” (Maia et al, 2020, p. 119).

Alguns autores interpretam os indícios de baixa polarização ideológica e os indícios de manutenção de posicionamentos de questões específicas no sentido de que “o grande público não vê na disputa política uma disputa prioritariamente programática” (Fuks e Marques, 2020, p. 11). No entanto, como discuti na seção sobre polarização relacional, a polarização não diz apenas do crescimento de diferenças ideológicas, mas também como “essas diferenças são utilizadas e interpretadas” (Somer & McCoy, 2019, p. 13). Embora se posicionem em termos de escala ideológica de maneira similar sobre diferentes temas, grupos distintos podem utilizar e interpretar esses mesmos temas de formas altamente distintas. A polarização brasileira deve ser entendida em sua dimensão relacional, e para isso não basta entender os níveis de desafeição contra líderes e partidos políticos, mas também como as questões em jogo são interpretadas, abordadas e compreendidas pelos grupos distintos (Maia, 2012; Maia et al, 2020). Determinados assuntos podem ter mais saliência para a opinião pública em dado momento, fazendo com que as disputas e desacordos sobre tal assunto caracterizem um cenário polarizado mesmo com as posições se mantendo moderadas em termos de distribuição ideológica (Hetherington, 2009, p. 434-435). Quando o aborto aparece como um tema altamente saliente na cena pública (em 2017 principalmente), os discursos são mais extremos e os casos de usuários se recusando a conversar e a ouvir cresce. Os dois lados passam a utilizar definições mais voltadas para o seu próprio lado - ou seja, enquadramentos que dizem do que eles próprios comumente consideram relevante e saliente. Ao mesmo tempo, é também nesses momentos

que as respostas significativas crescem. Essa ambiguidade se repete tanto nessa análise macro como na análise micro do próximo capítulo.

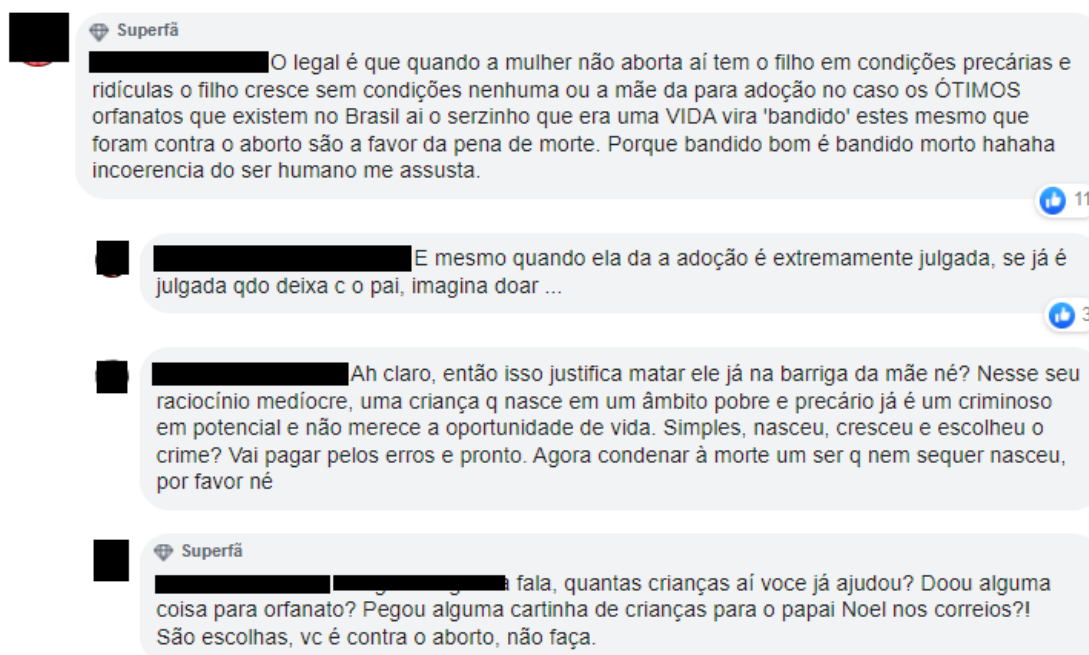
Capítulo 5: Polarização e reciprocidade nas cadeias de interação

Construir interações recíprocas em discussões sobre assuntos polarizados é um desafio tão difícil quanto importante. Nas discussões online, esse parece ser um desafio especialmente árduo, já que pesquisas empíricas têm mostrado interações online polarizadas, apesar do diagnóstico não ser absoluto. Nesse capítulo busco demonstrar como o quadro analítico aqui proposto é capaz de investigar, com detalhes e nuances, as características de reciprocidade e polarização nas interações entre usuários em discussões online. Ao contrário do capítulo anterior em que eram as transformações mais gerais ao longo do tempo que importavam, aqui os debates são observados mais de perto e diferentes relações (inclusive entre os níveis de reciprocidade) são testadas.

Boa parte dos estudos sobre reciprocidade em ambientes online tomam como unidade de análise ou cada ato de fala (cada post, cada comentário) ou cada usuário. Uma possibilidade menos explorada é olhar para as interações. Ou seja, extrair informações de uma interação e analisá-la como tal. Os dados passam a caracterizar as interações, e não os atos de fala ou usuários. Evidentemente, para gerar as informações das interações é preciso primeiro analisar os comentários e usuários. Mas, em seguida, é possível gerar caracterizações de cada interação, buscando mostrar, por exemplo, quais delas são menos ou mais recíprocas, ou quais delas têm menos ou mais discursos extremos. É possível também mostrar quais características estão associadas com outras: interações mais polarizadas são mais recíprocas? Nesse capítulo, apresento um desenho de pesquisa voltado para as *cadeias* de interação: um conjunto de respostas a determinado comentário, muitas vezes formando *threads* em que os mesmos usuários continuam se respondendo uns aos outros. Existem dois tipos de comentários em posts do *Facebook*: comentários e respostas a comentários¹⁸. Considero uma *cadeia* o comentário iniciador e suas respectivas respostas, como o caso de exemplo a seguir:

¹⁸ A função de resposta a comentários foi inserida pelo Facebook na metade de 2013.

Figura 35: Exemplo de cadeia de interação



No caso das discussões sobre o aborto aqui estudadas (2012 a 2019 no Facebook), em geral, há um número significativo de participações em cadeias de interação, indicando que os usuários se importam com as conversações entre usuários, e não apenas em responder aos *posts*. Cerca de 52% das participações (ação de comentar, seja através de um comentário ou através de uma resposta a comentário) estão inseridas em uma cadeia de interação, e 48% são comentários “sozinhos” (não respondem em uma cadeia e não são respondidos).

*Tabela 05: Participação em cadeias de discussão
 (responde e/ou é respondido em uma cadeia)*

	Ocorrência
Participa em uma cadeia de discussão	299,981 (51,9%)
Não participa	278,142 (48,1%)
Total	578,123 (100%)

No contexto desse estudo, analiso uma amostra de *cadeias de respostas*, afim de mostrar as dinâmicas de reciprocidade nas discussões sobre o aborto em questão. Os 299,981 (52%) casos de participações inseridas em cadeias de discussão estão distribuídos em 43,396 cadeias (média de aproximadamente 7 comentários/respostas por cadeia). Extraí uma amostra aleatória (95% confiabilidade, 5% erro amostral) de cadeias para análise (total de 381 cadeias), sendo que essas 381 cadeias contém 2,510 comentários e respostas a comentários.

Tabela 06: Amostra de cadeias para análise da reciprocidade

	Número total	Amostra	Comentários e respostas na amostra sorteada
Cadeias	43,396	381	2,510

A seguir apresento os resultados. Primeiro, mostro os dados gerais de reciprocidade em cada nível - estrutura (5.1), atitudes (5.2) e discursos (5.3). Depois, traço as relações entre os níveis de reciprocidade (5.4). Por fim, mostro a relação entre a reciprocidade e os discursos polarizantes (5.5).

5.1. Reciprocidade no nível da estrutura

No caso da reciprocidade no nível da estrutura, a análise não se deu apenas na amostra mas, sim, em todo o corpus, já que é uma análise automatizada. Cerca de metade das participações é formada por comentários que não estão inseridos em uma cadeia de resposta e que, portanto, no nível estrutural são apenas respostas simples ao post, unitárias. A outra metade (299,981) está inserida em cadeias de resposta. A reciprocidade estrutural é entendida através da medida em que, em uma mesma cadeia, os participantes continuam respondendo os outros ao longo do desenrolar da discussão. Se um usuário responde uma vez e deixa a discussão, ele está sendo pouco recíproco. Se ele se preocupa em continuar respondendo na medida em que é respondido, a interação é mais recíproca. Os dados a seguir consideram apenas as cadeias de resposta.

5.1.1. Usuários

Os 299,981 comentários e respostas participantes de cadeias de discussões foram feitos por 112,842 usuários. Boa parte dos usuários, nessas cadeias de discussão, comentam uma única

vez e não respondem ao serem respondidos (reciprocidade estrutural baixa). Mas uma parte importante dos usuários responde de duas a cinco vezes, e alguns respondem mais vezes, mantendo a reciprocidade interativa da discussão.

Tabela 07: Reciprocidade estrutural dos usuários participantes de cadeias de discussão

	Valor
Respondeu apenas uma vez e deixou a discussão	79,410 (70,4%)
Respondeu de duas a cinco vezes na mesma cadeia de discussão	28,935 (25,6%)
Respondeu mais de seis vezes na mesma cadeia de discussão	4,497 (4%)
Total	112,842 (100%)

Ou seja, cerca de 70% das participações de usuários em uma discussão não são recíprocas no nível da estrutura, e cerca de 30% são.

5.1.2. Cadeias

Os 299,981 comentários e respostas estão distribuídos em 43,396 cadeias de discussão. Em cerca de metade dessas cadeias há baixa reciprocidade estrutural: os usuários comentam e deixam a discussão. Na outra metade, ao menos um usuário continua na discussão, fazendo com quem naquela cadeia haja ao menos uma relação recíproca.

Tabela 08: Reciprocidade estrutural das cadeias de discussão

	Valor
Cadeias em que não há nenhuma relação recíproca	22,743 (52,4%)
Cadeias com ao menos uma relação recíproca	20,653 (47,6%)
Total de cadeias	43,396 (100%)

A maior parte das cadeias têm poucas relações estruturalmente recíprocas. O histograma mostra que há casos com até mais de 400 relações recíprocas, mas eles são raros. A maior parte das cadeias têm até 20 relações recíprocas.

Figura 36: Número de relações recíprocas em cada cadeia

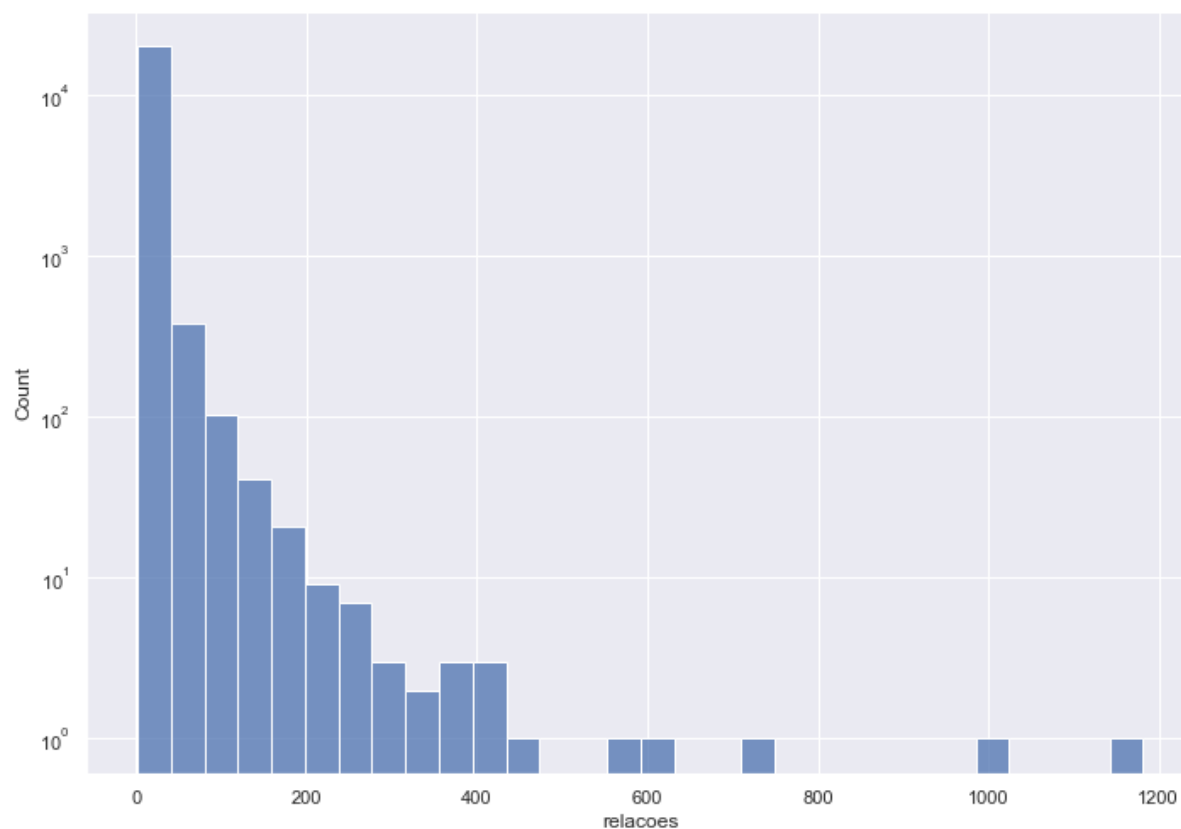




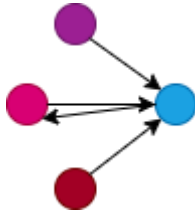


Tabela 09: Número de casos de cadeias com relações estruturalmente recíprocas

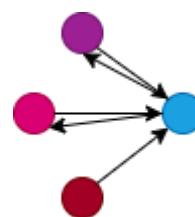
	Quantidade de cadeias
Cadeias com uma relação recíproca	9,706 (46,9%)
Cadeias com duas a cinco relações recíprocas	6,352 (30,8%)
Cadeias com mais de cinco relações recíprocas	4,595 (22,3%)
Total de cadeias com alguma relação recíproca	20,653 (100%)

Já que as cadeias têm tamanhos diferentes, para compará-las em termos de reciprocidade estrutural, o cálculo ideal é a quantidade relativa de mensagens recíprocas, ou seja: o número de relações recíprocas dividido pelo número total de relações. Esse índice é similar aos cálculos de reciprocidade em redes mostrados no Capítulo 3 (Seção 3.1.3). O índice não indica nada em si, mas permite comparar cadeias: quanto maior o valor, mais a rede de mensagens daquela cadeia é recíproca. Por exemplo, veja a cadeia a seguir. Em cada etapa (mensagem) um nó é adicionado à rede daquela cadeia de conversação.

Usuário	Comentário	Rede
User001	Queremos um Brasil , onde as mulheres sejam mais responsáveis e se previnam pra não engravidarem e precisar fazer um aborto!!	
User002	User001, super concordo. Quem dera que todo problema do sexo inconsequente fosse gravidez. Pior que isso são as DST's . Nossa luta não deve ser a favor da legalização do aborto e sim da conscientização da prevenção sexual, principal ao que se refere a Doenças Sexualmente transmissíveis.	
User003	Aborto não é método contracepcional fofa!	
User001	User003, por isso mesmo que a mulher precisa usar um método anticoncepcional, pra depois que engravidar , se arrepender e precisar abortar! Quer que eu desenhe?	
User004	User001, a responsabilidade é do homem tb...ninguém faz filho sozinha naum 😏😏😏😏😏	

User001

User004 mas depois fica sozinha, abandonada geralmente e quer abortar!!



User005

Porque pro homem se livrar do filho é só sumir, a mulher não pode, porque se não é condenada. Nenhum método contraceptivo é 100% eficaz, e não julgue mulheres pela realidade que vc conhece. Ser estuprada pelo esposo é a realidade de muitas que sofrem violência doméstica, e acha que marido vai querer usar camisinha? Acha que essa criança vai crescer como vendo a mãe apanhar do pai? Aborto é uma questão política, de saúde pública, não do que julgamos ser melhor para outras pessoas que nem conhecemos a vida.



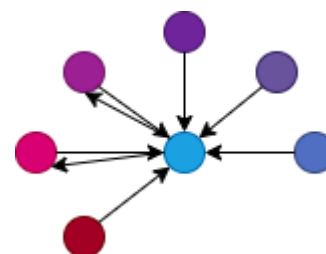
User006

User001 precisa desenhar é pra vc! Porque vc não volta lá e corrige seu comentário dizendo que homens e mulheres deveriam usar métodos contraceptivos, ficaria bem melhor...



User007

Como sempre toda a responsabilidade tem que ser só da mulher pqp 😏

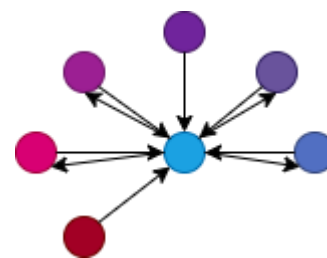


User001

User006 quem engravida é a mulher! Quem é abandonada é a mulher! portanto a mulher que não se cuide, que é ela que fica desamparada e o homem de “boa”!!! Difícil um homem usar métodos anticoncepcionais! Homem não arrisca sua vida não, só as mulheres ao fazerem um aborto! Entendeu!!!!????!



User007 mas quem é abandonada é ela, e
User001 arrisca a vida no aborto! A maioria dos homens
não tá nem aí!!



User001 você sabia que os métodos
User008 contraceptivos não são 100% seguros ? não?
então procurar saber antes



User001 User008, então nunca os use! Povo e o
mundo!!!!



User009 Com certeza. Vamos nos cuidar, pra diminuir
as chances de uma gravidez indesejada. Pq não
é pq um método não e 100% seguros que não
temos que nos prevenir. Gente é uma vida! Não
é pq ainda não se formou por completo que ela
não existe. Por favor se vc não querem se
cuidem pra depois não ter que fazer uma
barbaridade dessas! Do que vcs precisam é de
responsabilidade, não de aborto, uma vez tendo
responsabilidade não terá aborto.



User010 ... Onde as Mulheres sejam mais responsáveis e
se previnam... Seria mais sensato: ..."Onde
todos sejam responsáveis e se previnam, para
evitarem o aborto e ninguém sofra com as
consequências..."



Na cadeia em questão há 5 relações recíprocas (quando o User001 responde o User003 que havia lhe respondido, quando o User001 responde o User004 que havia lhe respondido, e quando faz o mesmo com os usuários 6, 7 e 8). Nessa mesma cadeia há 15 comentários, sendo 1 deles o comentário iniciador. Se a conversa fosse totalmente recíproca, todos os comentários a partir da primeira resposta ao comentário seriam recíprocos (ou seja, todos os comentários a partir do terceiro nó). Teríamos então 13 relações recíprocas em uma cadeia de 15 mensagens. Se dividimos essas 13 relações recíprocas pelo total possível de relações recíprocas (13), obtemos o maior índice possível (1). O 1 representa uma cadeia em que *todas* as relações são recíprocas. Dessa forma, a reciprocidade estrutural relativa da cadeia utilizada no exemplo é representada por $5 \text{ (relações recíprocas)} / 13 \text{ (relações recíprocas possíveis)} = 0,3846$. Esse índice é importante porque torna as cadeias comparáveis: assim, é possível entender se as cadeias mais estruturalmente recíprocas têm também mais atitudes e discursos recíprocos, e se são menos, mais ou igualmente polarizadas nos discursos.

5.2. Reciprocidade no nível das atitudes

Nos 2,510 comentários das 381 cadeias da amostra, a reciprocidade no nível das atitudes ocorreu da seguinte forma: a maioria dos comentários apresenta uma atitude recíproca, sendo a maior parte de forma simples (50,8%), ou seja, concordando ou discordando de algo colocado anteriormente, e outra parte de forma significativa (31,9%), ou seja, perguntando, colocando pontos de vista voltados para o outro, de forma aberta e direcionada ao mútuo entendimento. Uma pequena mas importante parte dos comentários apresentou uma recusa de reciprocidade (10,3%), negando a conversação e o diálogo, e uma menor parte apresentou um monólogo (6,9%). Já que essa é uma análise de cadeias de discussão, esse resultado é esperado: ao escolher comentar em uma cadeia de respostas, há frequentemente uma atitude recíproca nos comentadores.

Tabela 10: Reciprocidade (nível atitude) nos comentários da amostra

	Quantidade de comentários
Recusa de reciprocidade	259 (10,3%)
Monólogo	174 (6,9%)
Resposta simples	1,276 (50,8%)
Resposta significativa	801 (31,9%)
Total de comentários	2,510 (100%)

As atitudes, no entanto, não estão distribuídas igualmente nas cadeias. Ao analisar as cadeias de interação, é possível perceber que há menos diversidade de atitudes do que no quadro geral: ou seja, dentro de cada cadeia, as atitudes tendem a ser mais similares. No caso da atitude de *recusa da reciprocidade*, por exemplo: os 259 casos (comentários) aparecem apenas em 60 cadeias. Há cadeias inclusive com 100% dos comentários apenas com recusa da reciprocidade. Nesse exemplo a seguir, os dois comentários da cadeia se recusam a serem minimamente recíprocos, ou seja, recusam o diálogo.

Figura 37: Exemplo de cadeia com atitudes 100% de recusa da reciprocidade

Usuário	Comentário
Usuário001	<i>A favor!!! Cada um sabe da sua própria vida e aonde o sapato aperta. Se o resto do mundo for contra q se foda pois a vida e de cada um e cada um sabe oq faz!!!! _ _</i>
Usuário002	<i>Cala boca sua idiota , a vida é de cada um mais ela não tem direito de tirar outra vida</i>

As atitudes de monólogo (174 comentários) estão levemente mais bem distribuídas que as recusas, e aparecem em 67 cadeias. Ainda assim, não é uma distribuição igualitária entre as cadeias. Há também casos com cadeias formadas 100% por monólogos.

Figura 38: Exemplo de cadeia com atitudes 100% de monólogo

Usuário	Comentário
Usuário001	<i>Eu perdi meu bebê de um aborto espontâneo, apesar de já ter um filho nunca me negaria a cuidar de outro mas vai entender, cada um é diferente e só a Deus cabe julgar.</i>
Usuário002	<i>Pra cuidar de um ser humano tem que tem dinheiro e um bom psicológico amor não basta. Educação sexual tem quen entrar na vida da menina assim que ela ficar menstruada, é muita mãe solteira no Brasil tem muita criança em creches, tem muita criança sem o nome do pai na certidão de nascimento.</i>

Os casos de resposta simples aparecem na maioria das cadeias: 345 cadeias tem ao menos um caso desse tipo de atitude, afinal, é o tipo de atitude mais presente (1,276 comentários). 168 cadeias (quase metade do total) são formadas apenas por esse tipo de atitude, ou seja, são cadeias com 100% de respostas simples.

Figura 39: Exemplo de cadeia com atitudes 100% de respostas simples

Usuário	Comentário
Usuário001	<i>Gente, direitos humanos devia significar algo</i>
Usuário002	<i>Usuário001, significa que alguns humanos decidem os direitos dos outros...</i>
Usuário003	<i>Usuário001, Pra eles, segundo o vice decorativo, é: “direitos humanos para humanos direitos”. 😏</i>

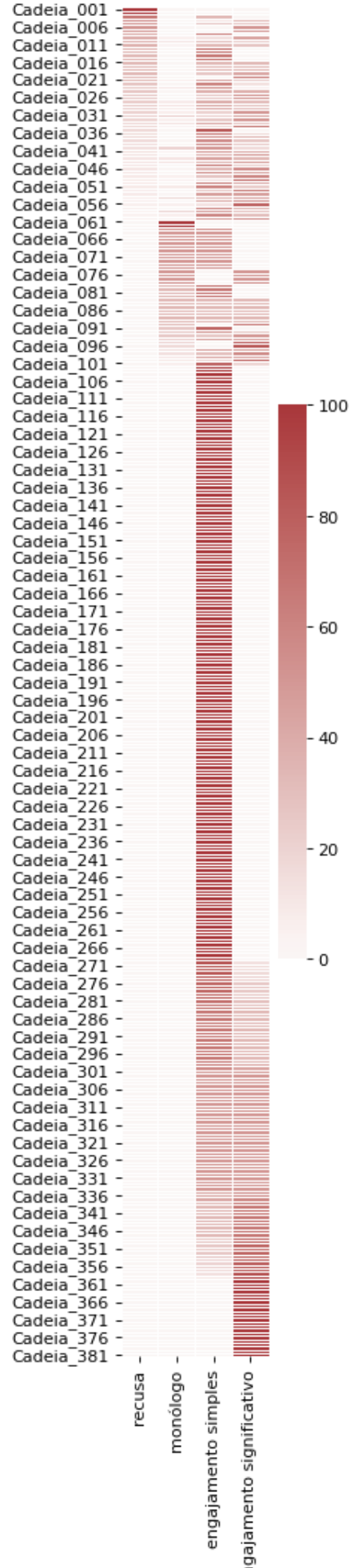
Os 801 casos de respostas significativas aparecem em 185 cadeias. Há 22 cadeias exclusivamente com respostas significativas.

Figura 40: Exemplo de cadeia com atitudes 100% de respostas significativas

Usuário	Comentário
Usuário001	<i>É, mas na verdade essa mulher cometeu um assassinato. O aborto só deveria ser permitido nas primeiras semanas de gestação, enquanto o sistema nervoso do feto ainda não está formado. Concordo que a leis precisam mudar e cada pessoa deve ter direito sobre seu próprio corpo mas, nesse caso, aos 7 meses, era dever da mulher cuidar da vida do bebê. Podia ter colocado o bebê pra adoção depois. Direitos e deveres, e algumas coisas que precisam mudar...</i>
Usuário002	<i>Sim Usuário001, ela colocou em risco a vida dela, num nível muito alto, mas ela não poderia colocar para adoção por ser menor de 21. Ela seria forçada pelo hospital a ficar com a criança, depois do nascimento, tendo que pós alta ela mesma ir levar e, pra chegar nesse ponto de desorientação, obviamente ela não iria querer né? O amparo e acompanhamento são centrais, talvez se ela tivesse ido consultar para abortar e com psicólogos, tivesse desistido. E chegar as 7 meses fazendo isso, por lógica ela deve ter tentado muita coisa durante os meses anteriores 😞😞</i>
Usuário001	<i>É complicado mesmo. Eu não posso julgar a ação dela, não conheço todas as variáveis. Mas com certeza o Estado tem uma grande parcela de culpa. As leis precisam ser revistas, modificadas, e desvinculadas de qualquer religião. Só assim pra evitar tantas tragédias</i>

No gráfico a seguir é possível visualizar a distribuição de atitudes (recusa, monólogo, resposta simples e resposta significativa) em cada cadeia. Cada linha do gráfico representa uma cadeia (381 linhas), e as colunas representam as atitudes. As cores indicam a porcentagem daquela atitude (coluna) naquela cadeia (linha) - de 0 a 100% de ocorrência. Nas primeiras linhas, por exemplo, é possível ver as cadeias com mais recusas, a partir da linha 61 as cadeias com mais monólogos, e a partir da linha 100 as cadeias com mais respostas simples. Assim é possível observar que, embora existam, é claro, cadeias com diversidade de atitudes, há uma tendência geral importante de existência de apenas um ou dois tipos de atitudes em cada cadeia.

Figura 41: Distribuição de atitudes em cada cadeia



5.3. Reciprocidade no nível dos discursos

Para identificar a ocorrência desse tipo de reciprocidade nas cadeias de interação, é possível calcular o quão semelhante são as definições de problema utilizadas em cada cadeia. Isso significa identificar qual seria o valor máximo de correspondência (todas as definições utilizadas foram utilizadas por todos os comentários da cadeia), e dividir as semelhanças de fato encontradas por esse total de semelhanças possíveis. O valor varia de 0 a 1: se for 1, isso significa que todos os comentários da cadeia utilizaram todos os enquadramentos utilizados por todos os outros comentários (semelhança total), e 0 se nenhum enquadramento é semelhante e os comentários estão definindo o problema de forma absolutamente distinta.

Uma parte das cadeias obteve índice nulo por não apresentar nenhuma definição de problema relativa ao aborto em nenhum comentário (108 cadeias). O valor se torna nulo porque não é possível dividir nada por zero. Isso ocorre quando as interações são interações sem conteúdo, quando os usuários se dirigem uns aos outros sem discutir o tema, como quando há apenas xingamentos, ou quando estão falando sobre algo distinto do tema (e portanto não definem o problema do aborto). Alguns exemplos desse tipo de cadeia são:

Figura 42: Exemplo de cadeia com reciprocidade discursiva nula

Usuário	Comentário
Usuário001	@Usuário002 olha esse post
Usuário002	Usuário001, mano que raiva

Figura 43: Exemplo de cadeia com reciprocidade discursiva nula

Usuário	Comentário
Usuário001	#globolixo
Usuário002	Usuário001, tão lixo que você segue ela

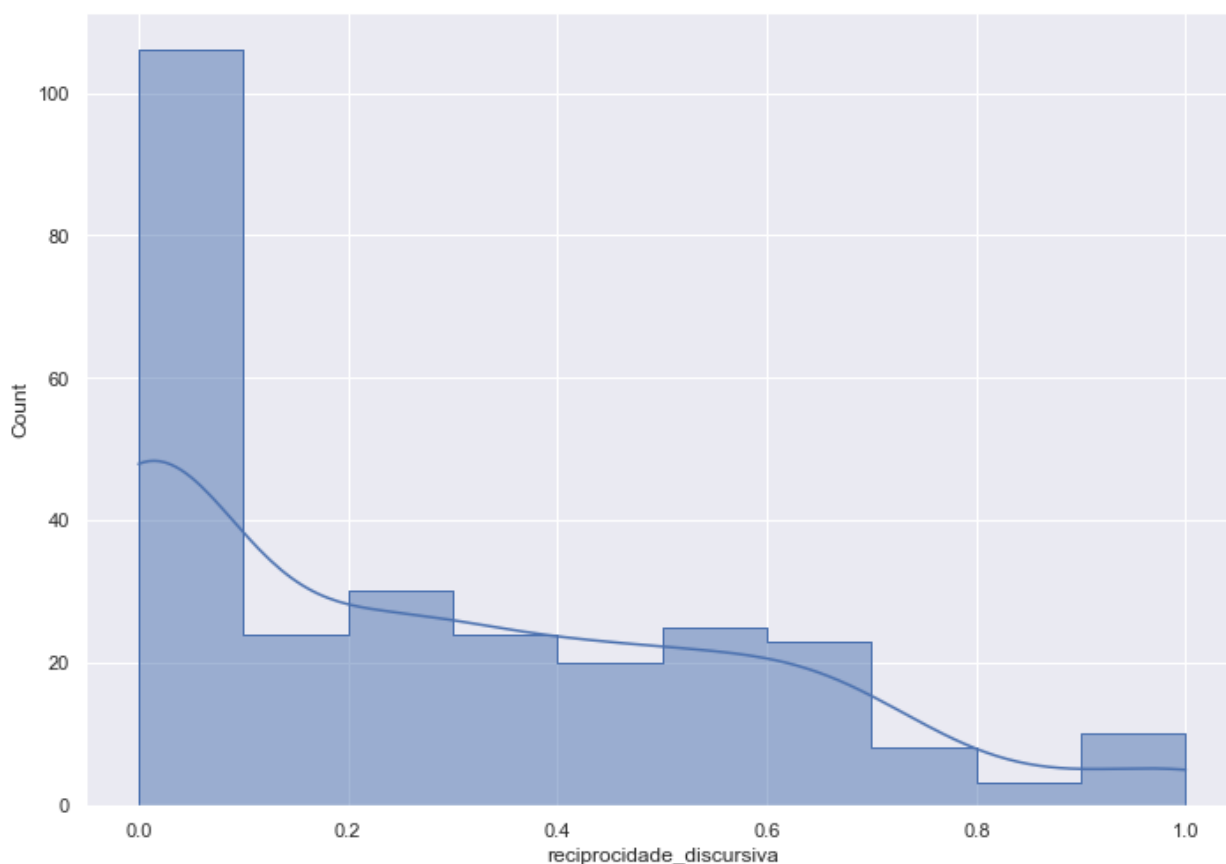
Figura 44: Exemplo de cadeia com reciprocidade discursiva nula

Usuário	Comentário
Usuário001	Queria avisar para o estagiário, que a culpa não é das pessoas por não ler a matéria, é sim sua mesmo pq sempre escrever matérias lixos, as pessoas preferem ler o comentários pq é muito melhor do que as matérias.

Usuário002	<i>A culpa é SIM de quem não lê e não sabe interpretar. TIVE é diferente de FIZ. Ademais é uma manchete, as informações estão no texto, logo é preciso ler sim.</i>
Usuário003	<i>@Usuário001, Pela quantidade de reações e comentários em pouco tempo, estão pouco se importando se vc leu de fato ou não, se entendeu ou não, pq isso é algo que as pessoas fazem por si, o que importa para eles é q a visualização já está em alta.</i>
Usuário001	<i>@Usuário003, A questão é da maldade não em ler e interpretar, jornalismo é para passar a informação doa a quem doer, a verdade, estão fazendo jogo sujo, passando informação para confundir as pessoas, disseminar o ódio nas pessoas, jornalismo não deve ter um lado.</i>

Em relação às 273 cadeias com índice não-nulo, a distribuição dos índices mostra que uma boa parte apresentou um índice 0, caso em que não há nenhuma semelhança entre as definições de problema; uma boa parte das cadeias atingiu um nível entre 0,2 e 0,7, mostrando que houve alguma semelhança; e uma minoria um índice maior que 0,7 com semelhança quase total. O histograma a seguir mostra a distribuição do índice após a retirada das cadeias de índice nulo.

Figura 45: Distribuição do índice de reciprocidade discursiva das cadeias excluindo as cadeias com índice nulo (semelhanças possíveis zeradas)



O alto número de índices baixos mostra uma baixa qualidade da reciprocidade discursiva nas cadeias de interação. Muitas vezes, os usuários se respondem (no sentido estrutural), com uma atitude recíproca, mas não estão falando sobre a mesma coisa. Por exemplo, na interação a seguir que parte de uma cadeia:

Figura 46: Exemplo de cadeia com reciprocidade discursiva baixa

Usuário	Comentário
Usuário001	@Usuário002, Assiste só os primeiros 2 minutos. Aborto acontece, nada vai mudar isso, nem a criminalização. O que fazer?
Usuário002	@Usuário001, Usar preservativo!!!! Nada (pra mim) justifica a não ser um estupro , ou determinadas doenças que afetam o feto . Às pessoas fazem sexo sem nenhuma precaução e depois vem fazer aborto??? Isso pra mim é assassinato , o mais covarde deles

No primeiro comentário, o usuário 001 marca o usuário 002 e pergunta sobre o aspecto pragmático da discussão sobre o aborto: que os casos continuam acontecendo mesmo com a criminalização. Depois, o usuário 002 responde o usuário 001, mas tratando a questão como algo relativo à prevenção, precaução e assassinato. Os comentários estão conectados, são uma interação recíproca estruturalmente; além disso, eles também apresentam uma atitude minimamente recíproca, já que engajam minimamente no ato do diálogo; mas não estão falando exatamente sobre a mesma coisa. O segundo comentarista ignora o ponto que o primeiro chamou a atenção, e leva a discussão para outro lado. Eles definem o problema de forma distinta, e portanto há, ali, uma baixa reciprocidade no nível do discurso.

Os índices médios (como aqueles entre 0,2 e 0,7) tem também uma ocorrência significativa. Nesses casos, os usuários respondem dentro de algumas definições de problema enquanto ignoram outras. A interação a seguir (parte de uma cadeia) é um exemplo:

Figura 47: Exemplo de cadeia com reciprocidade discursiva média

Usuário	Comentário
Usuário001	<i>A questão é que é uma vida em jogo, imagina se liberasse o aborto o tanto que ia ter de mulher abortando, transando sem se prevenir, tem que proibir mesmo, só em casos de estupro que é um caso delicado a se pensar ainda pq o feto não tem culpa alguma é tão vítima quanto a mãe.</i>
Usuário002	<i>Cara Usuário001, Você quer que a criança nasça, mas não se preocupa se ela terá educação, dignidade, saúde ,escola ,roupas, um lar, alimento?</i>

O usuário 2 de fato é recíproco discursivamente no sentido em que define o problema também em relação ao feto/bebê - embora o segundo usuários discorde da posição do primeiro usuário, ele também coloca a questão do aborto como algo em referência ao feto, que pode não ter uma boa qualidade de vida. No entanto, o segundo usuário não responde aos demais pontos colocados pelo primeiro usuário, como o valor da vida e a prevenção à gravidez. No caso dessa interação, há uma reciprocidade discursiva parcial, os usuários enxergam e apresentam o problema de forma parcialmente conectada.

5.4. Entre reciprocidades

A reciprocidade na camada da estrutura e na camada das atitudes podem ser medidas no nível individual (dos usuários/comentários) e no nível das cadeias, mas o mesmo não é verdade para a reciprocidade na camada dos discursos, que só pode ser compreendida tomando como unidade as interações entre os discursos. Dessa forma, nessa seção apresento primeiro a relação entre estrutura e atitudes utilizando os comentários como unidades de análise, e em seguida a relação entre estrutura, atitudes e discursos utilizando as cadeias como unidades de análise.

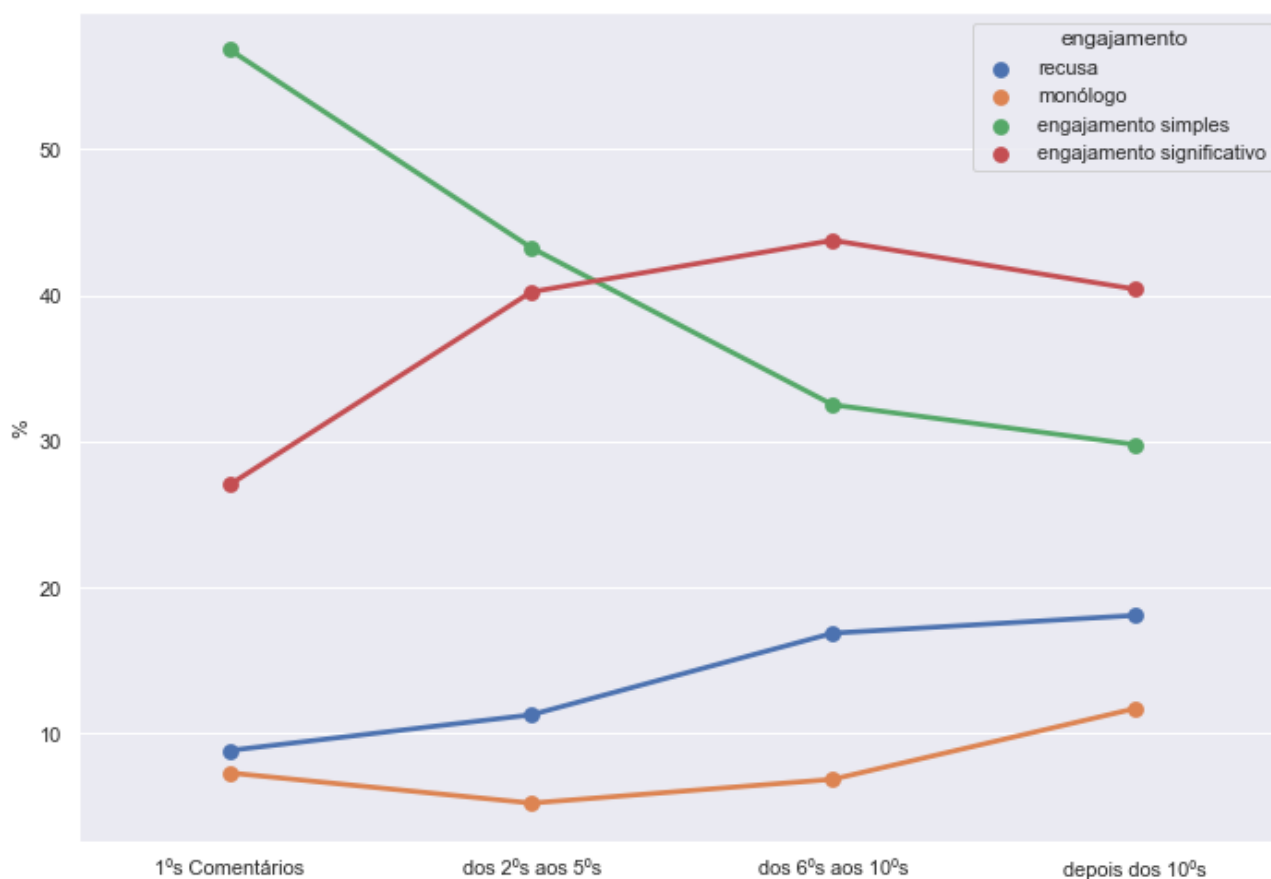
5.4.1. Estrutura e Atitudes nos comentários e respostas das cadeias

Cada comentário e cada resposta tem uma localização nas cadeias de interação (veja seção 3.1.4. e seção 5.1.). Dessa forma, é possível perguntar: na medida em que os usuários avançam na cadeia de interação, ou seja, na medida em que continuam respondendo ao serem respondidos (sendo recíprocos no nível da estrutura), as atitudes também mudam? Ou, em outras palavras: a localização da resposta na cadeia tem alguma relação com a atitude ser recíproca ou não? O resultado encontrado indica que sim: na medida em que a localização na cadeia aumenta, ou seja, na medida em que o comentário está mais avançado na troca recíproca de respostas, há uma transformação nas atitudes. As respostas significativas se tornam mais presentes, crescem em proporção, embora também haja um aumento da recusa e do monólogo. A tabela e o gráfico a seguir mostram esse fenômeno. Dividi as localizações em quatro grupos para facilitar a visualização desse resultado.

Tabela 11: Localização do comentário na cadeia de reciprocidade estrutural X atitude recíproca

	Recusa	Monólogo	Resposta simples	Resposta Significativa
Primeiros comentários (localização 1)	144 (8,9%)	119 (7,3%)	924 (56,8%)	440 (27,0%)
Dos segundos aos quintos comentários (localização 2 a 5)	71 (11,3%)	33 (5,2%)	272 (43,2%)	253 (40,3%)
Dos sextos aos décimos comentários (localização 6 a 10)	27 (16,9%)	11 (6,9%)	52 (32,5%)	70 (43,7%)
Depois dos décimos comentários (localização a partir de 11)	17 (18,1%)	11 (11,1%)	28 (29,8%)	38 (40,4%)

Figura 48: Transformação das atitudes na medida em que os usuários continuam respondendo



Isso indica que, na medida em que a discussão estruturalmente recíproca avança (troca de respostas entre os mesmos usuários), ou eles adotam uma atitude mais recíproca (resposta significativa) ou menos recíproca (recusa e monólogo). Em outras palavras, as atitudes apresentadas nos comentários, ao avançar da cadeia, não continuam iguais, mas se transformam para melhor ou para pior a depender da cadeia.

5.4.2. Cadeias: Atitude x Estrutura

Para tornar possível a comparação das cadeias no nível das atitudes, caracterizei cada cadeia de acordo com as frequências de atitudes (recusa, monólogo, resposta simples, resposta significativa) na composição da cadeia, formando três classificações da seguinte forma: a) cadeias com ou sem recusa; b) cadeias com ou sem monólogos; c) cadeias com ou sem respostas

simples e d) cadeias com ou sem respostas significativas.. Depois, comparei essa caracterização com o índice de reciprocidade estrutural. Os resultados estão nas três tabelas a seguir:

Tabela 12: Presença de recusa x Reciprocidade Estrutural nas cadeias (a)

	Reciprocidade estrutural baixa (0 a 0,2)	Reciprocidade estrutural média (0,21 a 0,6)	Reciprocidade estrutural alta (maior que 0,6)	Total
Cadeias sem <i>recusa</i>	182 (56,7%)	105 (32,8%)	34 (10,6%)	321 (100%)
Cadeias com <i>recusa</i>	4 (6,7%)	36 (60,0%)	20 (33,3%)	60 (100%)

Ao contrário do esperado, as cadeias com recusa têm reciprocidade estrutural mais alta que as cadeias sem recusa. As cadeias com recusa são caracterizadas principalmente pela reciprocidade estrutural média (60%) ou alta (33%), apenas uma minoria tem reciprocidade estrutural baixa (6%). O oposto acontece nas cadeias sem recusa, em que a maior parte tem reciprocidade estrutural baixa (57%). Esse dado corresponde ao citado na seção 5.4.1., em que na medida em que os usuários avançam na troca recíproca de interações, há mais chances de ocorrer recusas de interação.

Tabela 13: Presença de monólogo x Reciprocidade Estrutural nas cadeias (a)

	Reciprocidade estrutural baixa (0 a 0,2)	Reciprocidade estrutural média (0,21 a 0,6)	Reciprocidade estrutural alta (maior que 0,6)	Total
Cadeias sem <i>monólogo</i>	167 (53,2%)	112 (35,7%)	35 (11,1%)	314 (100%)
Cadeias com <i>monólogo</i>	19 (28,3%)	29 (43,3%)	19 (28,4%)	67 (100%)

No caso dos monólogos, a maior parte deles têm reciprocidade média, mas há uma proporção igual de reciprocidade baixa e alta. Dessa forma, a reciprocidade estrutural e de atitudes é também inversa, assim como quando a recusa é observada, mas numa proporção menor.

Tabela 14: Presença de respostas simples x Reciprocidade Estrutural nas cadeias (a)

	Reciprocidade estrutural baixa (0 a 0,2)	Reciprocidade estrutural média (0,21 a 0,6)	Reciprocidade estrutural alta (maior que 0,6)	Total
Cadeias sem respostas simples	19 (52,3%)	15 (41,7%)	2 (5,6%)	36 (100%)
Cadeias com respostas simples	167 (48,4%)	126 (36,6%)	52 (15,0%)	345 (100%)

O caso das respostas simples é o único tipo de atitude em que a maior parte das cadeias têm reciprocidade baixa. Novamente o resultado observado quando olhamos para os comentários é reiterado: a reciprocidade estrutural, quando menor, implica em mais respostas simples.

Tabela 15: Presença de respostas significativas x Reciprocidade Estrutural nas cadeias (a)

	Reciprocidade estrutural baixa (0 a 0,2)	Reciprocidade estrutural média (0,21 a 0,6)	Reciprocidade estrutural alta (maior que 0,6)	Total
Cadeias sem respostas significativas	132 (67,3%)	53 (27,0%)	11 (5,6%)	196 (100%)
Cadeias com respostas significativas	54 (29,2%)	88 (47,6%)	43 (23,2%)	185 (100%)

Assim como a *recusa* e o *monólogo*, as cadeias com respostas significativas têm uma reciprocidade estrutural mais alta do que as cadeias sem reciprocidade significativa. Isso significa que a presença de recusas, monólogos e respostas significativas está atrelada às cadeias com reciprocidade estrutural média e alta, enquanto a presença de respostas simples está

atrelada às cadeias com reciprocidade estrutural baixa. Em outras palavras, nas cadeias em que os usuários se respondem mutuamente, continuando a discussão, mantendo as interações ao serem respondidos, há mais atitudes melhores (respostas significativas) e piores (recusas e monólogos).

5.4.3. Cadeias: Atitude x Discurso

Uma atitude mais recíproca nas cadeias está atrelada à reciprocidade no nível dos discursos? Ou seja, em que medida cadeias com presença de atitudes como recusa, monólogo e engajamento significativo apresentam uma discussão menos ou mais recíproca discursivamente?

Tabela 16: Presença de recusa x Reciprocidade discursiva nas cadeias (a)

	Reciprocidade discursiva nula (99)	Reciprocidad e discursiva zero (0)	Reciprocidade discursiva parcial (até 0,5)	Reciprocidade discursiva alta (maior que 0,5)	Total
Cadeias sem <i>recusa</i>	104 (32,4%)	99 (30,8%)	61 (19,0%)	57 (17,8%)	321 (100%)
Cadeias com <i>recusa</i>	4 (6,7%)	5 (8,3%)	47 (78,3%)	4 (6,7%)	60 (100%)

As cadeias com recusa são, em grande maioria, caracterizadas por uma reciprocidade discursiva entre 0,01 e 0,5 (parcial). Isso significa que as cadeias em que aparecem comentários recusando a reciprocidade, são cadeias em que há alguma, embora não alta, similaridade nas definições de problema - os usuários estão em alguma medida buscando ser recíprocos no nível do conteúdo a ser debatido.

Tabela 17: Presença de monólogo x Reciprocidade discursiva nas cadeias (a)

	Reciprocidade discursiva nula (99)	Reciprocidad e discursiva zero (0)	Reciprocidade discursiva parcial (até 0,5)	Reciprocidade discursiva alta (maior que 0,5)	Total
Cadeias sem monólogo	104 (33,1%)	91 (28,9%)	69 (21,9%)	50 (16,0%)	314 (100%)
Cadeias com monólogo	4 (5,9%)	13 (19,4%)	39 (58,2%)	11 (16,4%)	67 (100%)

Algo similar ocorre com os monólogos, mas, nesse caso, há uma variedade maior de reciprocidade discursiva: há uma proporção maior de reciprocidades discursivas de valor zero e também as altas. Ainda assim, a maior parte das cadeias com monólogo tem uma reciprocidade discursiva parcial.

Tabela 18: Presença de resposta simples x Reciprocidade discursiva nas cadeias (a)

	Reciprocidade discursiva nula (99)	Reciprocidad e discursiva zero (0)	Reciprocidade discursiva parcial (até 0,5)	Reciprocidade discursiva alta (maior que 0,5)	Total
Cadeias sem resposta simples	4 (11,1%)	5 (13,9%)	9 (25,0%)	18 (50,0%)	36 (100%)
Cadeias com resposta simples	104 (30,1%)	99 (28,7%)	99 (28,7%)	43 (12,5%)	345 (100%)

De forma similar ao que ocorre no caso da reciprocidade estrutural, a atitude de resposta simples é a única atitude que, quando olhamos as cadeias com sua presença, está atrelada a uma reciprocidade discursiva mais nula e zerada.

Tabela 19: Presença de resposta significativa x Reciprocidade discursiva nas cadeias (a)

	Reciprocidade discursiva nula (99)	Reciprocidade e discursiva zero (0)	Reciprocidade discursiva parcial (até 0,5)	Reciprocidade discursiva alta (maior que 0,5)	Total
Cadeias sem resposta significativa	100 (51,0%)	64 (32,6%)	9 (4,5%)	23 (11,7%)	196 (100%)
Cadeias com resposta significativa	8 (4,3%)	40 (21,6%)	99 (53,5%)	38 (20,5%)	185 (100%)

A atitude resposta significativa é a única que está atrelada a uma ocorrência maior de reciprocidade discursiva alta: 9% a mais de casos com alta reciprocidade discursiva ocorrem em cadeias com alguma resposta significativa em relação àquelas que não possuem respostas significativas. A presença de respostas significativas está portanto atrelada à alta reciprocidade discursiva.

5.4.4. Cadeias: Estrutura x Discurso

Por fim, a última comparação é entre os níveis da estrutura e dos discursos. Nas cadeias com mais reciprocidade estrutural, há também mais reciprocidade nos discursos? Os resultados mostram que sim, embora com uma exceção: quase não existem cadeias com reciprocidade estrutural alta e reciprocidade discursiva alta. Apesar disso, a presença de mais reciprocidade estrutural significa também menos reciprocidade discursiva nula, menos reciprocidade discursiva zero e radicalmente mais reciprocidades discursivas parcial, demonstrando que aquelas cadeias com muitas interações recíprocas dificilmente resultam em uma discussão com definições de problema absolutamente distintos. Ao continuar sendo recíproco e respondendo, os usuários utilizam parcialmente os enquadramentos colocados pelos seus antecessores, respondendo parcialmente da forma com que seus parceiros de diálogo definem a realidade e o problema. No entanto, como ressaltai, dificilmente esse mesmo tipo de cadeia (com alta reciprocidade estrutural) terá também uma alta reciprocidade discursiva, o que implica dizer que embora os usuários nesse tipo de interação tentem parcialmente colocar seus pontos de vista da forma como os outros também definem o problema, eles dificilmente o fazem de forma

completa, e frequentemente ignoram algumas definições colocadas antes, enquanto utilizam outras.

Tabela 20: Reciprocidade Estrutural x Reciprocidade discursiva nas cadeias (a)

	Reciprocidade discursiva nula (99)	Reciprocidade e discursiva zero (0)	Reciprocidade discursiva parcial (até 0,5)	Reciprocidade discursiva alta (maior que 0,5)	Total
Reciprocidade estrutural baixa (0 a 0,2)	79 (42,5%)	70 (37,6%)	6 (3,2%)	31 (16,7%)	186 (100%)
Reciprocidade estrutural média (0,21 a 0,6)	21 (14,9%)	28 (19,8%)	64 (45,5%)	28 (19,8%)	141 (100%)
Reciprocidade estrutural alta (maior que 0,6)	8 (14,8%)	6 (11,1%)	38 (70,4%)	2 (3,8%)	54 (100%)

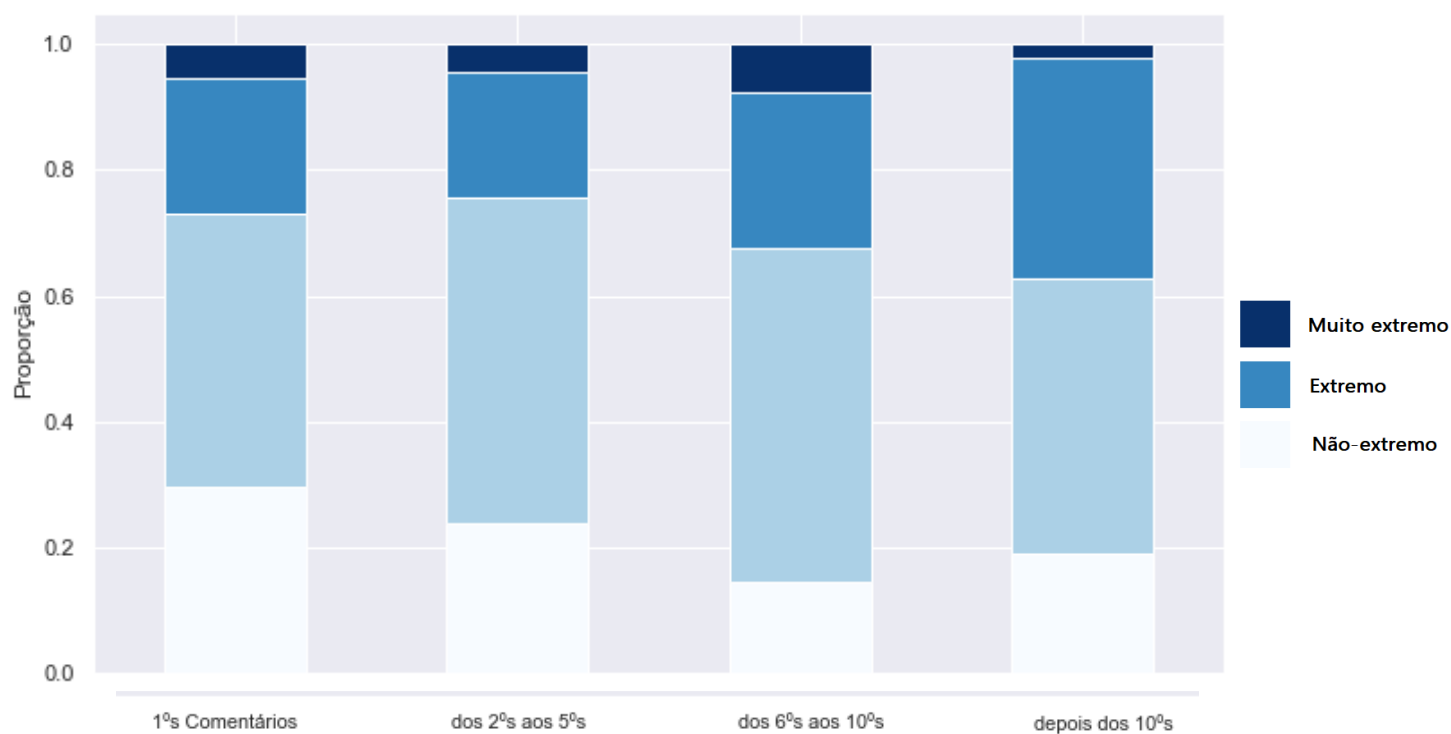
5.5. Reciprocidade x Polarização

Nessa seção, mostro os resultados que combinam as medidas de reciprocidade e de posição. Primeiro, mostro o paralelo entre o extremismo das posições e a reciprocidade da estrutura (5.5.1), atitudes (5.5.2.) e discursos (5.5.3). Depois, mostro como as reciprocidades ocorrem entre posições distintas (5.5.4.)

5.5.1. Reciprocidade (estrutura) e Posições Extremas

A relação entre a reciprocidade estrutural e as posições extremas é ambígua: por um lado, os discursos extremos aumentam na medida em que os usuários avançam nas cadeias de interação. Por outro lado, após atingir muitas interações recíprocas (depois da 10ª interação recíproca na cadeia), os discursos muito extremos quase desaparecem.

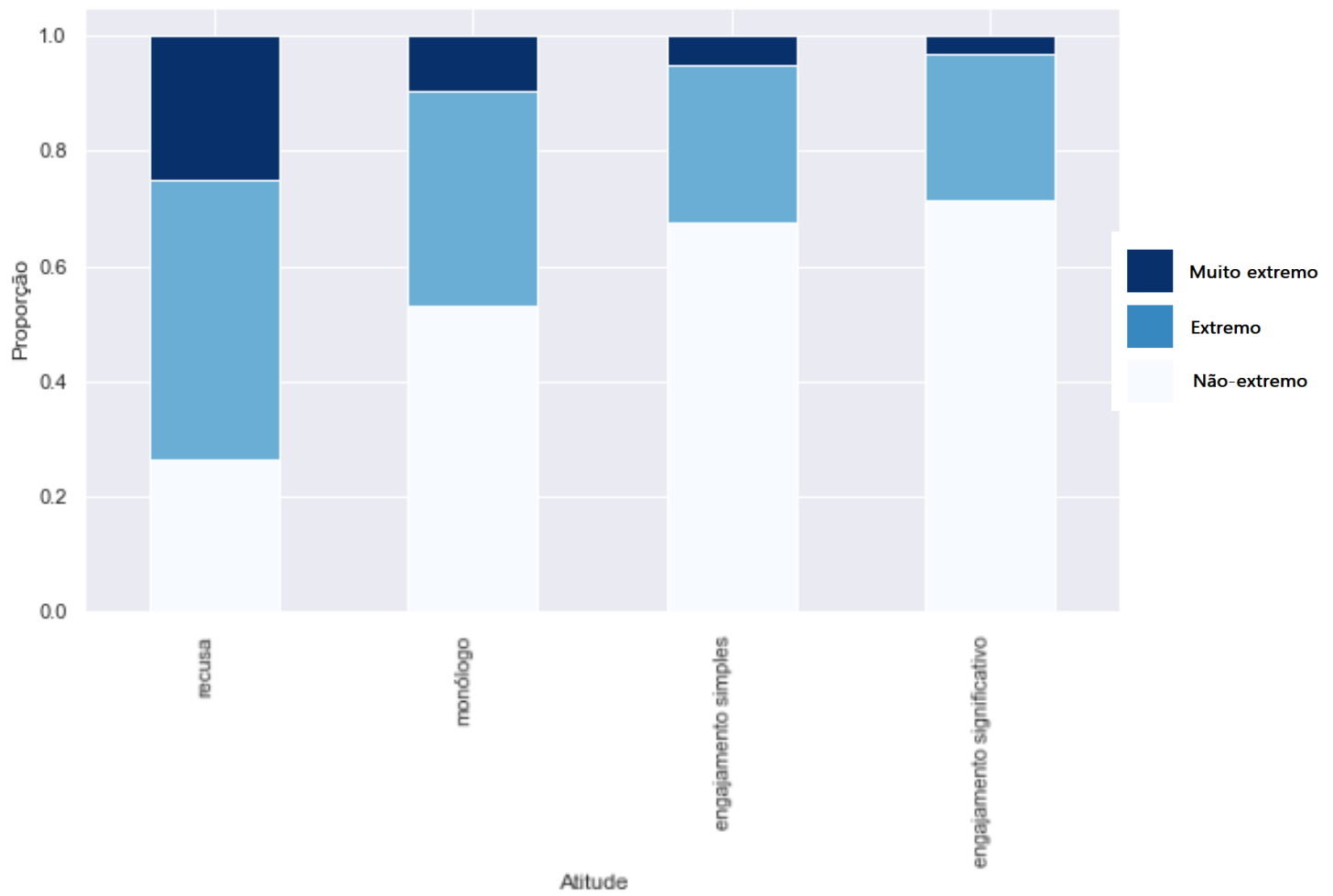
Figura 49: Transformação na intensidade da posição na medida em que usuários continuam respondendo na cadeia



5.5.2. Reciprocidade (atitudes) e Posições Extremas

No caso da reciprocidade no nível das atitudes, a relação é mais evidente: uma atitude menos recíproca também significa uma posição mais extrema. Os comentários com uma atitude mais recíproca (resposta significativa), são aqueles que apresentam um discurso menos extremo.

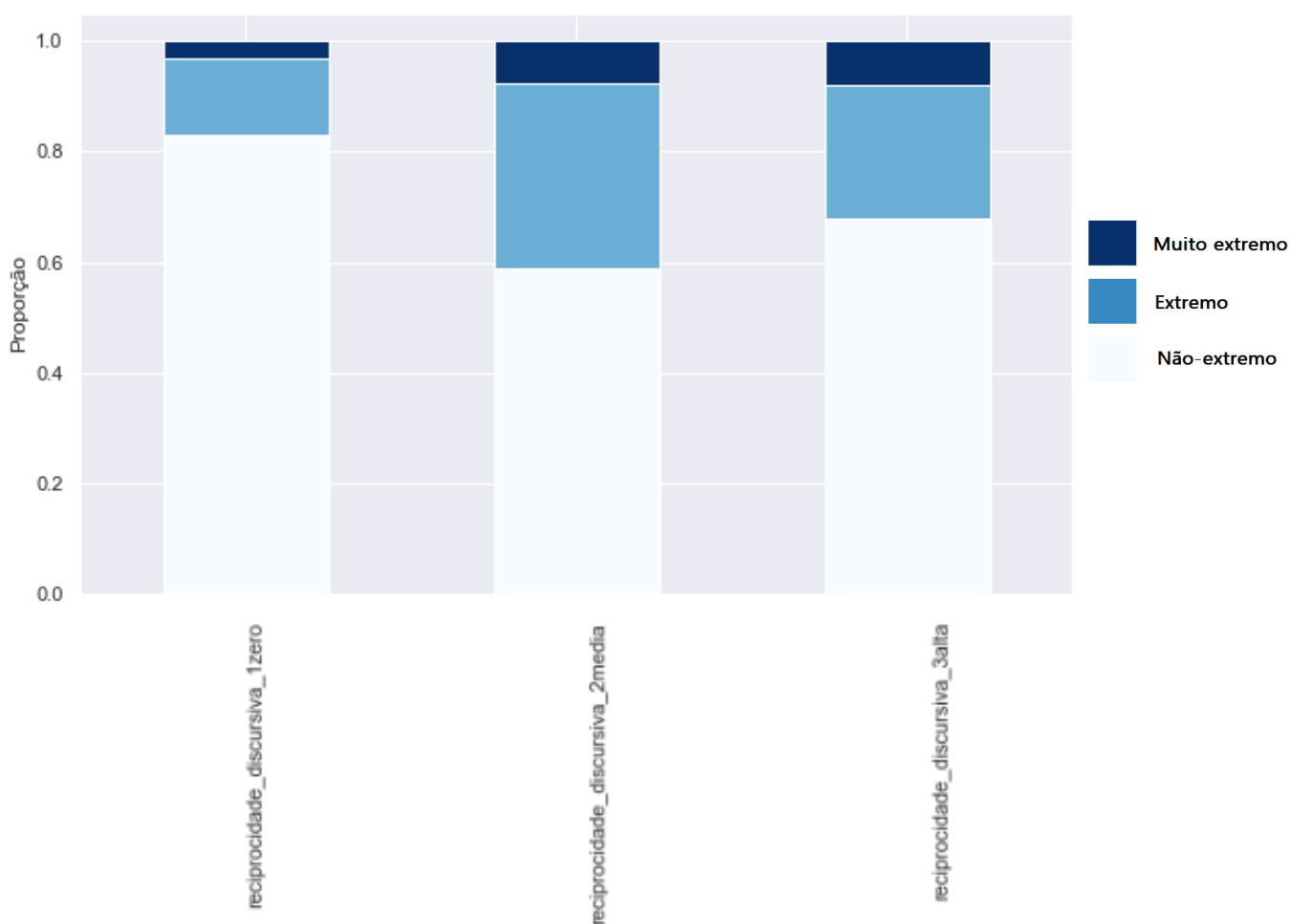
Figura 50: Intensidade da posição associada a cada atitude



5.5.3. Reciprocidade (discursos) e Posições Extremas

Assim como no caso da reciprocidade no nível da estrutura, no caso dos discursos também há uma ambiguidade: os comentários feitos em cadeias com zero reciprocidade discursiva são menos extremos que os demais, mostrando que, quando a discussão é feita sem que os participantes falem sobre e através das mesmas definições, os discursos tendem a estar menos polarizados. No entanto, nas cadeias com reciprocidade discursiva alta, os discursos são menos polarizados que nas cadeias com reciprocidade discursiva baixa. Ou seja, os discursos são menos extremos quando os usuários não estão *de fato* em um diálogo, o que não é bom de fato para o processo de reciprocidade entre discordâncias profundas. Mas a segunda melhor situação é quando as cadeias são altamente recíprocas discursivamente - situação melhor do que quando são apenas parcialmente.

Figura 51: Intensidade das posições associadas à reciprocidade discursiva da cadeia



5.5.4. Reciprocidades entre posições distintas

As cadeias de interação têm diferentes composições no que se refere às posições no debate sobre o aborto. Há cadeias predominantemente formadas por comentários a favor da legalização, outras por comentários contra, outras mistas, outras com mais comentários balanceados e outras com comentários sem posição. Para compreender como ocorreu a reciprocidade entre posições distintas, os resultados a seguir mostram as características de reciprocidade das cadeias mais heterogêneas em comparação com as cadeias mais homogêneas. Classifiquei as cadeias da amostra entre cadeias mistas e não-mistas. As mistas são aquelas em que há comentários contra e a favor, e as não-mistas em que isso não ocorre. Das 381 cadeias da amostra, 119 se mostraram mistas, e 262 não-mistas.

No caso da reciprocidade na estrutura, as cadeias mistas têm um índice mais alto do que as cadeias não-mistas. Observando qualitativamente as cadeias é possível dizer que isso ocorre porque as interações entre usuários de posição similar não rendem, comumente, muitas interações (longas cadeias recíprocas). Quando os usuários têm uma mesma posição, eles, nesse ambiente, costumam trocar poucas mensagens e então deixar a interação. Já nas interações entre usuários com posições distintas, há mais reciprocidade estrutural, os usuários se respondem e continuam se respondendo mais frequentemente.

Tabela 21: *Reciprocidade Estrutural x Heterogeneidade das cadeias*

	Reciprocidade estrutural baixa (0 a 0,2)	Reciprocidade estrutural média (0,21 a 0,6)	Reciprocidade estrutural alta (maior que 0,6)	Total
Cadeias mistas	27 (22,7%)	58 (48,8%)	34 (28,6%)	119 (100%)
Cadeias não-mistas	159 (60,7%)	83 (31,7%)	20 (7,6%)	262 (100%)

No caso da reciprocidade nas atitudes, cerca de metade das cadeias mistas têm presença da atitude recusa da reciprocidade, mas nas cadeias não-mistas, isso quase não ocorre. Esse resultado é esperado: a recusa da reciprocidade ocorre quase exclusivamente nas interações entre comentadores com posições distintas sobre o tema em jogo. O caso do monólogo é

levemente distinto: há menos casos de monólogos nas cadeias mistas do que recusas. No entanto, ainda assim há mais monólogos nas cadeias mistas do que nas não-mistas. O engajamento simples aparece em quase todas as cadeias, mistas e não-mistas. Por fim, no caso das respostas significativas, as cadeias mistas apresentam muito mais casos de respostas significativas que as cadeias não-mistas. Resumidamente: as cadeias não-mistas têm predominantemente a atitude de respostas simples, seguido por alguns casos especialmente de monólogo. As cadeias mistas têm mais casos de recusa e resposta significativa, mas também alguns casos de monólogo.

Tabela 22: *Presença de recusa x Heterogeneidade das cadeias*

	Cadeias com recusa	Cadeias sem recusa	Total
Cadeias mistas	49 (41,2%)	70 (58,8%)	119 (100%)
Cadeias não-mistas	11 (4,2%)	251 (95,8%)	262 (100%)

Tabela 23: *Presença de monólogo x Heterogeneidade das cadeias*

	Cadeias com monólogo	Cadeias sem monólogo	Total
Cadeias mistas	39 (32,8%)	80 (67,2%)	119 (100%)
Cadeias não-mistas	28 (10,7%)	234 (89,3%)	262 (100%)

Tabela 24: *Presença de resposta simples x Heterogeneidade das cadeias*

	Cadeias com respostas simples	Cadeias sem respostas simples	Total
Cadeias mistas	101 (84,9%)	18 (15,1%)	119 (100%)
Cadeias não-mistas	244 (93,1%)	18 (6,9%)	262 (100%)

Tabela 25: *Presença de resposta significativa x Heterogeneidade das cadeias*

	Cadeias com respostas significativas	Cadeias sem respostas significativas	Total
Cadeias mistas	103 (86,6%)	16 (13,4%)	119 (100%)
Cadeias não-mistas	82 (31,3%)	180 (68,7%)	262 (100%)

Por fim, as cadeias mistas também apresentam um nível maior de reciprocidade no nível dos discursos. Ao responder aqueles que pensam de forma distinta, os usuários utilizam as mesmas definições de problema com mais frequência do que quando estão dialogando com aqueles que pensam de forma similar.

Tabela 26: *Reciprocidade dos discursos x Heterogeneidade das cadeias*

	Reciprocidade discursiva nula (99)	Reciprocidade e discursiva zero (0)	Reciprocidade discursiva parcial (até 0,5)	Reciprocidade discursiva alta (maior que 0,5)	Total
Cadeias mistas	1 (0,8%)	19 (15,9%)	78 (65,5%)	21 (17,7%)	119 (100%)
Cadeias não-mistas	107 (40,8%)	85 (32,4%)	30 (11,4%)	40 (15,3%)	262 (100%)

5.5. Resumo dos resultados das cadeias de interação

Durante esse capítulo apresentei diferentes características das cadeias de interação a fim de explorar variados aspectos da reciprocidade. O esquema a seguir resume os principais resultados:

Estruturas recíprocas (aspectos gerais)

- Mais da metade dos comentários coletados estão inseridos em uma cadeia de interação, mostrando que os usuários, ao comentarem, se interessam em discutir com outros usuários e não apenas em responder ao *post*.
- Boa parte dos usuários que participou das cadeias de interação respondeu apenas uma vez e deixou a discussão (70%). Mas uma parte também importante continuou respondendo ao ser respondido, alcançando algum nível de reciprocidade estrutural (26% respondeu de duas a cinco vezes na mesma cadeia, e 4% respondeu mais de seis vezes).
- Em cerca de metade das cadeias não há nenhuma relação recíproca. Nas cadeias que possuem relações recíprocas, 46,9% tem apenas uma relação recíproca, 30,8% de duas a cinco relações recíprocas e 22,3% mais de cinco relações recíprocas.

Atitudes recíprocas (aspectos gerais)

- A maioria dos comentários (50,8%) adota uma atitude de responder de maneira simples, sem recusar a reciprocidade ou falar sozinho, mas também sem responder de maneira significativa. Contudo, uma parte também importante (31,9%) apresenta uma atitude altamente recíproca, com uma resposta significativa, voltada para o outro. 10,3% dos comentários recusa a reciprocidade e 6,9% falam sozinhos.

-
- As atitudes não estão igualmente distribuídas entre as cadeias: grande parte delas possui, por exemplo, apenas recusas, ou muitas recusas, ou apenas respostas significativas, ou muitas respostas significativas. Isso indica que, ao participar de uma cadeia em que há determinado tipo de atitude, o usuário tem mais chances de ter aquela mesma atitude menos ou mais recíproca.

**Discursos recíprocos
(aspectos gerais)**

- Parte das cadeias apresentou reciprocidade discursiva nula (28%) e zerada (28%). Apenas 16% apresentou reciprocidade discursiva alta, enquanto 27% apresentou reciprocidade discursiva parcial. Isso significa que as cadeias em que os usuários buscam responder utilizando as definições do problema usadas anteriormente são minoria, embora existam. É mais comum que eles ou ignorem as definições de problema anteriores, ou as utilizem apenas parcialmente (utilizam algumas e ignoram outras).

**Relação entre os
níveis de
reciprocidade**

- Ao avançar nas cadeias (continuar respondendo), a atitude dos usuários muda: há mais respostas significativas e recusas de reciprocidade. Em outras palavras, as atitudes apresentadas nos comentários, ao avançar da cadeia, não continuam iguais, mas se transformam para melhor ou para pior a depender da cadeia. Esse dado se confirma na análise das cadeias: as atitudes de recusa da reciprocidade e resposta significativa aparecem mais nas cadeias com reciprocidade estrutural alta. As cadeias com reciprocidade estrutural baixa são mais formadas pelas respostas simples.
 - A atitude de *recusa* aparece prioritariamente nas cadeias com reciprocidade discursiva parcial: ou seja, nas cadeias em que os usuários estão em alguma medida buscando ser recíprocos no nível do conteúdo a ser debatido. No caso das *respostas significativas*, a maior parte também está nas cadeias com reciprocidade discursiva parcial, mas uma boa parte também está nas cadeias com reciprocidade discursiva alta. Já a atitude da *resposta simples* tem mais incidência nas cadeias com reciprocidade discursiva nula ou zero.
 - Nas cadeias com mais reciprocidade estrutural, há também mais reciprocidade nos discursos, embora com uma exceção: quase não existem cadeias com reciprocidade estrutural alta e também reciprocidade discursiva alta. Apesar disso, a presença de mais reciprocidade estrutural significa radicalmente mais casos de reciprocidade discursiva ao menos parcial.
-

Relação entre os níveis de reciprocidade e as posições

- Apenas um terço das cadeias tem comentários contra e a favor a legalização do aborto (contato entre posições distintas). Nessas cadeias (mistas), há mais reciprocidade estrutural, mais recusas e respostas significativas, e mais reciprocidade discursiva.
 - As posições *extremas* aumentam quando as interações avançam. Mas as *muito extremas* quase desaparecem após muitas interações.
 - O extremismo da posição tem uma relação evidente com a reciprocidade (atitude): quanto mais a atitude é recíproca, menos extrema é a posição.
 - As posições são menos extremas quando a reciprocidade discursiva é zero, ou seja, quando os usuários não estão falando sobre a mesma coisa. As posições são mais extremas quando a reciprocidade discursiva é parcial (quando os usuários ignoram algumas definições de problema colocadas anteriormente enquanto adentram em outras). O extremismo das posições é um pouco menor que esse último caso quando a reciprocidade discursiva é alta.
-

Nessa análise conclui-se que é possível encontrar um nível considerável das três reciprocidades nas cadeias de discussão - embora a construção da reciprocidade discursiva pareça ser mais conturbada no tipo de discussão aqui analisado, e a reciprocidade no nível das atitudes, mesmo que em um formato simples, mais facilmente encontrado. Ao comparar as reciprocidades, vemos que as três dimensões estão relacionadas umas com as outras, embora às vezes através de um movimento ambíguo. As atitudes se transformam se tornando menos ou mais recíprocas quando há mais reciprocidade nas estruturas e também quando há mais reciprocidade no nível dos discursos. Ou seja, quando os usuários estão se respondendo (estrutura), e falando em termos mais similares (discursos), é quando aumentam tanto os casos de recusa do diálogo como os casos de uma atitude voltada para o entendimento com o outro. Esse movimento ambíguo também aparece quando as posições (e seu nível de extremismo) entram em jogo. Nas cadeias em que há contato entre posições distintas, nas atitudes há mais frequência tanto de recusas de reciprocidade quanto de respostas significativas. Além disso, nas cadeias com posições heterogêneas, há mais reciprocidade estrutural e mais reciprocidade discursiva.

Outras duas ambiguidades aparecem quando se analisa também o quão extremas são as posições. Ao avançar na discussão, os comentários se tornam mais *extremos*, com uma exceção: ao permanecer muito tempo na interação, os discursos *muito extremos* quase desaparecem (embora os *extremos* aumentem). Quando as cadeias têm reciprocidade discursiva zerada (os usuários não estão ao menos apreendendo o problema da mesma forma, ou falando sobre a mesma coisa), as posições são menos extremas. Elas se tornam mais extremas quando os usuários apreendem o problema de forma parcialmente similar. Já a relação entre reciprocidade nas atitudes e as posições extremas é direta: quanto mais recíproca é a atitude expressa em um comentário, menos extrema é a expressão da posição.

5.6. Discussão

A reciprocidade é medida nessa tese através de três dimensões distintas: estruturas, atitudes e discursos. Cada uma das três dimensões têm um impacto na forma como grupos distintos se respondem e na forma como se tratam nos debates, e às vezes esse impacto é ambíguo. Nesse sentido, os resultados aqui encontrados dialogam com a literatura de reciprocidade e polarização de diferentes maneiras. A depender da configuração, confirma-se a ideia de que a reciprocidade garante um debate menos polarizado. Por outro lado, adentrar mais profundamente e prolongadamente nas discussões, aumentar a zona de contato e colocar em choque os discursos pode fazer com que o debate se torne mais disruptivo. Eu agora discuto os resultados desse capítulo de acordo com cinco preocupações principais que identifiquei nos estudos de reciprocidade e polarização em discussões online.

A **primeira** preocupação é com a forma como indivíduos e grupos com posições distintas se tratam em discussões online. Os resultados dessa tese têm importantes implicações para esse conjunto de estudos que observam a criação de um antagonismo extremo e impedor de debates. Os achados sugerem que esse problema de fato ocorre nas discussões online sobre o aborto no Brasil. Uma parte considerável dos comentários apresenta algum nível de extremismo, endereçando grupos opostos com estereótipos e insultos. Uma parte minoritária mas não irrelevante apresenta um discurso muito extremo, dizendo que os grupos opostos não deveriam ao menos existir, ou que não é possível uma coexistência democrática com eles. O antagonismo extremo, ou as “divisões severas entre campos políticos opostos” (Carothers & O’Donohue, 2019) marcam as discussões políticas hoje, mas, no caso aqui estudado, não a ponto de impedir de maneira absoluta uma atitude voltada ao diálogo. Embora com problemas, foi possível encontrar ao menos de forma parcial reciprocidade nos três níveis analisados, e esses níveis de reciprocidade, a depender da configuração que assumem, têm um impacto

complexo (podendo ser positivo) na construção dos diálogos, mesmo que seja no sentido de uma maior exposição da discordância, como discuto nos próximos parágrafos.

A **segunda** preocupação identificada é com as características gerais das conversações políticas online. Ainda há dúvida sobre a possibilidade de construção de interações recíprocas em ambientes online, já que os usuários podem parecer estar pouco abertos para debates e discussões. Nesse estudo mostro que mais da metade dos comentários coletados estão inseridos em uma cadeia de interação, indicando que os usuários, ao comentarem, se interessam em discutir com outros usuários e não apenas em responder ao post. Além disso, os resultados dessa tese mostram que a grande maioria dos comentários apresenta uma atitude recíproca mesmo que seja de maneira simples, embora a recusa e os monólogos também estejam presentes. Apesar disso, a maioria (70%) dos usuários ao participar em uma cadeia de interações, respondeu e deixou a discussão, mostrando que o comportamento mais comum é não dar prosseguimento à conversação. Embora ocorram em menor proporção, as cadeias com interações estruturalmente recíprocas existem e colocam usuários frente a frente em conversações importantes nas quais eles estão minimamente dispostos a se responderem.

A **terceira** preocupação identificada é com a existência de contato entre indivíduos e grupos com posições divergentes, já que as evidências empíricas mostram crescimento da polarização quando as interações são homogêneas (Mutz, 2006; Grönlund, Herne & Setälä, 2015). As evidências de estudos anteriores relacionadas a essa preocupação são complexas: enquanto alguns estudos apontam uma fragmentação das discussões online e enclausuramentos (Sunstein, 2001; 2007; 2017), e um impacto dos filtros das plataformas na formação de bolhas entre indivíduos *like-minded* (Pariser, 2011; Colleoni et al., 2014; Settle, 2018), outros estudos mostram contato entre os diferentes nas plataformas digitais e exposição a conteúdos dissonantes (Stromer-Galley, 2002; Stromer-Galley & Muhlbecker, 2009; Brundidge, 2010; Bruns, 2019). Nos debates sobre o aborto aqui analisados, um terço das *cadeias de resposta* apresentaram contato entre usuários com posições opostas. Os outros dois terços são formados por usuários com posições homogêneas, ou homogêneas e balanceadas, ou sem posição. Embora as cadeias mistas (ou heterogêneas, com posições divergentes) não sejam a maioria, a presença delas (um terço dos casos) está longe de ser desprezível, mostrando que há alguma interação direta entre aqueles com posições distintas. Interessantemente, são essas as cadeias (as heterogêneas) que possuem reciprocidade estrutural e discursiva mais alta. Ao interagir com aqueles com quem discordam, os usuários continuam respondendo mais vezes, ao contrário das interações com aqueles com quem concordam - caso em que, na maior parte das vezes, respondem e deixam a interação. Da mesma forma, nas interações entre usuários com posições

distintas, as definições de problema têm mais similaridade, mostrando que os usuários estão mais preocupados em endereçar pontos e abordagens levantados pelos outros usuários do que quando interagem com aqueles com quem já concordam.

A **quarta** preocupação é se o contato entre os divergentes leva à diminuição da polarização. Embora parte dos estudos sobre polarização online se preocupou com a fragmentação e o enclausuramento, estudos recentes têm mostrado que a exposição aos “outros desagradáveis” (Settle, 2018) pode, na verdade, aumentar a polarização. Por exemplo, Bail et al (2018) mostram que após serem expostos a conteúdos de líderes e partidos de ideologias opostas, os indivíduos podem apresentar posições mais extremas do que as que apresentavam antes da exposição. Em um outro exemplo, Yardi & Boyd (2010) mostram que em uma discussão sobre o aborto no Twitter, houve alto contato dos indivíduos com opiniões diversas. Mas a restrição de caracteres da plataforma e a recusa de diálogo por parte de algumas pessoas fizeram com que essa exposição à divergência não levasse a uma debate racional e justificado, mas sim à um debate apressado calcado em emoções negativas como a raiva. No mesmo sentido desses estudos, no caso aqui estudado são nas cadeias onde há contato entre os divergentes que surgem mais casos de *recusas de reciprocidade* - situação em que os usuários se negam ao diálogo, se negam a ouvir e a conversar. No entanto, ao mesmo tempo em que as recusas aumentam nas cadeias com contato entre os diferentes, as *respostas significativas* também crescem, confirmando a ideia de alguns estudiosos que o contato entre grupos divergentes pode causar uma atitude positiva, de busca por entendimento mútuo e compreensão de pontos de vista distintos (Grönlund, Herne & Setälä, 2015).

A **quinta** preocupação é com a medida em que a reciprocidade é capaz de atenuar ou diminuir a polarização. Os autores que defendem a reciprocidade como um conceito chave para uma política deliberativa constitutiva da Democracia argumentam que interações recíprocas possibilitam a coexistência de grupos divergentes e é o caminho possível na resolução de conflitos e desacordos profundos (Dryzek et al, 2019; Grönlund, Herne & Setälä, 2015). Essa ideia é em partes confirmada e em partes negada nesta tese. Existe uma série de estudos sobre a relação entre *reciprocidade deliberativa* e *polarização* em ambientes controlados de discussão, como assembleias de cidadãos, experimentos deliberativos e demais formas de minipúblicos (Caluwaerts, 2012; Orozco & Ugarriza, 2014; Grönlund, Herne & Setälä, 2015; Maia et al, 2017; Flynn & Caluwaerts, 2018). Mas são raros os estudos que investigam essa relação em discussões espontâneas, informais, que ocorrem no dia-a-dia das redes sociais online. Talvez porque essas conversações já sejam interpretadas no campo deliberacionista logo de cara como não-recíprocas, potencializadoras da polarização. Embora as discussões aqui

estudadas tenham demonstrado um grau importante de dificuldade no estabelecimento especialmente da reciprocidade estrutural e discursiva - além da importante presença de discursos extremos - quando encontramos reciprocidade nas cadeias, é possível observar uma relação complexa e ambígua com a polarização a depender da configuração dessa reciprocidade - que varia a depender do nível em que ela é analisada (estrutura, atitude e discurso).

Destaco primeiro a complexidade no caso da reciprocidade estrutural: quanto mais avançados estão os comentários em uma cadeia de respostas recíproca, mais eles apresentam discursos *extremos*, o que mostra que a reciprocidade estrutural não causa uma diminuição desse tipo de discurso, mas sim um aumento. Por outro lado, os discursos *muito extremos* quase somem após muitas respostas recíprocas, demonstrando que, por mais que os usuários passem a ter uma atitude mais confrontativa em direção ao grupo oposto após trocarem respostas com integrantes dele, se a interação recíproca persiste eles não mais tratam tal grupo como se ele não deveria coexistir com eles. Embora a troca de respostas entre indivíduos que discordam possa não levar a um consenso, ou até mesmo levar a uma intensificação do conflito como observado nessa tese, ela pode possibilitar a coexistência entre os divergentes (Dryzek & Niemeyer, 2006). Nessa visão deliberacionista menos focada no consenso, a proposta “não é remover o conflito, mas focar na norma do respeito mútuo, por meio do qual, através do processo de deliberação, a lacuna entre as diferenças dos participantes é reduzida e eles concordam em discordar sobre aquelas que permanecem” (Suiter et al, 2021, p. 5).

A relação entre a reciprocidade discursiva e o quão extremos são os discursos é também ambígua. As cadeias de resposta podem ser categorizadas em termos de sua reciprocidade discursiva através de três níveis: (a) aquelas que têm reciprocidade discursiva zerada, ou seja, as definições utilizadas pelos comentadores são radicalmente distintas (é possível dizer que eles não estão nem falando sobre a mesma coisa). Nesse caso, as posições são bem menos extremas; (b) aquelas que têm reciprocidade discursiva parcial, ou seja, quando os comentadores ignoram algumas definições de problema colocadas anteriormente enquanto mobilizam outras. Nesse caso, as posições são bem mais extremas; (c) e, por fim, o caso mais raro, as cadeias com reciprocidade discursiva alta, ou seja, quando a maior parte das definições é compartilhada pelos comentadores ao longo da cadeia. Nesse caso, as posições são menos extremas do que na reciprocidade parcial, mas ainda assim mais extremas que o caso da reciprocidade zero.

O resultado encontrado aqui vai contra a ideia de que mais polarização significa menor atenção direcionada ao conteúdo do que está sendo discutido (Druckman, Peterson & Slothuus, 2013). É quando discutem através de definições ao menos parcialmente similares é que os indivíduos apresentam discursos mais extremos. O enfrentamento substantivo, portanto, no

caso aqui estudado, está positivamente relacionado a discursos mais extremos. Obviamente espera-se e anseia-se por cadeias de interação com baixa presença de discursos *extremos* ou *muito extremos*, mas qual o sentido se isso ocorrer quando os usuários não estão ao menos falando sobre a mesma coisa? É a partir da confrontação discursiva que os discursos extremos aparecem mais, mas é precisamente essa confrontação discursiva a capaz de produzir resultados substantivos em uma discussão. Ao colocarem na “mesa” das interações recíprocas as suas discordâncias mais profundas é que essas mesmas discordâncias podem ser enfrentadas, mesmo que ao custo de um aumento dos discursos extremos. É nesse ponto que a reciprocidade discursiva deve ser aliada às outras dimensões da reciprocidade, especialmente as atitudes recíprocas, para que as discordâncias sejam tratadas de uma forma menos disruptiva.

Apesar da ambiguidade na relação da reciprocidade e o extremismo dos discursos quando observamos as cadeias de resposta, a atitude dos comentadores quando observada individualmente se mostra coerente entre as duas dimensões. Há uma relação negativa evidente entre as duas atitudes: quanto mais recíproca é a atitude expressa no comentário, menor é a chance dele apresentar um discurso *extremo* ou *muito extremo*. Essa associação é talvez a mais explícita em todos os cálculos realizados na tese (veja Figura 50). Os comentários com *recusas* de reciprocidade têm bem mais discursos *extremos* e *muito extremos*, seguidos pelos *monólogos*, depois as *respostas simples*, e em último lugar as *respostas significativas*. Essa relação direta evidencia dois pontos. Primeiro, mostra a íntima relação entre reciprocidade e polarização no nível das atitudes. Ao decidir ser mais recíproco e se voltar mais para os outros, um comentador tem menos chances adotar uma postura extrema. Segundo, mostra como o método escolhido aqui para categorização das atitudes recíprocas é preciso. As quatro atitudes possíveis aqui categorizadas (*recusa*, *monólogo*, *resposta simples* e *resposta significativa*) representam uma escala de reciprocidade que se mostra coerente com a realidade empírica das discussões. Essa categorização alcança tal precisão ao se basear em uma leitura ampla de diversos estudos prévios (Capítulo 3), e é inovadora ao associar diferentes aspectos propostos por esses estudos.

As discussões aqui analisadas não ecoam exatamente a ideia de uma excelente deliberação que despolariza - como aquela colocada por Sunstein em 2009 dizendo que “quando os grupos contêm subgrupos igualmente opostos, não se apeguem rigidamente às suas posições e ouvem uns aos outros, os membros se deslocarão para o meio; eles vão despolarizar. O efeito da mixagem será produzir moderação” (p. 48). Mas os resultados do cruzamento entre tipos de reciprocidade mostram que a persistência na interação pode, além de diminuir os discursos *muito extremos* como apontado anteriormente, possibilitar que as discordâncias mais profundas sejam

de fato enfrentadas, já que os usuários passam a discutir (e discordar) sobre (e sob) definições mais similares - cadeias com reciprocidade estrutural alta estão ligadas a um radical aumento na reciprocidade discursiva. Ou seja, os usuários saem da lógica de apenas abordar o problema do seu próprio jeito para então confrontarem suas ideias com as ideias daqueles que pensam diferente. Nessa tese mostro que a reciprocidade discursiva é difícil de ser construída, mas aparece justamente quando os usuários persistem nas interações. Ao persistirem nas interações (ir e vir de respostas) e passarem a discutir através de definições mais compartilhadas, as atitudes se transformam: crescem tanto as *recusas* quanto as *respostas significativas*.

Engajar-se reciprocamente em uma discussão é um risco, já que as disputas morais podem se intensificar e um conflito que estava submerso pode vir à tona (Gutmann & Thompson, 1997). Mas esse é um risco que vale a pena ser admitido (*idem*), já que evitar os desacordos mais profundos trás riscos ainda mais sérios para a Democracia (*idem*). Ao admitirmos tal risco, as disputas sobre o que de fato importa podem ser enfrentadas e visibilizadas, e podem vir à tona as “insatisfações morais legítimas que são suprimidas por métodos orientados pelo poder de lidar com o desacordo” (*idem*, p. 39). Por mais que possam chegar ao ponto de recusar o diálogo após interagirem mais vezes com aqueles com quem discordam, os usuários podem também transformar sua atitude positivamente, buscando mútuo entendimento. O crescimento das duas atitudes, opostas, ocorre em igual medida. Além disso, a relação entre reciprocidade estrutural e discursiva mostra que mesmo que haja o risco de interrupção do debate e aumento dos discursos extremos, a continuação da interação é que promove o enfrentamento discursivo, em que os participantes passam a disputar frente a frente suas próprias verdades - já que, antes disso, há mais chance deles simplesmente apresentarem seus pontos de vista utilizando suas próprias definições sobre o problema, ignorando a forma como os outros pensam.

Considerações finais

É possível associar a reciprocidade a diversos benefícios democráticos, como o aprendizado sobre posições distintas, mudança de opiniões e preferências, razões mais informadas, prevenção de erros, desenvolvimento da empatia e confiança, entendimento e reconhecimento mútuos e orientação para o bem comum. Esses benefícios são exemplos que derivam da função primária da reciprocidade: a de garantir o status de verdadeiramente comunicacionais e dialógicas às conversações, discussões e deliberações. A reciprocidade é base da “virada deliberacionista” do pensamento democrático (Dryzek, 2000), já que a grande transformação trazida pelos teóricos deliberacionistas como Habermas e Rawls é a exigência, em primeiro lugar e acima de tudo, que as decisões e preferências políticas sejam construídas através das interações entre os cidadãos, e não monologicamente.

A importância da reciprocidade para as conversações, discussões e deliberações exige que os métodos para analisá-la sejam complexos e baseados em intenso esforço científico dos pesquisadores. Essa tese avança na construção de metodologias capazes de apreender diferentes facetas da reciprocidade. Embora a reciprocidade seja um dos princípios mais observados em estudos deliberacionistas (Sampaio, Barros & Morais, 2012), a maior parte dos estudos prévios utiliza apenas uma dimensão de apreensão desse conceito: ou a estrutura, ou as atitudes ou os discursos. Alguns estudos utilizam duas dimensões, buscando diferenciar e explicar as duas (Kies, 2010; Mendonça, Feitas e Oliveira, 2014; Esau & Friess, 2022). Mas não tomei conhecimento de nenhum estudo prévio que apresenta os três níveis de reciprocidade, nem de estudos que buscam mostrar como esses diferentes níveis se relacionam.

A combinação de métodos é uma alternativa importante diante da complexidade de determinados fenômenos (Tashakkori e Teddlie, 2003; Creswell, 2003; Johnson et al, 2007; Ronkainen, 2015). Combinar métodos em estudos na comunicação e política parece trazer uma visão mais ampliada dos processos interacionais (Maia et al, no prelo). Colocar em diálogo, por exemplo, tradições como as análises de rede e análises semânticas (Lycarião e Alves, 2016), possibilita enxergar discussões online através das chaves da estrutura e do discurso simultaneamente, e não apartadas. No caso da reciprocidade, mostrei ao longo da tese que existem três dimensões pesquisadas em estudos separados, abordadas através de métodos distintos (análise de rede, análise de conteúdo e análise de enquadramento/dicurso/semântica). Por isso, a combinação de métodos se mostra uma boa alternativa - ao combinar os esforços dessas três tradições é possível entender como os três níveis de reciprocidade se relacionam uns

com os outros. O quadro analítico aqui proposto é capaz de descortinar as dinâmicas de reciprocidade tanto em transformações a longo prazo quanto nas observações detalhadas em interações diretas entre usuários. A diferenciação entre os três níveis é importante também para entender a dinâmica de reciprocidade entre grupos opostos.

No Capítulo 4 mostrei como o método aqui proposto pode contribuir, embora com foco em uma questão específica (o tema do aborto), para ampliar a compreensão da polarização em discussões online no Brasil atual. O acirramento dos conflitos entre conservadores e progressistas em ambientes online não surgiu nas eleições de 2018 - na verdade, é a dinâmica comunicacional desse mesmo conflito nos anos anteriores que parece ter dado lugar à eleição de um candidato com discursos contra direitos humanos (Alves, 2019). A discussão do aborto é um exemplo desse processo: longe de ter sido criada pelo bolsonarismo, ela tem seu momento de mais acirramento logo antes das eleições de 2018 (em 2016 e 2017), pavimentando o caminho para 2018. Neste sentido, a presente tese corrobora a ideia de que a polarização deve ser vista sob sua perspectiva relacional (Evans & Nunn, 2005; Iyengar, Sood e Lelkes, 2012; McCoy, Rahman & Somer, 2018; Somer & McCoy, 2019; Carothers & O'Donohue, 2019; Braga, 2020). Embora os estudos baseados em pesquisas quantitativas não mostrem uma relação direta entre a questão do aborto e a polarização partidária ou ideológica no Brasil (Samuels & Zucco, 2018; Fuks e Marques, 2020; Bello, 2021), a polarização não pode ser vista apenas sob o viés da distribuição ideológica. Pesquisas que observam como grupos interagem e como eles compreendem diferentes assuntos mostram que o aborto e demais questões morais são prioritárias na organização e conflito político no país (Solano, 2018; Silva, Francisco & Sampaio, 2021).

Ainda no Capítulo 4, mostro que quando o tema do aborto alcance mais destaque na cena pública (e os atores tanto midiáticos como ativistas passam a produzir mais conteúdo sobre o assunto), os discursos se tornam mais extremos e há mais recusas de reciprocidade. Esse é o caso especialmente de 2017, quando a PEC 181 estava sendo debatida no país. Contraintuitivamente, é também nesse tipo de período que surgem mais respostas significativas, mostrando essa relação ambígua entre as duas atitudes opostas. Essa ambiguidade aparece tanto no nível macro (nas características dos anos) como nível micro (nas características das cadeias de interação). No Capítulo 5, a extensa complexidade entre os níveis de reciprocidade é apresentada. A presença simultânea de mais recusas e mais respostas significativas ocorre tanto quando há mais reciprocidade estrutural, mais reciprocidade discursiva e quando os discursos são mais extremos. O risco dos debates em que os usuários de fato se respondem (tanto estruturalmente quanto discursivamente) é o acirramento do conflito, podendo levar à

disrupção. No entanto, são esses mesmos debates que, caso persistam, podem levar quase à extinção os discursos muito extremos e produzir respostas significativas.

O quadro analítico defendido nessa tese é capaz de auxiliar pesquisadores na compreensão da reciprocidade em debates de diferentes configurações. Ao longo dos dois estudos empíricos deixo claro como apenas um tipo de reciprocidade não é suficiente para o exercício de nos direcionarmos aos outros em uma interação. Uma discussão pode parecer altamente recíproca se apenas um nível é observado, enquanto outros dois são negligenciados, causando um diagnóstico errôneo. A reciprocidade ocorre quando respondemos ao sermos respondidos (continuamos o ir e vir da interação), adotamos uma atitude voltada para o debate, e enfrentamos discursivamente as definições do problema previamente levantadas.

Referências

- Abramowitz, Alan (2010). *The Disappearing Center: Engaged Citizens, Polarization, and American Democracy*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Abramowitz, Alan & Saunders, Kyle (2005). "Why Can't We All Just Get Along? The Reality of a Polarized America." *The Forum: A Journal of Applied Research in Contemporary Politics* 3:1–22.
- Abramowitz, Alan & Saunders, Kyle (2008). "Is Polarization a Myth?" *Journal of Politics* 70:542–55.
- Abramowitz, Alan & Stone, Walter (2006). The Bush Effect: Polarization, Turnout, and Activism in the 2004 Presidential Election. *Presidential Studies Quarterly* 36, no. 2, p. 141-154.
- Abreu, Jonas Modesto & Allegretti, Giovanni (2016). *Comportamento Político Violento e Avanço Global da Direita: uma análise do caso brasileiro*. *Crítica e Sociedade*, v. 6, n. 2.
- Aboulafia, Mitchell (2002). Introduction. In: Aboulafia, Mitchell; Bookman, Myra & Kemp, Catherine (editores). *Habermas and Pragmatism*. New York: Routledge.
- Aboulafia, Mitchell (2016) "George Herbert Mead", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2020/entries/mead/>>.
- Adloff, Frank (2016). *Gifts of Cooperation, Mauss and Pragmatism*. New York: Routledge.
- Adamic, Lada A., and Natalie Glance. 2005. The political blogosphere and the 2004 US election: Divided they blog. Paper presented at the annual workshop on the Weblogging Ecosystem, WWW-2005, Chiba, Japan, May 10–14.
- Aikin, S. F., & Talisse, R. B. (2020). *Political argument in a polarized age: Reason and democratic life*. John Wiley & Sons.
- Aitamurto, Tanja & Saldivar, Jorge (2017). *Examining the Quality of Crowdsourced Deliberation: Respect, Reciprocity and Lack of Common-Good Orientation*. CHI 2017, Denver, CO, USA.
- Allcott, Hunt; Boxell, Levi; Conway, Jacob Conway.; Gentzkow, Matthew; Thaler, Michael; Yang, David. *Polarization And Public Health: Partisan Differences In Social Distancing During The Coronavirus Pandemic* (Working Paper No. 26946; Working Paper Series).

National Bureau Of Economic Research. 2020. Disponível Em: <https://doi.org/10.3386/W26946>. Acesso Em: 29 Jan. 2021.

Almeida, Ronaldo. (2019). Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 38, n. 01, p. 185-213.

Alonso, Angela; Mische, Ann. (2016) Changing Repertoires And Partisan Ambivalence In The New Brazilian Protests. *Bulletin Of Latin American Research*, V. 36, N. 2, P. 144-159.

Alonso, Angela. A comunidade moral bolsonarista. In: Abranches et al. (orgs). *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras. 2019. 52-70p.

Alves, Marcelo (2019). *Desarranjo da Visibilidade, Desordem Informacional e Polarização no Brasil entre 2013 e 2018*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF).

Alves, Marcelo (2021). *Plataformização da comunicação política Governança algorítmica da visibilidade entre 2013 e 2018*. *E-Compós*, v. 24.

Andrejevic, Mark. 2013. *Infoglut: How Too Much Information Is Changing the Way We Think and Know*. Abingdon: Routledge.

Anjos, Karla Ferraz dos et al. Aborto e saúde pública no Brasil: reflexões sob a perspectiva dos direitos humanos. *Saúde em Debate*, v. 37, p. 504-515, 2013.

Aragón, Pablo; Gómez, Vicenç & Kaltenbrunner, Andreas (2017). To Thread or Not to Thread: The Impact of Conversation Threading on Online Discussion. *Proceedings of the Eleventh International AAI Conference on Web and Social Media (ICWSM 2017)*.

Aragón, Pablo; Gómez, Vicenç & Kaltenbrunner, Andreas (2016). Visualization Tool for Collective Awareness in a Platform of Citizen Proposals. In *ICWSM-16 - 10th International AAI Conference on Web and Social Media*. The AAI Press.

Avritzer, Leonardo (2000). Teoria Democrática e Deliberação Pública. *Lua Nova*, n. 49, p. 25-46.

Avritzer, Leonardo (2018). O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. *Novos estudos CEBRAP*, 37, 273-289.

Bächtiger, André; Shikano, Susumu; Pedrini, Seraina & Ryser, Mirjam (2009), *Measuring Deliberation 2.0: Standards, Discourse Types, and Sequenzialization*. ECPR General Conference. Retirado de: <http://ash.harvard.edu/extension/ash/docs/baechtiger.pdf>. Acesso em Novembro de 2021.

- Bail, C. A., Argyle, L. P., Brown, T. W., Bumpus, J. P., Chen, H., Hunzaker, M. F., ... & Volfovsky, A. (2018). Exposure to opposing views on social media can increase political polarization. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 115(37), 9216-9221.
- Barberá, P., Jost, J. T., Nagler, J., Tucker, J. A., & Bonneau, R. (2015). Tweeting from left to right: Is online political communication more than an echo chamber?. *Psychological science*, 26(10), 1531-1542.
- Barberá, P. (2015). How social media reduces mass political polarization. Evidence from Germany, Spain, and the US. Paper prepared for the 2015 APSA Conference.
- Barbosa, Jefferson Rodrigues (2008). Ideologia e Intolerância: A Extrema Direita Latino-Americana e a Atuação no Brasil dos herdeiros do eixo. *Aurora*, ano 11, número 2.
- Baldassarri, Delia & Gelman, Andrew (2008). Partisans without Constraint: Political Polarization and trends in American public opinion. *American Journal of Sociology*, 114(2), 408-446.
- Baker WE. 2005. *America's Crisis of Values: Reality and Perception*. Princeton, NJ: Princeton Univ. Press.
- Bateson, Gregory (1955). A theory of play and fantasy. *Psychiatric research reports*.
- Bateson, Gregory (2002). Uma teoria sobre brincadeira e fantasia. *Sociolinguística interacional*, v. 2, p. 85-105.
- Beauvoir, Simone. *O segundo sexo: Tradução: Sérgio Milliet. Sérgio Milliet. Rio de, 2009.*
- Bello, André. (2021). Polarização e Intenção de Voto: O papel das questões morais e econômicas.
- Benkler, Yochai; Faris, Robert & Roberts, Hal (2018). *Network propaganda: manipulation, disinformation, and radicalization in American politics*. Oxford: Oxford University Press.
- Billig, M. G., & Henri Tajfel. 1973. "Social Categorization and Similarity in Intergroup Behavior." *European Journal of Social Psychology* 3(1):27-52.
- Biroli, Flávia (2014). O público e o privado. In: Biroli, F. & Miguel, L. F. *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo.
- Biroli, Flávia & Miguel, Luis Felipe. (2016) *Aborto e Democracia*. São Paulo: Alameda.
- Bischof, Daniel & Wagner, Markus (2019) Do Voters Polarize When Radical Parties Enter Parliament? *American Journal of Political Science*.

- Bishop, Bill (2008). *The Big Sort: Why the Clustering of Like-Minded Americans is Tearing Us Apart*. Boston, MA: Mariner Books.
- Bobok, D. (2016). *Selective exposure, filter bubbles and echo chambers on Facebook*. Central European University.
- Bodrunova, S. S., Blekanov, I., Smoliarova, A., & Litvinenko, A. (2019). Beyond left and right: Real-world political polarization in Twitter discussions on inter-ethnic conflicts. *Media and Communication*, 7(3), 119.
- Bohman, James (1999). Democracy as Inquiry, Inquiry as Democratic: Pragmatism, Social Science, and the Cognitive Division of Labor. *American Journal of Political Science*, v. 43, n. 2, p. 590-607.
- Bohman, James (2004). Realizing Deliberative Democracy as a Mode of Inquiry: Pragmatism, Social Facts, and Normative Theory. *The Journal of Speculative Philosophy*, Vol. 18, No. 1, p. 23-43.
- Bohman, James & Rehg, William (2017). "Jürgen Habermas". In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2017 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <https://plato.stanford.edu/archives/fall2017/entries/habermas/>.
- Boxell, L., Gentzkow, M., Shapiro, J.M., 2017. Greater Internet use is not associated with faster growth in political polarization among US demographic groups. *Proc. Natl. Acad. Sci.* 114, 10612–10617. <https://doi.org/10.1073/pnas.1706588114>.
- Braga, José Luiz. (2020). Polarização como estrutura da intolerância: uma questão comunicacional. In: Heller, Cal & Rosa, 2020, *Midiatização (in)tolerância e reconhecimento*. Salvador: EDUFBA.
- Brasil (1940). Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.
- Bresser-Pereira (2016). Remando contra a maré: novo desenvolvimentismo e interesse nacional. Entrevista realizada por Alvaro A. Comin & Paulo Todescan Lessa Mattos. *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.22.2, 2015, p.145-160
- Brewer, Mark (2005). The Rise of Partisanship and the Expansion of Partisan Conflict Within the American Electorate. *Political Research Quarterly* 58(2):219–29.
- Brown, A. What is hate speech? Part 1: The myth of hate. *Law and Philosophy*, v. 36, n. 4, p. 419-468, 2017.

- Brown, A. What is so special about online (as compared to offline) hate speech?. *Ethnicities*, v. 18, n. 3, p. 297-326, 2018.
- Bruns, Axel. (2019). *Are filter bubbles real?* John Wiley & Sons.
- Brugnago, Fabrício & Chaia, Vera (2015). A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. *Aurora*, v. 7, n. 21, p. 99-129.
- Brundidge, J. (2010). Encountering “Difference” in the Contemporary Public Sphere: The Contribution of the Internet to the Heterogeneity of Political Discussion Networks. *Journal of Communication*, 60: 680–700.
- Budge, Ian; Robertson, David, & Hearl, Derek (eds.) (1987). *Ideology, strategy and party change: Spatial analysis of postwar election programmes in 19 democracies*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Caluwaerts, D. (2012). *Confrontation and Communication: Deliberative Democracy in Divided Belgium* (Bern: Peter Lang).
- Caluwaerts, D. and Deschouwer, K. (2014). Building Bridges Across Political Divides: Experiments on Deliberative Democracy in Deeply Divided Belgium. *European Political Science Review*, 6: 427–50.
- Carothers, Thomas & O’Donohue, Andrew (2021). *Democracies Divided: The Global Challenge of Political Polarization*. Washington, D.C: The Brookings Institution.
- Carreira da Silva, Filipe (2011). *G. H. Mead: A Critical Introduction*. Cambridge: Polity Press.
- Chambers, Simone (2018). The Philosophic Origins of Deliberative Ideals. In: Andre Bächtiger, John S. Dryzek, Jane Mansbridge, and Mark Warren (editores). *The Oxford Handbook of Deliberative Democracy*, p. 55-69.
- Colleoni, E., Rozza, A., & Arvidsson, A. (2014). Echo chamber or public sphere? Predicting political orientation and measuring political homophily in Twitter using big data. *Journal of Communication*, 64(2), 317–332.
- Cohen, Joshua (1997). Procedure and Substance in Deliberative Democracy. In: Bohman, James and Rehg, William (editores). *Deliberative Democracy. Essays on Reason and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press: 407-437.

- Colleoni, E., Rozza, A., & Arvidsson, A. (2014). Echo chamber or public sphere? Predicting political orientation and measuring political homophily in Twitter using big data. *Journal of Communication*, 64(2), 317–332.
- Collins, Luke & Nerlich, Brigitte. (2015). Examining user comments for deliberative democracy: A corpus-driven analysis of the climate change debate online. *Environmental Communication*, 9(2), 189–207.
- Converse, Philip (2006) The nature of belief systems in mass publics, *Critical Review*, 18:1-3, 1-74,
- Cooke, Maeve (1998) On the Pragmatics of Communication: Jurgen Habermas.
- Comparative Manifesto Project. (2017). Acessado através de <https://manifesto-project.wzb.eu/>
- Creswell, John W. A framework for design. *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*, p. 9-11, 2003.
- D'Andréa, Carlos (2020). *Pesquisando Plataformas Online: Conceitos e Métodos*. Salvador: EDUFBA.
- Dahlberg, Lincoln (2004) Net-Public Sphere Research: Beyond The “First Phase”, *Javnost - The Public: Journal of the European Institute for Communication and Culture*, 11:1, 27-43.
- Dahlberg, Lincoln (2005) The Habermasian public sphere: Taking difference seriously? *Theory and Society* 34: 111–136.
- Dahlgren, P. (2018). Media, knowledge and trust: The deepening epistemic crisis of democracy. *Javnost-The Public*, 25(1-2), 20-27.
- Dalmolin, Aline Roes (2012). *O discurso sobre aborto em revistas católicas: Rainha e Família Cristã (1980-1990)*. Tese (doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, RS,
- Dalton, Russell (2008). The Quantity and the Quality of Party Systems Party System Polarization, Its Measurement, and Its Consequences. *Comparative Political Studies* Volume 41 Number 7.
- David, Clarissa & Baden, Christian (2017). Frame Analysis. In: Matthes, Jörg; Davis, Christine & Potter, Robert (editores). *The International Encyclopedia of Communication Research Methods*. John Wiley & Sons.

- Davis, R., & Owen, D. (1998). *New media and American politics*. New York: Oxford University Press.
- de Waal, Cornelis (2007). *Sobre pragmatismo*. Tradução de Cassiano Terra Rodrigues. São Paulo: Loyola.
- DiMaggio, Paul; Eszter Hargittai, W. Russell Neuman and John P. Robinson. (2001). Social Implications Of The Internet. *Annu. Rev. Sociol.* 2001. 27:307–36.
- DiMaggio, Paul; Evans, John & Bryson, Bethany (1996). Have American's Social Attitudes Become More Polarized?. *American Journal of Sociology* 102:690–755.
- Diniz, D. Aborto e saúde pública no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p, 1992-1993. set. 2007.
- Diniz, Debora; Corrêa, M. Aborto e saúde pública: 20 anos de pesquisas no Brasil. Brasília: UnB, p. 207-16, 2008.
- Donsbach, W., & Mothes, C. (2013). The dissonant self: Contributions from dissonance theory to a new agenda for studying political communication. *Annals of the International Communication Association*, 36(1), 3–44. doi:10.1080/23808985.2013. 11679124
- Downs, Anthony (1957). An economic theory of political action in a democracy. *Journal of Political Economy* 65(2): 135–150.
- Druckman, J. N., Peterson, E., & Slothuus, R. (2013). How elite partisan polarization affects public opinion formation. *American Political Science Review*, 107(1), 57-79.
- Dryzek, John. (2004). Legitimidade e economia na democracia deliberativa In V. S. P. Coelho & M. Nobre (Eds.), *Participação e deliberação: Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo* (pp. 41–62). São Paulo: Ed. 34.
- Dryzek, John & Niemeyer, Simon. (2006), “Reconciling Pluralism and Consensus as Political Ideals”. *American Journal of Political Science*, vol. 50, no 3, pp. 634-649.
- Dryzek, John; André Bächtiger; Simone Chambers; Joshua Cohen; James N. Druckman; Andrea Felicetti; James S. Fishkin; David M. Farrell; Archon Fung; Amy Gutmann; Hélène Landemore; Jane Mansbridge; Sofie Marien; Michael A. Neblo; Simon Niemeyer; Maija Setälä; Rune Slothuus; Jane Suiter; Dennis Thompson; Mark E. Warren (2019). The crisis of democracy and the science of deliberation. *Science*, vol. 363, issue 6432, pp-1144-1146.

- Dvir-Gvirsman, S., Tzfat, Y., & Menchen-Trevino, E. (2016). The extent and nature of ideological selective exposure online: Combining survey responses with actual web log data from the 2013 Israeli Elections. *New Media & Society*, 18(5), 857–877.
- Entman, Robert (1993). Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of communication*, v. 43, n. 4, p. 51-58.
- Esau, Katharina; Friess, Dennis & Eilders, Christiane (2017). Design Matters! An Empirical Analysis of Online Deliberation on Different News Platforms. *Policy & Internet*, 9:3.
- Esau, Katharina & Friess, Dennis (2022). What Creates Listening Online? Exploring Reciprocity in Online Political Discussions with Relational Content Analysis. *Journal of Deliberative Democracy*. DOI: <https://doi.org/10.16997/jdd.1021>
- Ercan, Selen; Hendriks, Carolyn & Dryzek, John (2019) Public Deliberation in an Era of Communicative Plenty. *Policy & Politics* 47: 19–36.
- Evans, John & Nunn, Lisa (2005). The Deeper “Culture Wars” Questions. *The Forum*: Vol. 3: Iss. 2, Article 3.
- Farrell, Henry (2012). The Consequences of the Internet for Politics. *Annu. Rev. Polit. Sci.* 2012. 15:35–52
- Ferree, Myra Marx et al (2002). *Shaping abortion discourse: democracy and the public sphere in Germany and the United States*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Festinger, L. (1957). *A theory of cognitive dissonance*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Fiorina, Morris (2017). *Unstable Majorities: Polarization, Party Sorting and Political Stalemate*. Stanford, California: Hoover Institution Press.
- Fiorina, Morris & Abrams, Samuel (2008). Political Polarization in the American Public. *Annual Review of Political Science* 11:563–88.
- Fiorina, Morris; Abrams, Samuel & Pope, Jeremy (2005); *Culture War? The Myth of a Polarized America*. New York: Pearson Longman.
- Fiorina, Morris; Abrams, Samuel & Pope, Jeremy (2008). Polarization in the American Public: Misconceptions and Misreadings. *Journal of Politics* 70:556–60.
- Fiorina, Morris & Levendusky, Matthew (2006). Disconnected: The political class versus the people. *Red and blue nation*, v. 1, p. 49-71.

- França, Vera & Simões, Paula (2014); A Escola de Palo Alto. In: Adilson Citelli; Christa Berger; Maria Aparecida Baccega; Maria Immacolata Vassalo de Lopes; Vera França. Dicionário de Comunicação: Escolas, Teorias e Autores. São Paulo: Contexto, p. 170-178.
- Frey, D. (1986). Recent research on selective exposure to information. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 19, pp. 14–80). New York, NY: Academic Press. doi:10.1016/S0065-2601(08)60212-9.
- Fontes, Maria Lucineide Andrade (2012). O enquadramento do aborto na mídia impressa brasileira nas eleições 2010: a exclusão da saúde pública do debate. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17.
- Fuks, M., & Marques, P. (2020). Afeto ou ideologia: medindo polarização política no Brasil. 12º Encontro Da ABCP.
- Fultner, Barbara (2019). Formal/Universal Pragmatics. In A. Allen & E. Mendieta (Eds.), *The Cambridge Habermas Lexicon* (pp. 136-141). Cambridge: Cambridge University Press.
- Galeotti, Giulia. (2007) *História do Aborto*. Tradução: Sandra Escobar. Lisboa: Edições 70.
- Gamson, William (1992). *Talking politics*. Cambridge/Nova York/Melbourne, Cambridge University Press.
- Gamson, William (2011). *Falando de política*. Tradução: Ângela C. S. Marques. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Gamson, William & Modigliani, André. (1987). The changing culture of affirmative action. In R. G. Braungart & M. M. Braungart (Eds.), *Research in political sociology* (Vol. 3, pp. 137–177). Greenwich, CT: JAI Press.
- Gamson, William & Modigliani, André (1989). Media discourse and public opinion on nuclear power: A constructionist approach. *American Journal of Sociology*, 95, 1–37.
- Garlaschelli, Diego & Loffredo, Maria (2004). Patterns of link reciprocity in directed networks. *Physical review letters* 93(26):268701.
- Gentzkow, M., & Shapiro, J. M. (2006). Media bias and reputation. *Journal of Political Economy*, 114, 280–316.
- Gillespie, T. (2018). *Custodians of the Internet: platforms, content moderation, and the hidden decisions that shape social media*. New Haven: Yale University Press.
- Gillespie, T. The politics of ‘platforms’. *New Media & Society*, Thousand Oaks, v. 12, n. 3, p. 347-364, 2010.

- Goffman, Erving (1974). *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Harvard University Press.
- Goffman, Erving (2012). Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise. *Vozes*.
- Gohn, Maria da Glória. (2014). A Sociedade Brasileira Em Movimento: Vozes Das Ruas E Seus Ecos Políticos E Sociais. *Caderno CRH*, v. 27, p. 431-441.
- Graham, Todd (2002). The public sphere needs you, deliberating in online forums: New hope for the public sphere? Dissertação de mestrado. *European Communication Studies*, University of Amsterdam.
- Graham, Todd & Witschge, Tamara (2003). In search of online deliberation: Towards a new method for examining the quality of online discussions. *Communications*, 28, p. 173-204.
- Grönlund, K., Herne, K., and Setälä, M. (2015). Does Enclave Deliberation Polarize Opinions? *Political Behavior*, 37: 995–1020.
- Gross, Donald & Sigelman, Lee (1984). Comparing party systems: A multidimensional approach. *Comparative Politics*, 16(4), 463-479.
- Gutmann, Amy & Thompson, Dennis. (1996). *Democracy and Disagreement: Why Moral Conflict Cannot be Avoided in Politics, and What Should be Done About It*. Cambridge, Harvard University Press.
- Gutmann, A., & Thompson, D. (1997). Deliberating about bioethics. *Hastings Center Report*, 27(3), 38-41.
- Gutmann, Amy & Thompson, Dennis (2004). *Why Deliberative Democracy?* Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Habermas, Jürgen (1974). *Theory and Practice*. Tradução de John Viertel. Boston, Beacon Press.
- Habermas, Jürgen (1979), What is Universal Pragmatics?, in J. Habermas (org.), *Communication and the Evolution of Society*. Beacon Press.
- Habermas, Jürgen (1984). *Theory of Communicative Action, Volume One: Reason and the Rationalization of Society*. Tradução de Thomas A. McCarthy. Boston, Massachusetts: Beacon Press.

- Habermas, Jürgen (1987). *Theory of Communicative Action, Volume Two: Lifeworld and System: A Critique of Functionalist Reason*. Tradução de Thomas A. McCarthy. Boston, Massachusetts: Beacon Press.
- Habermas, Jürgen (1989). *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Tradução de Thomas Burger e Frederick Lawrence. Massachusetts Institute of Technology.
- Habermas, Jürgen (1989). *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, Jürgen (1992). Further Reflections on the Public Sphere. In: Craig Calhoun (editor). *Habermas and the Public Sphere*. Massachusetts Institute of Technology, p. 421-461.
- Habermas, Jürgen (1996). *Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*. Tradução de William Rehg. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology Press.
- Habermas, Jürgen (2002). Postscript: some concluding remarks. In: Mitchell Aboulafia, Myra Bookman & Catherine Kemp (editores). *Habermas and Pragmatism*. New York: Routledge, pp. 223-233.
- Habermas, Jürgen (2003). *Truth and Justification*, B. Fultner (trans.). Cambridge, MA: MIT Press.
- Habermas, Jürgen (2005). Concluding Comments on Empirical Approaches to Deliberative Politics. *Acta Politica*, 40, p. 384-392.
- Habermas, Jürgen. (2006). Political communication in media society: Does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. *Communication Theory*, 16, 411–426.
- Habermas, Jürgen (2008). Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. *Líbero*, v. 11, n. 21, p. p. 9-22.
- Habermas, Jürgen (1998). *On the Pragmatics of Communication* (edited by Maeve Cooke). Massachusetts Institute of Technology.
- Habermas, Jürgen. (2017). The lifeworld as a space of reasons. The lifeworld as a space of symbolically embodied reasons. In Habermas, Jürgen, *Postmetaphysical thinking II* (pp.28–42). Cambridge, England: Polity Press.
- Haddad, Fernando (2003). Dialética positiva de Mead a Habermas. *Lua Nova*, São Paulo, n.59, pp.95-114.

- Hayat, T., & Samuel-Azran, T. (2017). “You too, second screeners?” Second screeners’ echo chambers during the 2016 U.S. Elections primaries. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 61(2), 291–308. <https://doi.org/10.1080/08838151.2017.1309417>
- Helberger, Natali. 2018. ‘Challenging Diversity – Social Media Platforms and a New Conception of Media Diversity’. In *Digital Dominance: The Power of Google, Amazon, Facebook, and Apple*, edited by Martin Moore and Damian Tambini, 153–75. New York: Oxford University Press.
- Herdy, Rachel (2009). Habermas, Pragmatismo e Direito. *Kriterion*, n. 119, p. 43-61.
- Hetherington, Marc (2001). Resurgent Mass Partisanship: The Role of Elite Polarization. *American Political Science Review*. Vol. 95, No. 3.
- Hetherington, Marc (2009). Putting Polarization in Perspective. *British Journal of Political Science*, 39, p. 413-448.
- Himmelfarb G. 2001. *One Nation, Two Cultures*. New York: Vintage Books.
- Hentz, Isabel Cristina et al. *A honra e a vida: debates jurídicos sobre aborto e infanticídio nas primeiras décadas do Brasil Republicano (1890-1940)*. 2013.
- Hobson, Kersty & Niemeyer, Simon (2013). “What sceptics believe”: The effects of information and deliberation on climate change scepticism. *Public Understanding of Science*.
- Holanda (2020). *Autoritarismo calculado: uma análise crítica de páginas brasileiras de direita e de esquerda no Facebook*.
- Holt, R. (2004). *Dialogue on the Internet: Language, civic identity, and computer-mediated communication*. Praeger.
- Hunter, James (1991). *Culture Wars: The Struggle to Define America*. New York: Basic Books.
- Iandoli, L., Primario, S., & Zollo, G. (2021). The impact of group polarization on the quality of online debate in social media: A systematic literature review. *Technological Forecasting and Social Change*, 170, 120924.
- Inglehart, Ronald (1997). *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Inglehart, Ronald & Baker, Wayne (2000). Modernization, Cultural Change, and the Persistence of Traditional Values. *American Sociological Review*, Vol. 65, No. 1.

- Isenberg, D. J. (1986). Group polarization: A critical review and meta-analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50(6), 1141–1151. doi:10.1037/0022-3514.50.6.1141
- Iyengar, Shanto & Hahn, Kyu (2009) “Red Media, Blue Media: Evidence of Ideological Selectivity in Media Use.” *Journal of Communication* 59(1):19–39.
- Iyengar, Shanto; Sood, Gaurav & Lelkes, Yphtach (2012) Affect, Not Ideology: A Social Identity Perspective on Polarization. *Public Opinion Quarterly* 76:405–31.
- Jacobson, Gary (2003). Partisan Polarization in Presidential Support: The Electoral Connection. *Congress & the Presidency: A Journal of Capital Studies*, 30:1, 1-36.
- Jacobson, Gary (2005). Polarized Politics and the 2004 Congressional and Presidential Elections. *Political Science Quarterly*, Vol. 120, No. 2 (Summer, 2005), pp. 199-218.
- Jacobson, Gary (2007). *A Divider, Not a Uniter*. New York: Pearson Longman.
- Jamieson KH & Capella JN (2008) *Echo Chamber*. Oxford: Oxford University Press.
- Janssen, Davy & Kies, Raphaël (2005) Online forums and deliberative democracy. *Acta Politica* 40(3): 317–335.
- Jenkins, H. (2006). *Convergence culture: Where old and new media collide*. New York: New York University Press.
- Jensen, Jakob (2003). ‘Public spheres on the internet: anarchic or government-sponsored — a comparison’, *Scandinavian Political Studies* 26(4): 349–374.
- Johnson, R. Burke; Onwuegbuzie, Anthony J.; Turner, Lisa A. Toward A Definition Of Mixed Methods Research. *Journal Of Mixed Methods Research*, V. 1, N. 2, P. 112-133, 2007.
- Kant, Immanuel [1783] (1985). Resposta à pergunta: o que é esclarecimento? In: Immanuel Kant. *Textos seletos*. Tradução de Raimundo Vier e Floriano de Sousa Fernandes. Original publicado em 1783. Petrópolis, RJ: Vozes, pp. 100-116.
- Kant, Immanuel [1788] (1949). What is Orientation in Thinking?. In: Immanuel Kant. *Critique of Practical Reason and Other Writings in Moral Philosophy*. Tradução de L. W. Beck. Chicago: University of Chicago, p. 295-305.
- Karlsen, R., Steen-Johnsen, K., Wollebæk, D., & Enjolras, B. (2017). Echo chamber and trench warfare dynamics in online debates. *European Journal of Communication*, 32(3), 257–273.

- Keane, John. 2013. *Democracy and Media Decadence*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kemper, Theodore D. (2000). Emotions. In: Edgar F. Borgatta & Rhonda J.V. Montgomery (editores). *Encyclopedia Of Sociology (Segunda Edição) - Volume 2*. New York: Macmillan Reference Usa, p. 772-788.
- Kies, Raphaël. (2010), *Promises and Limits of Web-deliberation*, New York: Palgrave Macmillan.
- Knobloch-Westerwick, S., & Kleinman, S. B. (2012). Preelection selective exposure confirmation bias versus informational utility. *Communication Research*, 39(2), 170–193. doi:10.1177/0093650211400597
- Kunrath Silva, Marcelo (2018). A apropriação conservadora do ciclo de protestos de 2013: rumo aos protestos anti-Dilma? *Lusotopie*, n. 17, p. 88-111.
- Lauka, Alban; McCoy, Jennifer & Firat, Rengin (2018). Mass Partisan Polarization: Measuring a Relational Concept. *American Behavioral Scientist*.
- Layman, Geoffrey (2001) *The Great Divide: Religious and Cultural Conflict in American Party Politics*. New York: Columbia University Press.
- Layman, Geoffrey & Carsey, Thomas (2002). Party polarization and “conflict extension” in the American electorate. *Am. J. Polit. Sci.* 46:786–802.
- Layman, Geoffrey; Carsey, Thomas & Horowitz, Juliana (2006). Party Polarization In American Politics: Characteristics, Causes, And Consequences. *Annu. Rev. Polit. Sci.* 9:83–110.
- Lazarsfeld, P. F., Berelson, B., & Gaudet, H. (1944). *The people’s choice: How the voter makes up his mind in a presidential campaign*. New York, NY: Columbia University Press.
- Lelkes, Yphtach (2016). Mass Polarization: Manifestations and Measurements. *Public Opinion Quarterly* 80(S1): 392–410.
- Lemos, Lis Carolinne. (2014) *Não é pela vida das mulheres: o aborto nas eleições de 2010*.
- Lewis, Andrew (2017). *The rights turn in conservative Christian politics: How abortion transformed the culture wars*. New York, NY: Cambridge University Press.
- Lovejoy, Arthur O. (1908). The Thirteen Pragmatisms. *The Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods*. Vol. 5, No. 1 (Jan. 2, 1908), pp. 5-12.

- Levendusky, Matthew (2009). The Microfoundations of Mass Polarization. *Political Analysis*, 17:162-176.
- Levendusky, Matthew (2009). *The Partisan Sort: How Liberals Became Democrats and Conservatives Became Republicans*. Chicago: University of Chicago Press.
- Levendusky, Matthew (2009). "Clearer Cues, More Consistent Voters: A Benefit of Elite Polarization." *Political Behavior* 32(1):111–31.
- Lycarião, D., & dos Santos, M. A. (2016). Bridging semantic and social network analyses: the case of the hashtag# precisamosfalarsobreaborto (we need to talk about abortion) on Twitter. *Information, Communication & Society*, 20(3), 368-385.
- Machado, Maria das Dores Campos (2012). Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 7, p. 25-54, 2012.
- Maia, Rousiley (2012). *Deliberation, the media and political talk*. New York, NY: Hampton Press.
- Maia, R. C. M., & Rezende, T. A. S. (2016). Respect and Disrespect in Deliberation Across the Networked Media Environment: Examining Multiple Paths of Political Talk: Disrespect in deliberation across digital settings. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 21(2), 121–139. <https://doi.org/10.1111/jcc4.12155>
- Maia, R. C. M. (2017). Politicization, new media, and everyday deliberation. In P. Fawcett, M. Flinders, C. Hay, & M. Wood (Eds.), *Anti-politics, depoliticization, and governance* (pp. 68–90). Oxford: Oxford University Press. DOI: <https://doi.org/10.1093/oso/9780198748977.003.0004>
- Maia Rousiley C. M., Danila Cal, Janine K. R. Bargas, Vanessa V. Oliveira, Patrícia G. C. Rossini, and Rafael C. Sampaio. (2017) 'Authority and Deliberative Moments: Assessing Equality and Inequality in Deeply Divided Groups,' *Journal of Public Deliberation* 13, no. 2 (November).
- Maia, R. C. M. (2018). Deliberative media. In A. Bächtiger, J. S. Dryzek, J. Mansbridge, & M. E. Warren (Eds.), *The Oxford handbook of deliberative democracy* (pp. 348–364). Oxford University Press. DOI: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780198747369.013.11>
- Maia, Rousiley; Cal, Danila; Oliveira, Vanessa; Vimieiro, Ana Carolina; Hauber, Gabriella; Rossini, Patrícia (2018). *Deliberation Across a Space of Reasons: Assessing Epistemic Changes in Group Discussions*. *Human Communication Research*.

- Maia, R. C., Hauber, G., Choucair, T., & Crepalde, N. J. (2021). What kind of disagreement favors reason-giving? Analyzing online political discussions across the broader public sphere. *Political Studies*, 69(1), 108-128.
- Maia, R. C; Bruna Silveira; Maiara Orlandini; Gabriella Hauber; Pedro Camelo, Leonardo Santa Inês; Thaís Choucair (2020). A Teoria do Reconhecimento em tempos de intolerância: retrocesso cultural e politização reativa. In: Heller, B. Cal, D. & Rosa, Ana Paula. *Midiatização, (in)tolerância e reconhecimento*. Salvador: EDUFBA.
- Maia, R. Lycarião, D. Prudêncio, K. Choucair, T. (2022, no prelo) *Métodos Combinados*. In: Rousiley Maia (org) *Métodos em Comunicação e Política*. Salvador: EDUFBA.
- Mason, Lilliana (2015). ‘I Disrespectfully Agree’: The Differential Effects of Partisan Sorting on Social and Issue Polarization.” *American Journal of Political Science* 59:128–45.
- Mansbridge J, Bohman J, Chambers S, et al. (2012) *A Systemic Approach to Deliberative Democracy*. In: Parkinson J and Mansbridge J (eds) *Deliberative Systems*. Cambridge: Cambridge University Press, pp.1–26.
- Mantovani, Denise (2016). O aborto e as eleições de 2010: o papel do jornalismo na definição dos discursos conservadores. In: Biroli, Flávia e Miguel, Luis Felipe. *Aborto e Democracia*. São Paulo: Alameda, 2016, p. 189-216.
- Matthes, Jörg & Kohring, Matthias (2008). The content analysis of media frames: Toward improving reliability and validity. *Journal of communication*, v. 58, n. 2, p. 258-279.
- McCarthy, Thomas (1981). *The Critical Theory of Jürgen Habermas*. Cambridge, MA: MIT Press.
- McCarty, Nolan (2019). *Polarization: what everyone needs to know*. New York, NY: Oxford University Press.
- McCarty, Nolan; Poole, Keith & Rosenthal, Howard (2006). *Polarized America: The Dance of Ideology and Unequal Riches*. Cambridge, MA: MIT Press.
- McCarty, Nolan; Poole, Keith & Rosenthal, Howard (2016). *Polarized America: The Dance of Ideology and Unequal Riches*. Second Edition. Cambridge, MA: MIT Press.
- McCoy, Jennifer; Rahman, Tahmina & Somer, Murat (2018). Polarization and the Global Crisis of Democracy: Common Patterns, Dynamics, and Pernicious Consequences for Democratic Polities. *Vol. 62 (1)*, p. 16-42.
- McGhee, Eric & Krimm, Daniel (2009) *Party Registration and the Geography of Party Polarization*. *Polity*, Volume 41, Number 3.

- McPherson, M., Smith-Lovin, L., & Cook, J. M. (2001). Birds of a feather: Homophily in social networks. *Annual review of sociology*, 27(1), 415-444.
- Mead, George H. (1934). *Mind, Self, and Society*. Chicago: University of Chicago Press.
- Mead, George H. (2010). *Mente, Self e Sociedade*.
- Mendonça, Ricardo (2013). Teorias críticas e pragmatismo: a contribuição de G. H. Mead para as renovações da Escola de Frankfurt. *Lua Nova*, n. 90, p. 367-403.
- Mendonça, Ricardo & Santos, Débora (2009). A Cooperação na Deliberação Pública: um estudo de caso sobre o Referendo da Proibição da Comercialização de armas de fogo no Brasil. *Dados*, v. 52, n. 2, p. 507-542.
- Mendonça, Ricardo; Freitas, Fernando & Oliveira, Wesley (2014). Reciprocidade discursiva, enquadramento e deliberação: a consulta pública sobre reforma política da ALMG. *Análise Social*, 211, XLIX.
- Mendonça, Ricardo; Simões, Paula (2012). Enquadramento. Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 79, 2012.
- Miguel, Luis Felipe (2019). Jornalismo, polarização política e a querela das fake news. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Vol. 16 No 2
- Misak, Cheryl (2000). *Truth, Politics, Morality: Pragmatism and deliberation*. New York: Routledge.
- Misak, Cheryl (2008). A Culture of Justification: The Pragmatist's Epistemic Argument for Democracy. *Episteme*, v. 5, p. 94-105.
- Misak, Cheryl (2018). The Pragmatist Theory of Truth. In: Michael Glanzberg (organizador). *Oxford Handbook of Truth*. New York: Oxford University Press, p. 283-306.
- Misak, Cheryl (2020). Habermas's place in the history of pragmatism. *I-CON*, Vol. 17, n. 4, p. 1064-1067.
- Monteiro, Mário Francisco Giani; Adesse, Leila. Estimativas de aborto induzido no Brasil e Grandes Regiões (1992-2005). *Rev Saude Sex Reprod*, v. 26, p. 1-10, 2006.
- Morrell, Michael (2018) Listening and Deliberation. In: Bächtiger, A, Dryzek, JS, Mansbridge, J, et al. (eds) *The Oxford Handbook of Deliberative Democracy*. Oxford: Oxford University Press, p. 237 - 250.

- Mullainathan, S., & Shleifer, A. (2005). The market for news. *American Economic Review*, 95, 1031–1053.
- Mutz, Diana. (2006). *Hearing the Other Side, in Theory and in Practice in Hearing the Other Side: Deliberative Versus Participatory Democracy* (pp.1-18). New York: Cambridge University Press.
- Mutz, D. C., & Martin, P. S. (2001). Facilitating communication across lines of political difference: The role of mass media. *American Political Science Review*, 95(1), 97–114.
- Mutz, D. C. (2006). *Hearing the other side: Deliberative versus participatory democracy*. Cambridge University Press.
- Negroponte, N. (1995) *Being Digital*, New York: Knopf.
- Niemeyer, Simon (2019). Analysing deliberative transformation: a multi-level approach incorporating Q methodology. In: Elstub, Stephen & Escobar, Oliver. *Handbook of Democratic Innovation and Governance*. Northampton, Massachusetts: Edward Elgar Publishing.
- Nobre, M. (2013). *Choque de democracia: razões da revolta*. Editora Companhia das Letras.
- Noveck, B. S. (2000). Paradoxical partners: Electronic communication and electronic democracy. In P. Ferdinand (Ed.), *The Internet, democracy, and democratization*. London: Frank Cass.
- O’Flynn, I., & Caluwaerts, D. (2017). Deliberation in deeply divided societies. In: *The Oxford handbook of deliberative democracy*, p. 742-754.
- O’Neill, Onora (1990). *Constructions of Reason: Explorations of Kant's Practical Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Orozco, M., and Ugarriza, J. (2014). The Citizens, the Politicians and the Courts: A Preliminary Assessment of Deliberative Capacity in Colombia. In *Democratic Deliberation in Deeply Divided Societies: From Conflict to Common Ground*, ed. J. Ugarriza and D. Caluwaerts (Basingstoke: Palgrave Macmillan), 73–88.
- Pariser, Eli (2011). *The Filter Bubble: What the Internet is Hiding From You*. New York: The Penguin Press.
- Perius, Oneide. (2012) *Ética Do Discurso: Um Diálogo De Habermas Com A Ética Kantiana*. *Revista Esmat*, ano 4, n. 4, p. 193-215.
- Pew Research Center (2014) *Political Polarization in the American Public*.

- Pfau, M., Houston, J. B., & Semmler, S. M. (2007). *Mediating the vote: The changing media landscape in U.S. presidential campaigns*. New York, NY: Rowman & Littlefield.
- Poole, Keith & Rosenthal, Howard (1984). The Polarization of American Politics. *The Journal of Politics*, Vol. 46, No. 4. pp. 1061-1079.
- Poole, Keith & Rosenthal, Howard (1997). *Congress: A political-economic history of roll-call voting*. New York: Oxford University Press.
- Prior Markus (2007) *Post-Broadcast Democracy: How Media Choice Increases Inequality in Political Involvement and Polarizes Elections*. New York: Cambridge University Press.
- Prior, Markus (2013) *Media and Political Polarization*. *Annu. Rev. Polit. Sci.* 2013. 16:101–27.
- Prudêncio, Kelly; Siqueira, Paulo Otavio; Kuviatkoski, Caroline (2019). Levantamento páginas conservadoras no Facebook. *Bases de Dados Científicos do Grupo de Pesquisa UFPR Comunicação e Participação Política (COMPA)*. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/bdc/41>
- Putz, David (2002) *Partisan Conversion in the 1990s: Ideological Realignment Meets Measurement Theory*. *The Journal of Politics*, Vol. 64, No. 4.
- Rawls, John (1971). *A Theory of Justice*. Cambridge: Harvard University Press.
- Rawls, John (1993). *Political Liberalism*. New York: Columbia University Press.
- Rawls, John (1997). The idea of public reason: Postscript. In J. Bohman & W. Rehg (Eds.), *Deliberative democracy* (pp. 93–141). London: MIT Press.
- Ramos (2017). *Política, Preconceito, Ideologia E Antipetismo Nas Páginas De Direita Do Facebookno Ano Eleitoral De 2014*.
- Recuero, R. (2014). Contribuições da Análise de Redes Sociais para o estudo das redes sociais na Internet: o caso da hashtag #Tamojuntodilma e #CalaabocaDilma. *Fronteiras-estudos midiáticos*, 16(2), 60-77.
- Recuero, Raquel; Soares, Felipe (2020) *O Discurso Desinformativo Sobre A Cura Do Covid-19 No Twitter: Estudo De Caso*. E-Compós, 2020. Pré-Print Scielo. Disponível Em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/84/1022>.
- Recuero, Raquel; Soares, Felipe & Zago, Gabriela (2021). Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a desinformação sobre COVID-19 no Twitter. *Contracampo*, Edição v. 40 número 1.

- Roberts, David (2012). The left's gone left but the right's gone nuts: Asymmetrical polarization in action. Disponível em: <grist.org/politics/asymmetrical-polarization-the-lefts-gone-left-but-the-rights-gone-nuts/>. Acesso em: 01 de novembro de 2021.
- Rocha, Maria Isabel (2005) Planejamento Familiar e Aborto: Discussões políticas e decisões no parlamento. In. ÁVILA, Maria Betânia; PORTELLA, Ana Paula; FERREIRA, Verônica. Novas legalidades e democratização da vida social: Família, Sexualidade e Aborto. Rio de Janeiro: Garamond.
- Ronkainen, Suvi. Goals, tasks and uses of knowledge: mixing methodologies in interdisciplinary research. *Integrated media in change*, 2015.
- Rossini, P. (2022). Beyond incivility: Understanding patterns of uncivil and intolerant discourse in online political talk. *Communication Research*, 49(3), 399-425.
- Rossini, P., & Maia, R. (2019). Characterizing disagreement in online political talk: Examining incivility and opinion expression on news websites and Facebook in Brazil. *Journal of Public Deliberation*.
- Rowe, I. (2015). Civility 2.0: A comparative analysis of incivility in online political discussion. *Information, Communication & Society*, 18(2), 121– 138. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2014.940365>
- Sampaio, R. C., Barros, S. A. R., & Morais, R. (2012). Como avaliar a deliberação online?: um mapeamento de critérios relevantes. *Opinião Pública*, 18(2), 470-489.
- Samuels, D. J. & Zucco, Cesar. (2018). *Partisans, Antipartisans and Nonpartisans. Voting Behavior in Brazil*. Cambridge University Press.
- Santiago, Ariadne De Oliveira; Von Bülow, Marisa; Dias, Tayrine Dos Santos; Gomes, Alexandre (2018), “Foi Ou Não Foi Golpe? As Disputas Por Significados Do Impeachment De Dilma Rousseff No Twitter”, In Rousiley Maia; Kelly Prudêncio; Ana Carolina Vimieiro (Orgs.), *Democracia Em Ambientes Digitais: Eleições, Esfera Pública e Ativismo*. Salvador: Edufba, 225-2
- Sartori, Giovanni (1976). *Parties and party systems*. New York: Cambridge University Press.
- Schlesinger, Joseph (1985). ‘The New American Political Party’, *American Political Science Review*, 79, 1152–69.
- Schneider, Steven. (1997) ‘Expanding the public sphere through computer-mediated communication: political discussion about abortion in a Usenet newsgroup’, Tese de Doutorado, Department of Political Sciences, Massachusetts Institute of Technology.

- Scherer-Warren, Ilse (2014). *Manifestações De Rua No Brasil 2013: Encontros E Desencontros Na Política*. Caderno Crh, V. 27, N. 71, P. 417-429, 2014.
- Scudder, Mary (2019). The ideal of uptake in democratic deliberation. *Political Studies*.
- Scudder, Mary (2020). *Beyond Empathy and Inclusion: The Challenge of Listening in Democratic Deliberation*. Oxford University Press.
- Scudder, Mary (2021). Measuring Democratic Listening: A Listening Quality Index. *Political Research Quarterly*.
- Sears, D. O., & Freedman, J. L. (1967). Selective exposure to information: A critical review. *Public Opinion Quarterly*, 31, 194–213.
- Setälä, M., & Smith, G. (2018). Mini-publics and deliberative democracy. In: *The Oxford handbook of deliberative democracy*, p. 300-314.
- Settle, J. E. (2018). *Frenemies: How social media polarizes America*. Cambridge University Press.
- Shapiro, Matthew; Park, Han Woo (2017). Climate change and YouTube: Deliberation Potential in Post-video Discussions. *Environmental Communication*.
- Siegel, David (2009). Social Networks and Collective Action. *American Journal of Political Science* Vol. 53, No. 1, pp. 122-138.
- Sigelman, L., & Yough, S. N. (1978) Left–Right polarization in national party systems: A cross-national analysis. *Comparative Political Studies*, 11(3), 355-379.
- Silva, Ilse Gomes (2015). Autoritarismo e Conservadorismo na Democracia Brasileira: a direita brasileira mostra a sua cara nas ruas. VII Jornada Internacional Políticas Públicas, São Luís.
- Silva, Luiz Rogério Lopes, Francisco, Rodrigo Eduardo Botelho & Sampaio, Rafael Cardoso (2021). Discurso de ódio nas redes sociais digitais: tipos e formas de intolerância na página oficial de Jair Bolsonaro no Facebook. *Galáxia: No 46*, pp.1-26.
- Singer, André. (2013). *Brasil: Junho de 2013. Dossiê: Mobilizações Protestos e Revoluções*. *Novos Estudos*, 97.
- Slater, M. D. (2007). Reinforcing spirals: The mutual influence of media selectivity and media effects and their impact on individual behavior and social identity. *Communication Theory*, 17(3), 281–303.

- Solano, Esther (2018). Crise da Democracia e extremismos de direita. *Análise* nº 42. Friedrich Ebert Stiftung Brasil.
- Solano, Esther (org) (2018). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. Boitempo.
- Somer, Murat & McCoy, Jennifer (2019). Transformations through polarizations and global threats to democracy. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* 681(1): 8–22.
- Sonfield, A., Gold, R. B., Richards, C. L., Dailard, C., & Nadeau, J. (2005). Public Funding for Contraceptive, Sterilization and Abortion Services, FY 1980–2001.
- Squartini, Tiziano; Picciolo, Francesco; Ruzzenenti, Franco; & Garlaschelli, Diego (2013). Reciprocity of weighted networks. *Scientific reports* 3(2729).
- Steenbergen, Marco; Bächtiger, André; Spörndli, Markus & Steiner, Jürg (2003). Measuring Political Deliberation: A Discourse Quality Index. *Comparative European Politics*, 1, p. 21 - 48.
- Steiner, Jürg (2012). *The Foundations of Deliberative Democracy*. New York: Cambridge University Press.
- Steiner, Jürg; Bächtiger, A.; Spörndli, M.; & Steenbergen, M. R. (2004). *Deliberative politics in action: Analyzing parliamentary discourse*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Steiner, Jürg, Jaramillo, M. C., Maia, R. C., & Mameli, S. (2017). *Deliberation across deeply divided societies*. Cambridge University Press.
- Stonecash, Jeffrey (2000). *Class and Party in American Politics*. Boulder, Col.: Westview Press.
- Stonecash, Jeffrey; Brewer, Mark e Mariani, Mack (2003) *Diverging Parties: Social Change, Realignment, and Party Polarization*. Boulder, CO: Westview.
- Streck, J. M. (1998). Pulling the plug on electronic town meetings: Participatory democracy and the reality of Usenet. In C. Toulouse & T. W. Luke (Eds.), *The politics of cyberspace* (pp. 18–47). New York: Routledge.
- Strickler, Ryan (2015) A “Sorted” America? Geographic Polarization and Value Overlap in the American Electorate. *Social Science Quarterly*, Volume 97, Number 2.

- Strickler, Ryan (2018). Deliberate with the Enemy? Polarization, Social Identity, and Attitudes toward Disagreement. *Political Research Quarterly*, Vol. 71(1) 3–18.
- Stromer-Galley, Jennifer (2002). New voices in the public sphere: A comparative analysis of interpersonal and online political talk. *Javnost/The Public*, 9(2), 23–42.
- Stromer-Galley, Jennifer (2003). Diversity of Political Conversation on the Internet: Users' Perspectives. *Journal of Computer-Mediated Communication*, Volume 8, Issue 3.
- Stromer-Galley, Jennifer (2007), “Measuring deliberation’s content: a coding scheme”. *Journal of Public Deliberation*, 3 (1), pp. 1-35.
- Stromer-Galley, Jennifer & Muhlbecker, P (2009) Agreement and disagreement in group deliberation: Effects on deliberation satisfaction, future engagement, and decision legitimacy. *Political Communication* 26(2): 173–192.
- Stroud, Natalie (2008). Media Use and Political Predispositions: Revisiting the Concept of Selective Exposure. *Political Behavior* 30(3):341–66.
- Stroud, Natalie (2010). Polarization and partisan selective exposure. *Journal of Communication*, 60(3), 556–576.
- Suiter, J., M Farrell, D., Harris, C., & Murphy, P. (2021). Measuring Epistemic Deliberation on Polarized Issues: The Case of Abortion Provision in Ireland. *Political Studies Review*, 14789299211020909.
- Sunstein, Cass. (2001). *Republic.com*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Sunstein, Cass (2007). *Republic. com 2.0*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Sunstein, Cass (2017). *#republic. Divided Democracy in the Age of Social Media*. Princeton, NJ: New Jersey: Princeton University Press.
- Tajfel, Henri (1970). Experiments in Intergroup Discrimination. *Scientific American* 223(5):96–102.
- Tajfel, Henri & Turner, John (1979). “An Integrative Theory of Intergroup Conflict.” In *The Social Psychology of Intergroup Relations*, edited by W. G. Austin and Stephen Worchel, 33–47. Monterey, CA: Brooks/Cole.
- Tajfel, Henri; M. G. Billig; R. P. Bundy & Claude Flament (1971) “Social Categorization and Intergroup Behavior.” *European Journal of Social Psychology* 1(2):149–78.
- Talisse, Robert (2007). *A Pragmatist Philosophy of Democracy*. New York: Routledge.

- Tashakkori, Abbas; Teddlie, Charles. Issues and dilemmas in teaching research methods courses in social and behavioral sciences: US perspective. *International journal of social research methodology*, v. 6, n. 1, p. 61-77, 2003.
- Tatagiba, L. (2018). Entre as ruas e as instituições: os protestos eo impeachment de Dilma Rousseff. *Lusotopie*, 17(1), 112-135.
- Ugarriza, J. and Nussio, E. (2016). There is No Pill for Deliberation: Explaining Discourse Quality in Post-Conflict Communities. *Swiss Political Science Review*, 22: 145–66.
- Van Aelst, P., Strömbäck, J., Aalberg, T., Esser, F., de Vreese, C. H., Matthes, J., & Stanyer, J. (2017). Political communication in a high-choice media environment: A challenge for democracy? *Annals of the International Communication Association*, 41(1), 3–27.
- Van Dijk, J. (2006) *The Network Society: Social Aspects of New Media*, 2nd edn. London: SAGE.
- Van Dijk, J. (2013). *The Culture of Connectivity*. New York: Oxford Press.
- Vaz, Paulo; Santos, Amanda & Sanchotene, Nicole. (2020) Como importar uma guerra cultural: populismo conservador e a crítica ao multiculturalismo no Brasil. In: Heller, B. Cal, D. & Rosa, Ana Paula. *Midiatização, (in)tolerância e reconhecimento*. Salvador: EDUFBA
- Vicente, Jonnathan Gomes & Azevedo, Mauro Lopes (2018). Jornadas de Junho: Polarização, Fanatismo e as mudanças no Cenário Político no Brasil. *Revista Khora*, v. 5, n. 6.
- Vimieiro, Ana Carolina; Maia, Rousiley (2011a). Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, v. 18, n. 1, 2011a.
- Vimieiro, Ana Carolina; Maia, Rousiley (2011b). Enquadramentos da mídia e o processo de aprendizado social: transformações na cultura pública sobre o tema da deficiência de 1960 a 2008. *E-compós, Brasília*, v. 14, n. 1.
- Vrydagh, Fanny & Jiménez-Martínez, César (2020). Talking with the right-wing: Pernicious polarization in Brazil and the philosophy of Paulo Freire. *the International Communication Gazette*, v. 82(5), p. 456-473.
- Weale, Albert; Biquelet, Aude & Bara, Judith (2012). Debating Abortion, Deliberative Reciprocity and Parliamentary Advocacy. *Political Studies*, vol. 60, p. 643-667.

- Wessler, Hartmut et al (2016). Global multimodal news frames on climate change: A comparison of five democracies around the world. *The International Journal of Press/Politics*, v. 21, n. 4, p. 423-445.
- White, C. S. (1997). Citizen participation and the Internet: Prospects for civic deliberation in the information age. *The Social Studies*, 88, 23–28.
- Wilkins-Laflamme, Sarah (2014). Toward Religious Polarization? Time Effects on Religious Commitment in U.S., UK, and Canadian Regions. *Sociology of Religion* 2014, 75:2 284-308
- Wilhelm, A. G. (2000). *Democracy in the digital age: Challenges to political life in cyberspace*. New York: Routledge.
- Wojcieszak, M. (2011). Deliberation and attitude polarization. *Journal of Communication*, 61(4), 596-617.
- Wojcieszak, M. E. (2012). On strong attitudes and group deliberation: Relationships, structure, changes, and effects. *Political Psychology*, 33(2), 225-242.
- Wuthnow, Robert (1988). *The Restructuring of American Religion*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Wuthnow, Robert (1989). *The Struggle for America's Soul: Evangelicals, Liberals, and Secularism*. Grand Rapids, MI: Eerdmans.
- Yates, Melissa (2014). Postmetaphysical Thinking. In: Barbara Fultner. *Jürgen Habermas: Key Concepts*.
- Yarchi, Moran; Baden, Christian & Kligler-Vilenchik, Neta (2020). Political Polarization on the Digital Sphere: A Cross-platform, Over-time Analysis of Interactional, Positional, and Affective Polarization on Social Media. *Political Communication*.
- Yardi, S., & Boyd, D. (2010). Dynamic debates: An analysis of group polarization over time on twitter. *Bulletin of science, technology & society*, 30(5), 316-327.
- Yörük, Erdem & Comin, Alvaro (2020). Electoral Polarization, Class Politics and a New Welfare State in Brazil and Turkey. *European Review*, Volume 28, Issue 3, p. 513-535.
- Zuiderveen Borgesius, F. J., Trilling, D., Möller, J., Bodó, B., de Vreese, C. H., & Helberger, N. (2016). Should we worry about filter bubbles? *Internet Policy Review*, 5(1).

